



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**THAÍS CATOIRA**

**PATRIMÔNIOS EM DEVIR:**  
**A FRUIÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS ARQUEOLÓGICOS**  
**JUNTOS AOS SEUS ATORES NO MUNICÍPIO DE CAMALAU, PB**

João Pessoa  
Março de 2018

**THAÍS CATOIRA**

**PATRIMÔNIOS EM DEVIR:**

**A FRUIÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS ARQUEOLÓGICOS  
JUNTOS AOS SEUS ATORES NO MUNICÍPIO DE CAMALAU, PB**

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa **Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação**, com eixo temático **Memória e Patrimônio Cultural**, como requisito de avaliação necessário à obtenção do grau de Doutora.

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto**  
**Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria da Conceição Lopes**

João Pessoa  
Março de 2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**Catálogo na publicação**

**Seção de Catalogação e Classificação**

C366p Catoira, Thaís.

Patrimônios em devir: a fruição da informação dos  
patrimônios arqueológicos juntos aos seus atores no  
município de Camalaú, PB / Thaís Catoira. - João  
Pessoa, 2018.

260 f. : il.

Orientação: Carlos Xavier de Azevedo  
Netto. Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Memória. 2. Fruição da informação. 3. Patrimônio  
Arqueológico - Camalaú/PB. 4. Processo de  
Patrimonialização. 5. Representação - informação. I.  
Azevedo Netto, Carlos Xavier de. II. Título.

UFPB/BC

## THAÍS CATOIRA


### PATRIMÔNIOS EM DEVIR:

A FRUIÇÃO DA INFORMAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS ARQUEOLÓGICOS  
JUNTOS AOS SEUS ATORES NO MUNICÍPIO DE CAMALAUÍ, PB

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa **Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação**, com eixo temático **Memória e Patrimônio Cultural**, como requisito de avaliação necessário à obtenção do grau de Doutora.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

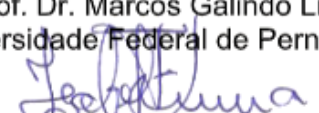
### BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto  
Orientador (Universidade Federal da Paraíba - UFPB/PPGCI)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Maria da Conceição Lopes  
Coorientadora (Universidade de Coimbra)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Márcia Bezerra de Almeida  
Membro Externo (Universidade Federal do Pará - UFPA/PPGA)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcos Galindo Lima  
Membro Externo (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE/PPGCI)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Izabel França de Lima  
Membro Interno (Universidade Federal da Paraíba - UFPB/PPGCI)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro  
Membro Interno (Universidade Federal da Paraíba - UFPB/PPGCI)



## RESUMO

Esta pesquisa buscou refletir, a partir da fruição, as memórias e representações evocadas pelas pessoas que habitam o entorno ou exercem atividades ligadas aos sítios arqueológicos presentes no município de Camalaú, no Cariri paraibano, de modo a compreender através das informações apresentadas como essas manifestações culturais são percebidas. Assim levou-se em consideração o conceito de patrimônio cultural que ultrapasse a dicotomia material e imaterial, bem como a noção de informação patrimonial, pensada no campo da Ciência da Informação. Desta maneira, por meio de uma abordagem etnográfica, foi possível promover diferentes conversas a respeito dos sítios arqueológicos camalauenses, percebendo os diferentes níveis do processo de patrimonialização e institucionalização que perpassam os bens culturais, assim como identificar as diferentes representações que as pessoas constroem a partir de seus repertórios culturais, memorialísticos e suas relações sociais. A fruição entre os bens culturais e as pessoas, percebida pelo pesquisador, pode gerar novos mecanismos, representações e metodologias para diferentes profissionais que atuam nos processos organizacionais, preservação e gestão do patrimônio, criando caminhos alternativos de aproximação entre população contemporânea e bens patrimoniais pretéritos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória, Fruição. Representação. Patrimônio Arqueológico. Patrimonialização. Camalaú-PB.

## **ABSTRACT**

This piece of research aimed to reflect, from the fruition, on the memories and representations evoked by the people that inhabit the surroundings or fulfill activities related to the archaeological sites present in the municipality of Camalaú, in the Cariri of Paraíba, in order to understand through the presented information as these cultural manifestations are perceived. Thus, the concept of cultural heritage that goes beyond the material and immaterial dichotomy as well as the notion of patrimonial information, concerning the field of Information Science, were taken into account. In this way, through an ethnographic approach, it was possible to promote different conversations about the archaeological sites of Camalaú, perceiving the different levels of the patrimonialization and institutionalization process that pervade the cultural assets, as well as to identify the different representations that people construct from their cultural, memorialistic repertoires and their social relations. The fruition between cultural goods and people, perceived by the researcher, can generate new mechanisms, representations and methodologies for different professionals who work in the organizational processes, preservation and management of the patrimony, creating alternative ways of approaching the contemporary population and the past patrimonial assets.

**KEYWORDS:** Memory. Fruition. Representation. Archaeological Heritage. Patrimonialization. Camalaú-PB.

## **RESUMEN**

Esta investigación buscó reflexionar, a partir de la fruición, las memorias y representaciones evocadas por las personas que viven en el entorno, o ejercen actividades relacionadas, a los sitios arqueológicos presentes en el Municipio de Camalaú, en el Cariri Paraibano, de modo que pueda comprender a través de las informaciones presentadas como esas manifestaciones culturales son percibidas. Así se llevó en consideración el concepto de patrimonio cultural que ultrapase la dicotomía material e inmaterial, así como consideró la noción de información patrimonial, pensada en el campo de la Ciencia de la Información. De esta manera, por medio de un abordaje etnográfico fue posible promover diferentes conversaciones al respecto de los sitios arqueológicos camalauenses, percibiendo los diferentes niveles del proceso de patrimonialización e institucionalización que pasan los bienes culturales, así como, identificar las diferentes representaciones que las personas construyen a partir de sus repertorios culturales, memorialistas y sus relaciones sociales. La fruición entre los bienes culturales y las personas, percibida por el investigador, puede generar nuevos mecanismos, representaciones y metodologías para diferentes profesionales que actúan en los procesos organizacionales, preservación y gestión del patrimonio, creando caminos alternativos de aproximación entre población contemporánea y bienes patrimoniales pretéritos.

**PALABRAS-CLAVE:** Memoria. Fruición. Representación. Patrimonio Arqueológico. Patrimonialización. Camalaú-PB

Ambos, o comunicado e a exclamação, são a expressão da percepção e da vivência visual. Mas a expressão o é num sentido diferente do comunicado. Ela nos escapa. - Ela se comporta com relação à vivência de modo semelhante ao grito com relação à dor.

Mas, porque ela é a descrição de uma percepção, pode-se chamá-la também de expressão do pensamento. - Quem olha o objeto não precisa pensar nele; mas quem tem a vivência visual, cuja expressão é a exclamação *pensa* também naquilo que vê.

E, por isso, a revelação do aspecto aparece entre a vivência visual e o pensamento. (Ludwig Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*. Investigação XI).

À minha mãe,  
Que ensinou-me sobre o amor,  
a ter sonhos e a voar,  
Mas que voou sem mim,  
deixando-me outros aprendizados,  
provocados pela sombra da sensação do esquecimento.  
Na práxis,  
fez-me entender o sentido de “melancolia”  
que conhecia apenas pelas palavras em meus estudos,  
assim como o “trabalho de luto”,  
que vivo todos os dias.  
Sempre presente em meus pensamentos,  
ainda ensina-me diariamente que,  
nunca é uma dualidade “eu e você”, mas sempre nós.  
Obrigada por fazer parte de quem eu sou. Te amo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as oportunidades de aprendizado, pelas adversidades e desafios e, principalmente, por me conceder tempo para isso;

Aos meus pais, *in memoriam*, Maria Cristina Catoira Pereira e Rubens Nascimento Pereira Júnior, a minha irmã, Bruna Catoira Pereira por compartilhar as angústias, sonhos e pelos sentimentos de irmandade e amizade. Ao meu marido, Raul Pachu Hamad, pelo companheirismo, zelo, amor e presença em minha vida. A minha cunhada, Hanna Pachu Hamad, com a qual compartilhei diversos momentos dentro e fora da academia. Aos meus familiares pelo carinho e afeto;

À CAPES pelo apoio financeiro durante toda a realização desta pesquisa e pela oportunidade de realizar o Doutorado Sanduíche, que tanto contribuiu para este trabalho, como para uma incrível experiência de vida;

Aos moradores de Camalaú pelo acolhimento, carinho e respeito, em especial as amigas que ganhei durante minha estadia, Nerivânia Silva e Aparecida Souza.

Ao meu orientador Professor Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, pela confiança, incentivo, suporte teórico e paciência, e por ser uma pessoa altruísta, em que me cedeu apoio em um momento difícil pelo qual passei. Agradeço também a sua esposa Fátima Azevedo pelo carinho;

À professora Dra. Maria da Conceição Lopes, da Universidade de Coimbra, por me aceitar como orientanda durante o doutorado Sanduíche e colaborar com esta pesquisa;

À Professora Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, por seu amor a tudo que se dedica a fazer, pelo seu carinho e compartilhamento de conhecimentos e saberes;

Agradeço aos professores Dr. José Mauro Matheus Loureiro e Dra. Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro, pelo carinho e receptividade que tiveram ao receberem-me em sua casa;



Às Professoras Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia, Dra. Izabel França de Lima, Dra. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Dra. Francisca Arruda Ramalho, Dra. Flávia Pires, com as quais tive maior proximidade pelas disciplinas cursadas, que nos inspiram e motivam, como mulheres, a permanecer na academia e construir um espaço científico mais igualitário;

Às amigas, que fizeram da minha infância um lugar de memória cheio de boas recordações, Mariana Albernaz Pinheiro de Carvalho, Andressa Cavalcanti Pires, Anamaria Costa Barros, Érica Mailho, Mariana Gonçalves, Janaína Leal e Adriana Strabelli, por tantos anos de amizade e por fazer anos parecerem dias;

As minhas amigas da vida, que trouxeram tantos ensinamentos e risadas, Ana Cláudia Farias, Cláudia Nên, Fabrícia Cabral, Marta Penner, Sicília Calado, Elane Teles e Marina Blanc;

Aos amigos do “Jacumã’s Club”, Fabiana Dantas, Perrony Lopes, Maximiano Fernandes, Igor Nascimento, Miguel Melo, Verônica Gonzaga, que mesmo distante e ausente não esquecem desta amiga que sempre falta;

Aos colegas do Doutorado, em especial aos queridos e queridas, Ana Cláudia Medeiros, Derek Tavares, Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento, Ana Córdula, Luis Eduardo Ferreira.

E a tantas outras pessoas que contribuíram, mesmo que sem saber, para esta pesquisa;

A todos e todas, minha sincera gratidão.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 01</b> - Transporte utilizado para deslocamento entre a cidade e os sítios arqueológicos e Trabalho de limpeza e prospecção. <b>Fonte:</b> Acervo Neumann (2011).....	p. 16
<b>Imagem 02:</b> Fruta do Cacto/Mandacaru- Camalaú/PB. <b>Fonte:</b> Foto Acervo Pessoal, (2011).....	p. 16
<b>Imagem 03</b> - Caco de Cerâmica no solo. <b>Fonte:</b> Acervo Neumann (2011).....	p. 17
<b>Imagem 04</b> - Cacos de Cerâmica. <b>Fonte:</b> Acervo Neumann (2011).....	p. 18
<b>Imagem 05:</b> Foto Mapa do Município de Camalaú (disponível na Prefeitura de Camalaú), - a zona urbana de Camalaú está destacada com o círculo em tom escuro, e os sítios arqueológicos localizados na zona rural, identificados em tom vermelho (Efeito com contraste -40%, para melhor visualização). <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal da pesquisadora.....	p.32
<b>Imagem 06</b> - Divisão por grupos de Sítios do Município de Camalaú, mapa elaborado por Mariano Sobrinho (1996, p.26). <b>Fonte:</b> Mariano Sobrinho (1996).....	p.35
<b>Imagem 07</b> - Foto das inscrições da Pedra do Ingá. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2010).....	p. 132
<b>Imagem 08</b> - Detalhes das gravações de Ingá. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2010)..	p. 132
<b>Imagem 09</b> - Foto do livro de Faria (1987), sua interpretação da inscrição como uma representação de uma constelação. <b>Fonte:</b> Faria (1987, p. 76).....	p. 133
<b>Imagem 10</b> - Foto do livro de Brito (2008), interpretação das inscrições de Ingá com as inscrições de Páscoa, por Pereira Jr. <b>Fonte:</b> Brito (2008, p.50).....	p. 133
<b>Imagem 11</b> - Foto da Obra “Metalinguagem” de Luiz Barroso. <b>Fonte:</b> Portifólio Luiz Barroso. Disponível em: < <a href="https://issuu.com/luizbarrosopedras/docs/luiz_barroso_portf__lio_web">https://issuu.com/luizbarrosopedras/docs/luiz_barroso_portf__lio_web</a> > Acesso em abril de 2017.....	p. 134
<b>Imagem 12</b> - Incorporação na descrição do termo recorrente na percepção dos moradores. A legenda da imagem está descrita como “Pintura em formato geométrico à esquerda e acima. À esquerda e abaixo, pintura atribuída à imagem de um E.T.. Na direita, pintura de um peixe” <b>Fonte:</b> CONVERSANDO SOBRE PATRIMÔNIO (2011, p.26).....	p. 139
<b>Imagem 13</b> - Legenda da imagem com descrição técnica. “Sistema gráfico denominado Tradição Nordeste, sítio arqueológico Toca da Figura no município de Morro do Chapéu - à esquerda. Pintura com motivos narrativos, à direita. <b>Fonte:</b> CONVERSANDO SOBRE O PATRIMÔNIO (2011, p. 13).....	p. 139
<b>Imagem 14</b> - Oficina de Arqueologia Experimental na Fundação Parque Côa. <b>Fonte:</b> Fundação Parque Côa (2017).....	p. 141
<b>Imagem 15</b> - Fotos da Rua Principal de Camalaú (Rua Nominando Firmo), onde ficam localizados, a Igreja Matriz de São José, a Prefeitura, a Câmara	

Municipal, os Correios, e a Creche. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal (2016).....	p. 148
<b>Imagem 16</b> - Foto da casa que habitei durante a pesquisa de campo em Camalaú, localizada na Rua José Mariano de Farias. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal (2016).....	p. 149
<b>Imagem 17</b> - Foto do céu nublado em Camalaú, com uma fina garoa caindo. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal (2016).....	p. 150
<b>Imagem 18</b> - Foto da Prova de História da Arte elaborada para alunos do Ensino Fundamental de Camalaú. <b>Fonte:</b> Arquivo Pessoal (2016).....	p. 157
<b>Imagem 19</b> - Análise de Duarte (2010) sobre o Grafismo das Pinturas Rupestres do Sítio Roça Nova, com a reprodução com base em sua interpretação. <b>Fonte:</b> Duarte (2010, p.108).....	p. 160
<b>Imagem 20</b> - Molde e linhas para a produção da Renda Renascença. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2016).....	p. 167
<b>Imagem 21</b> - À esquerda M.O.S. (88/F) mostrando-me seus retalhos. À direita sentada em sua sala com seu cajado. <b>Fonte:</b> Acervo pessoal, (2016).....	p. 174
<b>Imagem 22</b> - Cenas da Procissão de Santo Antônio em Camalaú. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2016).....	p. 177
<b>Imagem 23</b> - Um dos muitos cruzeiros encontrados nas estradas de Camalaú. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2016).....	p. 188
<b>Imagem 24</b> - Subida para o Sítio Arqueológico “Mateus”, no jumento E.(45/M), de boné azul R.C.S. (34/M) e de camiseta rosa N.M.S.(30/F). <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2016).....	p. 194
<b>Imagem 25</b> - R.C.S.(34/M) de boné azul e E.(45/M) boné branco, conversam sobre o que acham de cada pintura, e seus possíveis significados. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2016).....	p. 195
<b>Imagem 26</b> - Foto à esquerda dos buracos na paredes da “furna”, à direita, R.C.S.(34/M) identificando fragmentos ósseos. <b>Fonte:</b> Acervo Pessoal, (2016)...	p. 206

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Mapa das mesorregiões do Estado da Paraíba. <b>Fonte:</b> Site (www.baixarmapas.com.br).....	p. 27
<b>Figura 02</b> - Localização Camalaú/Pb. <b>Fonte:</b> Acervo Digital do NDIHR/UFPB.....	p. 28
<b>Figura 03</b> - Localização dos sítios arqueológicos identificados no Município de Camalaú. <b>Fonte:</b> Acervo Digital do NDIHR/UFPB.....	p. 33
<b>Figura 04</b> - Mapa de Distribuição dos Sítios Arqueológicos de Camalaú já identificados. <b>Fonte:</b> Acervo Digital do NDIHR/UFPB.....	p. 39
<b>Figura 05</b> - Sítio do Lamarão. <b>Fonte:</b> Acervo Digital do NDIHR/UFPB.....	p. 40
<b>Figura 06</b> - Cemitérios Identificados em Camalaú. <b>Fonte:</b> Acervo Digital do NDIHR/UFPB.....	p. 43
<b>Figura 07</b> - Esquema com feixes simétricos e conexões complementares de Henri Bergson. <b>Fonte:</b> Adaptado por Maniglier (2009, p.99).....	p. 102
<b>Figura 08</b> - Totalidade da Memória - Elasticidade da Memória e sua dilatação indefinidamente. <b>Fonte:</b> BERGSON (2010, p.119).....	p. 102
<b>Figura 09</b> - “Retângulo das Memórias”, usando como base o retângulo áureo, enquanto figura representativa de uma possível organização das memórias que cada pessoa possui, de modo que o todo compõe as partes, e as partes acabam por formar o todo (Adaptação Nossa).....	p. 105
<b>Figura 10</b> -: Figura retirada do “Projeto Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada da Diamantina”. <b>Fonte:</b> (IPAC, 2011, p. 20). Disponível em < <a href="http://www.bahiaarqueologica.ufba.br">http://www.bahiaarqueologica.ufba.br</a> > Acesso: abr. 2017.....	p. 124
<b>Figura 11</b> - Revista em Quadrinho Piteco – Ingá, do artista Shiko. <b>Fonte:</b> Site Raio X. Disponível em < <a href="https://mutantexis.wordpress.com/2013/11/23/saido-do-forno-piteco-inga/">https://mutantexis.wordpress.com/2013/11/23/saido-do-forno-piteco-inga/</a> > Acesso em: abril de 2017.....	p. 134
<b>Figura 12</b> - Evolução Populacional de Camalaú. <b>Fonte:</b> IBGE 2017 - Censo Demográfico entre 1991 à 2010.....	p. 153

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Lista dos Sítios de Camalaú elaborada por Mariano Sobrinho (1996), adaptado para pesquisa.....	p. 35
<b>Quadro 02</b> - Adaptação da Lista de Sítios de Mariano Sobrinho a partir dos dados da CMT (2012).....	p. 37
<b>Quadro 03:</b> Levantamento dos Sítios Arqueológicos de Camalaú já visitados. <b>Fonte:</b> OLIVEIRA (2009) e Dados do Projeto Arqueológico do Cariri Paraibano (2006).....	p. 37
<b>Quadro 04</b> - Moradores/Informantes que colaboraram com a pesquisa. <b>Fonte:</b> Dados da Pesquisa.....	p. 144
<b>Quadro 05</b> - Representações e Impressões a partir das conversas e fruições com os informantes. (Legenda: IDEA - Identificado pela Equipe Arqueológica / NIDEA - Não Identificado pela Equipe Arqueológica). <b>Fonte:</b> Dados da Pesquisa.....	p. 210
<b>Quadro 06</b> - Formas de Conceituação e Percepção dos pesquisadores, antes e depois de suas formações. <b>Fonte:</b> Dados da Pesquisa.....	p. 228

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> - Percentual de homens e mulheres de Camalaú que participaram como informantes da pesquisa. <b>Fonte:</b> Dados da Pesquisa..	p. 147
<b>Gráfico 02</b> - Perfil Etário dos informantes Camalauenses. <b>Fonte:</b> Dados da Pesquisa.....	p.147

## **LISTA DE SIGLAS**

CI - Ciência da Informação

CEAGRO - Centro de Estudos Agrotécnicos

CNRC - Centro Nacional de Referências Culturais

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

SOCADEAGRO - Sociedade Camalauense para o Desenvolvimento da Educação

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFPA - Universidade Federal da Paraíba



## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	p. 15
<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	p. 21
<b>1.1 O Município de Camalaú/PB: O contexto Histórico e seu Patrimônio Arqueológico</b> .....	p. 27
<b>1.2 Percurso Metodológico da Pesquisa: a fruição como mecanismo de construção do pensamento</b> .....	p. 44
<b>PARTE I - Ciência da Informação no tempo Presente: Ecologia de Saberes, Representação da informação e Memória</b> .....	p. 54
<b>CAPÍTULO 2: Ciência da Informação e o Pensamento Abissal de Boaventura de Sousa Santos</b> .....	p. 56
<b>2.1 Memória na Ciência da Informação: Por uma Representação da Informação resultante de uma Ecologia dos Saberes</b> .....	p. 71
<b>CAPÍTULO 3: Fruição e Memórias: Por trás das Coisas, Objetos, Signos, Sinal – o que será afinal?</b> .....	p. 77
<b>3.1 Refletindo a Memória: possíveis relações com a fruição e a representação da informação</b> .....	p. 98
<b>PARTE II - Patrimônio, Informação e Memória: A fruição como uma dimensão sensorial para Ciência da Informação</b> .....	p.110
<b>CAPÍTULO 4: Cultura, Memória e Patrimônio: reflexões iniciais sobre a Informação Patrimonial</b> .....	p. 112
<b>4.1 O Processo de Patrimonialização: O uso da informação como mecanismos de representação e preservação das memórias</b> .....	p. 119
<b>CAPÍTULO 5: Memórias evocadas - imagens sentidas: <i>Curiando o</i> passado no município de Camalaú/PB</b> .....	p. 144
<b>6. CONSIDERAÇÕES EM DEVIR</b> .....	p. 232
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	p. 238
<b>ANEXOS</b> .....	p. 255

## PREFÁCIO

### Meu Cariri<sup>1</sup>

No meu Cariri  
Quando a chuva não vem  
Não fica lá ninguém  
Somente Deus ajuda  
Se não vier do céu  
Chuva que nos acuda  
Macambira morre  
Xique-xique seca  
Juriti se muda

Se meu Deus der um jeito  
De chover todo ano  
Se acaba desengano  
O meu viver lá é certo  
No meu Cariri  
Pode se ver de perto  
Tanta boniteza  
Pois a natureza  
É um paraíso aberto

A primeira experiência em Camalaú deu-se entre 31 de julho a 08 de agosto de 2013. Estava em uma pesquisa de campo para prospecção de superfície e sub-superfície, com uma equipe formada pelo professor Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, Humberto Gomes, Thiago Fonseca de Souza<sup>2</sup>, Pollyana Muniz Neumann, Thales Bruno Patriota. Neste trabalho de campo, nosso objetivo era realizar a marcação e sondagem dos terrenos dos Sítios Tapuio e Roça Nova.

Para chegar aos sítios, a equipe se deslocava com uma caminhonete rural, conduzida pelo Seu Antônio. Esse foi o primeiro contato da pesquisadora com o fazer arqueológico, de modo que não se conhecia o que era prospecção ou uma sondagem, apenas carregava na memória o que imaginava ser o trabalho do arqueólogo e, nessa construção do imaginário, as ações pareciam sempre estar carregadas de aventuras e descobertas. Aproximando-se da realidade do trabalho arqueológico, aos poucos observando e aprendendo com

---

<sup>1</sup> Composição de Dilu Melo e Rosil Cavalcanti, interpretado por Ademilde Fonseca. Versão disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=agxAIQWW3VM>>, acesso em dez/2017.

<sup>2</sup> Na transcrição da conversa com a equipe de arqueólogos da UFPB, o nome do pesquisador aparecerá com a seguinte abreviação, T.F.S.(33/M), em consonância com escolha metodológica.

os demais colegas, desde a limpeza do terreno e a preparação dos pontos, até o próprio ato da escavação.



**Imagem 01** - À esquerda, o transporte utilizado para deslocamento entre a cidade e os sítios arqueológicos. À direita, trabalho de limpeza e prospecção. **Fonte:** Acervo Neumann (2011).

Foi uma aprendizagem extremamente gratificante e única. E, de certa forma, facilitou muito à escolha da temática desta tese. Como foi a primeira vez da pesquisadora no Cariri paraibano, muitos elementos locais chamaram a atenção, como o clima seco e quente durante o dia, mas uma brisa fresca à noite, chegando a obrigar a vestimenta de uma jaqueta por sentir frio. A paisagem marrom e pouco verde escondia cores que sequer imaginei, como a fruta do cacto - mandacaru, apresentada à equipe pelo informante local, M.M.S. (51/M).



**Imagem 02:** Fruta do Cacto/Mandacaru - Camalaú/PB. **Fonte:** Foto Acervo Pessoal, 2011.

Pelo trabalho nos obrigava a caminhar no meio da caatinga, entre as plantas com espinhos, as famosas favelas e as urtigas, nos obrigavam a ter mais atenção e cuidados durante os trajetos, o que permitia olhar o entorno em seus detalhes. Assim que chegamos ao sítio Tapuio, olhava para o chão e não via nada além da terra, folhas, espinhos e galhos. Não identificava nada além do que era familiar, ou seja, os detalhes que se via ainda eram apenas aqueles que conhecia. Até que, durante as sondagens, aprendi a reconhecer pedaços de cerâmica, compreendendo sua textura, porosidade, cores. E, então, se foi percebendo que era preciso ir além do olhar, era necessário o toque, pois “o toque aproxima o sujeito do objeto, ao contrário da visão que implica sempre certa distância [...]” (BEZERRA, 2013, p.112).



**Imagem 03** - Caco de Cerâmica no solo. **Fonte:** Acervo Neumann (2011).

Como bem observa Bezerra (2013, p.112), o “toque é um elemento significativo no processo de exploração e (re) conhecimento do mundo”. E, a partir disso, dessas novas informações e conhecimento, o chão dos sítios que visitávamos nunca mais foram os mesmos. Tornou-se algo viciante andar olhando para baixo em busca dos caquinhos, que acompanhavam até durante os sonhos e permaneceram sempre nos períodos de estadia em Camalaú. Essa experiência acabou por concretizar e materializar o que havia sido estudado no Mestrado sobre a teoria dos signos de Peirce, a qual explicava a



passagem do sinal para signo, ou seja, do chão se transformando num espaço que antes servia apenas de apoio para o corpo e agora passava a oferecer uma nova possibilidade, a de repouso de um produto cultural, a cerâmica. Antes desconhecida, não fazendo parte do meu repertório de conhecimento, não possuía significado (sinal). Depois, ao ser apreendida e identificada, ganhou significado e passou a ser percebida (signo)<sup>3</sup> enquanto objeto.



**Imagem 04** - Cacos de Cerâmica. **Fonte:** Acervo Neumann (2011).

Visitamos vários sítios arqueológicos nessa viagem de campo. Foi uma experiência incrível. E se pôde observar, mesmo que superficialmente, a dinâmica da cidade. Ao mesmo tempo, percebia-se a relação temporal do “sítio” – termo que os moradores locais denominam para quem habita a região rural – em oposição à dinâmica dos transeuntes e motociclistas que vivem na “rua”, ou zona urbana.

A segunda oportunidade de estar em Camalaú se deu no período de 01 a 07 de novembro de 2015, na qual ficamos hospedados em um Assentamento da Reforma Agrária, dessa vez mais distante da cidade. Por esse motivo, a relação com a cidade foi restrita aos momentos de almoço e de jantar, permitindo uma aproximação maior com as pessoas que trabalhavam na casa

---

<sup>3</sup> A teoria dos signos de Peirce será discutida mais adiante.

onde estávamos. Com uma equipe maior, coordenada pelo professor Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto<sup>4</sup> e com a presença da mestra Jaciara Andrade Silva e na época doutoranda em Arqueologia, a graduanda em Arqueologia Érica Ortsac, ambas da Universidade de Sergipe, do doutorando em Arqueologia Francisco Matos<sup>5</sup>, de estudantes da graduação em Antropologia, Carlos Humberto Santos Gomes e Silvana Moreira da Silva<sup>6</sup>, e da Ciência da Informação (CI), a doutoranda Geysa Flávia Câmara de Lima, a Mestre Eliane Epifane Martins e esta pesquisadora que vos fala.

Nessa viagem de campo<sup>7</sup>, o objetivo era prospecção no sítio arqueológico do Mateus, para verificar um possível cemitério indígena, escavação no Sítio Parque das Pedras, e uma visita ao Sítio Barra. Um trabalho fisicamente desgastante. Entretanto, com um aprendizado sem igual.

Se antes não consiga “ver” as cerâmicas e durante as aulas de campo se teve a oportunidade de enxergá-las, agora aprendi a reconhecer ossos e dentes, graças ao compartilhamento de conhecimentos com os (as) arqueólogos (as) presentes, que conduziram todos os trabalhos nas aulas de campo. Partilhar de tal experiência ao lado de profissionais permitiu lançar um olhar sobre o fazer do arqueólogo, suas relações e reações com essa prática, materializando suas fruições, tanto através de suas lembranças e memórias resultantes de referenciais já vivenciados, como por suas expressões corporais e sentimentais que se deram durante toda a práxis.

Esses momentos acabaram por minimizar certas dúvidas sobre o uso da fruição como elemento agregador no processo de representação da informação. Enquanto cientista da informação, dividir tal experiência com esses profissionais foi enriquecedor e reafirmou a ideia de que as informações resultantes das fruições agregam as memórias e representações, tornando-se

---

<sup>4</sup> Na transcrição da conversa com a equipe de arqueólogos da UFPB, o nome do pesquisador aparecerá com a seguinte abreviação, C.X.A.N.(56/M), em consonância com escolha metodológica.

<sup>5</sup> Na transcrição da conversa com a equipe de arqueólogos da UFPB, o nome do pesquisador aparecerá com a seguinte abreviação, F.A.S.M. (31/M), em consonância com escolha metodológica.

<sup>6</sup> Na transcrição da conversa com a equipe de arqueólogos da UFPB, o nome do pesquisador aparecerá com a seguinte abreviação, S.M.S (28/F), em consonância com escolha metodológica.

<sup>7</sup> No Cd em anexo está disponibilizado imagens e vídeos das ações realizadas neste trabalho de campo.



um espaço de possibilidades que o cientista da informação pode usufruir para a construção de uma representação da informação mais processual.

Como nessa viagem já tinha intenções específicas para esta pesquisa, tentou-se estabelecer mais proximidade com as mulheres que trabalhavam na casa onde estávamos hospedados. Principalmente com a filha de uma delas, prestando mais atenção nas ações e depoimentos proferidos pelos informantes. A garotinha de seis anos de idade, que toda manhã vinha com a mãe até a casa que estávamos hospedados, já no primeiro encontro nos abordou contando histórias sobre um morador que havia falecido no quarto em que estávamos, narrada em tom de brincadeira, mas recheada de imaginação com alguns fatos que ela ouvira outrora, e sempre interessada em saber o que fazíamos ou o que procurávamos.

De modo geral, o que mais chamou atenção em nossa última ida à Camalaú foi pensar em quais representações aquelas pessoas que vivem na “rua” e no “sítio” construía a partir do momento que se deparavam com os pesquisadores, que se vestem de forma diferente e estranha a eles, com botas de escalada, mochilas e todos sujos de poeira. E também que tipo de representação surgem a partir das informações que são trazidas a eles, a respeito das pinturas rupestres e dos cemitérios indígenas que sua região possui. Espera-se encontrar algumas respostas ou caminhos que levem mais perto disso.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao trabalhar com artefatos e com a cultura material na Ciência da Informação, é preciso tomar como referência a noção de documento como aquilo que possui caráter informativo (SOUZA; CRIPPA, 2011). Esse caráter de potencial informacional assemelha-se a ideia de signo. O documento acaba por se configurar como elemento constituinte que compõe o patrimônio cultural e, para alguns a Ciência da Informação, tanto o documento quanto o patrimônio vinculam-se a materialidade, por sua forte relação com os espaços institucionais no qual essa disciplina vai atuar.

Pode-se dizer que tal aspecto descende de certa forma, da influência de Paul Otlet, por meio de seu Tratado da Documentação de 1934. O documento passa por um tratamento que contemplaria o conteúdo, suporte ou forma, a partir de um controle, através da escalabilidade, representação, percepção, no sentido de oferecer a documentação um caráter científico (VAN DEN HEUVEL; RAYWARD, 2011).

Essa forma de tratar o documento foi, ao longo das últimas décadas, ganhando novos contornos teóricos e práticos dentro da Ciência da Informação. Tratar o documento enquanto elemento do patrimônio, ou como o próprio patrimônio, permite que as abordagens teóricas e práticas levem para questões voltadas para a preservação dos materiais e das memórias.

Gonçalves (2005, p.02) chama a atenção para as mudanças na própria concepção do patrimônio cultural. Congregou-se uma perspectiva utilitária até abrir espaço para novos aspectos simbólicos. Assim, permitiu-se que os bens passassem de objetos com fins de uso para se constituírem como “entidades, dotadas de espírito, personalidade, vontade”. Essas noções corroboram com o que Gonçalves descreve sobre o patrimônio enquanto categoria de pensamento.

Para tanto, levando em consideração que os bens patrimoniais não são meros objetos, Gonçalves (2005) entende que nem sempre os bens culturais são classificados por agências de poder, na categoria de patrimônio, mas alcançam o respaldo e reconhecimento por parte dos grupos sociais que os compõem. E, por essa essência, que perpassa uma questão de multiplicidade de significados, fazem com que “os objetos que compõem um patrimônio

precisam encontrar ressonância junto a seu público” (GONÇALVES, 2005, p.03).

Ou seja, o patrimônio, por fazer parte da cultura material, assume diferentes significados; seja por aqueles que o produzem, seja por aqueles que o herdam, independente do momento. Ao receber uma atribuição pelo grupo, sua valoração e significância geram um potencial simbólico que vai determinar sua posição. Essa multiplicidade de significados pode ser agregada, tornando o bem cultural em um elemento identitário daquela comunidade, e gerando, assim, tal ressonância e noção de pertencimento.

A Ciência da Informação pode, em certa medida, atuar no processo de mediação, promovendo, através de suas práticas, o tratamento, a organização e a disponibilização do documento primário e/ou das demais fontes de informação a ele atreladas aos diferentes usuários. O documento seria resultante de um processo interpretativo, que materializa certas concepções culturais selecionadas que se tornam referenciais culturais (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005). Assim,

Documento é uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural. (DODEBEI, 1997, p. 175).

Pode-se dizer que o termo "patrimônio" possui uma diversidade conceitual, no qual foi se modificando ao longo da história ocidental, em virtude das práticas de patrimonialização. A noção do termo "patrimônio" perpassou uma concepção voltada ao viés financeiro, no sentido de propriedade e herança, até assumir uma noção cultural. Dessa forma, tal conceito se apresentou com diferentes contornos semânticos, conforme o contexto social e espaço-temporal no qual foi e está inserido.

Aqui, se aceita a noção de patrimônio como categoria de pensamento. Está no sentido de perceber as diversas dimensões significativas socioculturais, científicas e políticas que são cruciais para manutenção dos grupos sociais humanos (GONÇALVES, 2003; GONÇALVES, 2005; SALAINI; GRAEFF, 2011).

Considerando que o patrimônio cultural opera na dualidade do material e/ou imaterial no que tange sua categorização, essa dicotomia pode ser

colocada em questão. Gonçalves (2005) já alertava tal questão para evitar a desassociação desses termos. Tomado como exemplo a análise de Câmara Cascudo sobre uma rede, o autor faz uso da noção da rede vista a partir de seu uso, das mediações sensíveis que surgem a partir desse objeto e como ele promove e se torna uma extensão do corpo. Ele destaca que:

O uso desse objeto articula material e simbolicamente uma forte valorização de uma subjetividade que se define precisamente não pela ação disciplinada e voluntariosa por meio da qual se impõe sobre o mundo, o que caracterizaria a chamada moderna subjetividade ocidental, mas ao invés, pela sua plasticidade e adaptação a esse mundo (GONÇALVES, 2005, p.06).

É interessante refletir sobre a noção que envolve a própria materialização. Num primeiro impacto, a palavra remete a algo tangível. Porém, neste trabalho, que visa quebrar a dicotomia entre patrimônio material e imaterial, o sentido de materialização é tratado enquanto perceptível aos sentidos, para além de uma idéia meramente física – de objetificação, seguindo pensamentos de autores como de Miller (2013), Bezerra (2017), entre outros. Doravante, também se torna desnecessário o uso dos termos "tangível" e "intangível" como forma de distinção (GONÇALVES, 2005, p. 03). E, diante de tal perspectiva, corrobora-se que todo “o patrimônio sempre foi e é ‘material’”.

Para tanto,

O material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria. A noção de patrimônio cultural desse modo, enquanto categoria do entendimento humano, na verdade rematerializa a noção de "cultura" que, no século XX, em suas formulações antropológicas, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc. (GONÇALVES, 2005, p. 04).

Para uma concepção expandida de patrimônio cultural, é preciso caminhar para uma relação entre a sociedade e cultura. Deve-se compreender as diferentes categorias de pensamento que envolvem o patrimônio e desvinculando-se do aspecto restrito da materialidade enquanto algo meramente físico, que por muitas décadas buscou paralisar o tempo. Segundo Silveira e Lima Filho (2005, p. 45),

[...] não se "congela" o que, por princípio, é volátil, flexível, mutável, posto que vivido nas práticas sociais inseridas no corpo de um vasto conjunto de ações culturais dinamizadas pelo imaginário, intimamente vinculado à memória coletiva das comunidades.

Essa dicotomia do patrimônio também é posta em questão por Smith (2008). Para ele, o patrimônio seria processual, inserido nos contextos sociais e culturais, carregado de significações. E, por se tratar de um fenômeno cultural e humano, assume uma relação de imbricamento com a memória.

Segundo Souza e Crippa (2011, p.247), o estudo do patrimônio está relacionado aos “processos de rememoração e as representações sociais que o constrói discursivamente”. Isso o torna representante de um tempo volátil e instável, pois transita nas memórias e nos jogos de poder das sociedades.

Esses jogos ocorrem a todo tempo e acabam por determinar o valor do bem cultural<sup>8</sup>, inferido pelos estímulos advindos da memória social e da formação da identidade cultural do grupo. Pode-se dizer, assim, que esses elementos consolidam a própria noção de cidadania. A sociabilidade, que advém de “relações entre os indivíduos entre si, e deles com a sociedade” (ALMEIDA, 2010, p.54), moldam-se através das festas populares, do uso das novas tecnologias, e da popular conversa. A conversa tem um papel decisivo no processo de significação e valoração do bem cultural, pois ela permite “[...] a partilha de conhecimentos e a possibilidade de entendimento entre os indivíduos [...]” (ALMEIDA, 2010, p.54).

Já a socialização está voltada para uma introjeção de padrões, fortemente ligada às agências socializadoras da própria sociedade, de instituições governamentais e à própria instituição família. Ela pode ser compreendida em duas etapas. A socialização primária, que se inicia na infância através da aprendizagem das linguagens, tanto dentro da família, na escola e nos círculos sociais no qual a criança está inserida, permite assegurar a “[...] posse subjetiva de um eu e de um mundo exterior” (SETTON, 2005, p.340). A socialização secundária resulta das relações construídas dentro das instituições de modo geral, numa aquisição de saberes específicos que se voltam para a prática do trabalho. A socialização é vista, então, como um processo de coerção social.

O patrimônio cultural, enquanto construção simbólica, opera nos jogos de poder e de interesses das políticas culturais e da própria sociedade, no qual

---

<sup>8</sup> Admite-se, aqui, a noção de bem cultural de Sousa; Oliveira e Azevedo Netto (2015) como aquilo que é representativo e passa a agregar tanto elementos materiais, quanto imateriais da cultura.

se determina e seleciona-se o que irá se representar ou o que será esquecido pelo grupo. Pensar a socialização da informação nesse contexto seria refletir as informações e suas representações para além dos modelos já utilizados, servido de estratégia alternativa. Assim,

Trata-se, não mais da transferência hierarquizada de representações, interpretações e codificações unilaterais, mas, optando pela intertematicidade em lugar da interdisciplinaridade, de estruturar espaços e ações info-comunicacionais onde confluem heterogêneos atores sociais, saberes, “visões de mundo” na busca da concretização de objetivos coletivos e/ou individuais. Para além das visões tradicionais, a socialização da informação remete à construção, tratamento e divulgação da informação em regime de cooperação, parceria e solidariedade (LOUREIRO, 2002, p.02).

Essa ação dos jogos de poder, que envolve os bens culturais, pode ser compreendida como parte do processo de patrimonialização<sup>9</sup>. Percebe-se que esse próprio processo no Brasil seguiu a dicotomia do material e imaterial, inicialmente, com as políticas de tombamento dos bens patrimoniais (edificados) com intuito da preservação (década de 1930) e, posteriormente, (década 1970) abrindo uma nova perspectiva que valoriza o ato de produção, o fazer, que perpassa a imaterialidade (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005).

Dessa maneira, reflete-se que:

A patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar mecanismos de afirmação de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural, com a atribuição de valores, sentidos, usos e significados, voltados para um processo de revitalização e ativação das memórias passíveis de caírem no esquecimento (CLAUDINO, 2013, p.08).

Levando-se em conta o processo de patrimonialização na esfera dialógica entre instituição e comunidade, considera-se que a fruição tem um papel significativo nas dinâmicas intersubjetivas que envolvem a representação e a ressignificação da noção de patrimônio cultural. Em se tratando do patrimônio Arqueológico, quando a comunidade desconhece a presença dos sítios ou apenas encontra uma lacuna na significação dos vestígios, o arqueólogo assume em certo sentido, um papel fundamental, e que vai contribuir de modo significativo ao processo de patrimonialização desses bens

---

<sup>9</sup> A Patrimonialização pode ser um processo que ocorre tanto no âmbito institucional como na esfera cotidiana, e enquanto ação, implica em estabelecimento de processos de significação dos elementos da cultura material com os contatos intersubjetivos dos indivíduos.



culturais. Suas ações que irão gerar informações de culturas pretéritas que passarão a agregar a dinâmica social e cultural contemporânea.

Nesse sentido, Lopes (2000) chama a atenção para a necessidade de perceber o sítio arqueológico a partir de uma ligação em tramas ou rede, e não de forma isolada. A autora supracitada entende que as informações fragmentadas que surgem e são reunidas aqui e ali podem ser compiladas. E, por mais que possam não ter um embasamento teórico ou científico exato, são importantes indicadores de presença e de memórias que auxiliam no processo de identificação e localização de sítios arqueológicos.

O processo de patrimonialização pode fazer com que algo do lugar pereça. As memórias, ali construídas, perdem sua importância em detrimento dos discursos patrimoniais, formais e institucionais, construídos para justificar e legitimar a nova concepção de lugar enquanto espaço patrimonial institucional. Isso acontece, sobretudo, quando esse processo é exercido de modo verticalizado, sem uma aproximação afetiva e sensível, principalmente no que diz respeito às memórias e vivências daqueles que habitam ou convivem com elementos culturais de outras sociedades, como o caso dos sítios arqueológicos.

Assim, temos como hipótese de tese: **A fruição como processo subjetivo e intersubjetivo de construção da informação patrimonial na formação das memórias.** Traçou-se, dessa maneira, como objetivo geral para esta pesquisa: Compreender como se dão as representações dos patrimônios arqueológicos de Camalaú-PB, pelas comunidades de entorno e os arqueólogos que atuam na região, a partir do processo de fruição e percepção que ocorrem na mediação da informação, como indícios de possibilidades representativas da informação e de construções memoriais.

Para tanto, seguiu-se os objetivos específicos para trilhar o caminho da pesquisa: Levantar nas fontes bibliográficas, acadêmicas e não-acadêmicas, com informações sobre os patrimônios arqueológicos em Camalaú; Identificar, por meio do trabalho de campo, as experiências de proximidade e distanciamento das relações entre as pessoas pesquisadas e o patrimônio arqueológico; Verificar, através das “conversas”, as possíveis fruições e informações que permeiam o patrimônio arqueológico, buscando dar visibilidade às representações e memórias dos moradores de Camalaú e dos

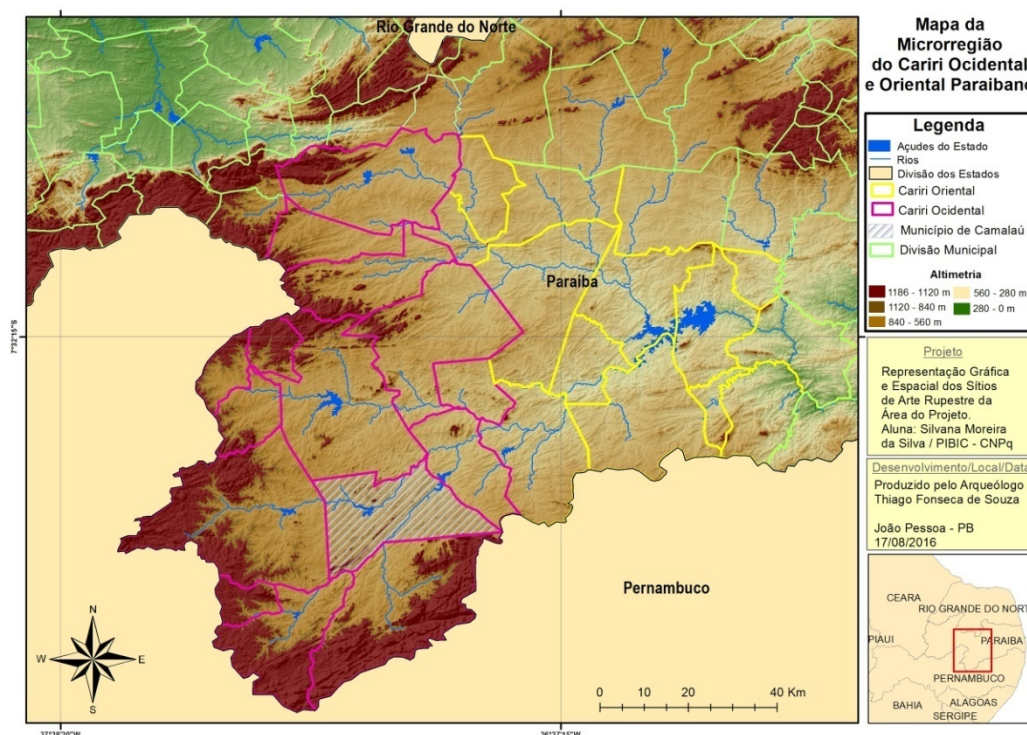
arqueólogos que lá atuam; Apresentar as informações construídas durante o processo de fruição, para que possam contribuir em uma ecologia do saber, permitindo uma representação da informação sensível e a possibilidade da constituição memorial.

### 1.1 O Município de Camalaú/PB: O contexto Histórico e seu Patrimônio Arqueológico

O município de Camalaú está situado à 330km da capital João Pessoa, com uma área de 543.688km<sup>2</sup>, localizado na mesorregião da Borborema, no Cariri Ocidental paraibano. Com clima semiárido, mata típica da caatinga, sua bacia hidrográfica é composta pelo Rio Paraíba, ou também conhecido na região pelo Rio do Meio, e o Rio da Serra ou Espinho.



**Figura 01** - Mapa das mesorregiões do Estado da Paraíba. **Fonte:** Site [www.baixarmapas.com.br](http://www.baixarmapas.com.br)



**Figura 02** - Localização Camalaú/PB. **Fonte:** Acervo Digital do NDIHR/UFPB.

Segundo Neves (2010), o território de Camalaú foi habitado até meados do século XVII pelos índios Cariris e pela influência dos termos indígenas da região. É possível identificar essa herança cultural na nomeação de alguns povoados, a exemplo do nome da cidade de Camalaú, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>10</sup> - (IBGE, 2016), teria origem graças ao lugar pertencente à tribo Caibus<sup>11</sup>, cujo chefe seria um guerreiro conhecido por Camalaú.

Camalaú é uma denominação de origem indígena - do tupi-guarani - embora essa língua nunca tenha sido falada na região em que o município está localizado. Na verdade, os nativos que habitavam a área na qual Camalaú veio situar-se curiosamente pertenciam ao tronco Gê ou Tapuia, da grande família dos Cariris ou Kiriris [...] (MARIANO SOBRINHO et al, 2012, p.37).

Mariano Sobrinho (1996) apresenta diferentes teorias sobre a gênese que envolve o nome da cidade de Camalaú. Por exemplo, toma-se como

<sup>10</sup> IBGE. Histórico do Município - Camalaú. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250390>> Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

<sup>11</sup> Dentre as vertentes que traçam a origem dos habitantes pré-históricos do Cariri Paraibano, como Mariano Sobrinho (1996), algumas tribos descenderiam da região do Caribe, essa teoria aproxima o termo Caibus, a terminologia Karibo, que segundo a linguagem artificial Esperanto, corresponderia a grupos indígenas cuja família lingüística pertencia à região caribenha.

referência uma formação rochosa que, para alguns, se assemelha ao desenho de um seio feminino, numa alusão à Pedra do Salão, a também conhecida Pedra da Rajada (MARIANO SOBRINHO et al, 2012). Em relação a sua formação enquanto cidade, Neves (2010, p.22) aponta que:

[...] a fundação do povoado deu-se em 21 de julho de 1895 quando, oficialmente o casal Domingos Ferreira Brito e Rosa Maria da Conceição doara a Igreja Católica mais de dezesseis hectares de terra para a formação do patrimônio de São José, que hoje é o padroeiro da cidade, por solicitação de José Cardoso da Silva, que então passou a ser considerado o fundador do município.

Apesar da doação da Fazenda Boa Vista, realizada pelo casal supracitado, o povoado só passa a ser denominado enquanto categoria de município em 12 de dezembro de 1961, ao ser desmembrado do município de Monteiro/PB, pelo então governador da Paraíba Pedro Moreno Gondim. Finalmente, em 19 de março de 1962, Camalaú tem sua emancipação política, embora a herança coronelista tenha persistido por quase vinte anos (MARIANO SOBRINHO et al, 2012). Nesse sentido, tais autores enfatizam:

É curioso observar que uma das condições impostas pelos chefes políticos da época da emancipação foi a de que não deveria haver “divisão política” no novo município, ou seja, a oposição deveria morrer e todos os candidatos deveriam ser eleitos por acordo – e isso aconteceu até o ano de 1981, quando foi reerguida a bandeira da oposição (MARIANO SOBRINHO et al, 2012, p.40).

Ainda conforme esses autores, a religião e a política sempre atuavam juntas e de forma dominante na região. Influenciavam não apenas na distribuição das terras, mas principalmente no acesso à educação, que até a década de 1970 contava apenas com “escolas primárias”. Em 1971, iniciou-se um projeto de Educação Comunitária, elaborada por Antônio Mariano Sobrinho (professor da cidade), que oferecia o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino técnico gratuito aos moradores da região. Surgiu, assim, a organização da Sociedade Camalauense para o Desenvolvimento da Educação (SOCADEAGRO) e o Centro de Estudos Agrotécnicos “José Mariano de Farias” (CEAGRO) – as instalações do CEAGRO ainda são utilizadas pela comunidade e o centro continua promovendo alguns eventos pontuais na cidade.

Foi também na década de 1970 que se oficializou o hino municipal da cidade, aprovado pela Câmara Municipal por meio da Lei nº 103/71. A composição foi produzida por Antônio Mariano Sobrinho (MARIANO SOBRINHO et al, 2012, p.46).

#### **Hino de Camalaú**

Camalaú, és berço de um povo  
que avança, buscando vitória,  
guiado por um ideal novo,  
ideal de progresso e glória!

-

#### **Refrão**

E, a cantar teu valor,  
caminhamos com fé e amor  
para a glória do porvir,  
quando o Brasil irá sentir  
pairar aqui a Mão de Deus  
nos feitos imortais dos filhos teus!

-

O teu nome, esperança traduz.  
E, a brilhar sob o céu cor-de-anil,  
os teus filhos são focos de luz  
que hão de iluminar o Brasil!

-

#### **Refrão**

-

Neste solo que é paraibano,  
Nesta terra que é brasileira,  
tens por símbolo um divino arcano:  
a estrela da tua Bandeira!

De acordo com o levantamento de informações para compreender as realidades socioeconômicas do município de Camalaú, a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE (2017), identificou-se que Camalaú possui 5.971 habitantes, em sua maioria declarantes da religião católica. Em relação à produção econômica local, o setor mais ativo é o de serviços, seguido pela agropecuária e, com um número menos expressivo, o setor industrial. A renda mensal por domicílio particular nas áreas rurais é em torno de R\$ 682,19, enquanto na zona urbana alcança o valor de R\$ 845,21 (IBGE, 2017).

Por meio da pesquisa de campo, foi possível identificar alguns Programas Sociais e de Financiamento oferecidos pelo Governo Federal como fonte alternativa de auxílio e subsistência das famílias camalauenses, a exemplo da “Bolsa Família” e “Plano Safra da Agricultura Familiar”. Já no âmbito do Governo Estadual, identificou-se outros Programas, como “Programa

Pão e Leite”. Através dos dados fornecidos pelo IBGE (2017), 64,1% da população de Camalaú é alfabetizada, o que nos possibilita identificar que 2.141 camalauenses encontram-se categorizados como semi ou analfabetos. Essas informações possibilitaram compreender melhor a realidade social dessa comunidade durante a imersão no campo, entrecruzando algumas relações entre os pesquisadores e os informantes.

Além do levantamento de dados em órgãos de pesquisa, como o IBGE, e dados bibliográficos a respeito desse município e de seus sítios arqueológicos, considerou-se a fonte empírica de informações os moradores da cidade. O nome de Antônio Mariano Sobrinho destacou-se não apenas nesta etapa, mas também durante a pesquisa de campo, sendo referenciado por quase toda comunidade. O professor Antônio Mariano Sobrinho assume tanto o papel de “homem memória” da comunidade, como também é encarado como uma referência intelectual, política e social de Camalaú.

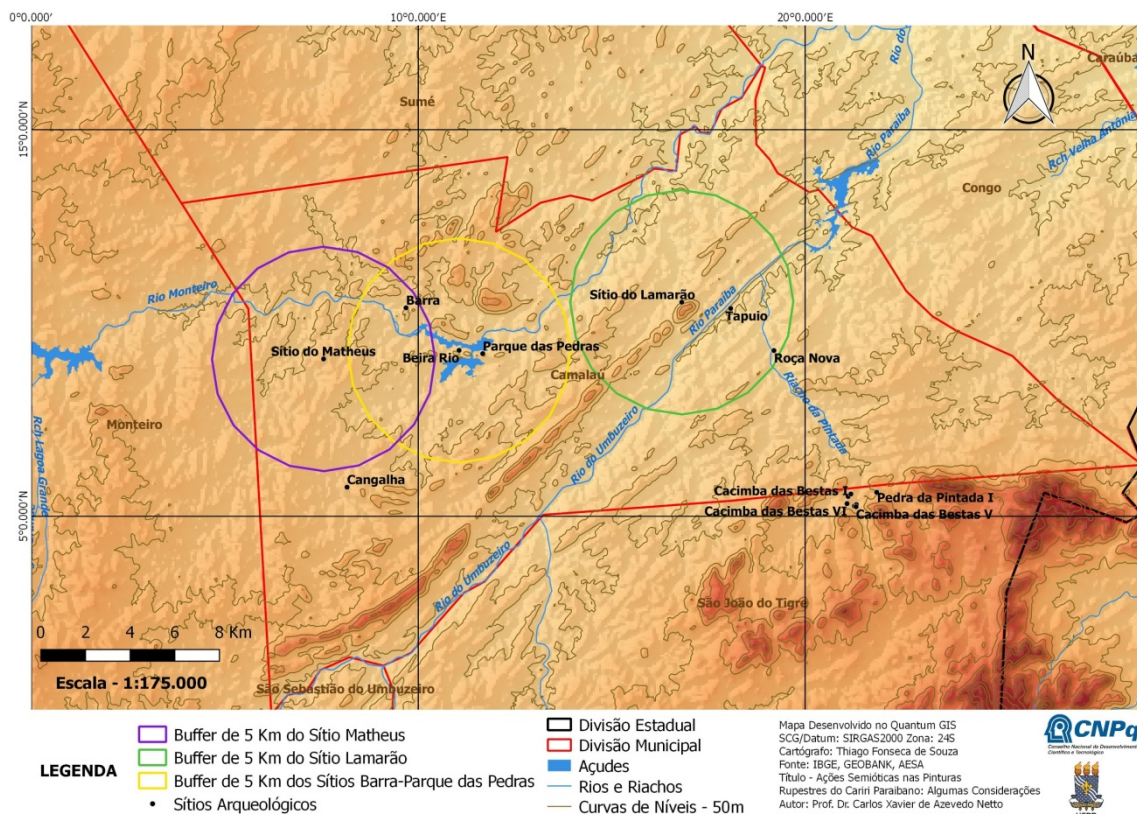
Dessa maneira, pode-se dizer que, ao entender as realidades e condições de vida no qual nossos informantes vivem – por meio de dados fornecidos e aliados a experiência *in loco* com cada pessoa –, compreende-se melhor quem está falando e de onde se fala. Percebemos as diferentes identidades que cada pessoa pode assumir diante das relações e experiências que desenvolveu ao longo de sua existência, pois as identidades se dão conforme o “[...] movimento e a capacidade de mudança, e não a habilidade de se apegar a formas e conteúdos já estabelecidos, que garante sua continuidade” (BAUMAN, 2012, p.69).

Nesse sentido, não basta fazer apenas associações e levantamentos de dados quantitativos para compreender ou reconhecer uma realidade específica. É preciso, principalmente, vivenciar e partilhar dessas experiências, trabalhando elementos como a lembrança e a percepção em relação aquilo que se vê (enquanto imagem) para como é/pode ser representado (percebido pelo corpo), como bem coloca Bergson (2010, p.12):

Passo em revista minhas diversas afecções: parece-me que em cada uma delas contém, à sua maneira, um convite a agir, ao mesmo tempo com a autorização de esperar ou mesmo de nada fazer. Examino mais de perto: descubro movimentos começados, mas não executados, a indicação de uma decisão mais ou menos útil, mas não a coerção que exclui a escolha.







**Figura 03** - Localização dos sítios arqueológicos identificados no Município de Camalaú.  
**Fonte:** Acervo Digital do NDIHR/UFPB.

Em relação aos registros gráficos encontrados nos sítios arqueológicos de Camalaú, podem ser classificados, segundo Santos Júnior (2009, p.34), dentro de duas unidades classificatórias dos grafismos rupestres da arqueologia brasileira, denominadas tradição Nordeste ou Agreste (pinturas),

A tradição Nordeste apresenta em seus painéis uma predominância de grafismos reconhecíveis compostos por figuras humanas, representações de animais, plantas, utensílios, artefatos e adornos. Tem como principais características a narração e diversidade de cenas com grafismos em pequenas dimensões (geralmente entre 5 a 10 cm), com sensações de movimentos e ação. Existe uma predominância de representações antropomorfas e zoomorfas, e em menor número, os fitomorfas e os utensílios/artefatos culturais.

Segundo Santos Júnior (2009), os sítios de Camalaú estariam inseridos, juntamente com outros sítios das regiões de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, em uma possível rota de migração, cuja hipótese coloca o Piauí (São Raimundo Nonato) como epicentro dessa tradição gráfica de registros pintados. Teria uma extensão por toda região Nordeste, utilizando o rio São Francisco



como via de acesso para os deslocamentos<sup>13</sup>. Devido à próxima semelhança entre as características de apresentação gráfica, Santos Júnior (2009, p.34) explica que:

Essa provável rota migratória com a região da Serra da Capivara no Piauí vem sendo estudada por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco há várias décadas, tendo como um dos critérios de análise as representações humanas rupestres do Seridó, [...]

Na busca por informações a respeito dos sítios de Camalaú, encontrou-se, num primeiro momento, o Projeto Arqueologia do Cariri<sup>14</sup>. Foi iniciado no ano de 2004, por meio de pesquisas desenvolvidas por alunos de pós-graduação. Temos como exemplo Matos (2015), publicado pela Universidade de Pernambuco, Oliveira (2009) e Duarte (2010), publicadas pela Universidade Federal da Paraíba, entre outros projetos de pesquisa, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, sob orientação do professor Carlos Xavier de Azevedo Netto.

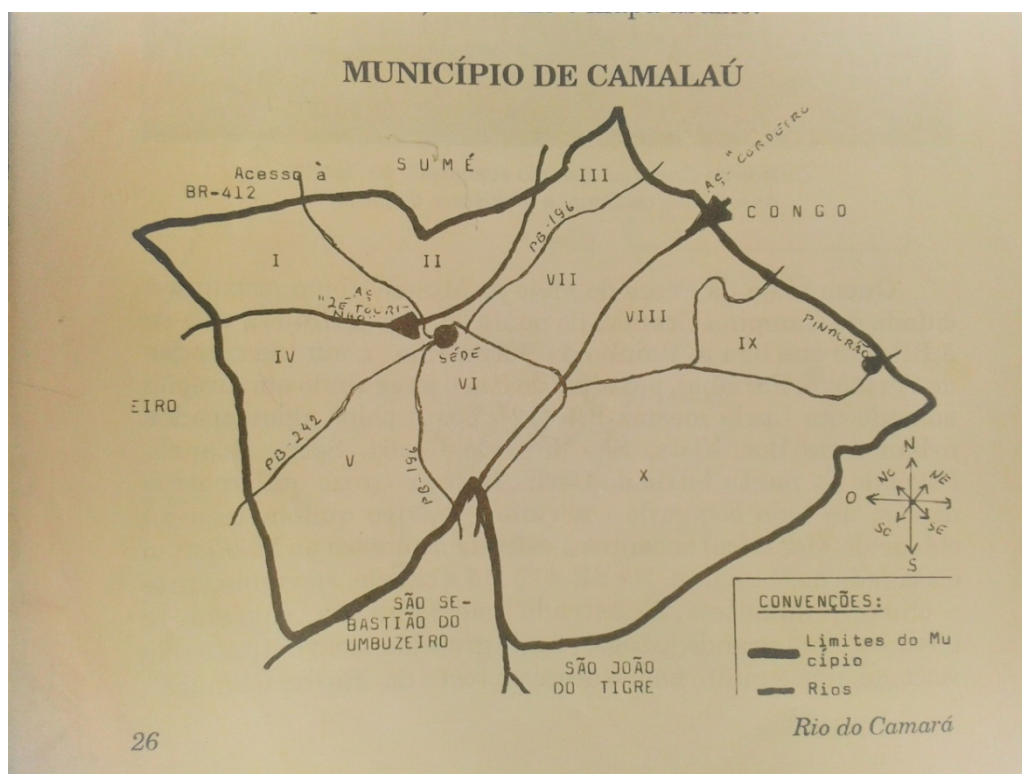
Já no processo de inserção no campo de pesquisa, foi possível identificar algumas informações locais disponíveis sobre os sítios arqueológicos de Camalaú, como dados nos relatórios da empresa CMT Engenharia<sup>15</sup>, responsável pelo “Projeto São Francisco – um Brasil mais integrado e melhor para todos” de 2012. Ainda detectamos informações em obras literárias, como do Padre João Jorge Rietveld e do professor Antônio Mariano Sobrinho, que identificam alguns sítios arqueológicos, listando todos os sítios que compõem a zona rural do município de Camalaú, conforme ilustra a Imagem 06 e o Quadro 01.

---

<sup>13</sup> Tal assertiva não condiz com o que é afirmado por Azevedo Netto, Duarte e Oliveira (2010), que colocam esses grafismos em uma nova configuração ainda não categorizada.

<sup>14</sup> Informações sobre o projeto estão disponíveis no site do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR/UFPB. Disponível em: <[http://www.ndihr.ufpb.br/arqueologia/arqueocariri\\_relatorio.html](http://www.ndihr.ufpb.br/arqueologia/arqueocariri_relatorio.html)> Acesso em set. 2017.

<sup>15</sup> Informações sobre a empresa ver site institucional. Disponível em: <<http://cmtengenharia.com.br/externo/empresa.jsp>> Acesso: jul de 2016.



**Imagem 06** - Divisão por grupos de Sítios do Município de Camalaú, mapa elaborado por Mariano Sobrinho (1996, p.26). **Fonte:** Mariano Sobrinho (1996).

**Quadro 01:** Adaptação da Lista de Sítios de Camalaú por região que possuem sítios arqueológicos.

Identificação	Sítio(s)	Sítio Arqueológico
I	Barra, Cachoeira de Cunha, Roça Velha Várzea do Meio, Vermelha, Viegas	Barra
II	Boa Vista, Bola, Craibeiras, Fernandes, Gerimum, Juá, Mocós, Porteiras, Tortão	—
III	Conceição, Ipueiras, Madeira, Malhada da Pedra, Salgadinho, Vermelha, Volta	—
IV	Água Branca, Carangueijo, Carrapateira, João Mendes, Mateus, Palmatória, Pinheiro, Pimenta, Tapera, Umburana, Uruçu	João Mendes ou Mateus <sup>16</sup>

<sup>16</sup> Por serem Sítios vizinhos, o Sítio João Mendes ou também denominado Sítio João Bosco, pode ser chamado de Sítio Mateus, como é conhecido pelos arqueólogos. Tal fato aconteceu porque tiveram suas fronteiras mudadas, conforme pode ser identificado através das conversas com M.B.M. (75/F) e E. (45/M). Atualmente, pode-se dizer que esse sítio arqueológico está inserido na propriedade do Sítio João Mendes, apesar da equipe arqueológica que atua na região identificá-la como Sítio Mateus.

		Pinheiro <sup>17</sup>
V	Bonome, Cachoeirinha, Cajueiro, Cangalha, Fazenda Nova, Floresta, Pedra Branca, Pelo Sinal, Porteiras, Rajada	Cangalha Rajada <sup>18</sup>
VI	Caroá, Fazenda Santo Antônio	—
VII	Focinho Torto, São Bento, Baraúnas, Branquinhos, Caiçara, Camalaú Velho, Coelho, Lamarão, Maniçoba, Pedra D'Água, Roça Velha	Lamarão
VIII	Fazenda da Serra, Gangorra, Maxixe, Patos, Roça Nova, Tapuia, Urubu	Roça Nova Tapuia
IX	Aguazinha, Corredor, Juá, Lagoa Seca, Mulungu, Pindurão, Quinquim, Salãozinho	Pindurão <sup>19</sup>
X	Açude, Arara, Boa Vista, Cacimba das Bestas, Cascavél, Deserto, Florinda, Fortaleza, Garrote, Ipueiras, Lambedor, Lucrecia, Papagaio, Pintada, Raposa, Riacho da Prata, Salão, Serrote Vermelho, Sítio do Meio, Velhão, Vermelha	Cacimba das Bestas Pintada <sup>20</sup> Florinda/Salão <sup>21</sup>

**Quadro 01:** Lista dos Sítios de Camalaú elaborada por Mariano Sobrinho (1996), adaptado para pesquisa.

Nesse sentido, em 1996, foram listados 93 sítios compondo a Zona Rural do Município de Camalaú. Entretanto, os dados encontrados no relatório da CMT Engenharia (2012), que tiveram por base dados do cadastro municipal, apontam que, em 2012, Camalaú possuía 77 localidades (divididas em sítios ou fazendas). Assim, tomando como referência a organização dos sítios por zonas, como fez Mariano Sobrinho (1996), foi defrontado tais informações com os dados elaborados pelo relatório da CMT Engenharia (2012) em relação aos sítios e identificado uma configuração nova. Isso aconteceu devido às re-

<sup>17</sup> Este Sítio foi mencionado pelas moradoras R.F.O.(63/F) e M.O.S.(88/F), ao se referirem em locais que tinham coisas de “caboclo brabo” e “mal-assombros”.

<sup>18</sup> Este Sítio, que compreende uma serra, foi mencionado pelos moradores M.C.O.I.(77/F), L.C.(>60/M) e M.L.(>40/F) e no próprio relatório da CMT (2012).

<sup>19</sup> Este Sítio foi mencionado pelos moradores M.S.(51/M), A.M.S.(63/M) e L.C.(56/F), que correlacionaram a lenda que envolve este local com o termo “sítio arqueológico”.

<sup>20</sup> Trata-se de um complexo de cinco sítios arqueológicos.

<sup>21</sup> Estes Sítios foram mencionados no relatório da CMT (2012), entretanto não há ainda confirmações por parte da equipe arqueológica que atua no local.

organização dos territórios ou pela troca de proprietário – por exemplo, o surgimento de três assentamentos –, como também pelo movimento migratório da zona rural para a zona urbana. Com base no cruzamento desses dados, pode-se atualizar tal lista:

**Quadro 02** - Adaptação da Lista de Sítios de Mariano Sobrinho a partir dos dados da CMT (2012).

Identificação	Sítio(s)	Sítio(s) Arqueológico(s)
IV	Assentamento Beira Rio	X
V	Assentamento Eldorado dos Carajás	—
VI	Assentamento Novo Mundo	—

**Quadro 02** - Adaptação da Lista de Sítios de Mariano Sobrinho a partir dos dados da CMT (2012).

Como mencionado anteriormente, os primeiros contatos com os sítios arqueológicos de Camalaú ocorreram em visitas pontuais a partir de julho de 2013 e novembro de 2015. Assim, essas visitas proporcionaram compreender melhor algumas metodologias, ferramentas e o próprio objeto de estudo, percebendo e assimilando questões estéticas e nas dimensões sensoriais táteis, diante da porosidade das cerâmicas, por exemplo. Nesse reconhecimento dos sítios arqueológicos de Camalaú, foi possível conhecer os seguintes sítios<sup>22</sup>:

**Quadro 03:** Levantamento dos Sítios Arqueológicos de Camalaú-PB

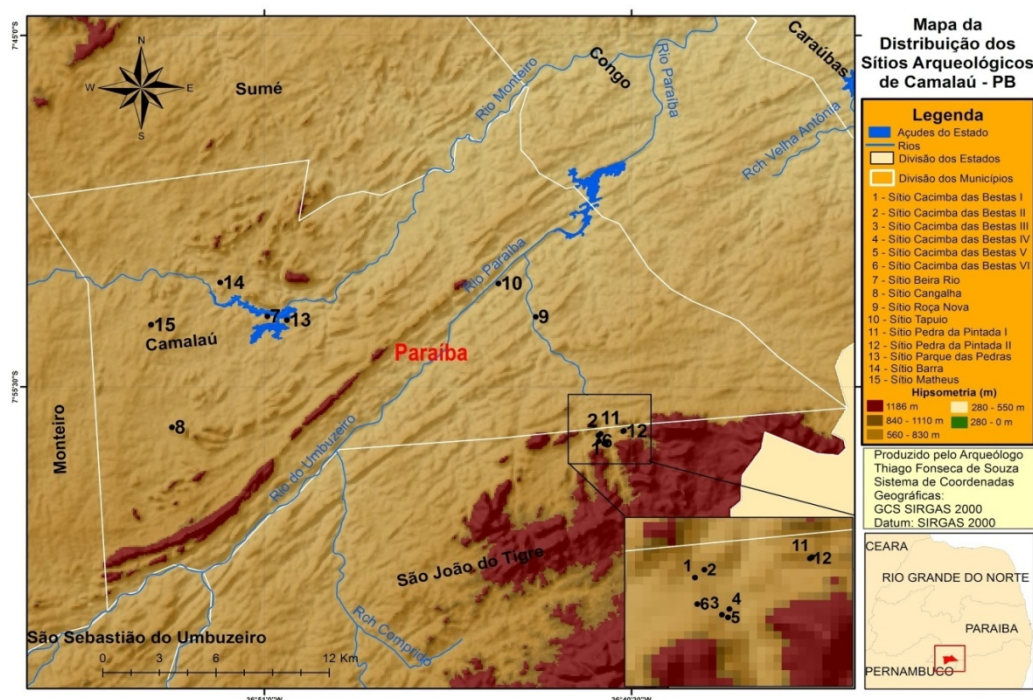
SÍTIO	MATERIALIDADE		LOCALIZAÇÃO <sup>23</sup>		
	NATUREZA	MODALIDADE	UTM E	UTM N	ZONA
<b>Sítio Tapuio</b>	Registro Rupestre e Artefatos	Cerâmica e Lítico	749354	9129008	24M
<b>Sítio Cacimba das Bestas I</b>	Registro Rupestre	Pintura	754572	9120600	24M

<sup>22</sup> No Cd anexo podem ser encontradas imagens referentes a alguns sítios identificados. (Paisagens, Pinturas Rupestres e Cemitérios Indígenas).

<sup>23</sup> Todos os sítios se encontram na Zona 24M. Para tanto, deve-se considerar as coordenadas da seguinte maneira: UTM 24M xxxxx E, ou UTM 24M xxxx N

<b>Sítio Cacimba das Bestas II</b>	Registro Rupestre	Pintura	754698	9120711	24M
<b>Sítio Cacimba das Bestas III</b>	Registro Rupestre	Pintura	754849	9120172	24M
<b>Sítio Cacimba das Bestas IV</b>	Registro Rupestre	Pintura	754949	9120237	24M
<b>Sítio Cacimba das Bestas V</b>	Registro Rupestre	Pintura	754925	9120142	24M
<b>Sítio Beira Rio</b>	Registro Rupestre	Pintura	737170	9127203	24M
<b>Sítio Cangalha</b>	Registro Rupestre	Pintura	732118	9121133	24M
<b>Sítio Roça Nova</b>	Registro Rupestre, Artefatos	Pintura, Cerâmica	751284	9127122	24M
<b>Sítio Pedra da Pintada I</b>	Registro Rupestre	Pintura e Gravura	755866	9120796	24M
<b>Sítio Pedra da Pintada II</b>	Registro Rupestre	Pintura	755852	9120779	24M
<b>Sítio Parque das Pedras</b>	Cemitério	Ósseo, Cerâmica, Lítico	738228	9127050	24M
<b>Sítio Barra</b>	Cemitério, Artefatos	Ósseo, cabelo, Cerâmica, Lítico trançados	734801	9129111	24M
<b>Sítio Mateus</b>	Registro Rupestre e possível Cemitério	Pintura e Ósseo	731094	9126853	24M
<b>Sítio Lamarão</b>	Registro Rupestre, Artefatos	Pintura, Líticos, Ósseo.	747164	9129297	24M

**Quadro 03:** Levantamento dos Sítios Arqueológicos de Camalaú já visitados. **Fonte:** OLIVEIRA (2009) e Dados do Projeto Arqueológico do Cariri Paraibano (2006).



**Figura 04** - Mapa de Distribuição dos Sítios Arqueológicos de Camalaú já identificados. **Fonte:** Acervo Digital do NDIHR/UFPB.

Nesse sentido, em breve descrição dos sítios, apresenta-se algumas informações levantadas pelos pesquisadores, identificando elementos significativos para o campo da Arqueologia, pode-se pontuar que: o **Sítio Tapuio**<sup>24</sup> está localizado na propriedade privada do Sr. Lula Pereira (PATRIOTA, 2014) e possui uma formação laminar de granito/gnaiss, com painéis de pintura rupestre, voltados para direção norte. Como descrevem Azevedo Netto e Matos (2012, p. 45), existem

[...] grande quantidade de mãos em positivo, de crianças e adultos, um grande número de motivos geométricos, motivos que lembram antropomorfos de mãos dadas e um motivo que lembra a figura de um caranguejo, todos na cor vermelha clara.

Ainda sobre o Sítio Tapuio:

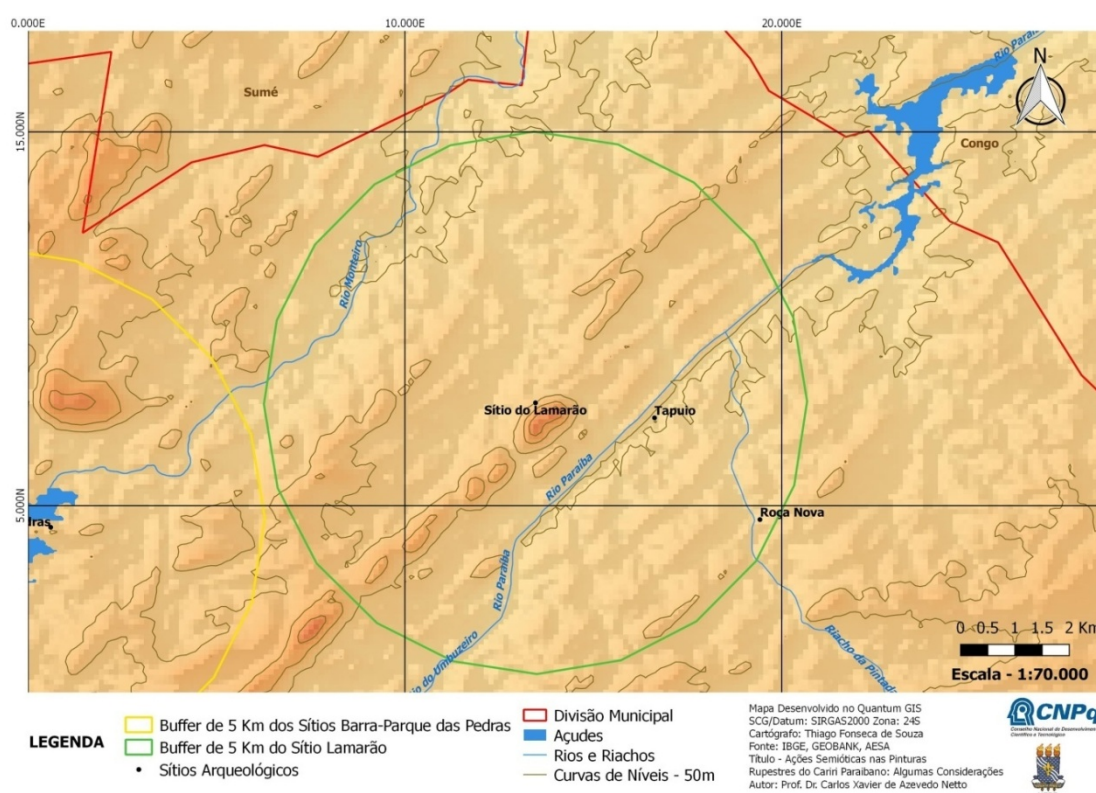
[...] possui três painéis com pinturas rupestres que ao todo possui o comprimento de 28.80 metros. As representações – desgastadas pela ação natural do tempo e animal – na sua maioria são mãos (adultas e de crianças) que estão bem mais conservadas e visíveis, principalmente no lado direito do 3º painel que faz divisa com o 2º painel (PATRIOTA, 2014, p.86).

<sup>24</sup> Segundo Pereira (2005, p.4), a palavra Tapuio vem do tupi-guarani, “[...] é uma referência aos índios que foram forçados a abandonar suas aldeias [...]” e representa uma “[...] denominação genérica do desprezo que se davam entre si”. Assim, para os tupis e portugueses, tapuio era o inimigo, hostil e escravo.



Patriota (2014) descreve detalhes sobre o Sítio Tapuio, em relação à pedra e as pinturas das mãos (crianças e adultos), assim como minuciosamente relata suas experiências e impressões em torno da pedra. Em relação ao entorno, foram encontrados vestígios cerâmicos e um vestígio lítico. Azevedo Netto e Matos (2012, p.45) destacam que nesse sítio observou-se “a presença de motivos inéditos para a região, como a representação do “caranguejo” e alguns motivos geométricos”. Sobre a preservação das pinturas rupestres desse sítio, estão consideravelmente desgastadas, devido aos próprios agentes naturais daquele ambiente, tais como urina de mocó, a criação de bovinos local e intemperismos climáticos (AZEVEDO NETTO; MATOS, 2012).

Segundo a equipe de arqueólogos que atua em Camalaú, recentemente mais um sítio foi identificado, o **Sítio do Lamarão**. As informações e dados sobre esse novo local ainda estão em vias de análise e pesquisa. Sua localização é próxima ao Sítio Tapuio, como se pode observar na Imagem 10.



**Figura 05** - Sítio do Lamarão. **Fonte:** Acervo Digital do NDIHR/UFPB.

O **Sítio Cacimba das Bestas I** possui um bloco de rocha compacta de granito, com cerca de sete metros e vinte centímetros de comprimento por quatro metros de altura (MATOS, 2015). Em sua superfície constam, segundo

Matos (2015, p.79), “uma área pictórica de 8,19m<sup>2</sup>, caracterizada pela presença substancial de representações de mãos, pintadas na cor vermelha”. O **Sítio Cacimba das Bestas II** é composto por dez painéis com pinturas que, em sua maioria, correspondem a cenas de Tradição Nordeste, como antropomorfos e figuras zoomorfas, e ainda pinturas com motivos geométricos (AZEVEDO NETTO; DUARTE; OLIVEIRA, 2009). Na sequência, o **Sítio Cacimba das Bestas III** é formado por um bloco granítico, que, devido à ação do vento, esculpiu-se uma depressão que pode servir de abrigo. Apresenta pinturas em formato de grafismos puros (geométricos), na tonalidade vermelha, com representações que se aproximam de figuras zoomorfas (MATOS, 2015).

O **Sítio Cacimba das Bestas IV** apresenta-se também por um bloco de granito, com trinta e dois metros de comprimento por três metros e cinquenta e cinco centímetros de altura. Com seis manchas pictóricas em sua superfície, segundo Matos (2015, p.82), “a predominância é de grafismos puros (geométrico). Ao todo foram identificadas 64 representações antropomórficas no sítio. A maior parte encontra-se na área abrigada”. Por estarem em uma área protegida, sem exposição ao sol, chuva e vento, as pinturas encontram-se em melhor estado de conservação (MATOS, 2015). O **Sítio Cacimba das Bestas V** reúne um conjunto de blocos de granito, no qual, segundo Matos (2015), apresenta em dimensões gerais sete metros e vinte centímetros de comprimento por seis metros e dez centímetros de altura. Possui pinturas predominantemente avermelhadas com motivos geométricos (MATOS, 2015).

O **Sítio Beira Rio**, segundo Matos (2015, p.93), resulta de um “afloramento gnáissico. Encontra-se em frente a um curso d’água intermitente que, após ser artificialmente represado, atualmente é o açude municipal de Camalaú”. Dentre as pinturas desse sítio, há uma predominância de figuras zoomórficas. Para Azevedo Netto e Matos (2012, p.47), foi possível identificar, em momento posterior, “um possível padrão de representação dos ornitomorfos e cervídeos, os quais aparecem, em sua maioria, em pares”.

O **Sítio Cangalha** é composto por três painéis, considerado por Azevedo Netto, Duarte e Oliveira (2009) como um sítio abrigo. Possui grafismos em formatos espiral concêntrico em tons de branco e preto, círculos com preenchimento e ainda linhas paralelas na tonalidade vermelha (MATOS, 2015). O **Sítio Roça Nova**, segundo Azevedo Netto, Duarte e Oliveira (2009);



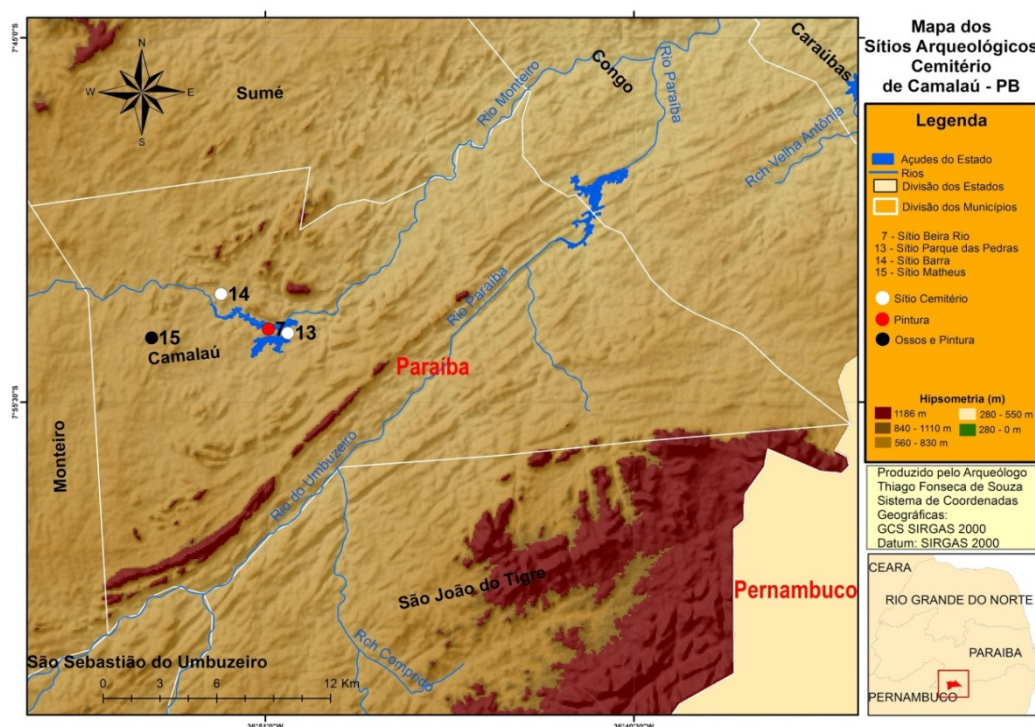
Duarte (2010) está localizado nas proximidades do cemitério Barra e do Rio Espinho. Possui cinco painéis de pinturas que variam entre figuras de motivos naturalistas como geométricos. Entre os grafismos naturalistas, chama a atenção à cena com “representações de relações sexuais, havendo também a presença de grafismo puro e carimbos” (AZEVEDO NETTO; DUARTE; OLIVEIRA, 2009, p. 49).

O **Sítio Pedra da Pintada I** também corresponde a um bloco de granito, com nove painéis, apresentando tanto pinturas, quanto gravuras, na tonalidade vermelha. Segundo Azevedo Netto, Duarte e Oliveira (2009, p.48) as gravuras possuem formas geométricas, e “[...] as figuras de forma naturalistas com algumas pinturas apresentando características de mãos e redes”, além de um antropomorfo (MATOS, 2015). Já o **sítio Pedra Pintada II** constitui-se de blocos de granito, formando um abrigo. As pinturas representam grafismos geométricos e manchas de tintas (MATOS, 2015).

O **Sítio Parque das Pedras** também se apresenta como um bloco de granito, formando um abrigo natural. Nesse sítio foi realizado um processo de sondagem e escavação, encontrando a existência de vestígios ósseos, líticos, e, até o momento, raros cerâmicos (AZEVEDO NETTO; MATOS, 2012). Outro sítio dessa região de Camalaú é o **Sítio Barra**, que, assim como o sítio Parque das Pedras, configura-se como um abrigo de rochas com dimensões de nove metros de comprimento, dois metros e cinquenta centímetros de largura e um metro e noventa e três de altura. Apresenta uma grande quantidade de vestígios ósseos e ainda possui vestígios cerâmico, lítico, cestarias, entre outros. Esses vestígios estão passando por análises antropométricas (analisa as medidas e dimensões das partes que compõem o corpo humano) e tafonômicas (analisa os organismos em decomposição, como casos de fossilização) através da parceria estabelecida com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), que possui laboratório especializado para estes fins (MATOS; SOUZA, 2011).

E, por fim, o **Sítio Mateus**, formado por um grande bloco granítico, estruturando-se em um grande abrigo. Possui grafismos puros, antropomorfos, espirais, entre outros, na pigmentação avermelhada e em bom estado de conservação. Foi realizada uma sondagem a partir do uso de quadrículas para demarcação e nesse procedimento foi detectada a presença de possíveis

vestígios ósseos a serem analisados em laboratório. Esse sítio pode redefinir a configuração entre os demais, visto a existência de pinturas rupestres e vestígios ósseos. Nesse sentido, por apresentar esta particularidade, a Figura 06 identifica outros sítios próximos que também possuem apenas cemitérios ou apenas pinturas.



**Figura 06** - Cemitérios Identificados em Camalaú. **Fonte:** Acervo Digital do NDIHR/UFPB.

Os sítios arqueológicos de Camalaú já foram registrados pelos pesquisadores. Assim, possuem proteção legal quando reconhecidos, faltando apenas serem cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA, 2016). No que tange suas informações científicas, a comunidade possui pouco conhecimento. Mas o contato com a comunidade, apesar de incipiente, tem se dado de modo mais próximo nos últimos anos, possibilitando a criação de futuros trabalhos em parceria com as escolas municipais e estaduais da cidade para uma aproximação que vise um trabalho contínuo a respeito do patrimônio arqueológico local.

Esse aspecto, de reconhecimento por parte das agências fomentadoras da sociedade e da própria comunidade local, precisa ser aprofundado, a fim de promover novas relações entre a comunidade e esse patrimônio, potencializando uma relação de pertencimento cultural. De certa maneira, no

que tange o aspecto turístico, esse ainda é incipiente; mas já aparece como discussão por parte de seus pesquisadores (PATRIOTA 2014).

O patrimônio arqueológico como atrativo turístico pode se enquadrar em dois aspectos, o turismo de perímetro urbano no qual se necessitaria de um museu adequado a receber os materiais arqueológicos coletado do mesmo e com profissionais especializados no atendimento ao turista, e o turismo rural com visita ao sítio arqueológico (PATRIOTA, 2014, p.90).

Após apresentar sinteticamente os sítios arqueológicos que compõem a região de Camalaú, pode-se dizer que, através das pesquisas, esses patrimônios estão ganhando, aos poucos, visibilidade necessária para que seus habitantes já tomem consciência de sua existência. Assim, o patrimônio arqueológico de Camalaú está dando seus primeiros passos no processo de institucionalização e nas relações de contato entre pesquisadores e comunidade. Ou seja, os sítios arqueológicos de Camalaú estão em vias de sua patrimonialização.

A patrimonialização pode ser concebida como parte do processo de institucionalização por mecanismos de proteção, é uma ação de afirmação do patrimônio cultural, que pode se dar através de pesquisas e seus resultados publicados em meios de comunicação científica, bem como, da própria trajetória das políticas públicas e das relações com a sociedade. Por consequência desses processos ocorrem desdobramentos que vão ganhando novos contornos e significados aos bens culturais (SILVEIRA; BUENDIA, 2011; CRUZ, 2012).

Nesse sentido, a “patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural” (SILVA, 2011, p.109), pensada sob as perspectivas da Ciência da Informação. Esse processo também pode contribuir para que, via uma perspectiva da ecologia do saber através da organização, representação da informação e, principalmente, em seu trabalho com o campo da Memória, aproxime diferentes pessoas, informações, saberes e memórias, a fim de colaborar no processo de patrimonialização desses bens.

**1.2 Percurso Metodológico da Pesquisa:** a fruição como mecanismo de construção do pensamento.

A pesquisa científica se estabelece como um processo que inicia com o problema ou questionamento e encerra com um produto não totalmente definido, que, por sua vez, pode gerar novos questionamentos e inquietações. Para percorrer esse processo, a metodologia configura-se como “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. [...] a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (MINAYO, 2004, p. 16). Para o delineamento do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica a partir do levantamento teórico dos materiais científicos publicados, possibilitando, assim, a assimilação e exploração do conteúdo a ser estudado (GIL, 2008).

A pesquisa se deu no contexto memorialístico, a partir da fruição entre as pessoas (moradores que habitam o entorno dos patrimônios arqueológicos e profissionais que atuam com esses patrimônios) e o bem patrimonial analisado. Com as informações resultantes das conversas através de diferentes memórias, das práticas e das fruições que se deram entre as pessoas e as coisas envolvidas, foi possível reunir uma gama estratificada de informações. Dessa maneira, pode-se compor novas possibilidades representativas de informações a respeito dos patrimônios culturais, bem como de memórias sociais da comunidade que podem gerar elementos significativos para futuros trabalhos no campo do patrimônio e da memória. E, no caso das pesquisas arqueológicas, a incorporação de novos termos permitem a aproximação com a comunidade. Assim, a representação da informação nesse processo atuou como facilitadora e mediadora com vistas a uma recuperação de informações, mais dinâmica e fluida.

Para que esses procedimentos fossem conduzidos de acordo com o que foi pensado durante o processo da pesquisa, foi preciso se deixar afetar. Segundo Favret-Saada (2005), aceitar ser afetado é também assumir o risco de mudanças no projeto. E, nesse sentido, admitiu-se para esta pesquisa um “modelo artesanal de ciência, no qual cada trabalhador produz as teorias e métodos necessários para o trabalho que está sendo feito” (BECKER, 1997, p.12).

Por ser uma pesquisa que envolveu formas de representação que foram construídas a partir da fruição das pessoas com as coisas – e isso permeia um universo perceptível, sensório, e interpretativo –, foi preciso encarar que “as soluções para os problemas de construção têm sempre que ser improvisadas”. Para isso, foi necessário “[...] adaptar os princípios gerais à situação específica que temos em mãos” (BECKER, 1997, p.12). Nessa perspectiva, a escolha dos informantes, ou pessoas que auxiliaram na construção da pesquisa, foi definida conforme a inserção no campo se dava, dependendo das oportunidades que surgiram das redes de relações que os informantes possuíam<sup>25</sup>.

Apesar da duração do trabalho de campo ter se restringido há três meses, buscou-se realizar um trabalho de campo, dentro das orientações pontuadas por Da Matta (1981, p.143), “como uma vivência longa e profunda com outros modos de vida, com outros valores e com outros sistemas de relações sociais [...]”, servindo como um rito de passagem, um devir, saindo das ideias construídas dentro do gabinete, para “[...] experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução” (CLIFFORD, 2008, p.20). O trabalho de campo aqui, admitido como agenciamento, potencializou as informações para além de um resultado estruturado, mas a informação em uma posição situacional.

Nesse processo de imersão, foi preciso o estranhamento. O que em certo sentido não foi tão difícil, visto que cresci em capitais, como São Paulo e, posteriormente, João Pessoa. Ou seja, experienciar o cotidiano em uma cidade do interior, ainda mais uma realidade tão distante do que já experimentei, já foi por si só um desafio.

Tentou-se, assim, realizar uma observação sistemática por meio das conversas – uma prática e exercício comum a todos os moradores da cidade, sejam aqueles que conversam nas calçadas da cidade ou em frente as casas na zona rural. Por meio desse hábito, a observação do participante foi processual, mas não direcionada e restrita ao objeto de estudo. As conversas fluíam de forma espontânea e, naturalmente, alguns assuntos que podiam interessar na pesquisa surgiram, alimentando ânsias e expectativas.

---

<sup>25</sup> Inicialmente tinha como informante para o processo de inserção no campo em Camalaú, M.M.O.(41/M), camalauense que desde 2003 vêm colaborando e atuando como guia nos sítios arqueológicos locais.

A construção do estudo tomou como base e inspiração elementos da prática etnográfica – mas tendo consciência de que não poderia corresponder em sua totalidade ao trabalho etnográfico, visto que o período de convivência com os moradores de Camalaú resumiu-se há três meses, como já mencionado. Mas buscou-se, nessa metodologia, envolver o trabalho de campo, bem como a observação participante, que “é realizada em contacto directo, frequente e prolongado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa” (CORREIA, 2009, p.31).

A observação participante “não tem aquela característica de um trabalho invasor em que as pessoas se sentem de repente visitadas por um sujeito que mal chegou ao lugar, saltou do carro e começou a aplicar um questionário” (BRANDÃO, 2007, p.14). Nesse sentido, foi direcionada conforme as relações foram se dando no campo, partindo do tempo de contaminação, da convivência com o lugar e da participação cotidiana.

A adoção de uma abordagem etnográfica ajudou a buscar as informações necessárias, resultantes das fruições – desta pesquisadora e daqueles com quem se partilhou tais experiências, norteando a construção das discussões e reflexões a partir de uma noção de alteridade. Conforme diz Brandão (2007), é preciso um “tempo de contaminação”.

O autor ainda complementa:

Eu acho que é muito enriquecedor viver um tempo, que, dependendo do tempo global que você tenha, pode ser um dia, dois, uma semana, até quinze dias, quem sabe um mês de puro contato pessoal, se possível, até de uma afetiva intimidade com os bares, as ruas, as casas, as pessoas, os bichos, os rios, [...] e assim por diante. (BRANDÃO, 2007, p.13-14).

Antes de adentrar no campo, foi preciso um levantamento prévio de informações dos sítios arqueológicos da cidade de Camalaú. As informações eram sobre questões socioeconômicas e visitas de curta duração nos locais pesquisados, com vistas a tecer algumas relações, sociais e perceptivas, bem como o delineamento dos objetivos, geral e específico. Para Pires (2011), o trabalho de campo seria uma espécie de desprendimento “de si mesmo”, da “relativização da própria cultura”, da “exotização de si” e de uma “naturalização do que é estranho”. O campo permitiu encaixar, ou melhor, entender as teorias

pensadas e refletidas no gabinete a partir dos acontecimentos rotineiros e encontrar nos imprevistos, novas descobertas e elementos que ainda não haviam sido procurados (VELHO 2006).

Assim, “Apreender com a ajuda dos nossos informantes um modo pelo qual pode operar o pensar. Ao invés de supervalorizar a própria filosofia (ou a teologia), recolher a linguagem do ser para junto do simples dizer [...]” (VELHO, 2007, p.43). A aproximação da teoria com a prática do campo trouxe transformações e provocou algumas mudanças. Em certo sentido isso acabou ocorrendo não só em questões práticas, mas também em questões teóricas e na ampliação de algumas discussões que só puderam ser pensadas a partir do distanciamento do campo, de volta ao gabinete, como o caso da teoria da ecologia do saber de Boaventura Santos. Essa experiência gabinete – campo – foi necessária para se pensar não só nas possibilidades analíticas dos dados, mas, principalmente, na compreensão teórica, em como exercitar através das palavras aquilo que é vivenciado no contexto externo das narrativas, nos sentidos, nos silêncios, nas ausências, nas descobertas do novo e que só podem ser percebidas no momento em que se permite fruir.

Para Geertz (2008, p.31) a descrição etnográfica possui três características ou pode-se entender como etapas a serem galgadas durante sua construção. Num primeiro momento, ela é **interpretativa** – sua interpretação está no fluxo do discurso social – e, ao compreender esse fluxo, organiza-se de forma **objetiva** – anotações/gravações/etc. –, com intuito de salvaguardar o “dito” em um formato estruturado para possíveis e futuras pesquisas.

Incorporando a esta pesquisa qualitativa<sup>26</sup>, pode-se dizer que a última característica situa-se na própria **descrição densa**. Pois, em seu processo de construção, insere-se no sentido de que “é preciso sentir a marginalidade, a solidão, a saudade, o que ao meu entender se dá no processo de rememoração/reminiscência. Neste processo, é preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade” (DA MATTA, 1978, p.35).

[...] é o escrever ‘estando aqui’ portanto fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva. Por quê?

---

<sup>26</sup> Considerando que a pesquisa qualitativa envolve aspectos intangíveis como hábitos, valores, representações, processos individuais e coletivos, atua na compreensão da complexidade social e de seus fenômenos (PAULILO, 1999).

Devido ao fato de iniciarmos propriamente no gabinete o processo de textualização dos fenômenos sócio-culturais observados 'estando lá' (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998, p.25)

Entendendo a etnografia como um estudo descritivo, ou como concebe Geertz (2008, p.20): uma descrição densa que se constrói para o pesquisador dentro de

[...] uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas e amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Pode-se dizer que, por meio desse encontro etnográfico, foi possível criar um movimento de multivocalidades. Esses geraram a socialidade de informações entre a pesquisadora e seus informantes, uma vez que esses diferentes interlocutores compartilharam suas memórias através das conversas. Assim, possibilitou-se, ao cientista da informação, representações diversas que poderão gerar outras informações e dados, possibilitando a socialização de informações no âmbito institucional.

A escolha do tempo verbal da narrativa usada para construção dessa descrição densa se deu em primeira pessoa, como se assumiu durante todo o processo de escrita da tese. Tomou-se essa escolha como uma postura crítica, a partir da reflexão posta por Cardoso de Oliveira (1998, p.30) em que “o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: nós”. Além do tempo verbal, para a forma como foi escolhida o tratamento de identificação dos informantes, tomei como premissa o cuidado de usar apenas as iniciais de seus nomes, a idade e o sexo, como observei em alguns trabalhos do campo da Antropologia, a exemplo de Pires (2007). Apesar de todos os informantes autorizarem o uso dos conteúdos das conversas na pesquisa, bem como aceitaram serem fotografados, eventualmente algumas conversas tiveram conteúdos pessoais, que não seriam objeto de estudo desta tese. Nesse sentido, para evitar qualquer desconforto por parte dos interlocutores, optei por preservar suas identidades.

A construção do diário de campo auxiliou no processo de rememoração dos eventos e conversas. De modo que, no ato de evocar as memórias, foi possível encontrar, conforme Pires (2011, p.146), que “as sutilezas são



essenciais para construção de um retrato fiel da vida social [...]”. Tais sutilezas podem ser encontradas nas anotações minuciosas da prática etnográfica. Porém, particularmente, algumas dessas sutilezas só foram percebidas no processo de reminiscência.

Sobre os cadernos, ou diários de campo, podemos corroborar tal procedimento com Cardoso de Oliveira (1998, p.34):

Costumo dizer aos meus alunos que os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador, o que equivale a dizer, que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever.

Funcionando como um sistema de informações, em que as coisas observadas são representadas em uma linguagem própria e íntima do pesquisador, o diário de campo facilita o comportamento observador do pesquisador. Torna-o mais atento, direcionando seu olhar para aspectos mais pontuais de sua pesquisa. Esse atua como uma ponte entre as conexões teóricas/práticas/perceptíveis (FALKEMBACH, 1987).

Tendo conhecimento da etnometodologia<sup>27</sup>, que tem como principal elemento o uso da gravação das conversas como recurso, saliento que não fiz uso de tal estratégia. Em minha aproximação com os informantes, acabei por estabelecer um meio mais afetivo, principalmente porque os principais interlocutores foram mulheres. Graças a essas mulheres, minha inserção no campo de fato aconteceu. Assim, gravar as conversas, que apesar de conterem informações importantes para essa pesquisa por vezes apareciam conteúdos muito pessoais, poderia afastar ou inibi-las.

Dessa forma, apenas em alguns momentos fiz uso do gravador. E, em certo sentido, se tornava um elemento que bloqueava e intimidava os informantes. Então, nem sempre era possível utilizá-lo. Dessa maneira, resolvi

---

<sup>27</sup> Etnometodologia trata-se de uma corrente sociológica norte-americana da década de 1960, tendo como precursor Harold Garfinkel. Segundo Guessier (2003, p. 158), “A preocupação central da etnometodologia é buscar abordar as atividades práticas, as circunstâncias práticas e o raciocínio sociológico prático desenvolvido pelos atores no curso de suas atividades cotidianas, sejam estas atividades ordinárias ou extraordinárias, partindo de um raciocínio profissional ou não”. Assim, em termos práticos, Guessier (2003) salienta os seguintes procedimentos: Planejamento (entrevista), Registro (gravação), Transcrição (detalhada), Atribuições, Análise, Relatório.

seguir o que menciona Malinowski (1990, p.57): “[...] seria bom que o etnógrafo às vezes deixasse de lado a máquina fotográfica, o caderno e o lápis, e se integrasse nos acontecimentos presentes”.

O diário de campo foi um documento de referência, elaborado durante a imersão no campo, e que propiciou novas construções de significados. Na mesma medida, era acessado, servindo como um recurso informacional da prática memorialística para o cientista da informação, em uma busca alternativa mais fluida para o processo de representação, tendo novas possibilidades de categorias e classificações.

Através das informações adquiridas durante o processo, foi possível compreender como as informações podem ser moldadas e representadas a partir de um referente comum, como um patrimônio cultural. Nesse contexto, trabalhar o patrimônio cultural, pensar suas possibilidades representativas a partir de uma abordagem que envolve metodologias da antropologia, nos permite compreender melhor a informação nesse trânsito, entre ser e estar patrimônio, como já identifica Tamaso (2008, p.67):

[...] uma antropologia dos patrimônios não é uma antropologia dos “bens culturais” ou “patrimoniais”, mas antes uma antropologia da representação e apropriação desses bens culturais por parte de seus portadores imediatos, e do diálogo entre as singulares e diversas formas de conceber e usar os patrimônios locais.

Na tentativa de compreender a informação no processo de patrimonialização de bens culturais, e como podem ser definidas e incorporadas pelos grupos sociais que habitam seu entorno, utilizamos uma abordagem comparativa no que tange principalmente as questões terminológicas. A “comparação apresenta-se como uma ferramenta essencial na tentativa de lidar com a alteridade, bem como na busca da compreensão de nossa própria sociedade” (DIAS, 2012, p.02).

O método comparativo, muito usado no campo antropológico, foi empregado em alguns momentos nas análises dos dados, ao observar as diferentes formas de representação, percepção e fruição entre moradores e pesquisadores, o que possibilitou identificar diferentes informações, bem como representações que se aproximavam. Levou-se em consideração os contextos dos objetos de estudo da pesquisa e os valores e significados que tais bens culturais possuem para seus herdeiros contemporâneos.

O estudo comparativo das fruições resultou em informações apresentadas em diferentes representações. Essas apareceram durante as conversas com os informantes ou também considerados colaboradores da pesquisa, moradores e arqueólogos que atuam em Camalaú. Levou-se em consideração para tal procedimento, conforme Bezerra (2012, p.81), que “Não deve haver um embate entre a perspectiva científica e a perspectiva nativa sobre um sítio arqueológico. Suas lógicas de construção devem ser contextualizadas e consideradas, não numa dimensão hierárquica, mas sim relacional”.

Além das anotações nos diários de campo, outros recursos foram utilizados como suporte: a gravação de vídeos e as fotografias para captar as conversas e as relações com o entorno, com as pessoas e as coisas. Na análise das transcrições, optei em deixar entre aspas as falas das pessoas com quem conversei, destacando-as com tamanho de fonte “Cambria Match” e texto em itálico, para facilitar a distinção entre o texto (voz da pesquisadora) e a voz da pessoa que compartilhou suas memórias.

Essas representações das alteridades das multivocalidades descritas nos diários de campo e transcritas aqui neste espaço podem ser encaradas como noemas, conforme Ricoeur (2007). São resultantes de pensamentos, substâncias do falar um acontecimento, e não o acontecimento em si, do dito. Foram captadas a partir de uma interlocução entre pesquisador e informante, em uma tentativa de provocar no outro a ressignificação das memórias. As respostas receberam um olhar relacional, interpretado a partir das diferenças dos dizeres, articulado com as demais informações recolhidas durante a pesquisa (BRANDÃO, 2007).

Levando em consideração que a pesquisa envolveu patrimônios arqueológicos, as observações e olhares consideraram também algumas abordagens metodológicas da área da Arqueologia, como a utilizada por Gabriela Martin (1996) e Bezerra (2017). Tomou-se como exemplo as três abordagens trabalhadas por Martin: uma, referente ao **Sítio**, no qual as informações são analisadas enquanto monumento rupestre, sua relação com seu entorno e questões envolvendo a conservação e mediação entre a comunidade local; sobre os **Registros**, descrição das pinturas e inscrições e a identificação da existência de outros registros na região, e sobre o **Contexto**

**Arqueológico** (OLIVEIRA; MENEZES, 2011). As informações coletadas sobre os sítios de Camalaú, em seu aspecto mais técnico no contexto representativo arqueológico, foram apresentadas nesta pesquisa de forma superficial, apenas objetivando oferecer um panorama do que já foi documentado e identificado nesses sítios, nessa área.

Tomando como base as reflexões de Bezerra (2017, p.14), que trabalha a arqueologia no contexto amazônico, seguiu-se uma perspectiva metodológica que se alinhou com a noção de uma arqueologia “[...] para a compreensão de outras relações construídas pelas pessoas no presente com as coisas do passado. Podemos pensar em uma arqueologia da memória e dos afetos das pessoas vivas [...]”. Para tanto, buscou-se, assim, entrelaçar nas malhas teóricas e perceptivas que perpassam as coisas, objetos e pessoas, informações advindas da sociabilidade, organizadas neste trabalho, com intuito de proporcionar, por meio da fruição, representações outras, que possam ser socializadas nos campos do saber, bem como gerar maior aproximação e reconhecimento entre as diferentes pessoas que convivem com esses bens patrimoniais.

## PARTE I

**Ciência da Informação no Tempo Presente:**  
Ecologia de Saberes, Representação da informação e Memória através da  
fruição

A **Parte I** foi elaborada em duas seções. Inicialmente, faz uma reflexão epistemológica no campo da Ciência da Informação enquanto disciplina, construída a partir de uma narrativa reflexiva que atenta para uma não linearidade cronológica que envolve seus paradigmas, traçando algumas relações com discussões das ciências sociais, por influência do período de estágio de doutoramento em Coimbra, no contexto dos estudos das Epistemologias do Sul. Traçam, assim, as relações entre informação e memória nos contextos relacionais, em que se torna possível uma ecologia do saber, mediado pelo cientista da informação em seu fazer, a partir do tratamento e processo de representação da informação por meio da fruição. No segundo momento, traz para o centro das discussões a fruição enquanto uma nova possibilidade de se configurar como atributo do processo de representação da informação, em suas relações com a cultura material e sua relação com a Memória.

## **CAPÍTULO 2: Ciência da Informação e o Pensamento Abissal de Boaventura de Sousa Santos**

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, destacaram-se as expansões das especializações das profissões, da estratificação do conhecimento científico e do estabelecimento da sociedade industrial. No decorrer da segunda metade do século XX e, principalmente, após a II Guerra Mundial, instala-se a revolução tecnológica da informação, momento em que o uso dos recursos tecnológicos passou a ser aplicado de forma integrada em todos os setores da sociedade: industrial, comercial, educacional, político e cultural, entre outros (BURKE, 2003; MILANESI, 2002).

O fluxo de informações ampliou-se em grande escala. Todavia, os métodos tradicionais de organização não estavam dando conta da disponibilização, gerando grandes problemas. Nesse contexto, segundo Freire (2006), é possível observar que alguns paradigmas foram moldados auxiliando, em certa medida, o entendimento desses períodos.

A Ciência da Informação, como campo disciplinar<sup>28</sup>, também passou, e ainda passa, por esse processo de introspecção. É possível encontrar esse olhar para o interior da área através dos estudos epistemológicos da Ciência da Informação que, conforme observa González de Gómez (2001), posicionam-se como uma operação de demarcação, instaurando um regime de verdade dominante. Parte da literatura da área<sup>29</sup> instituiu, nesse sentido, uma epistemologia global, que tenta criar e delinear um panorama das orientações epistemológicas que passam a ser vigentes no seu domínio específico, servindo como linha condutora que se coloca como essencial para fundamentar e referenciar uma disciplina científica (RABELO, 2012).

Dentro da perspectiva de uma epistemologia global, Capurro (2003) define três paradigmas específicos para a Ciência da Informação, a saber: paradigma físico<sup>30</sup>, paradigma cognitivo<sup>31</sup> e paradigma social. Em que pesem

---

<sup>28</sup> O conceito de disciplina adotado molda-se a partir das perspectivas de Michel Foucault, compreendendo-o como campo de força para obter um aparelho eficiente (GAMA; GAMA; PINHO, 2009).

<sup>29</sup> Ver Capurro (2003), Freire (2006), Gomes (2001), Pinheiro (2005) e Rabelo (2012), entre outros.

<sup>30</sup> O paradigma físico tornou-se predominante entre 1945 e 1960, e foi fundamentado a partir da teoria desenvolvida por Shannon e Weaver (1949).

algumas características vinculadas aos contextos específicos, esses paradigmas não devem ser encarados e nem compreendidos a partir de uma linearidade cronológica exata. Ocorre que os paradigmas se entrelaçam no decorrer do desenvolvimento da Ciência da Informação até os dias de hoje. A rigor, torna-se impossível determinar recortes exatos dos paradigmas, na medida em que eles ocorrem simultaneamente. Assim, ao passo que os paradigmas físico e cognitivo ganhavam força na Ciência da Informação, o paradigma social já se fazia presente, estabelecendo na área uma relação de maior pertencimento ao universo das ciências sociais (LINHARES COLUMBIÉ, 2010).

Nesse contexto de introspecção, o próprio paradigma social pode ser analisado a partir da Epistemologia Social, que foi proposta, na década de 1950, pelos bibliotecários norte-americanos Jesse Shera e Margaret Egan. Ainda conforme Linhares Columbié (2010), a epistemologia social se colocou como uma nova disciplina científica, uma vez que a epistemologia tradicional não compreendia os processos intelectuais da sociedade, ou, ainda, ignorava os contextos interpessoais. Mas, de fato, somente a partir da década de 1980 é que o elemento social passa a ser adicionado à epistemologia da CI.

Diante dessas influências, passa-se a estudar os processos informacionais a partir de sua contextualização social, analisando a produção, o fluxo, a integração e o uso, entre as formas de pensamento comunicado. Pode-se dizer que o paradigma social se fundamenta epistemologicamente na hermenêutica<sup>32</sup> de maneira que a informação está inserida em um processo de construção do sentido (LOUREIRO 2001) e passa a fazer sentido quando reconhecida, em um contexto cultural próprio, proporcionando possíveis interpretações para as estruturas que as constituem (CAPURRO, 2003).

Em virtude de seu complexo objeto de estudo, a informação pode, potencialmente, promover momentos de ações interdisciplinares<sup>33</sup>, por

---

<sup>31</sup> O paradigma cognitivo está relacionado a estudos que têm como objetivo analisar o perfil, a atuação e as necessidades dos usuários, seja como responsáveis pela produção, percepção, seja pela recepção das informações (BELKIN; ROBERTSON, 1976).

<sup>32</sup> A hermenêutica é aqui entendida como um elemento paradigmático da Ciência da Informação. Leva em conta o marco da referência a pré-compreensão da pessoa, em um processo interpretativo e de compreensão, que se encontra inserido em um contexto espaço-temporal específico.

<sup>33</sup> O conceito de interdisciplinaridade adotado nessa discussão está pautado em Japiassu (1976). Compreende-a como a prática científica realizada a partir de uma forte troca de



intermédio da construção de diferentes vertentes conceituais e modelos teóricos e práticos, no sentido de interação ou integração de ideias, conceitos e métodos, visando dar contornos ao seu universo de conhecimento. É possível e, por vezes, necessário, no entanto, problematizar alguns discursos de pesquisadores da Ciência da Informação que buscam afirmar *a priori* e positivamente a natureza interdisciplinar. Considera-se, a partir de Pombo (2003), que esses estudos podem ser analisados como uma vertente que recebeu fortes influências de correntes de pensadores da década de 1960, momento em que se estudavam práticas científicas a partir de novas posições em relação ao modelo analítico até então consagrado no campo científico.

Nesse sentido, em hipótese, essa receptividade à interdisciplinaridade na Ciência da Informação pode estar em consonância com a efervescência dessa perspectiva no meio acadêmico; o que não possibilita afirmar que a Ciência da Informação possui, de fato, tal natureza. Ocorre que em uma perspectiva de zelo metodológico, tal assertiva, em determinadas construções teórico-metodológicas, pode configurar em uma significativa problemática, conforme ponderou Souza (2011, p.19):

O contexto e as práticas científicas que envolvem a origem e o desenvolvimento da Ciência da Informação levaram alguns estudiosos, tais como Borko (1968), Brookes (1980), Saracevic (1992, 1995, 1996, 1997), Pinheiro (1997, 1999, 2002, 2005a, 2005b, 2006, 2007) e Oliveira (1998, 2005), a compreendê-la como campo de conhecimento interdisciplinar por excelência. Cabe, no entanto, destacar que existem formas de movimentos contrárias à disciplinarização que podem não representar necessariamente conexões e cooperações entre diferentes áreas do conhecimento, não se constituindo, por assim dizer, em efetivas relações interdisciplinares.

Assim, ao compreender que a Ciência da Informação, em seu processo de institucionalização disciplinar, recebeu influências e características que podem ser encontradas em propostas advindas das ciências contemporâneas<sup>34</sup>. É possível notar, em seu escopo teórico, influências entre

---

conhecimentos entre pesquisadores de diferentes disciplinas e da integração recíproca entre essas, resultando na produção de um novo conhecimento, diferente daqueles específicos das disciplinas cooperantes.

<sup>34</sup> Pombo (2003), em seu texto *Epistemologia da Interdisciplinaridade*, aponta que, a partir das transformações ocorridas na sociedade contemporânea, o modelo analítico de ciência que estava pautado nas especializações passou a ser repensado. Nesse sentido, o conceito de interdisciplinaridade aproxima-se com o termo integração ou diálogo concreto entre disciplinas,

diferentes disciplinas. O fato é que, esse aspecto pode ser espontaneamente confundido como um fator que, por si só, condiciona a interdisciplinaridade. Nesse contexto,

[...] fica também evidente certo simplismo na interpretação desse fenômeno, nos diversos campos do conhecimento, fazendo com que essa pretensa natureza interdisciplinar na Ciência da Informação sinalize dificuldades na definição de seus referenciais teórico-metodológicos e, em última análise, para obstáculos na construção de sua identidade e na construção de seu domínio disciplinar (SOUZA, 2011, p.20).

Os contatos com outras disciplinas existem no domínio da Ciência da Informação, mas é preciso atentar para que esses contatos não se tornem meros “monólogos” ou prestações de serviços. Uma vez que foi identificado na literatura da área, a Ciência da Informação realiza mais absorção e importação de teorias e modelos das áreas visitadas do que as exporta e dialoga (DODEBEI, 2010; GOMES, 2001; PINHEIRO, 1999).

Para González de Gómez (2001), a interdisciplinaridade pode ser um conceito que é evocado quando se confronta com os limites do seu território do conhecimento e, por conseguinte, necessita justificar e/ou solucionar alguns problemas que exijam perspectivas diferentes. Paralelo a esse ponto, percebe-se ainda que, conforme a contextualização, o fenômeno ‘informação’ se coloca nesta pesquisa como um fenômeno transdisciplinar, independente das áreas que a CI estabelece contatos para dar conta do locus informacional que vai tratar.

Levando em consideração tais discussões no campo da Ciência da Informação, traçaremos uma breve reflexão das experiências que se deram durante o estágio de doutoramento em Coimbra/Portugal, refletindo sobre essas questões epistemológicas postas até aqui. Assim, houve a oportunidade de assistir e participar de uma série de eventos e conversas, com o professor Boaventura de Sousa Santos e outros pesquisadores de diferentes formações, de múltiplas regiões do Brasil e outras nacionalidades.

Inicialmente, as discussões chegavam a um formato de interesse apenas pessoal para um conhecimento particular, numa compreensão de mundo, uma vez que as discussões se davam no campo da Sociologia. Mas,

---

conceitos, teorias e métodos que migram e transitam entre as mesmas, provocando modificações e trocas de conhecimentos.

conforme os encontros ocorriam, algumas aproximações e conexões foram se estabelecendo, trazendo desse contexto geral social, e que também não deixa de envolver o campo científico, para questões epistemológicas da Ciência da Informação, bem como com a própria pesquisa desta tese.

Situando de onde vêm tais linhas de pensamento que provocaram essas reflexões e questionamentos variados, faz-se necessário pontuar alguns aspectos importantes em relação à Boaventura Santos. Português, considerado um pensador contemporâneo, analisa o mundo em suas transformações e crises. É movido pela experiência social que vivencia a partir de suas “andanças” pelo mundo e, como bem define Carvalho (2009, p.02), “Boaventura de Sousa Santos é um cientista social português que se faz do mundo!”.

Por meio das participações nas atividades promovidas pelo professor Boaventura, foi possível conhecer certa diversidade e o envolvimento deste pesquisador nas mais variadas culturas, principalmente devido ao **“Projeto ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo”**<sup>35</sup>. É um projeto financiado pelo Conselho Europeu para Investigação que tem por objetivo suscitar novos paradigmas teóricos e políticos de transformação social, trazendo as noções das Epistemologias do Sul<sup>36</sup>

Santos formulou um pensamento denominado “Epistemologias do Sul”, a partir do qual se constata que o domínio desses modelos de desenvolvimento passam também pela ciência, que serve para reforçar todo o processo de invisibilidade e opressão que essas populações vêm sofrendo. Como uma das propostas para romper com essa monocultura de um só saber está a Ecologia de Saberes, que valoriza os outros saberes produzidos pela luta dos oprimidos a esse modelo (CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014, p.331).

Tais propostas elaboradas por Boaventura se dão a partir de um conhecimento recíproco e intercultural através de relações de proximidade, que remetem às noções postuladas por Geertz (1978), com o que emerge do Sul. E, seria possível encontrar, a partir dessas relações, alternativas para

<sup>35</sup> O projeto Alice está disponível em: <<http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/homepage-2/>> Acesso em maio de 2017.

<sup>36</sup> O Sul não se coloca como uma categoria geográfica, mas como uma “categoria sócio-política relativa aos países, regiões, segmentos, grupos que sofrem processos de exclusão, opressão e discriminação” (CARVALHO, 2009, p.04).

inovações econômicas, sociais, culturais e políticas, uma vez que a diversidade e criatividade que se encontram do outro lado da linha abissal<sup>37</sup> poderiam servir de impulso a exaustão intelectual e política que se estabeleceu nos países do Norte. Conforme Silva (2017, p.16),

[...] construir ou reconstruir uma teoria crítica como Epistemologia do Sul envolve, de um lado, o recurso à reconstrução crítica e normativa, como faz a teoria crítica moderna. Mas, de outro lado, envolve também a incorporação da diversidade das experiências do mundo, em especial do Sul global, e dos conhecimentos rivais, transformados em ignorância pela ciência dominante.

Segundo Carvalho (2009), Boaventura tem influência de um marxismo mais aberto, que se volta para questões libertárias e lutas sociais, de modo que, participa de movimentos sociais tanto em Portugal, quanto em outros países. Nesse sentido, o sociólogo correlaciona esta noção das lutas sociais e, em certa medida na resistência do Sul às investidas colonialistas, ao paradigma de uma Epistemologia do Sul. Constrói, assim, seu pensamento dentro de uma perspectiva aberta e inacabada, sempre em processo. Por isso, permanece ativo em suas pesquisas que ultrapassam fronteiras. Mas é interessante pontuar observações críticas<sup>38</sup> postas a essa teoria de Boaventura Santos, como a de Silva (2017, p. 16-17), no qual considera que:

No entanto, suas formulações teóricas e suas análises da sociedade capitalista, moderna ou pós-moderna, têm todas as características de uma teoria geral, seja no diagnóstico de época, seja na mobilização do que denomina razão cosmopolita para criticar a razão indolente e formular o trabalho de tradução (Santos 2000; 2006; 2007; 2011). Estas considerações me levam a concluir que sua teoria é também uma teoria geral no mesmo estilo daquelas de autores que ele critica como Habermas e Foucault. Claro que isto não invalida ou diminui a

<sup>37</sup> Para Santos (2007), inserido no contexto da modernidade ocidental, o pensamento abissal, constitui-se em um sistema ora visível, ora invisível que separa a realidade social em dois universos, “ontologicamente distintos”, Traça-se assim uma linha abissal, no qual de um lado corresponde ao Norte “Imperial”, “Colonial” e “Neocolonial”, enquanto o outro lado, denominado de Sul, assume o papel do “Colonizado”, “Silenciado” e “Oprimido”.

<sup>38</sup> Para Silva (2017, p.10), Boaventura Santos reconhece a impossibilidade de uma teoria geral. Por isso, trabalha com o que denomina de sociologia das ausências (expansão do presente para torná-lo mais real e experienciável) e sociologia das emergências (contração do futuro para perceber no presente; pistas, tendências e possibilidades que possam expandir os saberes e práticas simbólicas). Aliado a essas duas vertentes, está o trabalho de tradução que “procura dar sentido à emancipação de forma a contemplar a diversidade, mas sem cair no relativismo”, criando, assim, uma inteligibilidade sem dissolver as identidades. Entretanto, esse discurso parece não atentar para as sucessivas ressignificações que tanto a cultura, quanto às identidades estão sujeitas; quando há o contato entre pessoas de diferentes realidades, as alterações já estão ocorrendo, o processo de semiose ilimitada é inevitável.

importância de suas contribuições críticas ao que ele nomeia como pensamento abissal e ciência moderna, mas grande parte dessas críticas pode ser encontrada também em autores como Horkheimer, Adorno, Habermas e Foucault.

Ainda assim, consideramos interessante trazer, para o debate da Ciência da Informação, as análises e pensamentos de Boaventura de Sousa Santos, a fim de promover novos diálogos e reflexões em nosso campo de estudo. Nesse sentido, coloca-se em pauta algumas experiências que se deram a partir desse contato com o autor supracitado. E, apesar de não poder participar da primeira aula “As ciências sociais 100 anos depois da Revolução Russa” – que compõem uma série de aulas magistrais que o professor Boaventura ministrou entre os meses de março a maio de 2017, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pois, ainda não havia chegado em solo europeu –, as reflexões iniciaram-se a partir da participação nas aulas: “Os monstros do velho tempo presente: entre o velho e o novo”, “A sociologia pós-abissal: metodologias não extractivistas”, “Tradução intercultural e luta social: na esteira de Gandhi” e, por fim, “A educação popular e a Universidade”.

Destacamos na primeira palestra de Santos (2017) alguns momentos que nos causaram inquietações ao repensar tais reflexões em nosso campo de estudo. O professor iniciou sua apresentação, tendo como referência um texto seu publicado nesse mesmo ano<sup>39</sup>, fez uma introdução sobre eventos corriqueiros que se deram no ano de 1913 na Europa e, em paralelo, apresentou outros eventos que ocorreram no mesmo ano em outras partes do mundo, a exemplo da África com os intensos avanços Imperialistas, destacando a violência e as desigualdades sociais. Lançou, assim, a pergunta: “O que se passa fora do nosso radar?”, uma vez que no ano seguinte deu-se início a Primeira Guerra Mundial, e ainda questionou: “Quem é o monstro de hoje?”.

Os monstros são constantes, pontuou Santos (2017), pois estão inseridos no pensamento dominante que rege cada período. E também fazem parte daquilo que se denomina de “vida normal”, de modo que “não dividem sociedades, mas sociabilidades”. Isso se dá em decorrência de um

---

<sup>39</sup> SANTOS, Boaventura Sousa. Boaventura: para uma Sociologia das Ausências. In: **Revista Outras Palavras**, São Paulo, publicado em 2017.

pensamento anacrônico. As reflexões durante a palestra se deram no contexto da atual situação global, principalmente a esse período em que nosso país – Brasil –, particularmente, atravessa. Mas podemos, ainda, analisar tais reflexões dentro do contexto acadêmico.

Assim, considerando que o pensamento abissal se coloca numa distinção traçada por uma linha invisível, certifica-se, então, que o campo científico não está isolado das influências que envolvem a sociedade como um todo, pois faz parte dela<sup>40</sup>. Afinal, está centrada em uma “disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade” (SANTOS, 2007, p.72). E, nessa linha abissal, as sociabilidades se colocam num campo de tensão entre a apropriação e a violência, constituindo-se enquanto formas de pensamento e modos de agir; seja isto no campo social, seja no científico.

Em consonância ao que Bourdieu (1983) trata em relação ao campo científico, como espaço onde ocorre a luta pelo monopólio da autoridade científica, Santos (2007) evoca essa tendência em reproduzir a linha abissal. Para esse autor, seria resultante de um processo de colonização. Assim, compreende-se a existência de uma forte herança do viés quantitativo e do uso da impessoalidade/neutralidade, no campo das tradições sociológicas, no que diz respeito às suas análises. As mudanças nessa matriz teórica positivista passam a dar espaço a uma noção de que “[...] a validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o facto de poder ser estabelecida apenas em relação a certos tipos de objectos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos [...]” (SANTOS, 2007, p.72), o que acabou por conduzir, aos poucos, novas perspectivas através de uma objetividade relativa, qualitativa.

E, assim, não há como não pensar no caso da Ciência da Informação e sua constituição enquanto ciência<sup>41</sup>. Principalmente quando nossas influências

---

<sup>40</sup> E, nesse sentido, devemos nos questionar: o que será que está passando por fora do nosso radar? Principalmente quando, em nossos discursos, tenta-se evidenciar uma equidade nos discursos científicos, nas relações entre os pares ou na própria práxis. Onde estariam os monstros na academia hoje? São apenas devaneios que passaram pela mente, dentro de uma utopia crítica que nos faz caminhar e repensar os espaços em que atuamos.

<sup>41</sup> Pode-se observar que, ao longo do desenvolvimento da Ciência da Informação, é possível compreender sua contextualização ao traçar uma aproximação às análises da sociologia mertoniana - ‘*ethos* científico’, bem como a sociologia da ciência de Thomas Kuhn (1989) - ‘paradigma’, no qual ambos teriam uma “preocupação comum em discutir a influência dos

descendem de modo mais intenso, de três correntes do Norte: de forma mais presente estão a europeia, com Otlet e La Fontaine, bem como a norte-americana, com Vannevar Bush, e, já um pouco menos trabalhada, está a corrente soviética, com Mikhailov, mas que teve um peso significativo no campo tecnológico (REIS, 2012; SARACEVIC, 1996).

Trazendo para esta pesquisa, é interessante refletir essas relações no processo da representação da informação e como isso afetou nos posicionamentos práticos e teóricos do cientista da informação, bem como do profissional que trabalha com a informação e no reflexo que isso tem nas pessoas que buscam essas informações posteriormente.

Considerando todo contexto epistemológico da Ciência da Informação traçado até o momento, Rihan e Saldanha (2016, p. 04) apontam que a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a destacar das ciências sociais, podem ter colaborado também, para abertura da Ciência da Informação, pois “[...] passaram a questionar a inércia contida nas certezas definitivas das leis e fórmulas universais, que até o momento buscam legitimar a Ciência da Informação como disciplina acabada e esclarecida.”

Atualmente, a Ciência da Informação, ao traçar seu repertório teórico-prático, sua atuação e reflexão em torno da informação, no que tange às ações de tratamento, organização, representação, recuperação e disseminação, ainda permanece com fortes resquícios desse modelo científico. Entretanto, sua abertura, flexibilidade e possibilidades interdisciplinares, que também estão presentes nessas ações, colocam-se como uma característica própria das ciências contemporâneas. Esses aspectos permitem a organização e

---

contextos sócio-culturais na organização e no desenvolvimento da ciência” (KROPF; LIMA, 1999, s/n). Ou seja, a ciência, num aspecto geral, que partiu desse viés utilitarista, passou a moldar-se a certas demandas do contexto sociocultural no qual estava inserida. Ao mesmo tempo, promovia certo distanciamento do território científico com a sociedade. Merton (1968) posicionava-se no sentido de que o cientista deveria se apresentar/dialogar apenas entre especialistas, no qual os rigores metodológicos são legitimados entre seus pares, proporcionando, assim, a ciência como um sistema social interdependente, mas com regras e ações próprias, institucionalizando a atividade científica enquanto uma entidade autônoma, em que suas decisões e escolhas se dão sem a influência de contextos externos. O que em certa medida contrapõe-se do que Kuhn pensa, no qual “a conduta dos cientistas seria resultado de normas cognitivas”. Mas não deixa de estabelecer uma relação, pois, não há como distanciar o cientista das normas sociais, nem de seu viés cognitivo (KROPF; LIMA, 1999, s/n). Num aspecto relacional. Pode-se observar que, a partir dos anos 1970 e 1980, há uma mudança na práxis e nas reflexões epistêmicas das ciências, como apresentam alguns autores, a exemplo de Pombo (2003) e González de Gómez (2001), e que podem ser percebidas também no campo da CI.

classificação do estudo da informação, no campo científico, de forma sistemática, proporcionando maior visibilidade e recuperação, de modo que,

Pode dizer-se, aliás, que a ciência da informação tem sido uma das guardiãs da comensurabilidade dos discursos científicos, caracterizando a ciência como a prática social de maior potência de circulação informacional, da maior eficácia de codificação e explicitação de seus próprios processos produtivos e de maior rigor e eficácia institucional na regulamentação dos mecanismos e práticas de estabilização de discursos e saberes (GONZALÉZ DE GÓMEZ, 2001, p.14).

Em conformidade aos moldes do campo científico e priorizando essa cientificidade estruturada, Rihan e Saldanha (2016) atentam para o fato da Ciência da Informação ter deixando de lado as vivências da práxis em seu sentido mais amplo, fixando-se no aspecto visível. Em certo sentido, isso alinha-se com o que vinha sendo observado em outros campos científicos de modo geral. Santos (2007, p.73) entende que esse aspecto acaba por traçar uma linha que cria um distanciamento entre aquilo que é determinado como conhecimento científico daquelas

[...] formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso.

E, nesse contexto, a Ciência da Informação também aderiu a tendência da ciência moderna em priorizar o sentido da visão, o “ver”, em detrimento aos outros sentidos. Nos dias de hoje, essas amarras ainda estão postas, e é difícil romper de imediato. É preciso resistir a essa “normalização”/“normatização” de tratar a informação apenas enquanto dado mensurável e insistir em novos mecanismos e formas de trabalhar com a informação em diferentes aspectos perceptíveis.

Ou seja, deve-se aprofundar as pesquisas no ato de experienciar as “vivências” e envolver mais que “um modo de olhar”, pensando através de uma processualidade que se constrói ao deixar-se afetar pelos demais sentidos, considerando diferentes perspectivas e fontes de informação. Percebe-se, assim, que as formas de representação da informação, em seus diferentes contextos, memórias, espaços e tempo, variam ao mesmo tempo em que, potencialmente, podem promover referenciais de informação para que venham



contemplar uma diversidade de linguagens e formações, sejam elas científicas ou não.

A construção de um modo de olhar as “vivências” e, principalmente, o movimento dialético de tais “vivências” edificadas e edificadoras do mundo social, ainda em aberto nos estudos informacionais, nos permite a aproximação às abordagens críticas da teoria da informação, [...]. Trata-se de perceber, aqui, como a informação se constitui, enquanto objeto e mercadoria, enquanto artefato e ideologia, o potencial de alienação, a ferramenta de uma transcendência imanente na contemporaneidade, contexto no qual se insere a Ciência da Informação (RIHAN; SALDANHA, 2016, p.06-07).

Entendendo que a informação atua como elemento crucial nas relações de poder – tanto no contexto sociocultural, político e econômico, quanto no campo científico (BOURDIEU, 1983) –, Rihan e Saldanha (2016, p.08) discutem a Ciência da Informação dentro dessa perspectiva e atentam que “[...] as vantagens nas lutas por capitais no campo irão ‘autorizar’ determinadas falas e silenciar outras, assim como garantir a legitimidade e a competência de certas pesquisas e áreas e religar outras à marginalidade das ciências”.

Ultrapassando os questionamentos do modelo positivista que tanto vêm sendo debatido nos últimos vinte anos (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995; SARACEVIC, 1996), e que, como já mencionado, não foi superado pela área em sua prática e reflexão teórica, talvez esteja no momento de pensar e refletir nas construções teóricas e práticas de vertentes. Apesar de carregarem um discurso que se propõem como amplo e dialógico, esbarram em metodologias tradicionais da área. Talvez seja pela necessidade de manter um elo à ideia de cientificidade voltada para o núcleo do campo, ou ainda pelos perigos de se cair num relativismo exacerbado ou numa incomensurabilidade; seja teórica, seja prática. Em ambas as situações, é significativo repensar tais questões, levando em consideração o “poder simbólico da linguagem” a ser trabalhado na área. Principalmente porque, para se alcançar novas propostas e paradigmas na área, se faz necessário correr riscos. Para tanto, é essencial que ao

Abrir as janelas da CI significa, nesta reflexão, proporcionarmos a nós mesmos, pesquisadores, as possibilidades de espiarmos os “laboratórios da vida”, desenclausurando-nos de uma “interdisciplinaridade” altamente disciplinar no plano político (Rihan e Saldanha, 2016, p. 02).

Nessa discussão, que envolve alguns limites epistemológicos, podemos nos questionar se a Ciência da Informação permanece presa a um pensamento

abissal. Afinal, tendemos teoricamente às concepções e teorias do “norte”, deixando um pouco de lado aquilo que é produzido pelo “sul”?

No contexto brasileiro, não deixamos de integrar essa perspectiva das Epistemologias do Sul – apesar de que, dentro de nossa própria área, não há como não se perceber certo “Norte”. E, embora seja possível perceber essa influência na composição de referências que se alinham ao modelo ocidental “colonialista”, podemos pensar dentro de um panorama global da Ciência da Informação. Assim, colocamos o Brasil como uma voz que se deve levar em consideração. Isso acontece devido sua intensidade de pesquisas e trabalhos que se dão em seu interior – debatidos e refletidos entre seus pares<sup>42</sup> e, ainda, por vezes, com profissionais de outras áreas do conhecimento –, e por parte da sociedade através de suas pesquisas.

Não pretendo nesta tese responder esses questionamentos. Porém, acho significativa essa autocrítica. Perceber quais lados da linha parte das referências desta pesquisa se estabeleceram e buscar equilibrar essas influências, tomam como base nossa realidade social e nossas necessidades. Entretanto, considero algo a se pensar futuramente, uma vez que este conhecimento deve ser encarado de modo processual e não encerrado.

Trazendo tais noções do campo da Sociologia para a Ciência da Informação, devemos repensar como, e se, a informação que vem sendo trabalhada de fato é acessada ou acessível, processada e pensada de modo a atingir a sociedade e a incluí-la de forma ativa neste contexto. Compreendendo que há, sim, um abismo que envolve questões econômicas, sociais, culturais e políticas, e que nem sempre a informação consegue atingir a todos, assumir esse pensamento pós-abissal<sup>43</sup> é uma maneira de reconhecer esses “ruídos” que se dão no processo comunicacional. Assim, devemos buscar romper com

---

<sup>42</sup> Exemplo disso, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, reúne anualmente cientistas da informação de todo o país para compartilhar suas experiências científicas e trocando informações, metodologias e reflexões que perpassam o seio epistemológico da área. A Ciência da Informação neste sentido vêm vislumbrando esse pensamento pós-abissal proposto por Boaventura, mas ainda é preciso ir além da busca em colocar em prática seu *status quo* de campo interdisciplinar ou multidisciplinar, estabelecendo diálogos não apenas entre diferentes áreas do conhecimento científico, mas também com toda a sociedade, pensando no contexto da ecologia dos saberes.

<sup>43</sup> Para Santos (2007, p.23) “[...] o pensamento pós-abissal é um pensamento não derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação”. E neste sentido o autor ainda esclarece que “pensar em termos não-derivativos significa pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente por o outro lado da linha ser o domínio do impensável na modernidade ocidental”.

os mecanismos tradicionais que vêm sendo utilizados dentro das práticas informacionais que se concentram por vezes nas unidades de informação e nos canais virtuais.

Coloca-se, assim, como fator essencial, explorar novas relações e interlocutores. O que nos permite chegar ao entendimento proposto por Santos (2007, p.84), de uma ecologia do saber que “[...] se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos [...]” em que é possível promover interações e dinâmicas entre esses saberes, respeitando suas autonomias, o que poderia contribuir com novas ressignificações.

Na Ciência da Informação, algumas teorias que envolvem a Epistemologia Social trabalham o uso do termo Ecologia da Informação. Esse termo promove relações entre uma vertente cognitivista e social e é incorporada no contexto de gerenciamento da informação, de modo que a ecologia da informação se estabelece como elemento sócio-técnico do trabalho intelectual.

[...] ou seja, um exame das redes que sustentam, e disciplinam a produção, a circulação e o uso do conhecimento, caracterizadas em sua materialidade e em suas relações com o meio ambiente social, cultural e tecnológico (ODONNE, 2007, p. 121).

Saracevic (1996) já observava o direcionamento dessa relação da Ciência da Informação e a Ecologia da Informação, voltado para o campo tecnológico e da gestão. Segundo Pinheiro e Loureiro (1995), ao analisar as ponderações de Saracevic, a questão tecnológica estaria se sobrepondo ao social. Mas é interessante perceber como essa noção de Ecologia da Informação é moldada dentro da área e quem são os sujeitos envolvidos.

[...] essa ecologia informacional envolve: os produtores de conhecimento (autores, inventores, pesquisadores, coletores...) e as instituições onde trabalham ou residem; os financiadores dessas instituições e trabalhos; os editores (em qualquer media), incluindo seus próprios mecanismos de seleção, editoração, julgamento, avaliação, publicação...; os canais de divulgação; os reelaboradores (por exemplo, produtores de bases de dados, em qualquer media também) incluindo seus mecanismos próprios de seleção, tratamento, disseminação...; as bibliotecas e serviços de informação, também com seus mecanismos; os usuários e suas instituições fechando a cadeia ecológica (SARACEVIC, 1996, p.58).

Em relação ao que apresenta Oddone (2007), a noção de Ecologia da Informação seria resultante de uma rede (LATOUR, 1994), composta por uma

heterogeneidade de agências. Considerando que a noção de rede de Latour propõe um agenciamento circular, que reconhece os jogos relacionais que envolvem as diferentes pessoas e coisas – humanos e não-humanos –, a ideia da Ecologia da Informação parece se fechar em uma rede daqueles inseridos na cadeia: produtor, instituição, editores, usuários, desconsiderando aqueles que se encontram a margem dessa relação.

Ao definir a ecologia cognitiva como “o estudo das dimensões técnicas e coletivas da cognição” (LÉVY, 1993, p. 137), o autor pretende que sejam observadas – em suas estruturas fluidas, distribuídas, provisórias e mestiças, operadas por coletivos híbridos, compostos por atores humanos e não-humanos – as distintas formas de gestão social do conhecimento que prevalecem em culturas e períodos históricos determinados. Estudando as técnicas, os processos e as formas de inteligência em uso em uma dada sociedade, a ecologia cognitiva assinala o espaço e o papel que cabem a cada elemento individual na construção, transformação e sustentação das redes sociais do conhecimento (ODDONE, 2007, p. 114-115).

Pois quando se fala nesse contexto da ecologia da informação, ela se volta para pessoas que se fecham na cadeia ecológica que menciona Saracevic (1996). Assim, acredita que é possível perceber a existência de níveis, no sentido vertical, em que o usuário e as instituições fecham tal cadeia. E isso, de certo modo, vai de encontro com essa noção de linha pós-abissal.

Levando em consideração que nem todas as vozes são ouvidas, ou se colocam como participativas em nossa sociedade, quando se trata dessa noção de ecologia da informação, ela se encerra naquele usuário que acessa esse sistema. Mas que sabemos que isso não representa, num contexto mais amplo, parte significativa de nossa sociedade. Coloca-se em contraponto a isso, pensar numa ecologia do saber (SANTOS, 2002), no qual seria possível entender que se trata de uma, “utopia do interconhecimento”, de modo a

[...] aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios.  
[...] Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007, p.87).

Então, nota-se que, quando nos vemos engolidos dentro desse pensamento abissal, mas reconhecemos tais linhas, partimos justamente na tentativa de atravessar essas linhas e criar rupturas. E, pensando na Ciência da Informação nesse contexto, talvez seja possível considerar que a intenção da pesquisa é ir em busca de outras representações de informações,

principalmente no que concerne o campo da memória. Evocar as memórias daqueles que habitam e convivem com o patrimônio cultural, mediante a fruição, pode compartilhar e agregar essas representações aos repertórios técnicos e categóricos de outros profissionais, como arqueólogos e cientistas da informação. Dessa forma, enfim, pode-se ultrapassar essa dicotomia de conhecimento científico verdadeiro ou não, e ir em busca a um pensamento pós-abissal<sup>44</sup> (SANTOS 2007).

Obviamente, esse tipo de busca não é tão simples. Principalmente quando a ciência se coloca de um lado da linha e observa o outro lado a partir de uma perspectiva de que “não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica” (SANTOS, 2007, p.73). Pensar em uma ecologia dos saberes seria utilizar os potenciais de pluralidade da ciência, possibilitando dar credibilidade a conhecimentos e informações não-científicas, mas não desmerecendo, nem tirando os créditos do conhecimento científico (SANTOS 2007).

Nesse sentido, perceber no “outro” a potencialidade de partilha de conhecimento, e ao mesmo tempo sua produção, seria “situarmos a nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha” (SANTOS, 2007, p.84). No que tange este trabalho, é interessante compreendermos as relações de reconhecimento e pertencimento que uma comunidade estabelece com heranças culturais antepassadas, suas percepções e significações no presente, encontrando diferentes informações que possam contribuir para outras áreas do conhecimento e, principalmente, trazer a comunidade de forma participativa para as ações da academia.

---

<sup>44</sup> Levando em consideração que “O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir” (SANTOS, 2007, p. 92).

## **2.1 Memória na Ciência da Informação: Por uma Representação da Informação resultante de uma Ecologia dos Saberes.**

Como esta pesquisa envolve sítios arqueológicos que possuem, em alguns casos, representações rupestres – no qual os signos ali desenhados nas pedras assumem um potencial informativo e servem como documentos arqueológicos –, isso acaba colocando o arqueólogo, com suas proposições interpretativas e científicas, em uma situação complexa quando “a comunidade não especializada exige do investigador explicações para este universo da cultura material que, diante da natureza dos remanescentes arqueológicos, ele quase nunca conseguirá oferecer, dando as respostas desejadas” (COSTA, 2012, p. 144). Principalmente porque tais representações rupestres “[...] por expressarem conteúdos simbólicos desconhecidos e, em contraponto porque os detentores dos mecanismos de leitura de seus significados não existem mais” (COSTA, 2012, p.01). O que conduzem os arqueólogos a trabalharem com interpretações, e que não podem afirmar com certeza suas proposições, no que tange os significados dos signos em si. Mas, paralelamente a isso, podem apresentar, mediante suas pesquisas, explicações científicas em relação às possibilidades de significação e informações contextuais – através de correlações entre diferentes produções e localidades, que aliam-se às análises que firmam-se na composição material, como e onde as representações foram elaboradas.

Segundo Azevedo Netto, Rosa e Miranda (2011, p. 267), a arqueologia seria:

[...] ciência dos objetos, como forma de resultados da ação dos grupos humanos. Com isso, o arqueólogo, ao se deparar com os restos das atividades humanas no passado, pode inferir como esses grupos se comportavam que tipo de relação estabeleciam entre si e com o ambiente. Essa forma de abordar os fenômenos arqueológicos tem como fundo uma postura semiótica dos fenômenos culturais (GEERTZ, 1978).

Associado a isso, pode-se considerar que as interpretações que surgem por parte dos moradores através de seus mitos e lendas – e, por consequência, ganham ressonância na própria comunidade –, passam a estabelecer uma relação de proximidade e pertencimento. Assim, dialogam com as perspectivas do que Santos (2007, p. 87) entende por ecologia dos saberes. Para o autor,

“Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância”. Assim, estabelece-se um elo de aproximação entre a academia e o popular, de forma democrática, e traz novas configurações de apropriação no processo de patrimonialização.

Em ambos os casos citados acima, trata-se de diferentes formas de representações que ocorrem entre pessoas e coisas<sup>45</sup>. No que tange os cientistas da informação, que trabalham com a representação de forma sistemática, adotam parte das vezes em sua práxis instrumentos de representação da informação de modelos tradicionalmente advindos da Biblioteconomia, Documentação, entre outros, por consequência de influências de sua própria constituição enquanto campo do saber. Nesse sentido, o trabalho de representação da informação – como instrumentos técnicos de recuperação da informação e não de construção de sentidos e apropriação social da coisa representada – pode tender a assegurar apenas um dos discursos sobre o patrimônio, a do especialista. Essa concentração informativa que se dá entre os especialistas acaba por deixar de lado informações e formas de representações daqueles que estão do outro lado da linha, seguindo uma postura colonialista e oficializadora da construção do que se determina enquanto patrimônios culturais.

Em virtude dessa tendência, observa-se que, no campo da Representação da Informação, há o emprego significativo das Linguagens Documentárias (LDs) para o tratamento das informações. Essas linguagens organizam e sistematizam-se a partir de conceitos delimitados dentro de especialidades produzidas no campo científico. Compõem, assim, uma representação padronizada de informações e termos, que busquem certa unidade.

A construção das LDs foi fundamental para o estabelecimento dos rumos e do surgimento da CI, tendo como principais marcos: o lançamento do “Roget's Thesaurus of English Words and Phrases” por Peter Mark Roget em 1852; a criação da

---

<sup>45</sup> Apesar destes autores se oporem em relação a noção de materialidade, consideramos pertinente ao trabalho, o sentido de coisa, fundamentado a partir das noções de Ingold (2012), a coisa como um acontecer, em devir. Bem como, acreditamos complementar essa noção, a perspectiva de Miller (2013, p.83), no qual as “Coisas, veja bem, não coisas individuais, mas todo o sistema de coisas, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos”

“Classificação Decimal de Dewey” por Melvil Dewey em 1876; a criação da “Classificação Decimal Universal” por Paul Otlet & Henri La Fontaine, em 1904; “Classificação Facetada” ou “Classificação de Dois Pontos” de Shiyali Ramamrita Ranganathan em 1933; e o lançamento da obra “Traité de Documentation” em 1934 por Paul Otlet. A partir destes, todos os métodos que surgiram, acabaram por se basear de alguma forma em algum desses instrumentos (SANTANA; SANTANA, 2010, p.03).

Segundo Santana e Santana (2010), com o advento das novas tecnologias da comunicação, em especial a internet, o processo de indexação passou por novas reflexões, revendo o controle de vocabulário, com o objetivo de ampliar e facilitar a recuperação das informações. A proposta de uma indexação livre, que ultrapasse a linguagem especializada e incorpore a linguagem natural, passa a fazer parte das novas políticas de representação. Thomas Vander Wal cunha o termo *Folksonomia*, no contexto digital, no qual os usuários podem atribuir, a partir de sua própria linguagem pessoal, uma etiquetagem para representar informações e objetos no contexto digital.

O que deve ser deixado claro é que esta pesquisa não se trata de uma tentativa de *Folksonomia* fora do ambiente virtual. Mas, na verdade, acaba por ir na contramão de uma representação padronizada e da ideia de unidade, características típicas das LDs. Buscou-se, dessa maneira, trazer ao fazer do cientista da informação o uso da fruição através da ecologia do saber, em um envolvimento no trabalho com a informação que percola e perpassa a cultura material e as memórias, aliando a intuição e o processo perceptivo em suas análises e formas de representação da informação. Possibilitou-se, assim, a abertura e aproximação à evocação de vozes, memórias e informações que envolvem o patrimônio cultural, em que por vezes não são consideradas, nem dialogam entre si.

Contudo, a Ciência da Informação, ao tratar da informação, pode percorrer áreas distintas. As informações materializadas em diferentes formas e suportes, ao serem tratadas por modelos já estabelecidos, visam a outro tipo de materialidade e acabam perdendo seus potenciais significados e representatividade. Nesse contexto tradicional, são as informações dos materiais que se adaptam ao modelo desenvolvido, e não o contrário. Abre-se, dessa forma, a discussão sobre a informação e sua representação, em relação às noções de objeto, coisa, cultura e bem patrimonial. Ao defrontamo-nos com



essa gama de materiais – a exemplo dos bens patrimoniais enquanto artefatos e suportes informacionais, que são percolados pela fruição –, esses transpassam a estética, o sentido, a subjetividade, a imaginação e a memória. Então, toda possibilidade informativa desafia a Ciência da Informação a dar maiores atenções e, principalmente, a refletir sobre o processo de representação dessas informações fora da esfera técnica e instrumental.

Para tanto, falar da fruição no processo de representação da informação é direcionar a uma perspectiva que promova o envolvimento de diferentes saberes, percepções, representações e memórias ao processo de construção da representatividade. É importante destacar que isso perpassa não só os cientistas da informação e demais profissionais que atuam diretamente com a cultura material em suas áreas de pesquisa, já que a fruição no âmbito especializado acaba por ser delimitada pelos seus próprios protocolos de área. Porém, não ocorre com tal intensidade de censura com os grupos sociais não especializados, que se permitem em fluir seus olhares, sentidos e conhecimentos, nas diferentes perspectivas que a eles chegam. Isso possibilita, de fato, que esse pensamento pós-abissal se conduza enquanto ecologia do saber, pois a “ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (SANTOS, 2007, p. 84).

Diante de tais particularidades informacionais, contextuais e relacionais que conduzem a uma análise e organização diferenciadas para os processos representacionais, admite-se que na noção de representação deve-se considerar que “[...] não é revogado o plano da presença: nela comparecerá a herança do que foi experimentado pelo corpo”. Isso permite a representação “[...] ao captar o sentido de uma presença, demonstra não haver distância intransponível ou uma opacidade inarredável das coisas [...] é ao corpo que as coisas se mostram” (HENRIQUES, 2008, p.86 e 88).

Refletir sobre a atuação tanto do cientista da informação, como dos próprios arqueólogos diante do processo de representação, através do exercício de estranhamento por meio do desenvolvimento de metodologias específicas e flexíveis aos materiais a serem tratados, evitaria, como já observava Pinheiro (1996), a uma visão parcial e fragmentada no processo de representação, socialização e uso dos suportes informacionais. A construção de diálogos entre profissionais de diferentes áreas, bem como com a

sociedade, configurando uma ecologia dos saberes, possibilita equilibrar as diferentes interpretações que são provocadas pelos objetos, considerando a contextualização do bem patrimonial no tempo e espaço, a análise das informações intrínsecas e extrínsecas desses materiais, evitando, então, uma análise segregada.

Inserida nesse regime de verdade, a Ciência da Informação, como qualquer outra disciplina ou campo social, é permeada de relações de forças. Ela promove disputas e estratégias com interesses específicos de seus participantes. Considera-se que, assim como os demais campos científicos, a Ciência da Informação é “um espaço do jogo social, onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem [...]” seus conhecimentos (BOURDIEU, 1983, p.20). Esse jogo, estrategicamente engendrado, adota regras que podem ser relacionadas aos paradigmas que a envolvem de modo geral. Ademais, da mesma maneira como a Ciência da Informação é moldada por esse jogo social, a Memória opera em um complexo campo de tensão, na medida em que resulta de diferentes apropriações de representações coletivas (SANTOS 1998).

Compreendendo que “Boaventura de Sousa Santos assume uma instância crítica em relação à teoria geral, afirmando que nenhuma teoria geral é capaz de dar conta da complexidade do mundo” (SILVA, 2017, p.16), trazemos esses pensamentos para o campo da Ciência da Informação, e mais especificamente para a representação da informação, fica claro que a atividade representacional se coloca em um processo constante de ressignificação, tal como a memória, em uma dinâmica que se processa sempre no presente. E neste sentido, pode-se pensar em uma artefactualidade<sup>46</sup> representativa da informação, em que tal construção permitisse uma perspectiva criativa, explorando novas possibilidades em seu tratamento e processamento.

Quando estabelecemos uma correlação entre representação da informação e a Memória, no contexto em que uma lembrança passada sempre será evocada no tempo em devir, esse movimento recebe influências e novos

---

<sup>46</sup> Segundo Oliveira (2012, p. 07), “Boaventura aponta a dimensão “artística” (estética) da produção dos discursos, ou seja, o fato de eles serem permeados pelos sentidos (aisthesis) e não apenas pela cognição”, a autora supracitada complementa que “Outros autores, como Derrida, entendem a artefactualidade como ato de fabricação ativa da atualidade”. Compreende-se assim, que artefactualidade se apoia a partir da realidade vivenciada, na construção de significados que emergem no cotidiano.

contextos que são delimitados e promovidos pelos jogos de poder inerentes às práticas sociais. Isso acontece em suas dimensões espaço-tempo para cada contexto histórico e social. Portanto, passa a ser carregado de diferentes experiências e vivências, bem como agrega novas informações e sentidos, constante transformação.

### **CAPÍTULO 3 - Fruição e Memórias:** Por trás das Coisas, Objetos, Signos, Sinal – o que será afinal?

A Ciência da Informação e a Memória dialogam, em certo sentido, no aspecto social coercitivo em que ambas estão inseridas. Esse aspecto é evocado na década de 1920, por Maurice Halbwachs, a partir de uma perspectiva positivista. É resultante de sua relação com Émile Durkheim, que passa a tratar a memória como um produto coletivo e a estudá-la dentro de aspectos metodológicos da História. A influência de Durkheim levou Halbwachs (1952) a propor os quadros sociais da memória, que serviam como instrumentos auxiliares para a memória se constituir como uma imagem, levando em consideração o tempo em que o grupo se encontrava inserido.

Para Guimarães (2009, p. 26), “a memória é construída na percepção, e preserva informações adquiridas tanto pelos sentidos, quanto em relação às nossas vidas mentais [...]”. Pelo aspecto intangível e sensorial que permeia seu estudo, encontra-se na literatura reflexões e análises sobre esse campo, desde Platão, Aristóteles e Descartes, mas foi no século XIX e início do século XX, que os estudos epistemológicos da memória se aprofundaram (BERGSON, 2010; RICOEUR, 2007; HALBWACHS, 2006; CANDAU, 2005; Le Goff, 1996; entre outros).

Esses autores influenciam significativamente as discussões contemporâneas a respeito da Memória e, particularmente, de suas relações com a Ciência da Informação. Principalmente a partir da década de 1970, embora tenham sido intensificadas, notadamente, a partir dos anos de 1990 (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011). Esse maior diálogo entre Memória e Ciência da Informação decorre, nas palavras de Oliveira e Rodrigues (2011, p. 325, grifo dos autores), do seguinte entendimento:

Os trabalhos dessa “tendência” relacionam memória e informação, considerando especialmente as informações registradas (documentos), nos mais variados suportes, como elementos de relevância para a memória social, em vários níveis: local, regional ou nacional. Essa relevância é justificada pela possibilidade de (re) construção da memória e da formação de identidade a partir desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação.

É forçoso considerar que “a memória retém também estados mentais e afetivos” (PAVEAU, 2005, p.7). Ao admitir a informação como fenômeno social

e cultural, ambas atuariam no campo perceptivo e intangível e, em maior ou menor medida, seriam resultantes de representações coletivas. Nesse contexto, emergem as seguintes questões: essas representações se dariam apenas no aspecto tangível, em forma de registros? A Ciência da Informação teria procedimentos metodológicos próprios para lidar com essa perspectiva? É nesse sentido que a Ciência da Informação precisa ampliar as formas de tratamento e representação da informação, ao trabalhar a informação na correlação com a Memória.

Com efeito, segundo Dodebei (2010, p. 59), o mundo passou a ser compreendido como um lugar repleto de informações e memórias, “[...] em que os aspectos materiais e imateriais dos objetos criados pelas sociedades entram em disputa”. Assim, para a autora:

Informação e Memória são face imaterial da economia representada pelo consumo de bens que transitam nas redes sociais ubíquas e, ao mesmo tempo, a face material dos percursos da valorização de bens culturais e da preservação de patrimônios (DODEBEI, 2010, p. 59).

Em virtude da grande quantidade de informação, a Ciência da Informação, através do paradigma físico, colocou, em certo momento, o quantitativo em primeiro plano. Sabe-se que essa abordagem ainda promove fortes influências no que tange aos tratamentos das informações, incluindo sua relação com a Memória, principalmente, no que se refere ao campo da recuperação da informação. Em relação à memória, nesse contexto, acaba-se direcionando as discussões e tratamentos à preservação digital (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008), às citações e referências, no campo da memória científica (SILVEIRA; CAREGNATO; BUFREM, 2014), e à memória cognitivo-discursiva, no domínio da análise do discurso (PAVEAU, 2005). A memória e a informação, no viés quantitativo, passam a ser tratadas no campo geracional, deixando de lado os aspectos relacionais e contextuais, objetivando, principalmente, a disseminação da última. Há a necessidade, porém, de transpor esses limites quantitativos promovidos por esse diálogo entre a Ciência da Informação e a Memória.

Esse entendimento torna-se bastante manifesto, ao aceitar que a informação “não pode ser abordada somente do ponto de vista da medida de organização, ou outras medidas, mas principalmente, sob a ótica da

organização em si, enquanto processo [...]”, entrelaçado nas diferentes ordens, sociais, culturais, morais, etc. (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 5). Complementarmente, ao considerar que a memória também se dá nesse aspecto processual, de forma fragmentada, seletiva, esparsa e inserida nos contextos sociais, ressignificada no tempo e no espaço em constante movimento,

A memória está sempre no presente; mas essa memória, que sua elasticidade permite dilatar indefinidamente, reflete sobre o objeto um número crescente de coisas sugeridas – ora os detalhes do próprio objeto, ora detalhes concomitantes capazes de ajudar a esclarecê-lo (BERGSON, 2010, p.119).

Halbwachs (2006) propõe o conceito de memória coletiva<sup>47</sup>. Ele já vem sendo utilizado em algumas discussões da Ciência da Informação. Porém, é importante analisar alguns aspectos limitantes que esse conceito provoca. Primeiro, o autor considera que a memória coletiva se dá a partir de diversos pontos de vista das memórias individuais e, nesse sentido, a memória só ocorre no âmbito da coletividade, no confronto com o outro. E, segundo, deve-se levar em consideração que, pela sua influência à sociologia durkheimiana, ele deixou de lado questões de interações sociais e restringiu a memória apenas à presença com o outro. Para Santos (1998, p. 2):

Embora seja bastante utilizado por aqueles que procuram um amparo teórico para a investigação de processos interativos responsáveis pela construção de identidades coletivas, Halbwachs priorizou em seu trabalho a análise de quadros sociais da memória ou representações coletivas, ainda que o processo de construção de memórias coletivas por grupos sociais fosse considerado. É necessário destacar que, como admirador e discípulo de Émile Durkheim, Halbwachs deu primazia ao social em suas análises, negligenciando muitas vezes a possibilidade de investigação das ações e interações sociais. Evidentemente, não se trata aqui de reiterar a ênfase de Halbwachs no social, mas, diferentemente, de retomar questões levantadas por ele sobre a memória que acabam por tornar problemática a nova autonomia que tem sido atribuída, contemporaneamente, ao ator social e aos processos de construção de identidades coletivas.

---

<sup>47</sup> Para Halbwachs (2006), a memória coletiva abarca um conjunto de indivíduos que possuem suas memórias individuais ou lembranças e estão inseridos em um ou mais grupos. A memória coletiva surge, então, das individualidades que se dão a partir da evocação de representações, seja de um ambiente, objeto, indivíduo, sentido e/ou percepção, gerando uma representação coletiva. Esse caráter individual que permeia a construção da memória se apresenta como fator limitante.

Dessa maneira, o conceito de memória coletiva possui limitações no aspecto relacional, da mesma forma que a informação quando vista pelo prisma dos paradigmas físico e cognitivo. São fatores limitantes porque é inevitável pensar nas inter-relações entre as pessoas, nas inúmeras percepções das coisas e, ainda assim, não considerar o entrelaçamento das pessoas no mundo (INGOLD, 2012). Nesse sentido, as construções das memórias ocorrem nas ações sociais das pessoas, entre sujeitos, coisas e espaços, nessa constante transitoriedade das vivências.

A adoção da memória coletiva na Ciência da Informação parece soar como uma busca para identificar traços semelhantes de eventos e/ou situações, a fim de afirmar e manter uma proximidade entre os indivíduos do grupo. Apesar da problemática que o uso desse conceito de memória provoca, os pesquisadores da Ciência da Informação, ao buscarem a informação no domínio da Memória, podem optar por usar os “Quadros Sociais da Memória” propostos por Halbwachs (1952), na medida em que ele prevê um entendimento da memória a partir de uma análise sistemática. A Ciência da Informação parece se agarrar sob esse aspecto, ao tratar os bens patrimoniais, que, na maioria das vezes, é admitido apenas dentro da cultura material<sup>48</sup>. Trata-se de situar naquilo que se denomina de documentos de memória.

Como se pode perceber, tanto a informação quanto a memória estão vinculadas fortemente ao caráter inscrito, a comunicação verbal e ao registro. Todavia, “as funções culturais das memórias ditas coletivas correspondem senão a uma maneira possível, dentre outras, de estabelecer uma ordem dinâmica de traços mnêmicos” (JEUDY, 1990, p.19). Prender-se apenas a esse aspecto da memória e da informação seria como engessar os diferentes significados e as possíveis interpretações nos diferentes universos desses fenômenos.

Como mencionado anteriormente, o uso do conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006) vem sendo frequentemente adotada nas produções científicas da Ciência da Informação – apesar de considerarmos, por vezes, limitante diante da característica relacional e processual da memória. Os estudos que envolvem informação e memória têm direcionado as reflexões e

---

<sup>48</sup> Entende-se por cultura material o fenômeno composto de elementos que carregam historicidade para possibilitar o reconhecimento dos constructos sociais (BARROS, 2009).

análises da informação para um tratamento mais tangível e exequível, por assim dizer (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011), o que gera certa desconfiança quando se trata de um fenômeno perceptivo e volátil. Nessa mesma complexidade, não é possível entender o fenômeno da memória a respeito da identidade (singular, unitária), pois, como observa Hall (2002, p. 13), “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”.

Ao considerar as informações que operam nas dimensões simbólicas, fazendo uso da fruição como mecanismo para captar diferentes referenciais representativos, se deu a possibilidade de identificar algumas assimetrias culturais e perceptivas. Assim, vislumbrou-se um sistema de diferenças, ao mesmo tempo articulando-se de modo criativo, com uma representação da informação flexível. Dessa maneira, foi possível propiciar a interlocução, que permita conexões complementares entre os saberes, e promover a manutenção e preservação das memórias que operam em tais contextos.

Nota-se, assim, que coisas, objetos, signos e imaginação constroem e são construídas pelos grupos sociais. São elementos que dão ressignificação, vida e ressonância ao que se assume como patrimônio cultural, atuando diretamente em sua manutenção e preservação. Nesse sentido, apresento algumas perspectivas a respeito desses elementos significativos e essenciais que atuam no cerne da materialidade informativa e nas formas de representação que compõem o patrimônio enquanto categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003).

Para explicar o que foi dito, acredito que seja necessário provocar afecções, entre nós, o espaço, as coisas, o tempo. A música a seguir alcançou isso em mim, durante o processo inicial da pesquisa, ajudando-me a compreender melhor as diferentes relações, as intensidades, as representações e sentidos que atribuímos a cada momento de nossas vidas.

### ***Chuva no Mar***<sup>49</sup>

*Coisas transformam-se em mim  
É como chuva no mar  
Se desmancha assim em  
Ondas a me atravessar  
Um corpo sopro no ar  
Com um nome pra chamar*

---

<sup>49</sup> Letra de Marisa Monte e Arnaldo Antunes, interpretada por Marisa Monte e Carminho. Álbum “Canto” – Warner Music, 2014.



É só alguém batizar  
 Nome pra chamar de  
 Nuvem, vidraça, varal  
 Asa, desejo, quintal  
 O horizonte lá longe  
 Tudo o que o olho alcançar  
 E o que ninguém escutar  
 Te invade sem parar  
 Te transforma sem ninguém notar  
 Frases, vozes, cores  
 Ondas, frequências, sinais  
 O mundo é grande demais  
 Coisas transformam-se em mim  
 Por todo o mundo é assim

A canção representa, em forma de poesia, de modo simples e profundo, as ininterruptas transformações pelas quais passamos. Seja nas relações entre nós mesmos, entre nós e o mundo e/ou entre as coisas. Essa nuance provocada por fruições, que nos perpassam, constrói e se reconstrói constantemente. Também nos conduzem a criar definições, representações, categorias, nomes, imagens e termos, para, enfim, estabelecer algo possível de ser reconhecido, identificado. Isso não acontece apenas na esfera individual, mas também na esfera da coletividade; palco onde se constroem os significados e as memórias.

No trecho da música – *Frases, vozes, cores/Ondas, frequências, sinais* –, pode-se dizer que tais elementos atuam como estímulos nos sujeitos. Para Peirce (1977)<sup>50</sup>, tais estímulos remetem aos conceitos de signo e sinal. P conceito signo tem, por essência, a possibilidade de significar algo; enquanto que o sinal representa “[...] qualquer forma gráfica, sonora, geológica, astronômica etc. de assinalação, sem que para tal incorra qualquer relação com uma possível construção de significado” (AZEVEDO NETTO, 2002, p.03).

Quando o ser humano é posto frente a esses estímulos, coisas, signos, objetos, eles agem conforme a canção: *Te invade sem parar/Te transforma sem ninguém notar*. A depender de cada um deles, as sensações, as percepções, as fruições e as interpretações ocorrem de forma única, individual. Quando postas como discurso, ou lembranças-imagens através de uma

---

<sup>50</sup> Para Peirce, o signo não depende do significado para existir, ele próprio promove a significação através do processo de semiose.

linguagem específica, potencializam-se em novos significados, podendo alcançar dimensões coletivas.

Ao deixar-se fluir pelos sentidos e significados que a canção provoca, surgem correlações com os universos, pessoal e teórico-filosófico, que por vezes se entrelaçam. Nesse sentido, pode-se tomar como referência o processo de análise e intuição de Henri Bergson (RIBEIRO, 2013) – que, em certo grau, ao perceber o movimento e processualidade das coisas, tem como objetivo a apreensão da duração e, com isso, capta as variações das memórias que todos nós estamos suscetíveis em cada momento da vida.

Em paralelo a isso, remeto a noção de semiose ilimitada de Charles Sanders Peirce. Trata-se de uma ação em que os signos em seu processo de fruição provocam e possibilitam significados múltiplos. Ao mesmo tempo, gera um ciclo ininterrupto de novas interpretações e significados. Como bem coloca Eco (1990, p.30), “o círculo da semiose se fecha a todo instante e jamais se fecha”. Isso ocorre graças ao signo, porque

[...] o signo é algo (qualquer coisa) que é determinado por alguma outra coisa que ele representa essa representação produzindo um efeito, que pode ser de qualquer tipo (sentimento, ação ou representação) numa mente atual ou potencial, sendo esse efeito chamado de interpretante (SANTAELLA, 1998, p. 39).

Dessa maneira, o signo, ao servir no processo de mediação entre o objeto e o interpretante (efeito), provocado por um ato interpretativo, traça semelhanças e correspondências a referentes, gerando um novo signo. Segundo Santaella (1998, p. 43), “estamos, aí, como se pode ver, no universo das sugestões, hipóteses, conjecturas. Reino das coisas indefinidas, vagas, fracamente determinadas, mas de forte apelo entre o sensório e o imaginativo”.

Ao fazer a aproximação da teoria dos signos de Peirce com a Ciência da Informação, Barros e Café (2012) identificaram<sup>51</sup>, em periódicos brasileiros da área, cerca de 60% de artigos que tratam da informação a partir da tricotomia semiótica relacionada às práticas organizacionais e representação da informação. Na literatura estrangeira, a exemplo, encontra-se em Jens-Erik Mai (2001) uma abordagem que envolve a semiótica e o processo de indexação,

---

<sup>51</sup> Barros e Café (2012) realizaram um levantamento em periódicos qualis A2 a B2, entre os anos 2000 e 2011, e recuperaram cerca de quinze documentos que envolviam os campos de conhecimento da Semiótica e da Ciência da Informação.

reforçando que não é possível estabelecer um modelo geral, mas que tal processo está inserido no próprio ato de interpretação. Assim, a preocupação deve se centrar em como os objetos e materiais são representados. Para isso, deve-se levar em consideração os contextos sociais e culturais.

A pessoa que interpreta o signo faz uma conexão entre o que ele ou ela vê (que é o representamen) e seu conhecimento prévio (que é o objeto) e, assim, cria um entendimento ou significado do signo (que é o interpretante). Este processo é chamado de semiose, o ato de interpretar signos. (MAI, 2001, p. 597, **tradução nossa**)<sup>52</sup>.

Mai (2001) propõe o uso da semiótica no processo de análise documental, bem como na construção da indexação de descritores. Para o autor, haveria, assim, uma dinâmica entre interpretante/objeto, ampliando as possibilidades de recuperação para o usuário. Segundo Smiraglia (2014), além de Mai (2001), outros autores apresentam a teoria semiótica peirceana enquanto metodologia, considerando ainda a semiótica como uma base filosófica essencial para a representação da informação, ou como adotam os autores supracitados, representação do conhecimento<sup>53</sup>.

Para Moura (2006, p.09), a incorporação da teoria semiótica peirceana pode “[...] ampliar os horizontes de atuação dos profissionais da informação na medida em que incluem como elementos ativos e imprescindíveis os processos sógnicos que ocorrem no recursivo universo informacional”. Mas, atualmente, ainda se tem uma forte inclinação para construção de modelos fechados, estruturados em categorias verticais. Esses acabam sendo adotados para todo tipo de informação, desconsiderando as particularidades nas diferentes dimensões de cada informação, tratando as coisas como elementos encapsulados.

<sup>52</sup> Nesta pesquisa, considera-se a “pessoa” também como fruto e agente de relações sociais que a constroem e são construídas por ela. Transcreve-se também a citação no original “*The person who interprets the sign makes a connection between what he or she sees (which is the representamen) and his or her background knowledge (which is the object) and thereby creates an understanding or meaning of the sign (which is the interpretant). This process is called semiosis, the act of interpreting signs*” (MAI, 2001, p. 597).

<sup>53</sup> Tanto Mai (2001), quanto os outros autores tratados por Smiraglia (2014) abordam o uso da Semiótica no contexto documental, fixando em suportes regularmente tratados no campo da Ciência da Computação e Ciência da Informação. Apesar de suas análises permitirem que possam ser adaptadas para diferentes dimensões e suportes que abarcam uma ideia estendida de documento, seu foco principal está em banco de dados, sites e mineração de dados, o que não atende essencialmente o tratamento que esta pesquisa pretende.

Aprofundando um pouco mais na hermenêutica peirciana, Santaella (1988) analisa a obra sobre a teoria da percepção de Peirce. Ela chama a atenção para que não se confunda objeto com coisa, pois “coisa, para Peirce e os escolásticos antes dele, é tudo aquilo que está lá para a mente encontrar. Quando uma coisa é conhecida, ela se torna um objeto” (JEHA, 2001, p.131). Dessa maneira, o signo “pode denotar qualquer objeto: sonhado, alucinado, existente, esperado etc.”, seja materializado na natureza, ou como um constructo da mente, que tenha a potência de ação na produção de significados (SANTAELLA, 1998, p.41). Para tanto:

[...] objeto é qualquer coisa que um signo pode denotar, a que ele pode ser aplicado, desde uma ideia abstrata da ciência, uma situação vivida ou idealizada, um tipo de comportamento, um filme, até um sonho, uma nesga de luz etc. (SANTAELLA, 1998, p.41).

Encontra-se em Ingold (2012) outra abordagem para a diferenciação no que se refere às coisas e objetos. As coisas perpassam a vida, se dão de modo a entrelaçar-se e transpassam-se como fios vitais, que se sobrepõem e interligam, e ainda que compõem uma malha, em os processos se constroem e reconstroem de forma ininterrupta. Os objetos enquadram-se como fatos consumados, ou seja, o objeto simplesmente é, já que está moldado em determinado contexto pela mente que o apreende, enquanto a coisa está em devir.

Nesse sentido, o ser humano em si, pode ser signo, objeto ou coisa, de modo que independente de como se coloca, cria espaços de representação. Esses espaços podem colocá-lo em uma situação de proteção e em um status confortável, em um lugar idealizado e, ao mesmo tempo, em conflito. A qualquer momento pode ser repensado, rompido, liberto, pronto para envolver novos significados, imagens e enfim, novas representações. Pessoa, animal, objeto, coisa, o que acontece é que são apenas “humanos e não-humanos misturando-se e formando constantemente entidades coletivas mutáveis” (LATOUR, 2001, p.29).

Para Ingold (2012), o ato de buscar um nome, de representar, corresponde a uma ação. Pensar nesse movimento, nesse processo de formação das coisas, caracteriza uma tarefa instigante e complexa. Tentar compreender qualquer momento do círculo da semiose seria como encontrar

uma porta, que, quando aberta, nos apresenta mais outras novas portas, e encontrar uma única saída se torna cada vez mais complexo.

Assim como “o signo é sempre incompleto em relação ao objeto” (SANTAELLA, 1998, p. 45) – pois, o signo, assim como a coisa, está em devir –, essa relação também se aproxima no que ocorre entre a percepção e a fruição. Não é possível estabelecer um testemunho exato, deve-se levar em conta as perspectivas, os pontos de vista relativos, incompletos e falíveis, a que cada um de nós está sujeito.

Seguindo nesse contexto, encontra-se o conceito de perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro (2009, p. 42). Para ele, a noção de que “[...] o mundo é composto por uma multiplicidade de pontos de vista: todos os existentes são centros potenciais de intencionalidades, que apreendem os demais existentes segundo suas próprias e respectivas características ou potenciais” aproxima-se das discussões postas até aqui.

Ainda em relação à teoria semiótica, tomamos como referência a diferenciação dos signos propostos por Peirce: o signo objeto ocorreria conforme a percepção da pessoa; o signo veículo por meio da comunicação, seja ela qual for; o signo interpretante influiria na modulação da significação. Assim, há, em certo sentido, uma organicidade não necessariamente linear, mas que pode ser compreendida na primeiridade em que se pode considerar o signo icônico. Ou seja, ocorre uma descrição que remete ao objeto percebido, a secundidade em que o signo indexical possibilita correlações a outros signos e a terceiridade que provoca uma ação hermenêutica, com a construção de significados que se apresenta também pelo signo simbólico (AZEVEDO NETTO, 2002).

Entrelaçando as discussões até aqui, reflete-se que é possível correlacionar tais abordagens, de modo que a percepção organiza-se de forma esquemática (SANTAELLA, 1998). Esse impulsiona uma semiose perceptiva, envolvendo o percepto (que coloca-se como fator compulsivo, que força-se sobre mim, é externo) e correlaciona-se dentro da perspectiva semiótica<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Levando-se em consideração as noções que a primeiridade envolve uma consciência de qualidade imediata – físico/estética –, a secundidade nos atenta para algo que se força sobre nós – sensório/ética. Já a terceiridade atua como fator de juízo, junção dos elementos – cognitivo/semiótica – e enquadra-se nos julgamentos perceptivos, que provocam efeitos interpretativos, aproximando-se do que se está concebendo para fruição.

Essa forma de percepção – e que, por consequência, leva a interpretação sobre nós mesmos –, nos faz olhar para dentro e para fora, criando novas relações e significados sobre ser e estar no mundo. Essa capacidade humana se dá dentro de uma relação processual graças à semiose ilimitada, permitindo que a pessoa possa, “[...] projetar sua identidade em outrem, por intermédio de suas sínteses criativas” (MOURA, 2006, p.11). Dessa forma, percebe-se que ao mesmo tempo em que transforma, também é transformado, contribuindo em sua própria ressignificação enquanto ser.

“A informação é um signo que se atualiza na interface com o sujeito” (MOURA, 2006, p. 02). Portanto, reflete a dimensão material do signo. Assim, pode-se colocar também a fruição como um processo intrínseco à essência humana. E, por sua infinita possibilidade de significação, poderia ser descrita através de diferentes formas, inclusive sob o aspecto poético da criação, imaginação, da arte, bem como incorporada por meio da representação da informação.

A representação da informação, que não deixa de ser uma apropriação de conceitos e sentidos para se dar atribuição a algo, não pode prescindir, segundo Bezerra (2013), dos modos de fruição que se manifestam durante o processo. Pode-se dizer que tanto no campo da Ciência da Informação, bem como da Arqueologia, os profissionais trabalham diretamente com os objetos e as coisas. Por esse motivo, deparam-se constantemente como o processo de fruição. Entretanto, os discursos e *habitus*<sup>55</sup> científicos a que estão submetidos cotidianamente podem disciplinar os olhares e sentidos, provocando perdas significativas em outros contextos, que “tão óbvio que cega” (MILLER, 2013, p.79).

Bezerra (2013, p. 109) potencializa a discussão em torno da percepção tátil, voltada para o reconhecimento e apropriação das coisas do passado, no que tange questões do campo da Arqueologia. Ainda diz que “[...] apropriações contemporâneas da cultura material constituem uma forma singular de fruição com o passado [...]”, bem como no presente. Por esse motivo, é interessante

---

<sup>55</sup> A noção de *habitus*, trabalhada por Miller (2013), é fundamentada pela perspectiva de Pierre Bourdieu. Tal noção envolve uma subjetividade socializadora e corresponde a um “conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam” (SETTON, 2002, p.63).

pensar em relações mais simétricas nos diálogos entre as diferentes pessoas, buscando ainda um “imbricamento sensorial das pessoas com as coisas” (BEZERRA, 2013, p.108).

Em se tratando de representações que transitam no campo da arte, as pinturas rupestres carregam em seu potencial sógnico e são elementos que possibilitam diferentes interpretações, do ao especialista a pessoa que convive no tempo presente. Isso acontece mesmo àqueles que não têm uma intencionalidade artística conceitual, aos moldes clássicos ou modernistas, a exemplo do que estamos abordando aqui nesta pesquisa. As análises hoje refletem nossa percepção contemporânea: científica, social, sensorial etc., o que nos permite pensar em propostas metodológicas e técnicas que se distanciam de certo alinhamento positivista e estruturante. A fruição chega, assim, a representação da informação como um passo experimental para a análise e ampliação das sensações perceptivas e dos diferentes referenciais de memórias que podem coexistir, nos estratos culturais e sociais, sem a necessidade de se sobreporem enquanto uma memória única e institucionalizada. Essa, por vezes, é muito procurada por profissionais que atuam com patrimônio para legitimar suas ações de intervenção em comunidades para “ensiná-las” a preservar. Nesse sentido,

[...] uma obra de arte nunca é simplesmente (ou mesmo principalmente) um veículo de idéias ou de sentimentos morais. É, antes de mais nada, um objeto que modifica nossa consciência e sensibilidade, alterando, ainda que ligeiramente, a composição do húmus que nutre todas as idéias e sentimentos específicos (SONTAG, 1966, p.41).

Para tanto, é significativo trabalhar o conceito de fractalidade<sup>56</sup> de Roy Wagner, como noção para a atuação do cientista da informação ao estudar as pessoas, os materiais ou as *coisas* (INGOLD, 2012). Porém, deve-se atentar para a problemática que se dá no momento em que ocorre uma segregação contextual e relacional no processo de representação da informação. Essa noção direcionaria o cientista a perceber eventuais situações que os afetam e

---

<sup>56</sup> Para Wagner (1991, p.), “uma pessoa fractal é uma entidade cujas relações estão integralmente implicadas (não é uma unidade em relação ao agregado, nem agregado em relação a uma unidade)”. Nesse sentido, Dulley (2014, p. 12) entende a noção de fractalidade de Wagner como uma alternativa ao conceito de indivíduo, mas assumindo que “[...] as relações que a pessoa estabelece com os outros são parte constituinte de si: há continuidade entre dentro e fora” e ainda, de fora para dentro.

“conceder estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional” (FAVRET-SAADA, 2005, p.160).

O ser afetado envolve uma mobilização, uma modificação no próprio estoque informacional e na maneira de configurar as representações das coisas. Para Bergson (2010, p. 60), a afecção seria “o que misturamos, do interior de nosso corpo, à imagem dos corpos exteriores; é aquilo que devemos extrair inicialmente da percepção para reencontrar a pureza da imagem [...]”. Nesse mesmo sentido, Aristóteles (2012) explica que o termo “afecção” – como processo que perpassa alterações na pessoa, na forma de olhar, relacionar e em sua memória, o que vai compor os significados, ou, ainda, sua ressignificação – depende do lugar onde se está ocupando, das relações que estão ocorrendo entre o meio, os outros e as coisas.

A informação se dá somente no signo-veículo, que é a dimensão perceptível do signo. Assim, esse se coloca como ágil e provisório. Pensado dentro do modelo semiótico, está inserido dentro de uma tríade: a formação de representações (representamen - representa algo para alguém); organiza-se enquanto objetos (signo que representa); e é materializado pelo interpretante (ocorre na mente). Esse movimento relacional e processual, segundo Moura (2006, p.01), fez com que os processos de significação tenham se tornado “um dos principais desafios da Ciência da Informação”.

A Ciência da Informação, através das reflexões e procedimentos da representação da informação, deve atentar para as particularidades e fractalidades que envolvem seu objeto de estudo enquanto *coisa*, bem como o cientista da informação e os demais sujeitos envolvidos enquanto pessoas fractais. Ao estudar as perspectivas epistemológicas, compreende-se o conhecimento como provisório e inserido num processo constante de transformação, aspecto que nos permite reconhecer diferentes conceitos adotados para a informação, afastando-se de concepções definitivas e acabadas, caminhando para ações que envolvam uma ecologia do saber.

Porém, o que se vê na Ciência da Informação, em relação com o campo da representação da informação, é que, por vezes, prende-se a modelos pré-determinados. Junto a uma concentração reduzida de sentido e que, de maneira mais ampla, se fixam nos processos de tratamento para materiais inscritos, textuais, provoca-se um certo comodismo e conforto para a prática,



criando dificuldades em permitir olhares mais abertos e fluidos. Assume-se, assim, para esta pesquisa, uma representação da informação que se aproxime da perspectiva de Ingold (2012). Para ele, todas as coisas estão constituídas/inseridas numa malha, e essa cria relações e processos constantes.

Mas, para um olhar aberto e relacional, e para se permitir uma afecção, é preciso compreender que “as coisas vazam” e “observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião” (INGOLD, 2012, p.29). Nessa relação entre o mundo e as coisas, “o espaço se transforma numa mesa de mapas, a mesa de mapas num armário, o armário num conceito e o conceito numa instituição” (LATOUR, 2001, p.52). As coisas precisam ser transformadas no laboratório para serem reconhecidas, gerando interpretações possíveis no qual “um cenário finalmente se transformará em texto” (LATOUR, 2001, p.70).

Nesse sentido, indaga-se: e na Ciência da Informação, a representação da informação também não poderia se inserir nessa ação tácita e sensória, em que a percepção e fruição colocam-se como elementos significativos dentro do processo?

Para Latour (2001, p.80), “uma palavra substitui uma coisa, mas conserva um traço que a define”. Assim, seria uma transubstanciação, de modo que um signo assume uma visibilidade, uma vertente de atuação, no lugar da coisa, que varia em cada contexto cultural e espaço-temporal. Isso nos leva a uma busca de variadas formas de representação da informação que são construídas por diferentes pessoas, afetadas de modos direto ou indireto por aquilo que se denomina de patrimônio cultural.

A percepção afeta diretamente os sentidos sensoriais, bem como os viscerais. Serve como passagem, ou ainda como janelas abertas para o exterior. Provoca no organismo processos de codificação e recodificação das informações. As teorias da percepção do século XX, como a *Gestalt*<sup>57</sup>, focam no campo visual. Utilizam a percepção como um meio descritivo, cujo processo

---

<sup>57</sup> A escola da *Gestalt*, surgiu no início do século XX, na Alemanha, e ficou conhecida como psicologia da forma ou psicologia da percepção. Tal escola defendia que a percepção seguia o princípio de que o todo é maior que a soma das partes, mas esta soma não daria conta, então trataria de “uma apreensão imediata e unificada do todo, devido a uma necessidade interna de organização”. (ENCICLOPÉDIA ITAU CULTURAL, 2016).

de organização ocorre na mente e não a partir das sensações, tendo suas inferências determinadas. Tais perspectivas vão de encontro com os princípios construtivistas, no qual a percepção acrescenta significados por correlações ou associações através do estímulo visual, elaborando formas de inferência probabilísticas (SANTAELLA, 1998).

Assim, para Santaella (1998, p.29), “[...] as escolas contemporâneas da percepção estão cada vez mais se especializando e se centralizando nas questões da visibilidade, o que permite que suas pesquisas incluam métodos e experimento e observação”. Essa tentativa controladora da percepção e focada na visualidade pode trazer prejuízos e minimizar as possibilidades de significados passíveis de serem extraídos. Pois, sabendo que “nossa percepção comete erros”, “é preciso reconhecer que as coisas que percebemos realmente existem” e reagem/agem sobre nós; não apenas através da visão, mas por meio de todos os sentidos, devendo ser levando em conta nos processos físicos, cognitivos e sensoriais (SANTAELLA, 1998, p. 89-90).

Merleau Ponty (2013, p.33) discute a percepção no campo visual da arte. Entretanto, é possível interpretar sua obra em uma esfera processual para outros universos perceptivos. Para este filósofo, “as coisas se imbricam umas nas outras porque elas estão fora uma da outra”. As coisas são abertas e, nos processos perceptíveis, ganham contornos flexíveis e ilimitados. Elas tornam-se signos, inserem-se na semiose ilimitada, pois estão “[...] sempre alguém ou além do ponto onde se olha, sempre entre ou atrás daquilo que se fixa, indicados, implicados, e mesmo [...] exigidos pelas coisas, sem serem coisas eles próprios” (MERLEAU PONTY, 2013, p.47).

A percepção analisada aqui está dentro do domínio sógnico, fluindo e se transformando durante os processos semióticos, ao que Peirce chama de primeridade, secundidade e terceridade. Nesse contexto da percepção, leva-se em consideração a primeridade (como aquilo novo, livre, que ocorre de modo natural), a secundidade (que já possui uma determinação, um contorno, objeto) e, por fim, terceridade (mediação, a coisa em devir). Essas são categorias fenomênicas que Peirce trabalha juntamente com sua teoria dos signos.

Isso possibilita situar que a percepção perpassa a primeridade, secundidade, indo de encontro com a fruição, que também está na terceridade<sup>58</sup>. Esse encontro da fenomenologia com a semiótica

[...] nos permite pensar desde um mero suspiro, um grito, uma música, um teorema, uma partitura, um livro e todos os fenômenos mais complexos que podemos imaginar inclusive nossa própria imaginação deles, todos eles no seu funcionamento sêmico, isto é, como linguagem que são (SANTAELLA, 1998, p.38).

Os processos semióticos provocam uma ação e permitem que as coisas se entrelacem, de modo que “minha percepção é, portanto função desses movimentos moleculares, ela depende deles” (BERGSON, 2010, p.17). Esse movimento, para o autor, advém da matéria (conjunto de imagens) que gera uma variedade infinita de representações, que se imprimem como estímulos, e em algo que pode ser definido como corpo. E, pensando no corpo enquanto meu, pode-se criar, a partir dessa ideia, relações dialógicas com a questão das identidades e socialização. Essas relações provocam e dão contornos ao que se concebe como bem cultural, patrimônio, pois “meu corpo pode comportar segmentos tomados do corpo dos outros assim como minha substância passa para eles, o homem é espelho para o homem” (MERLEAU PONTY, 2013, p.27).

Considera-se, assim, que as coisas possuem um princípio latente de vitalidade e enquanto signos atingem nossas percepções. Sua dinamicidade relaciona-se de forma direta com a memória, que, por essência, está em constante movimento e tensão entre o lembrar e esquecer. Nesse sentido, “não há percepções que não esteja impregnada de lembranças” (BERGSON, 2010, p.30). E, com a ação da reminiscência, concretiza-se em um ato de alteridade (RICOEUR, 2007). Dessa maneira, é possível colocar e compreender o corpo, enquanto

Visível e móvel, meu corpo conta-se entre as coisas, é uma delas, está preso no tecido do mundo, e sua coesão é a de uma coisa. Mas, dado que vê e se move, ele mantém as coisas em círculo a seu redor, elas são um anexo ou um prolongamento dele mesmo, estão incrustadas em sua carne, fazem parte de

---

<sup>58</sup>O cientista da informação deve levar em consideração todo esse processo semiótico em sua busca pela informação. Mas, para materializar essa informação, será preciso a fruição como ato gerencial que auxiliará no processo de representação. Por esse motivo, a terceridade é uma etapa pontual para as relações e interpretações.

sua definição plena, e o mundo é feito do estofa mesmo do corpo (MERLEAU PONTY, 2013, p.20).

Nesse jogo das percepções, há uma relação de projeção, que ocorre de dentro para fora e de fora para dentro. São sempre ações pertencentes ao pensamento, que se fazem signos, palavras, imagens, podendo adquirir a depender dos contextos, em significados distintos e a imaginação seria fruto desses estímulos (MERLEAU PONTY, 2013). A imaginação, para Bergson (2010), está atrelada a memória; suas características assemelham-se com as da própria memória (SILVA, 2009). Enquanto a imaginação evoca o fantasioso, o irreal; a memória evoca uma realidade anterior. Mas isso não impede certo entrelaçamento, e até uma dificuldade em distingui-las. Assim, Ricoeur (2007, p.25) apresenta seu posicionamento:

É sob o signo da associação de ideias que está situada essa espécie de curto circuito entre memória e imaginação: se essas duas afecções estão ligadas por contiguidade, evocar uma – portanto, imaginar – é evocar a outra, portanto, lembrar-se dela.

Gaston Bachelard trata o imaginário como estrutura que se molda a partir do dinamismo do pensamento humano. Para isso, apresenta, através de uma analogia da experiência humana, aos elementos naturais – as quatro substâncias: água, ar, terra, fogo para representar esse fenômeno. Segundo Anaz et al (2014, p.04), “são como que formações simbólicas vistas em diferentes dimensões”. Em síntese, a imaginação ocorre a partir de misturas e se materializa (água). Para isto, precisa estar em constante movimento (ar), possuindo resistências e consolidando-se (terra), alcançando transformação (fogo) em que assume a posição de catalisador que estimula os devaneios e paixões – convicções do coração ou destruidor, que, a partir de novos conhecimentos, ilumina-se e desfaz-se no encontro com uma nova realidade.

Gilbert Durand entende que o imaginário promove um equilíbrio psicossocial, resultando no envolvimento da percepção, produção, reprodução de símbolos, imagens, mitos e arquétipos, atuando como um espaço em que as imagens potencialmente podem se refazer, reproduzir, recriar. Durand (2007, p.14) concebe por imaginário “o conjunto das relações de imagens que constituem o capital pensado do homo-sapiens”. Ele também considera esse espaço como um museu, resultante das imagens produzidas pelos homens,

enquanto seres simbólicos (CASSIRER, 1994). O caráter simbólico intrínseco ao homem carrega-se suas afetividades,

O que significa que a figuração simbólica, ou o pensamento figurativo, enquanto imagem pregnante de conteúdo, é produzida pelos desejos e impressões do sujeito, ou seja, explica-se pelas referidas acomodações anteriores do indivíduo que, necessariamente, repousam no equilíbrio entre a assimilação da sua vida afectivo-subjectiva e os estímulos do meio (ARAÚJO; TEIXEIRA, 2009, P.09).

O imaginário pode promover certa poética ao universo científico. Por esse motivo, está sendo considerado um aspecto significativo para o processo de representação da informação. Para esta pesquisa, tais informações serão encontradas a partir da decapagem das conversas travadas entre as pessoas envolvidas. Assim, considera-se que o imaginário resulta da evocação e das vivências proporcionadas pelas relações com o Outro, pois,

A imaginação também tem o poder, natural ou adquirido, de formar imagens de objetos que não foram percebidos, inicialmente, como um todo, bem como a potencialidade de realizar novas combinações de imagens já conhecidas; é uma aptidão inata de criar, mediante a reorganização de idéias que podem ser familiares ou inéditas ao sujeito. O devaneio, o sonho, a invenção, assim como as crenças fantásticas e as superstições somente podem acontecer pela existência da imaginação (ALMEIDA, 2009, p.29).

Para Bergson (2005), a imaginação resultaria de assimilações dos estados de consciência; seja pela experimentação individual a partir da consciência explícita do outro, de forma dinâmica, seja através de uma assimilação estática, que se daria pela substituição por imagens (SILVA, 2009). A imaginação promove variações e uma delas estaria voltada para o ato da criação, a que Bergson denomina de fabulação. Admitir o imaginário, enquanto fabulação ou fantasia, no campo da Ciência da Informação, seria considerar que “[...] a fantasia imita (ou representa) o processo de modelagem do mundo, explicitando a convencionalidade da relação entre objeto e coisa, na medida em que o objeto é absorvido no mundo linguístico” (JEHA, 2001, p.125).

A fantasia opera nessa relação da representatividade que envolve os objetos e coisas, presentes na realidade em que a pessoa habita e constrói, evocada pela memória conforme seus signos culturais. Agrega, ao mesmo tempo, a versatilidade e fluidez da imaginação, que não se prende a obrigatoriedade de uma estrutura lógica e real. A exemplo disso,

apresentaremos, no quarto capítulo, uma possível pintura rupestre que é descrita por alguns moradores como um pavão. Mas, segundo esses moradores, apenas algumas pessoas podem ver, pois foram escolhidas.

Compreender o fantasioso, dentro das lembranças e memórias, é também contextualizar a informação daquele que a produz e reproduz. Situa a pessoa que profere de onde ele fala e de suas relações no espaço tempo, junto a suas afecções com o outro. Isso nos remete às conversas com J.D.F. (71/M), morador de Camalaú. Durante uma conversa com a equipe de arqueólogos em visita à sua residência, relatou como encontrou um cemitério (sítio arqueológico) que poderia interessar a equipe. Remeteu-se a uma lembrança de infância, sobre certo incêndio e que havia um homem que conseguia apagar o fogo apenas com a oração. Ele diz que só acreditou porque viu acontecer.

Para Coelho (2016, p.13), sua relação com patrimônio cultural é relatada em sua dissertação:

Tenho gosto pelo património histórico, pelo arquitetónico e arqueológico, por edifícios antigos e ruínas. Não tanto pelos seus valores patrimoniais ou estéticos. Antes pelas interpretações que me suscitam ou pelo imaginário que me convocam. Olho sobre as suas envolventes e imagino como se construiu, o que foi como era vivido e em que período da história; como era o sistema construtivo, a forma como se trabalhavam os materiais, como se transportavam e se elevavam sobre a construção. Desde a singular pedra talhada ou objeto arqueológico até à integridade de um edifício, todos têm capacidade de comunicar. É isso que me fascina. A apetência, de cada objeto, para me transportar a um passado e me fazer interpretá-lo.

Esses relatos fortificam as reflexões de Bergson (2005) e demonstram o potencial de se levar em consideração as memórias e lembranças, que ora beiram a imaginação, ora concretizam-se em lembranças vividas. Assim, leva-se em conta que:

A fantasia é mais que mera representação do produto, isto é, do mundo como o conhecemos, ou de uma teoria de conhecimento do mundo. Podemos abordar a fantasia como um tipo especial de mimese: uma representação do processo de criação ontológica, pelo qual mundos possíveis e impossíveis adquirem existência (JEHA, 2001, p.125).

A percepção deve ser levada em consideração no processo da pesquisa, bem como os aspectos voltados para o imaginário. Eles permitem compreender

as diferentes relações entre o sensível, o fantasioso e o próprio sentido a que se atribuem as coisas. Porém, é através da fruição que é possível perceber o encontro com as informações. Isso nos permitiu compreender possíveis construções que envolvem o processo de patrimonialização, ou seja, as formas de representação que são materializadas em imagens específicas e particulares de cada interlocutor na sua posição frente aos bens culturais e seus contextos.

Por exemplo, os mitos<sup>59</sup> em torno da Pedra do Ingá já demonstram o quão significativo e representativos podem ser, servindo quase como um banquete para o cientista da informação que busca compreender os efeitos informacionais em toda sua processualidade. E concorda-se com Almeida (2009, p.28), quando a autora considera que:

Não podemos recusar a idéia de que, o sentido dos registros rupestres vai além das manifestações pré-históricas de Arte, até porque a Itacoatiara estimula ainda a imaginação de um ou de vários povos por onde eles podem ter traduzido a realidade das relações de natureza material e imaterial, estabelecidas entre os homens e entre eles e a Natureza.

A fruição aqui discutida vai além de uma apreciação artística estética. A fruição ocorre no processo da experiência de vida – intersubjetiva, na sua relação com o entorno, o tempo, o outro, e as coisas, “rompendo com o espaço representacional” (GÖTTEMS, 2011)<sup>60</sup>. Assim, a fruição precisa de uma pessoa para que se complete, uma vez que “o sujeito chega à fruição pela coabitação das linguagens” (BARTHES, 2013, p. 08). Essa relação não se fixa apenas no caráter racional, ela envolve, sempre, o sensitivo.

Dessa maneira, a fruição perpassa o olhar, o tangível e o intangível, os sentidos e suas percepções. Em relação à percepção, a fruição seria o entre, e coloca-se um pouco além. Ela imbrica-se com o ato interpretativo, ultrapassando os sentidos, adentrando aos posicionamentos e questionamentos sobre aquilo que se sentiu e viveu, como na experiência do agora. De modo que,

---

<sup>59</sup> Catoira, T.; Azevedo Netto, C.X. ITACOATIARAS DO INGÁ: As diferentes “escritas” no imaginário da pedra das águas, 2018. (no prelo).

<sup>60</sup> Apesar de Göttems (2011, p.20) abordar a fruição no campo artístico, pode-se criar um paralelo com o processo de representação da informação, de modo que o ato de representar possibilita que tais “[...] registros podem ser as ‘sementes’ que germinam e dispersam para novas experiências com essas obras, em tempos e locais distintos”.

[...] a fruição não deve acontecer apenas pelo olhar, mas também pela articulação do corpo, dos sentidos corporais, das sensações, exige que a experiência aconteça, para que a matéria em estudo seja capturada [...] como forma de atribuir significados e contextualizações de seu próprio tempo e espaço (GÖTTEMS, 2011, p.35).

Nessa perspectiva, a fruição encontra-se tanto no processo comunicacional, quanto na relação perceptível e sensorial. Envolve uma relação de entrega e proximidade entre observador e a coisa, o que permite a expansão e alargamento dos significados (CLEMENTE, 2011; RANKE, 2012). Para tanto, Ranke (2012, p. 55) evidencia que “fruição articula-se à vontade, entendida aqui como uma atividade humana refletida que se opõe ao instinto, comportando processos psíquicos conscientes, como a percepção, a representação, a intenção [...]”.

Segundo Clemente (2011, p. 12-13), a “fruição tem lugar no que está inter-dito”. Assim, a fruição envolveria a perspectiva do “novo”, provocando os sentidos e percepções, incitando o reconhecimento e sensações, o que agregaria valores significativos ao processo de representação, que em si, se detém ao uso da razão essencialmente. Dessa forma, quando o observador confronta a coisa, cria-se novos sentidos para os signos. Ocorrendo à fruição, a coisa em devir ganha significado, recebendo os contornos enquanto objeto e fazendo com que o “novo” instale-se. Estimula-se, assim, uma reação, reelaborando novas significações e correlações com os arcabouços culturais nos quais o observador está inserido. Para tanto,

A Ciência da Informação identifica-se enquanto campo do conhecimento que estuda a informação ancorada no tecido social. Isso significa dizer que ela envolve uma dinâmica de significações, de produção e circulação de signos e numa rede de atos de enunciação semiótica (MOURA, 2006, p. 05).

Utilizar a fruição como elemento agregador de atributos informacionais, nesse contexto, pode colocar-se como um desafio. Afinal, envolve o uso das percepções e sensações que as coisas e objetos provocam. Mas, ao mesmo tempo, permite uma experiência singular para a construção simbólica do processo de representação da informação. Os diálogos entre Ciência da Informação e Semiótica têm como foco a busca em “desvendar os efeitos informacionais a partir de seus aspectos mais básicos” (REIS, 2011, p.317).



Por esse motivo, as informações extrínsecas e intrínsecas, advindas das pessoas envolvidas no entorno dos patrimônios arqueológicos, devem ser levadas em consideração. As multivocalidades daqueles que pertencem à comunidade do bem patrimonial, bem como os pesquisadores que atuam diretamente com tal patrimônio para com o cientista e profissional da informação, serviram como elementos fundamentais de fontes de informação externas a esses bens, ampliando sua representação da informação. Uma ecologia do saber, através do trabalho colaborativo entre profissionais e a própria comunidade, é essencial para a promoção da prática da representação da informação que ultrapasse seus limites fincados em modelos tradicionais.

Ao utilizar fruição que permeia conhecimentos, experiências e imaginação das pessoas envolvidos com os bens patrimoniais, selecionando termos por eles mencionados para representar informações, colocou-se não apenas em uma ação de agregar novas informações a respeito desses patrimônios, mas promoveu a materialização de fragmentos das memórias, a fim de “[...] dar estabilidade às imagens poéticas, isto é, *fac fixum volatile*, fazer fixo o volátil.” (ANAZ, et al, 2014, p. 04).

### **3.1 Refletindo a Memória:** Possíveis relações com a fruição e a representação da informação

A memória como parte da construção social também é moldada conforme a própria complexidade que envolve a realidade social. Podemos, assim, traçar um paralelo ao pensamento de Edgar Morin. Ele entende essa complexidade da realidade enquanto tecido social elaborado a partir de elementos distintos, que não se dão dentro de um pensamento linear, e que ocorrem a partir de conexões e relações em contextos diversos. Assim, tanto memória quanto realidade social atuam com uma diversidade de elementos

[...] inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo, entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si (Morin, 2003, p.38).

Bergson (2010) leva em consideração a memória dentro de contextos relacionais e também na esfera individual, no sentido de um constante devir. O espaço no qual se está inserido possibilita que diferentes nuances materiais e

imateriais se entrelaçam e fluam. O presente seria a consciência que o indivíduo tem de si, que provoca a sensação e movimento,

Colocado entre a matéria que influi sobre ele e a matéria sobre a qual ele influi, meu corpo é um centro de ação, o lugar onde as impressões recebidas escolhem inteligentemente seu caminho para se transformarem em movimentos efetuados; portanto, representa efetivamente o estado atual de meu devir, daquilo que, em minha duração está em vias de formação (BERGSON, 2010, p.162).

Essa perspectiva, que envolve o ser enquanto faculdade única e, ao mesmo tempo, fractal, inserida num tempo e espaço onde ocorrem influências múltiplas, permite a “[...] possibilidade de criação, de atualização, de diferença. Há memória em movimento: do já-dito ao não-dito, do não-dito ao possível dizer. E o tempo é portador das mudanças que ocorrem desviando o instituído” (THIESEN, 2013, p.84). É nesse sentido, de movimento, que as instituições atuam, absorvendo e integrando enunciados, conduzindo e oferecendo visibilidade através de seus aparatos e normas.

A memória é um campo de confronto. Nele, há um esforço para se construir uma imagem única de acontecimento. Mas, durante seu processo de construção e reconstrução, há sempre uma tensão de divergentes lembranças; sejam elas no contexto particular, sejam no social. Colocam-se sempre num âmbito da ressignificação, envolvendo aspectos espaço-temporal, contextual e afetivo, para, enfim, chegar a uma combinação momentânea, porém não menos efetiva, representando aquilo que foi no ser do hoje (BERGSON, 2010).

Nesse sentido, a perspectiva bergsoniana tende a um método que trabalha a introspecção, considerando a experiência de si, num processo relacional com a vida cotidiana. Essa introspecção é resultante ao método intuitivo bergsoniano, no qual, segundo Maniglier (2009, p. 80), “[...] a intuição é um método. Ou seja, algo que não é dado de antemão e que implica um trabalho sobre si mesmo [...]”. Para tanto, nessa metodologia, articula-se, segundo Maniglier (2009), entre o conhecimento científico, o senso comum e a intuição, em uma construção criativa.

Assim, ao se pensar nessa abordagem, em certo aspecto, é possível percebê-la numa dimensão comparativa. Observa-se (des)semelhanças, características (que, em certo sentido, evidenciam a fragmentação de termos adotados, devido às diferentes representações que se dão pelas pessoas),

alcançando a composição de um sistema de transformações (pois há sempre trocas e ressignificações) e relações de incompatibilidade (uma vez que, diante das particularidades culturais, sociais e temporais, as categorias que surgem moldam-se de acordo aos contextos em que estão inseridas).

Enquanto Halbwachs (2006) direciona a memória para um pensamento coletivo, que é único; Bergson (2010) apresenta a memória a partir das afecções e da consciência. Dessa forma, a escolha se torna um aspecto decisivo, dentro do fenômeno endosmótico em que se está inserido nos contextos sócio-espço-temporal. Essa diferença no estudo da memória é extremamente válida, principalmente quando levada para o campo da Ciência da Informação, em discussões que envolvem a representação da informação e vêm sendo analisadas por outros pesquisadores da área, como Silva e Oliveira (2014, p.140). Esses últimos citados evidenciam a seguinte perspectiva:

A memória potencial produzida da Ciência da Informação não estará interessada nas representações temporais do passado em seu sentido historiográfico de ofício do historiador. Essa memória vem metaforicamente compreender uma concepção de memória registrada, potencialmente construída pelos sujeitos de forma individual ou coletiva através dos traços e rastros das informações rememoradas nos contornos da representação da informação. Ela buscará fundir-se à organização da informação a partir da recuperação da informação.

Congregando essas noções da memória – a partir da ideia de rizoma, perpassando pelo pensamento coletivo, permeado de particularidades e singularidades e imbuído de desníveis ora aparentes, ora submersos à discussão do movimento da institucionalização –, compreende-se, segundo Thiesen (2013, p. 86) que, “ao mesmo tempo este movimento torna visível um conjunto de saberes que circulam e comunicam (tornam comum), se instituem ou se re-instituem, retornam”. Isso significa que pode tornar-se invisível e adentrar no esquecimento.

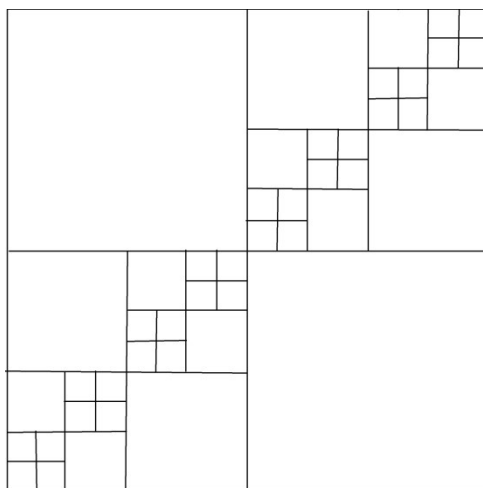
Esse movimento ora aparente/evocado, ora submerso/esquecido, corresponde ao acontecimento. Assim como o testemunho, afirmam-se enquanto instituição; principalmente quando assumem o hábito da confiança da palavra e se encerram na regra da escrita (RICOEUR, 2007). Por conseguinte, o tempo e o contexto social provocam a estratificação dos saberes, a mudança de hábitos, valores e comportamentos. Se não há mudanças, as instituições estagnam-se e deixam de existir. O que permite sua vitalidade é o movimento e

nota-se, nesse sentido, que, a cada momento, a instituição mostra uma face. Portanto, deve ser entendida enquanto processo.

Pensando nos instrumentos de representação da informação que a Ciência da Informação utiliza, e levando em consideração que a memória está representada nos suportes informacionais, deve-se essa ser percebida, ao ser tratada, descrita, interpretada e inserida em um modelo representacional, como uma pequena parcela de sua parte, diante de sua totalidade, ou, ainda, ser considerada, nos termos de Dodebei (2002), uma célula da memória.

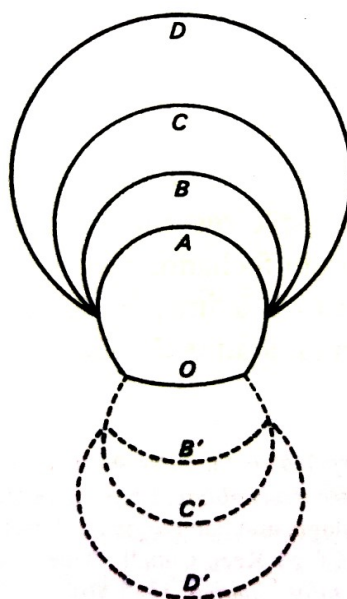
Tais células da memória colocam-se como signos, assumindo o caráter de informação, compreendida enquanto artefato e, ao receber novos atributos, devem ser analisadas conjuntamente. Evidentemente, esse sentido deve ocorrer no contexto em que tais células estão inseridas. Por outro lado, se elas forem retiradas do todo, perderão seus significados e suas referências, dificultando a recuperação das informações e afetando as memórias que lhe são inerentes.

Conforme pode-se observar na Figura 07, Maniglier (2009) exemplifica suas análises sobre a metodologia bergsoniana, referente à estrutura de características do sistema da vida (biológica) em que trata em seu artigo. Trazendo essa analogia para o campo dos estudos da memória na Ciência da Informação, podemos considerar que, ao entender que cada pessoa promove formas representativas conforme suas experiências e vivências, estabelece uma organicidade para estruturar seu pensamento e elaborar sua compreensão e significado de mundo. Essa organicidade, que a memória constrói, movimenta-se no fluxo entre o lembrar e esquecer, intensificando-se conforme o grau de emoções e sensibilização que cada evento e objeto passam a significar naquele espaço tempo vivido, podendo ampliar ou diminuir seu espaço representativo na memória, diante da necessidade de evocação da pessoa. Para Bergson (2010, p. 155), “a percepção não é jamais um simples contato com o objeto presente; está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a contemplan, interpretando-a”.



**Figura 07** - Esquema com feixes simétricos e conexões complementares de Henri Bergson.  
**Fonte:** Adaptado por Maniglier (2009, p.99).

Ao pensar nessas formas, categorias ou lembranças-imagens que são criadas por cada pessoa diante do objeto ou acontecimento, reelaboram-se em outras imagens, chegando ao que se compreende na semiótica por semiose ilimitada. Considerando essa diversidade de imagens em categorias ou subcategorias, podemos tratá-las no mesmo contexto conceitual das células de memória. Deve-se levar em consideração que essas formas elaboradas por cada um de nós ocorrem em níveis de intensidade, subjetividade e significação diferentes. Portanto, ao observar a imagem, deve-se considerá-la para além de um plano bidimensional, conforme exemplifica Bergson (2010, p. 118) através da Figura 08.



**Figura 08** - Totalidade da Memória - Elasticidade da Memória e sua dilatação indefinidamente. **Fonte:** BERGSON (2010, p.119).

Apesar das assimetrias que a memória é evocada, suas conexões tendem a organizar-se simetricamente para causar certo conforto e estabilidade, equilíbrio necessário para a composição da imagem lembrança do qual se refere Bergson (2010). Contextualizando esse pensamento para a pesquisa, pode-se dizer que, a exemplo do arqueólogo, tal pessoa possui seus esquemas, constituídos ao longo de sua vivência e experiência profissional. Somado a isso, carrega toda sua bagagem de vida, demonstrando, assim, toda a fractalidade que compõem a pessoa em sua existência.

Assim, diante do que estamos chamando aqui de categorias, (re) elabora-se novas lembrança-imagens, fazendo com que estas diversas células de memória se reorganizem de acordo com as diferentes influências a que essa pessoa está submetida. No caso do arqueólogo, a representatividade daquilo que ele percebe, organiza-se e materializa-se linguisticamente, decorre do contexto e dos termos e formas no qual seu contexto científico o influencia. Porém, isso não impede que essa pessoa estabeleça e incorpore outras lembranças-imagens que constituiu ao longo de sua vida.

Paralelo a isso, a pessoa que habita o entorno do patrimônio e pode desconhecer essa realidade representativa e terminológica científica, carrega em sua bagagem de vida outras células de memórias que podem tratar um mesmo objeto com um significado diferente, assim como em relação ao seu grau valorativo, construindo outras relações interpretativas e representativas conforme suas lembrança-imagens.

Entretanto, mesmo havendo um distanciamento dessa realidade sógnica científica no cotidiano dessa pessoa, isso não impede que, ao passo que essas duas pessoas – o especialista e o morador – estabeleçam uma aproximação de experiências, interpenetrando sua comunicação, aliando a práxis até o contexto lexical, provoque o surgimento de novas memórias, traçando, assim, novas relações, bem como novos signos e representações. Demonstra-se, assim, que essa fractalidade a que todos nós somos constituídos, nos torna seres em constante transformação, nos permitindo ressignificar a todo instante nossas experiências e formas de representar aquilo que conhecemos.

Wagner (2011, p. 04) define a ideia de pessoa fractal em contraponto à noção de singularidade ou pluralidade, mas dentro de uma “[...] noção

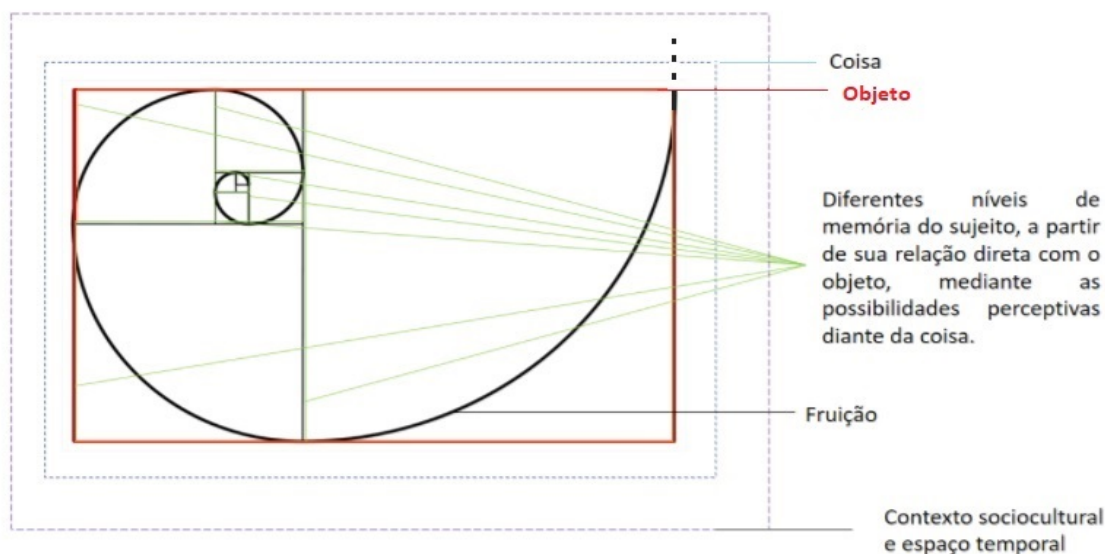
matemática de uma dimensionalidade que não pode ser expressa em números inteiros”. Essa noção de fractal de Wagner (2011) não se encerra apenas no sujeito, mas envolve todo o tecido universal/cosmo em que este está presente, e a linguagem manifesta essa fractalidade. Ao tentar promover um diálogo e um pensamento relacional entre o conceito de memória bergsoniano e a fractalidade wagneriana, chegamos à representação gráfica de Fibonacci<sup>61</sup> com seu retângulo áureo, devido a nossa formação no campo das artes plásticas.

Essa confusão que aqui proponho seria para exemplificar, graficamente, como a fruição perpassa e interpenetra nossas memórias, em seus diferentes níveis, na construção de uma representação provocada pela lembrança-imagem no qual estamos a todo tempo submetidos. Nesse sentido, no campo da arte, o retângulo de ouro representa a ideia de equilíbrio. Esse símbolo foi muito utilizado em obras, como pintura e esculturas ou ainda na arquitetura, com destaque para as produções do período do Renascimento. Também pode ser encontrado na música, literatura, natureza e no próprio ser humano.

O que nos interessa aqui é trazer a figura representativa do retângulo áureo em sua composição e em sua ideia conceitual de equilíbrio e fractalidade. Assim, será possível compreender a memória em sua constituição em diferentes intensidades e níveis de lembranças. Ao mesmo tempo, possui uma estabilidade em si, interpenetrada pelo que aqui estamos chamando de fruição. A fruição, que permeia esses diferentes níveis e intensidades da memória, atua no canal da mediação (interior/exterior) – mediante a evocação – e ocorre tanto no aspecto singular da pessoa fractal, bem como no contexto em que o ser fractal se coloca diante do universo no qual está inserido.

---

<sup>61</sup> Leonardo de Pisa – Fibonacci – (1170-1250), matemático, estabeleceu uma sequência numérica, em que a razão de sua divisão resultaria em um número de ouro, no qual estaria presente na natureza e também pode ser encontrado nas construções humanas, a exemplo da arquitetura clássica. No campo da arte, passa a ser denominado como razão áurea ou proporção divina. Na matemática, é conhecido como Pi ( $\Phi$ ) (PEREIRA; FERREIRA, 2008).



**Figura 09** - “Retângulo das Memórias”, usando como base o retângulo áureo, enquanto figura representativa de uma possível organização das memórias que cada pessoa possui, de modo que o todo compõe as partes e as partes acabam por formar o todo (Adaptação Nossa).

Nesse sentido, cada retângulo que compõe a imagem do “retângulo áureo” apresenta-se como partes da memória, em graus distintos de intensidade e valoração nas relações em que foi construído com eventos, objetos, pessoas, paisagens, mediante os contextos socioculturais e espaço temporais. Em se tratando da noção de objeto, ele acaba estabelecendo-se a partir das experiências e vivências que se deram durante nossas relações com as coisas no mundo. Os objetos têm seus contornos, significados e sentidos delineados através das lembranças. A partir do processo de fruição, que por vezes extrapola esses contornos, é capaz de provocar outras percepções e significações. Mas o processo em si da fruição percola essas diferentes memórias e representações, atuando em constante movimento. Pode, então, ser recontextualizadas no processo de evocação, pois “uma pessoa fractal nunca é uma unidade em relação a um agregado, ou um agregado em relação a uma unidade, mas sempre uma entidade cujas relações estão integralmente implicadas” (WAGNER, 2011, p.04).

É possível aproximar esse “retângulo das memórias” que compõe a Figura 09, carrega em potencial e aproxima-se com o que propõe Bergson, conforme as Figuras 07 e 08, no qual criam-se conexões complementares diante de novas relações e lembranças, por vezes mais intensas, ou não.



Ocupa maior ou menor espaço em nossa memória, mas, principalmente, compõe uma estrutura representativa que orienta e distingue as percepções e imagens-lembranças que cada pessoa estabelece ao longo de sua vida. Constitui-se, assim, em um processo de constante modificação e ressignificação.

Considerando essas diferentes memórias que compõem as pessoas que estão conectados de alguma maneira com artefatos de outros grupos sociais, ao se fazer uso da fruição para evocar as múltiplas representações, possibilita estabelecer novos diálogos, conhecimentos e informações. Promove-se, assim, uma ecologia do saber entre as pessoas, bem como cria elos a partir do compartilhamento das memórias e experiências.

Para a Ciência da informação, a relação da memória com a produção de diferentes formas representativas também nos permite provocar novos olhares a respeito do que se considera enquanto informação relevante. Afinal, as distintas lembranças-imagens que as pessoas constroem acabam por elaborar novos termos, palavras e significados, fazendo com que avancemos enquanto sociedade. Também nos aproximando, principalmente, no que tange o universo acadêmico e a comunidade de modo geral. Nesse sentido, “nada é mais essencial a uma sociedade que a classificação de suas linguagens. Mudar essa classificação, deslocar a fala, é fazer uma revolução” (BARTHES, 2007, p.210).

Na medida em que as palavras são polissêmicas (e, é claro, a denominação as faz assim) e as pessoas se relacionam por meio de reprodução, qualquer sistema de identidades desenvolvido pelo seccionamento e referenciamento de um campo relacional desse tipo é intrinsecamente fractal (diferenciação aparente desenvolvida com base na congruência e intercambialidade universais). E como a denominação é nosso mapa ou modelo mais certo para a apreensão da identidade, o argumento em prol da conceitualização nativa de unidades fractais é evidente. O “indivíduo” e o “grupo” é que são arbitrários, impostos e artificiais (WAGNER, 2011, p.06).

A Ciência da Informação, ao estudar a informação e a memória, através da interação, tenderá para a construção de novos sentidos. A pesquisa deve ser feita a partir de conversas que se dão face a face, tomando a fruição como meio para identificar formas de representação, acompanhando, não só os discursos, mas também os gestos, atitudes, olhares etc. Essa socialização de

memórias e informações permitiria, segundo Loureiro (2001), novas relações de significação entre o suporte informacional e o reconhecimento a partir dos referenciais de memória. Considerado como suporte informacional, os artefatos da cultura material (MILLER, 2013) e os referenciais de memória enquanto estímulos que causam a movimentação na memória, e os elos de pertencimento entre as coisas e pessoas, moldam as diferentes identidades no qual nos reconhecemos.

Na construção representativa que a CI desenvolve, é possível encontrar diferentes projeções fractais dos grupos sociais em seu contexto espaço-temporal. Deve-se levar em conta o modo de perceber e considerar as diferentes representações que emanam dos artefatos patrimoniais e a fruição em seu tratamento. Isso contribui em diferentes informações e representações, sobre o passado-presente. Quando registradas ou salvaguardas, estarão de alguma forma presente no futuro.

Em outras palavras, o cientista da informação permite-se observar e perceber através de sua fruição, entre pessoas, coisas e objetos, novas possibilidades representativas. Constrói-se, dessa maneira, um “espaço racional de possibilidades” que promove a ampliação linguística e terminológica da coisa em questão. Cria-se, ao mesmo tempo, conexões a termos e representações já instituídas e legitimadas no campo científico, bem como identifica elementos memoriais dos grupos envolvidos em tal articulação.

Além disso, conforme o cientista da informação percebe esses diferentes status representativos do objeto e seus referenciais de memórias, pode-se ponderar os pesos, as relações de poder que se estabelecem e influenciam na contextualização e na formação do que se vai resultar diante do processo de patrimonialização.

Considerando os estudos da Ciência da Informação, os quais envolvem informação e memória, ressalta-se que é preciso relativizar os contextos em que estes fenômenos se passam e aceitar sua dinâmica processual para realizar uma representação da informação que não se encerre em si mesma e seja redutiva. A concepção de informação relacional pode ser bastante interessante para a prática do cientista da informação.

Esse tipo de informação está contido na especificidade das variações espacial e temporal, detectadas dentro da distribuição

de signos. Tais variações são observadas a partir das afinidades estruturais e formais, somadas à da organização discursiva, sempre referendada pela especificidade de código de cada unidade cultural considerada (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 13).

Observa-se, então, que, segundo González de Gomez (2000, p.5), ao estudar a informação como objeto cultural, que se forma no processo de articulação de “vários estratos, em contextos concretos de ação”, essa “ação de informação” se dá como fator que, ao mesmo tempo, “antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação”. A Ciência da Informação, ao delimitar ou definir o que é informação ou o que vai ser tratado como informação e memória, passa a exercitar seu poder de capital intelectual como campo científico. Nesse sentido, a representação da informação não é um processo neutro. A partir de uma análise correlativa, tomando com referência Foucault (2009) e Bourdieu (1983), pode-se dizer que ela se encaixa numa ordem do discurso e é influenciada pelas relações de poder que permeiam o campo científico.

De modo geral, é interessante sinalizar que tanto a percepção quanto a memória são fenômenos de representação. Nesse contexto, pode-se considerar que a informação potencial está em toda parte. Isso demonstra a necessidade de mais estudos na Ciência da Informação nos domínios da representação da informação, buscando estender as formas de tratamento e organização para além de seus modelos predeterminados, considerando a informação como processo (CATOIRA; AZEVEDO NETTO, 2013).

A representação da informação levada a cabo por esse viés da memória, de fato pode auxiliar na preservação de informações das memórias. Entretanto, é preciso refletir sobre as diversas (inter) relações entre os sujeitos e as formas de percepção e fruição que podem afetar as memórias; e, por conseguinte, as informações. Em virtude disso, essa busca pela ampliação de abordagens relacionadas à informação parece chegar ao cientista de forma objetiva. É justamente esse aspecto que deve ser tratado com cautela. Tanto a informação, quanto a memória ocorrem de forma endosmótica, interpenetrando-se e trocando sentidos a todo o momento.

Por esse aspecto, os diálogos entre a Ciência da Informação e outras disciplinas são interessantes e essenciais. Segundo Ricoeur (2007), para trabalhar com a memória nos aspectos históricos ou filosóficos, faz-se

necessário considerá-la passível de ser manipulada e exercida, confiável ou não. Essa manipulação pode servir como um elemento informacional significativo para a Ciência da Informação. Pois, ao tratar a informação e a memória, seria possível identificar a construção de discursos de poder, de comemorações, atentando aos usos e abusos da memória.

Esse tipo de formação discursiva da memória, que potencialmente pode ser abordado pela Ciência da Informação, não está isento dos poderes políticos, culturais e sociais que a influenciam. É nessa perspectiva que a memória coletiva tem seu fio de tensão esticado. Ela se coloca como um evento institucionalizado, pautado em uma tradição e narrativa, cabendo ao cientista da informação inferir um posicionamento crítico e relacional no tratamento e na representação da informação. Nesse sentido, é importante considerar que:

Todo discurso corresponde a um acontecimento que articula uma atualidade com uma rede de memória, que está diretamente condicionada pelos contextos imediato da enunciação e sócio-histórico em que se desenvolve. Além disso, o discurso é sempre ideológico porque o sujeito que o produz sempre o faz a partir de lugar histórico e socialmente marcado, de outro modo, o faz a partir de um lugar ideológico (SOUZA, 2011, p. 30).

No entanto, caso essa crítica não ocorra e a representação da informação restringe-se a um aspecto descritivo, pontual e não acentue a questão relacional, o estudo da informação, nesse sentido, é prejudicial. Portanto, fica passível de tornar-se uma falsificação ou um mascaramento de seu real sentido. Esse fio tênue que a representação da informação assume, em seu ato, pode ampliar a coerção que os discursos formadores oficiais determinam.

“Essencialmente, qualquer reconhecimento ou atribuição de um nome é sempre a fixação de um ponto de referência em meio a uma gama de relações potencialmente infinitas, uma designação que é inerentemente relacional” (WAGNER, 2011, p.05). Considera-se que a memória no campo da Ciência da Informação não deve ser pensada como memória coletiva, no sentido de unicidade, estrutura estável, mas a partir de perspectivas relacionais, refletindo, em última análise, os contextos temporais, sociais, os discursos e seus abusos.

## PARTE II

### **Patrimônio, Informação e Memória:**

A fruição como uma dimensão sensorial para  
Ciência da Informação

A **Parte II** aborda a temática do Patrimônio Cultural e a descrição do diário de campo. Trata, assim, no primeiro momento, dos aspectos gerais sobre Patrimônio Cultural, a construção do processo de patrimonialização envolvendo elementos institucionais e sociais. Direciona as discussões em torno do patrimônio arqueológico, entrelaçando as noções abordadas anteriormente, e tomando alguns exemplos de casos no campo da Arqueologia no que diz respeito à patrimonialização e fruição, como possibilidades de representação desses patrimônios. A descrição do diário de campo vem tecer as memórias evocadas de moradores de Camalaú a respeito de suas lembranças, vivências e imaginação que envolvem e remetem aos sítios arqueológicos.

### **CAPÍTULO 3 - Cultura, Memória e Patrimônio:** reflexões iniciais sobre a Informação Patrimonial

Considera-se que todo e qualquer coletivo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de coisas, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado 'outro'. Isso se dá uma vez que todo "sistema cultural tem sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro" (LARAIA, 1986, p. 87).

Através do etnocentrismo, o homem percebe o mundo a partir de sua cultura<sup>62</sup>. Nesse sentido, acaba por definir sua forma de vida, produção e relações sociais como 'normais', ao defrontar-se com outras realidades que vão de encontro com sua ordem moral e valorativa. Estabelece-se, dessa maneira, um estranhamento, e tais diferenças podem gerar a discriminação e a intolerância, configurando uma justificativa autêntica para a violência e conflitos (LARAIA, 1986).

Porém, é interessante perceber, como pontua Laraia, (1986, p. 80) que a "participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura". Afinal, as sociedades possuem uma alta complexidade e se constituem a partir de variados sistemas socioculturais que constroem e criam seus próprios patrimônios, caracterizando a dinamicidade social. Com isso, na própria dinamização das redes sociais, a cultura pode funcionar como um mediador entre o sujeito, em suas particularidades, e os demais elementos que compõem sua realidade.

Para Roy Wagner (1991), a noção de uma "cultura" como representação coletiva totalmente integrada no interior do indivíduo, seria um mero ideal a essa noção de "cultura" que pretende uma homogeneização. Essa coloca-se dentro de ideias hegemônicas e estão inseridas no domínio de veridicção, ao passo que, para esse autor, a cultura ramifica-se em estruturas heterogêneas e contextuais. Assim, o sujeito não dá conta de sua totalidade e não se reconhece como pertencente a todas suas variedades.

---

<sup>62</sup> Para Laraia (1986, p. 63), o conceito de cultura permanece em um debate que talvez nunca termine, "pois uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana".

Em relação ao uso do termo “indivíduo”, para o autor supracitado coloca-se no campo do arbitrário, imposto e artificial. Por essas perspectivas, Wagner adota o conceito de pessoa fractal, que se configura como aquela pessoa que assume diferentes identidades no decorrer de sua vida, nas variadas instâncias. Esse conceito atua muito próximo do que Stuart Hall (1992) aborda para a configuração da pós-modernidade.

A cultura movimenta-se em sistemas simbólicos, promove relações de força – aproximação e distanciamento – de maneira que cada coletivo social desenvolve por meio de sua cultura um sistema lógico e coerente, capaz de modificar suas estruturas continuamente (KUPER, 2002). Na construção dos artefatos, nas práticas e eventos de cada grupo social, resulta no que se categoriza como patrimônio. Esses bens culturais, que as sociedades elaboram e “[...] produzem ficções de si próprias [...]”, possibilitam que o estudo e a análise das ficções e imaginações ofereçam “[...] legitimidade, segurança ou o simples conforto das nossas pertencas e desígnios” (Brito 2006, p. 47).

Para Viana (2006, p. 153), cultura e patrimônio não devem ser tratados como sinônimos. Porém, leva-se em consideração “[...] aquilo que é seleccionado como patrimonial (e que conta com a aprovação e apoio das administrações) constitui a essência e o núcleo de uma cultura”. A dinâmica cultural relaciona-se, assim, ao conceito de patrimônio cultural, nas suas diversas instâncias e momentos. Esse, atualmente, pode ser encarado como bem cultural tangível ou intangível, que desperta o sentimento de valores e identidades sociais, em um constante *devenir*.

Patrimônio relaciona-se, assim, com a construção de valores. Para Torrico (2006, p.22), “[...] a sua consideração como bem será sempre resultado de uma construção social e historicamente determinada e passível de revisão”. Nesse sentido, o autor reflete que, ao pensar no significado de patrimônio, é preciso considerar os aspectos simbólicos que envolvem a coletividade, bem como o aspecto jurídico que, em certo sentido, trata-se de um exercício de controle,

[...] fazemo-lo a partir de construções ideológicas que não podem ser desvinculadas de cada momento histórico: das estruturas socioeconómicas, dos modelos de organização social e das crenças e discursos ideológicos auto-justificativos dos modos de vida das populações (TORRICO, 2006, p.22).



Ao percorrer as mudanças conceituais do termo patrimônio, esses centram-se nas discussões travadas nas sociedades do Norte. Em especial, estão inseridos no contexto Europeu, por meio de autores como Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), William Morris (1834-1896), John Ruskin (1819-1900), Camilo Boito (1836- 1914), etc. Esses acabaram por influenciar, no pós II Guerra Mundial, a criação de organizações e decretos – a exemplo das Cartas Patrimoniais – que visavam a preservação e restauração dos patrimônios culturais na época.

Entretanto, pode-se dizer que, “na América Latina, a diversidade do patrimônio cultural, o vasto território, as urgências sociais e a carência de recursos propuseram desafios específicos às disposições legais de proteção” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 34). Nesse sentido, a heterogeneidade dos contextos históricos e socioculturais do “Sul” não conseguem se enquadrar nas normativas do “Norte”, devido à sua singularidade que cada um desses movimentos exigia. E, como Santos (2007) reflete, ao reconhecer a pluralidade dos conhecimentos heterogêneos que compartilham um mesmo espaço, houve um movimento das instituições latinas, a partir da década de 1970, em desenvolver ações<sup>63</sup> que atendessem as demandas de suas necessidades, tomando como base os “indicativos das bem-sucedidas experiências realizadas na Europa” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 35).

Em virtude de tais influências, foi possível chegar a um conceito de patrimônio que desloque a dicotomia material e imaterial. Assumiu-se, assim, que o patrimônio cultural é resultante de construções simbólicas, que operam nos jogos de poder e de interesses das políticas culturais e da própria sociedade, no qual se determina e seleciona-se o que irá se representar, preservar ou o que será esquecido e descartado pelo grupo.

Ao se trabalhar com patrimônio cultural, o termo “identidade” no singular é posto em questão. Assim, o uso plural dos termos “identidades”, “memórias” e, por vezes, “patrimônios” se dão, segundo Brito (2006, p.43), porque “[...] não estarmos a lidar com conceitos de sentido estável [...]”, uma vez que eles

---

<sup>63</sup> Documentos que traçaram diretrizes para atender as peculiaridades dos patrimônios da América Latina: Normas de Quito (1967), Declaração de São Domingos (1974), Carta de Machu Picchu (1977), Declaração de Tlaxcala (1982). No Brasil, pode-se citar algumas, como o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971) e a Carta de Restauo (1972).

envolvem pessoas, que produzem, consomem e dão significados e sentidos, passíveis de mutações sígnicas próprias dos contextos sócio-temporais e espaciais que o ser humano elabora.

Património e identidade supõem um sujeito. Falamos do sujeito que nomeia, enuncia, classifica, institui um património, e daquele ao qual é atribuída ou reivindica uma identidade. Explícita ou implicitamente, quando falamos de património e, forçosamente, de identidade, estamos a falar destes sujeitos. Não sabemos necessariamente quem são; frequentemente nem nos colocamos esta questão, visto que o património tem esta qualidade, simultaneamente visível e opaca, de se destacar, seja na sua expressão material e física, seja nas codificações que o discurso organiza e faz com que pareça estar sempre para além de nós. (Brito, 2006, p.44).

Considerando que “[...] o património objetifica e revigora a identidade e a identidade glorifica e canoniza o património” (PEIXOTO, 2006, p.65), pode-se considerar que, através do património cultural, é possível o exercício das memórias e das transformações culturais dos grupos sociais (LARAIA, 1986; GONÇALVES, 2003). Nesse sentido, entende-se que:

[...] no modo como emerge e se desenvolve, qualquer acção de consciencialização patrimonial torna evidente que a função social crucial que pretende é garantir a assimilação colectiva da mudança, funcionando como um estado de luto entre uma velha vida e uma nova vida. (PEIXOTO, 2006, p.66).

A Ciência da Informação, ao conceber em suas perspectivas a memória como fenómeno social – produto das relações sociais e identidades promovidas pelas pessoas –, ultrapassando, assim, o aspecto individual da lembrança (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2008), irá buscar, através das memórias, informações que auxiliem e possam contribuir com a representação da informação, bem como sua recuperação. Possibilita, dessa maneira, contribuir com a preservação das memórias, das informações, e consequentemente do próprio património.

Compreendendo a memória como processo, ação ou, ainda, agenciamento de eventos, personagens e fatos – no qual seus referenciais temporais, existentes no passado e evocados sempre no tempo presente, são constantemente contextualizados e mediados pelas experiências e pelas afecções (AZEVEDO NETTO, 2008) –, o património congrega passado e presente coexistindo num mesmo tempo. Assim, a memória coloca-se como uma agenciadora do património cultural, tangível ou intangível, abrindo espaço

para que a Ciência da Informação busque compreender e estudar o fenômeno informação, em seus diferentes contextos, meios e suportes. Dessa forma, leva em consideração a movimentação, a ação, os fluxos e as condições de possibilidades que seu objeto de estudo produz, atentando essencialmente para a representação das informações como um processo cultural.

Isso pode remeter e promover uma reflexão em paralelo ao que se concebe por cultura material – estudo dos artefatos (BUCAILLE; PESEZ, 1989) –, o que recebe novo sentido. Para Ingold (2012, p.34), “o próprio conceito de cultura material é uma expressão contemporânea do hilemorfismo matéria-forma”. Nesse sentido, conforme ainda pontua Ingold (2012, p. 26), é preciso “superar a persistente influência de um modo de pensar as coisas e como elas são feitas e usadas”, para colocar as formas de interação entre as coisas, em si mesmas e com os homens. Por esse motivo, é importante levar em consideração as forças que permeiam os conceitos de informação, cultura e documento.

Essas forças podem ser percebidas a partir das noções de campo, discutida por Bourdieu (1983), de regime de verdade, abordada por Foucault (2009), e na Ciência da Informação, de regime de informação tratada por González de Gómez (2001). Essa noção de regime de informação possibilita compreender, dentro do escopo da Ciência da Informação, de estudar o fenômeno informação em seus diferentes contextos, meios e suportes.

Talvez essa perspectiva, assumida dentro da concepção de malha de Ingold (2012), também estabelece relações com a ideia de rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1980), no sentido de tecer, de entrelaçar as linhas, as interligações, fazendo com que seja possível provocar um crescente movimento contínuo. Dessa forma, leva a representação da informação a atuar como auxiliar e potencializadora dos estudos da memória na Ciência da Informação.

Esse direcionamento também pode colaborar nas discussões da área em torno do patrimônio cultural, conforme Pacheco (1995, p.01), em que os registros de conhecimentos devem ser encarados como artefatos. Dessa maneira, deve-se atentar para que informação, enquanto artefato, não se coloque como um bem cultural, uma vez que, ao “contrário destes, é feita para ser utilizada em contextos diversos de sua geração”. Assim, pode compreender

a informação no sentido de produto cultural e socialmente disseminado, seja por sua materialidade, seja por seu caráter sensível, já que a percepção se coloca “como um lugar de origem e de sustentação do sentido, e é por ela que o sensível se entrega. É pela percepção que se acolhe o sentido [...]” e, nesse contexto, “o sensível torna o mundo presente” (HENRIQUES, 2008, p.82) – inserido num processo comunicacional verbal ou não verbal.

Compreender a informação como produto cultural e aceitar um conceito de maneira instrumental para uma discussão em um contexto específico, corresponde ao que já apontava Capurro e Hjørland (2007) ao apresentarem inúmeras tentativas de definição para informação. Nota-se o fortalecendo dessa dimensão a partir da década de 1980, no qual as concepções em torno do conceito de informação direcionaram-se para o contexto cultural, no qual o significado seria produzido pelos diferentes processamentos, uma vez que há uma oferta do sentido.

Essa noção mutante que a informação pode assumir nos diferentes contextos que é tratada advém também desse sentido de fractalidade, tanto em suas estruturas conceituais formais, quanto das suas ações nos diversos contextos. E isso não se limita ao sentido da informação, mas aos conceitos de modo geral. Esses permitem ampliar as noções contextuais e temporais, em torno de sua composição, refletindo, ainda, sobre seu valor mutável e abstrato (DELEUZE; GUATTARI, 1992; JAPIASSU, 1934).

Apesar disso, alguns estudos no campo da Ciência da Informação podem ter caminhado para a elaboração de definições acerca do objeto “informação”. Em alguns contextos, isso pode gerar e consolidar um caráter limitante e excludente, uma vez que, ao definir, se conduz a uma descrição sistemática, de essência fechada. Assim, pode-se considerar, de modo abrangente, que a busca por definições parece típica do campo científico. E essa questão, por exemplo, também pode ser encontrada em outras áreas do conhecimento, como na Antropologia que tentou inscrever uma definição para o termo cultura.

Pode-se fazer uma analogia, dentro desse contexto conceitual, a partir da seguinte citação de Murdock (1932, *apud* LARAIA, 1986, p.63): “Os antropólogos sabem de fato o que é cultura, mas divergem na maneira de exteriorizar este conhecimento”. O cientista da informação sabe o que é

informação, embora saiba que a formalização de seu conceito particular não seja o mesmo que demais pares apresentem. Em suma, quando se fala em informação na comunidade de Ciência da Informação, todos os seus membros sabem o que quer dizer, mas não necessariamente se faz uso das mesmas definições.

Para Deleuze e Guattari (1992, p.16), “não há conceito simples. [...] É uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceitual”. E, nesse processo de construção de um conceito, os conceitos surgem a partir de particularidades próprias, de um campo do saber, no qual seus sujeitos, ao mesmo tempo em que distribuem, cultivam seus conhecimentos, dando-lhes novos significados, bem como permitindo suas ressignificações.

Assim, deve-se entender que um conceito não deve ser encarado de forma isolada. Deve ser contextualizado socialmente, dentro de um espaço temporal estabelecido, já que ele vai demandar e até agregar outros conceitos para sua compreensão e intencionalidade.

Dessa maneira, a Ciência da Informação trabalha com conceitos instrumentais de informação, voltados para contextos específicos e que atuem como processo. É dentro dessa perspectiva que a informação deve ser encarada no contexto de uma representação da informação que se proponha mais aberta e flexível. Entre esses conceitos instrumentais de informação, pode-se citar o conceito de informação patrimonial, trabalhada por Sousa, Oliveira e Azevedo Netto (2015, p. 112):

Informação Patrimonial é a mensagem transmitida de um emissor para o receptor, que é reconhecida através de grupos sociais através de aspectos culturais desenvolvidos a partir de influências políticas, sociais, econômicas ou até mesmo jurídicas que enquanto relevantes se perpetuam. Ou seja, informação patrimonial coloca-se como aquilo que é reconhecido enquanto patrimônio pela comunidade.

Considera-se que um conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo. Relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe representar; mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. É absoluto como todo, mas relativo enquanto fragmentário (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 32-33). Com isso, pode-se propor que a conceituação de informação seja considerada absoluta

para uma determinada situação particular e relativa para o conjunto de situações que possa ser aplicada.

**3.1 O Processo de Patrimonialização:** O uso da informação como mecanismos de representação e preservação das memórias

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores (LE GOFF, 1996, p. 535).

A política patrimonial brasileira foi moldada em sua base a partir de uma compreensão restritiva, conservadora e elitista, direcionando a concepção de preservação diretamente com o tombamento. A patrimonialização no Brasil, na década de 1930, voltou-se para as classes dominantes, mantendo as manifestações culturais e artefatos produzidos pelo “povo”, distanciados das instâncias de poder. Entretanto, foi por meio da Constituição de 1937 que se institucionalizou políticas de proteção do patrimônio brasileiro, no que tange o entendimento de propriedade privada ao interesse coletivo, através da tutela do Estado, o que permitiu as ações de tombamento pelo Decreto-lei n.25/1937 (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Segundo Sansone (2013), apesar de colocar à margem a cultura popular, ela conseguiu tornar-se um elemento essencial no processo de estruturação dos ideais e da concepção de nação brasileira. Nesse sentido,

A atuação do SPHAN durante a conhecida “fase heroica”, compreendida entre 1937-1967, período em que Rodrigo de Mello Franco esteve à frente da instituição, tem como marca preponderante a atenção especial ao patrimônio mineiro. Os intelectuais identificados com o modernismo e associados ao regime político do Estado Novo, do qual fazia parte Rodrigo, concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política cuja missão era “modernizar” ou “civilizar” o Brasil, elevando o país ao plano das nações europeias mais avançadas” (BRAGA, 2010, p. 10).

O Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) acabou passando por uma série de reestruturações. Em 1946, transforma-se na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Isso acontece a partir de “mudanças ocasionadas pela reforma administrativa empreendida nos anos 1960 que geraram a reorganização de ministérios” (REZENDE; GRIECO;

TEIXEIRA; THOMPSON, 2015). O termo instituto aparece, fixando-se entre os anos de 1970 a 1979, e, posteriormente, em 1994, sendo conhecido até os dias de hoje como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Segundo Funari e Pelegrini (2016, p. 47), “[...] as políticas públicas devotadas à proteção patrimonial têm cambiado de acordo com os conceitos de identidade nacional dos governos que se sucedem no poder”. Para tanto, entre 1946 a 1964 foi aprovada a única lei que visava proteção ao patrimônio arqueológico, por meio da Lei 3.924/1961, “após uma campanha humanista encabeçada pelo intelectual paulista Paulo Duarte” (FUNARI; PELEGRINI, 2016, p.47). Ainda segundo esses autores, a Carta Constitucional de 1967 proveu novas categorias enquanto patrimônio, como jazidas e sítios arqueológicos.

Apesar de barreiras impostas à preservação e manutenção dos patrimônios durante o período militar, paralelamente alguns avanços se deram em relação às políticas culturais no Brasil, criando possibilidades de “articulação entre a preservação patrimonial e o fomento turístico” (FUNARI; PELEGRINI, 2016, p.48). Foi possível que a ideia de diversidade tomasse novos contornos, deixando de lado a noção pejorativa e ganhando um status positivo no cenário brasileiro. Tal mudança pode ser observada a partir da década de 1970, quando Aloísio Magalhães, que estava à frente das pesquisas do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), trouxe uma nova abordagem para a noção de referências culturais.

Foi na Constituição Federal de 1988 e no Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que se instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial. Dessa maneira, tornou-se possível a proteção dos bens culturais de natureza intangível, incluindo as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, levando-se em consideração os saberes, as celebrações e os lugares (SOUSA; OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2015, p. 102). A Constituição reconhece que os bens culturais não se resumem apenas àqueles materializados em objetos físicos, mas também abrangem o chamado patrimônio cultural intangível ou imaterial.

Por meio do decreto supracitado, criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que direcionou as políticas de identificação e reconhecimento de novos bens culturais. Assim, colocou-se em cena as

diferentes manifestações culturais brasileiras, que antes eram excluídos, pois predominava a ideia de patrimônio vinculada aos grandes monumentos arquitetônicos e a história oficial reconhecida pelas elites. As pesquisas desenvolvidas pelo Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), cujos debates giravam entorno da própria noção de patrimônio, conduziram para que,

A noção de 'referência cultural' pressupõe a produção de informações e a pesquisa para documentá-las, mas significa algo a mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico (FONSECA, 2000, p. 119).

Com essa noção, o patrimônio cultural passou a trazer para seu cerne aqueles que antes eram excluídos, não restringindo tal categoria apenas para grandes monumentos e narrativas das classes elitistas brasileiras. Incluíram outras manifestações culturais, que representavam outros grupos da sociedade, grupos tidos como marginais, tais como os índios, os negros e as classes populares em geral.

Sansone (2013) entende que essa configuração colabora para uma nova construção de identidades coletivas e das memórias, seja para os grupos que vinham sendo excluídos ao longo dos séculos para os grupos dominantes, seja para o próprio Estado. Esse, por sua vez, acaba por influenciar na formulação de novas políticas culturais para a sociedade como um todo, buscando assim, uma atuação mais democrática. Em se tratando das políticas culturais, nota-se que:

Falar em políticas significa ir além dos conceitos, embora sempre os tendo como referência. Significa formular diretrizes, definir critérios e prioridades, elaborar projetos, realizar intervenções, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre necessidade, demandas e recursos disponíveis. E, ainda que os conceitos continuem imprecisos, é imperioso passar da teoria à prática, na esperança de que as experiências venham, como de costume, enriquecer a reflexão, numa dialética do processo de produção do conhecimento e de transformação da realidade. (FONSECA, 2003, p.75).

No que diz respeito às políticas de preservação, voltadas para o patrimônio cultural, há uma tendência específica. Na realidade, se dá como um processo oficial por parte dos órgãos oficiais, a educação patrimonial como meio de promoção da inclusão social e fortalecimento das relações de



pertencimento entre o grupo e o patrimônio tratado. Diante dessas perspectivas, é possível encontrar projetos no âmbito patrimonial, elaborados por especialistas, formados fora da realidade social e cultural no qual o patrimônio está inserido. Assim, montou-se, previamente, cartilhas e discursos para “ensinar”, “resgatar” e “construir” novas identidades e memórias da comunidade com o patrimônio.

Essa tentativa, que em um primeiro momento parece ser positiva, se dá mesmo que a comunidade não tenha e/ou não queira ter relações de pertencimento com o patrimônio. Segundo Coriolano (2005, p. 297), “[...] para estar incluído não implica apenas o alto nível de conhecimento, mas formas de acesso e articulação com o sistema”. Consequentemente, alguns projetos de educação patrimonial acabam sendo impostos para as comunidades. Porém, não houve preocupações sobre como se dará essa recepção. Ao receberam financiamentos de instituições, o trabalho de educação patrimonial cai, em alguns casos, como um mero procedimento a ser cumprido por estar presente no projeto aprovado, e que deve ser prestada contas ao término do prazo.

Em certo sentido, houve uma tendência na arquitetura, a partir da década de 1990, em associar as políticas de preservação à noção de “cidade-espetáculo”. Segundo Funari e Pelegrini (2006, p.52), o consumo cultural direcionou a uma padronização estética da paisagem histórica. “Criou-se um simulacro de preservação, uma vez que, não raro, a intervenção nos conjuntos históricos limitou-se a recuperar apenas a plasticidade expressa no traço e nas características estéticas das construções”.

Nessa trajetória, em um contexto geral, Barros (2004) aponta para alguns paradigmas político-culturais: o tradicionalista – cuja conservação independe do seu uso atual e centra-se na preservação material; o mercantilista – no qual a valorização econômica coloca-se em primeiro plano e o mercado que acaba por definir os critérios de preservação; o monumentalista – exalta a nacionalidade e coloca o Estado enquanto protagonista; o participacionista – considera os hábitos e opiniões da sociedade, congrega os demais paradigmas e posiciona-se como antielitista.

Assim, para Barros (2004, p. 11):

Uma política efectiva de preservação, votada ao sucesso impõe a valorização do património cultural pelo público dos museus e

sítios arqueológicos, pelos habitantes dos centros históricos e por programas adequados de educação. Para obter este desiderato não basta multiplicar as investigações científicas, os museus e a divulgação; há que conhecer e compreender os anseios e a percepções dos que vão usufruir dos bens culturais.

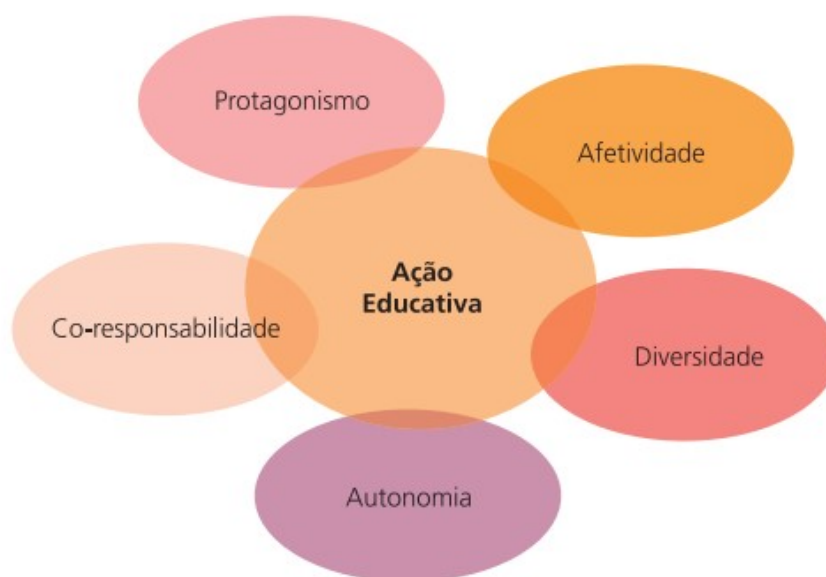
Logo, pode-se dizer que a educação patrimonial, em muitos casos, não vem sendo tratada como um processo permanente, mas pontual e sem um diálogo constante com a comunidade. As chances de ocorrer uma apropriação e conscientização da população, a fim do patrimônio alcançar um valor significativo e promover o fortalecimento das identidades e o sentido de cidadania, podem ser reduzidos diante de uma postura impositiva.

Entretanto,

A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio do nosso país (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 55).

Ao se estabelecer diálogos e uma parceria na construção de tais valores, esses fatores contribuem consideravelmente para um processo de preservação sustentável. A própria comunidade se compromete com a proteção daquele bem, pois “[...] valores emocionais reverberam no patrimônio cultural, fazendo-o um elemento de reconhecimento de si, e, conseqüentemente, é protegido, experimentado e, sobretudo, preservado” (MARTINS, 2012, p.190).

Nesse contexto, Ednalva Queiroz, Educadora e Coordenadora de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), em uma fala no evento “Conversas sobre Patrimônio” realizado em 2011, que resultou numa coletânea das palestras e aulas para os alunos da rede estadual de ensino, destaca que: “A primeira coisa que a gente precisa despertar na comunidade é a afetividade por aquele bem que faz com que aquela comunidade seja singular” (CIRCUITOS ARQUEOLÓGICOS DA CHAPADA DIAMANTINA, 2011, P.19). Assim, além da afetividade, Queiroz trata de outros elementos que devem compor uma ação educativa, como o protagonismo, a corresponsabilidade, a autonomia e a diversidade, como ilustrado na figura abaixo.



**Figura 10** -: Figura retirada do “Projeto Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada da Diamantina”. **Fonte:** (IPAC, 2011, p. 20). Disponível em <<http://www.bahiaarqueologica.ufba.br>> Acesso: abr. 2017.

Um exemplo aqui da Paraíba é a Oficina-escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa<sup>64</sup>. Teve seu início a partir da parceria dos governos do Estado, da Prefeitura e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. Porém, hoje com vinte e sete anos de existência, a Oficina-escola passa por uma situação de crise em virtude da saída da Agência Espanhola e funciona com poucos recursos destinados pelas instituições públicas. Mas as ações dessa oficina acabaram por influenciar todo um movimento de resistência em prol da preservação e manutenção do centro histórico pessoense, como a comunidade do Porto Capim que vem se organizando com projetos e ações para manter suas atividades típicas de uma comunidade ribeirinha<sup>65</sup>. Sobre a Oficina-escola pessoense, Funari e Pelegrini (2006, p. 56) consideram:

As oficinas, ao prepararem mão-de-obra para trabalhos de restauração, possibilitam um eficaz intercâmbio de informação sobre o patrimônio e promovem a difusão de experiências práticas no campo do restauro de edificações, altares, entalhados, portadas de pedra e obras de arte, entre outros bens. Mais do que isso: atuam como multiplicadoras de

<sup>64</sup> Atualmente, a Oficina Escola passa por um momento crítico devido a falta de apoio e recursos financeiros, ameaçando fechar suas portas.

<sup>65</sup> É possível encontrar na internet ações como uma petição pública (<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR68817>) e resultado de trabalhos acadêmicos que auxiliam a dar visibilidade ao patrimônio dessa comunidade (<http://radioportodocapim.com.br/>).

conscientização, na medida em que o exercício dos aprendizes suscita o interesse de outros membros da comunidade.

Essa percepção que se está direcionando nas ações educativas patrimoniais resulta a noção expandida de patrimônio cultural, em que a ideia do material e imaterial atue de forma entrelaçada e não como aspectos distintos de um processo. Isso permite observar os fenômenos informacionais dentro do âmbito de um fenômeno cultural ou do próprio artefato (PACHECO, 1995), possibilitando aos profissionais que atuem nas esferas do patrimônio cultural, identificar uma relativização/flexibilização da conceituação da informação e da representação da informação, que acaba por transparecer as linhas que envolvem os bens patrimoniais. Isso seria um passo para demonstrar algumas particularidades desses bens em sua estreita vinculação com a memória.

Essa ideia de relativização do olhar para o patrimônio, em certo sentido, vem sendo trabalhada no contexto das referências culturais, nas metodologias adotadas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, no qual compreende que:

O uso da noção de bem cultural, tão mal definido pelas ciências sociais, entretanto, não pretende absolutamente sugerir que tais unidades concretas e reconhecíveis da prática social sejam configurações fixas e cristalizadas. De fato, colocando em primeiro plano no desenho desta metodologia os atores, as instituições reconhecidas por sua cultura, as suas práticas, assim como as configurações espaço-temporais produzidas por essas práticas (com suas respectivas fronteiras simbólicas e marcos de lugar), precavemo-nos do risco de tratar os chamados “bens culturais” como *coisas* substantivas ou produtos acabados. Antes, enfrentamos o desafio de identificar o patrimônio e as referências culturais como produtos históricos dinâmicos e mutáveis, o que se reflete na circunstância do INRC – ainda que atendendo ao critério de exaustividade – de não produzir listas definitivas de itens inventariados (INRC, 2000, p.30).

O uso das referências culturais dentro dessas perspectivas que colocam o diálogo entre pesquisadores e comunidade, numa dinâmica de troca, envolve tanto uma condição de sociabilidade entre os sujeitos, quanto à própria socialização da informação entre eles. Assim, possibilita que o processo de patrimonialização se dá em uma via de mão dupla. O contato e o

relacionamento mais próximo entre as instituições e a sociedade permitem a ampliação de novos conhecimentos, bem como o reconhecimento de valores desconhecidos, potencializando significações e recuperando as memórias que envolvem esses bens culturais. Para Peixoto (2010, p.59), leva-se em consideração que:

Os discursos dos agentes sociais envolvidos nos processos de patrimonialização ainda são marcados pela certeza da existência de um patrimônio histórico insubstituível por memórias coletivas que encontram nos monumentos históricos que conformam a identidade dos lugares o referencial imagético das práticas e representações sociais.

Nesse contexto, os inventários participativos vêm sendo utilizados como ferramenta da Educação Patrimonial (IPHAN, 2016), colocando as comunidades enquanto elemento fundamental na construção dos diálogos e conhecimentos sobre seus patrimônios culturais. No inventário participativo, que leva em conta as diretrizes traçadas no CNRC, têm-se as seguintes categorias: celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos. Assim, o IPHAN (2016) elaborou um manual<sup>66</sup> para orientar profissionais que atuam na educação patrimonial e que pretendem catalogar e/ou inventariar patrimônios no intuito de desenvolver ações para seus projetos educativos e de gestão.

Considerando que o espaço é um elemento fundamental para construção das memórias, Halbwachs (2006) entende que é nele que ocorre a estabilidade das coisas, confere-se ao espaço o valor de “receptáculo da memória coletiva” (PEIXOTO, 2010, p.63). O espaço socialmente construído e permeado de signos é resultante de diferentes relações afetivas, de modo que “a presença da materialidade do espaço reforça um sentimento de segurança e estabilidade” (PEIXOTO, 2010, p.63). Isso provoca certa sacralidade e legitimidade, voltadas para uma questão de autenticidade para o que vai se consagrar como patrimônio cultural.

Para tanto, é importante perceber as relações culturais e estudar os bens patrimoniais e os grupos sociais que habitam seu entorno. Nesse sentido,

<sup>66</sup> No Anexo estará disponível as orientações de preenchimento da “Ficha dos Lugares” que mais se aproxima com o que foi desenvolvido nesta pesquisa, e que é utilizado para sítios arqueológicos. Nesta pesquisa optou-se por não seguir um roteiro fechado para o trabalho de campo. E, por mais que esse inventário possibilite certa flexibilidade, nos deixariam amarrados em alguns momentos. A fruição não se encaixa em roteiros pré-determinados, ela simplesmente flui.

a Ciência da Informação, através da representação da informação, poderia compreender seu objeto de estudo inserido nos fluxos que a permeiam nas construções memorialísticas. Esses materiais assumem um caráter potencial. E, ao passar por novos olhares, entrariam no conflito diante do processo de reconhecimento ou não, para, enfim, serem aceitos como patrimônio cultural de tal coletivo, integrando-se como referenciais dessas memórias.

Porém, deve-se levar em consideração que as interpretações e os significados só ocorrem na presença do ser humano e dentro do processo cultural específico. Afinal, trata-se de um repertório cultural compartilhado e que pode assumir diferentes significados em virtude dos aspectos intra-culturais e interculturais. Dessa maneira, promove uma rede multidimensional de significados, no qual as interpretações se dão conforme o contexto social que está inserido, temporal e especialmente influenciados, bem como em função do arcabouço cultural do interpretante (SANTAELLA, 1988; ECO, 2000).

Seria interessante, para a Ciência da Informação, utilizar da percepção e da interpretação para, a partir de conversas que evocam memórias e representações, construir uma relação entre a essência do próprio patrimônio cultural e a função social das informações dentro dos contextos específicos. Esse processo contribuiria em novas perspectivas para as informações já registradas, memórias oficializadas, novas construções das memórias sociais, bem como para a transformação das identidades e novas formas de socialização da informação.

Para tanto, é preciso expandir, descrever e também interpretar diferentes signos e significados. A informação, nesse contexto, atuaria em constante movimento, inserida no tempo-espço, promovendo ressignificações e necessitando reflexões em torno de novos conceitos que visem à produção de novos conhecimentos. Mas essa maneira fluida de tratar, representar as informações, provavelmente criará grandes impasses, principalmente ao se pensar o processamento dessas informações, colocando mais um desafio para este trabalho.

Em se tratando do patrimônio arqueológico, verifica-se que atualmente há pesquisas que abordam a questão da fruição em suas práticas e reflexões. Ao trazer esse elemento para a Ciência da informação, foi possível perceber as diferentes formas de representação da informação a partir das relações de

sociabilidade e socialização que as pessoas promovem, possibilitando que o cientista da informação auxilie e colabore nos processos de agenciamento das informações através do tratamento e organização das informações de modo mais fluído e flexível, bem como atuando na preservação das memórias.

Assim, ao pesquisar as representações que permeiam os sítios arqueológicos tanto no âmbito acadêmico, quanto popular, foi possível selecionar alguns exemplos de como é possível ampliar as formas de representação e, ao mesmo tempo, estabelecer uma proximidade entre o científico e popular através da sociabilidade e da socialização da informação. Como primeiro exemplo, pela proximidade com o objeto de estudo, tem-se a Pedra do Ingá, localizada no município de Ingá na Paraíba, e as representações levantadas pela equipe da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do projeto “Circuitos Arqueológicos da Chapada Diamantina”.

A escolha desses dois exemplos se deu pela seguinte forma: até o momento da qualificação, a Pedra do Ingá também seria objeto de estudo da pesquisa. Nesse sentido, foi possível fazer um levantamento informacional, bem como visitas à cidade de Ingá. Isso resultou em uma massa documental interessante, no qual sintetizo a seguir. E o segundo exemplo se deu a partir da participação no Colóquio Internacional “Património Cultural e Museus em Portugal e no Brasil: Democracia, Desenvolvimento e Conhecimento” realizado no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, durante o doutorado sanduíche, no qual foi possível assistir a palestra de um dos membros da equipe, por meio do artigo “Práticas arqueológicas em comunidades” de Carlos Etchevarne, o que nos instigou a pesquisar mais a respeito das ações desenvolvidas por esta equipe.

A Pedra do Ingá ou Itacoatiaras do Ingá, localizada na Fazenda Pedra Lavrada, cerca de 5,5 km da cidade de Ingá, configura-se no agreste paraibano, (BRITO, 2008; FIGUEIREDO; SILVA, 2009; BRITO, 2010), entrelaçando sua vegetação entre mata atlântica e caatinga (IBGE, 2016). A Pedra do Ingá possui gravuras rupestres esculpidas em baixo relevo e podem ser classificadas, segundo Santos Júnior (2009), na tradição Itaquatiaras (registros gravados), além de outras inscrições marginalizadas por estarem mais distantes dos conjuntos principais. Desse modo,

Sua mais importante peça é a formação rochosa conhecida como Pedra do Ingá, que possui 16 dos seus 24 metros de extensão coberto de inscrições insculpidas, além de outras diversas espalhadas por todo o sítio (MACHADO, et al, 2012, p. 177).

Pôde-se perceber ,através de um levantamento bibliográfico, diferentes perspectivas e abordagens, que conduzem a uma gama diversa de significações a respeito deste patrimônio arqueológico. Leva-se em consideração que alguns pesquisadores já identificaram as variadas proposições interpretativas que giram em torno das itacoatiaras da Pedra do Ingá.

A origem das inscrições é ainda desconhecida, mas produto de culturas indígenas que habitaram a região, e pela sua complexidade e mistério existem diferentes teorias e mitos que rodeiam a pedra e a origem das gravuras. Mitos populares falam a respeito de tesouros escondidos no interior da pedra que nunca foram encontrados. A respeito das insculpturas, alguns pesquisadores que visitaram a região atribuem às gravuras a aborígenes que lá viviam. Já os ufanistas atribuem a autoria a extraterrestres que confeccionaram as pedras através de raio laser (MACHADO; et al, 2012, p. 177).

Essa diversidade de interpretações e proposições, ao mesmo tempo que podem apresentar distorções quando confrontadas às informações científicas já encontradas no que tange a educação patrimonial, podem encontrar ressonância nas lendas e mitos locais. Mas, de todo modo, fazer com que esse patrimônio permaneça ativo na memória da comunidade local e da sociedade como um todo, permite, através dessas representações, que elementos possam colaborar no processo de preservação desse patrimônio.

A Pedra do Ingá já se inseriu num espaço aberto com acesso livre. Hoje, possui uma estrutura para atender os visitantes e garantir certa proteção, com guias locais, bilheteria e um pequeno museu. Antes desse processo de institucionalização, seu entorno era caracterizado como um local de sociabilidade muito forte entre os moradores locais. O espaço era ocupado pela população, não para sua contemplação enquanto herança cultural, mas principalmente pela sua localização à beira do rio.

Na crueza da realidade a maioria dos freqüentadores da Pedra do Ingá são banhistas e moradores das localidades próximas, que se reúnem no bar ali instalado, geralmente nos fins de semana para lazer e usufruto da paradisíaca e úmida paisagem



ribeira, com total desdenho ao conjunto rupestre (BRITO, [s.d], p. 5).

Mas era nesse espaço que também se construíam as memórias da comunidade e que, ao mesmo tempo em que remetem esse patrimônio arqueológico estórias de seus antepassados, também criavam novas memórias com seus pares atuais. Para eles, os “mais velhos” têm, em suas estórias, uma posição significativa na comunidade, de modo que se “reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral” (VANSINA, 2010, p. 141). Esses testemunhos, fragmentados, passados de geração a geração, por vezes ganham novas roupagens, mas, ainda assim, se materializam através dos sentidos e das percepções daqueles que habitam o entorno desse sítio.

Em paralelo ao reconhecimento institucional desse patrimônio, outras relações se estabeleceram entre as itacoatiaras e a comunidade do entorno da Pedra do Ingá. É possível encontrar relatos de moradores sobre suas experiências que envolvem “mal-assombros”<sup>67</sup>, estórias de botijas<sup>68</sup> e “visagens”<sup>69</sup>.

O documentário “Reino da Serra”<sup>70</sup>, produção resultante do curso de extensão em “Produção de Documentário” da Universidade Estadual da Paraíba, em 2013, dirigido por Sinaldo Luna, com produção dos alunos do curso, aborda depoimentos de moradores da localidade. Eles relatam memórias de seus antepassados – “dos mais velhos”, como denominam os entrevistados – sobre um reinado encantado, que abarca desde a Pedra do Ingá até as proximidades de Itatuba, município que faz fronteira com Ingá.

Nesse documentário, é possível identificar a materialidade que advém das memórias herdadas da tradição oral da comunidade. Uma das entrevistadas, ao falar sobre os poderes sobrenaturais que envolvem não apenas a Pedra do Ingá, mas outras serras próximas, descreve que por vezes

<sup>67</sup> Mal-Assombros seriam manifestações sobrenaturais, almas penadas.

<sup>68</sup> Botijas são recipientes de cerâmica ou ferro utilizados para armazenamento. No caso desta pesquisa, ao utilizar esse termo, refere-se à recipientes que guardavam objetos de valor, moedas, ouro etc., e que eram enterradas ou escondidas em locais para evitar roubos.

<sup>69</sup> Visagens são aparições, premonições.

<sup>70</sup> Documentário disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=wcQqT7JTD4g> > Acesso em: abril de 2017.

sente o cheiro de bolo assando, de carne e flor, que emana das pedras. Para ela, as pedras pertencem a um reino encantado e que há muita vida e mistério em torno deles. Como menciona outra entrevistada, a senhora Lindalva Ferreira da Silva: “Papai dizia e os mais velhos tudo diz, que enquanto não desencantar os reinados encantado que tem o mundo não se acaba” (REINO DA SERRA, 2013).

Outro documentário é “Nas paredes da pedra Encantada”<sup>71</sup>, dirigido por Cristiano Bastos e Leonardo Bomfim, em 2011. Nele, remontam o álbum “Paêbirú”, retornando o trajeto da capital João Pessoa até a Pedra do Ingá com o artista Lula Cortês, refazendo suas memórias e experiências. O artista relata no documentário que para a produção da obra houve uma apropriação dos mitos, recolheu lendas e até encontrou objetos trabalhados (fazendo referência a objetos arqueológicos), para, enfim, extrair o máximo de magia para suas composições.

Essas narrativas que envolvem um imaginário, e que não deixam de representar uma realidade para esses moradores – não se trata apenas de lendas ou algo fictício, elas fazem parte das memórias de seus “mais velhos”, são passadas adiante e vivenciadas por parte dos moradores –, tornam-se algo concreto e real. Para Vansina (2010, p. 141), a “tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas”.

Nesse sentido, o processo de patrimonialização deve levar em consideração o trabalho etnográfico, buscando compreender o papel das memórias sociais que permeiam os bens culturais e como esses bens são percebidos pelas comunidades contemporâneas que socializam num mesmo espaço. Por tanto, essa relação entre elementos da natureza e forças espirituais, segundo Cézar (2013, p. 55), advém, conforme apontam estudos antropológicos, na própria escolha do suporte a ser trabalhado pelos indígenas. No caso de Ingá, temos a rocha, de modo que nas pedras residem “entidades espirituais, as quais prepararam e proporcionam, até hoje, as condições de

---

<sup>71</sup> Documentário disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5eQM6mIEjIA> > Acesso em: abril de 2017.

habitação da Terra por humanos. Assim, entende-se que esta manifestação está relacionada, em alguma medida, com as referidas crenças”. Percebe-se, assim, que essas relações que talvez remetam as ações antepassadas indígenas ainda permanecem, com novos sentidos, personagens e representações, nas memórias e imaginário dos moradores locais.

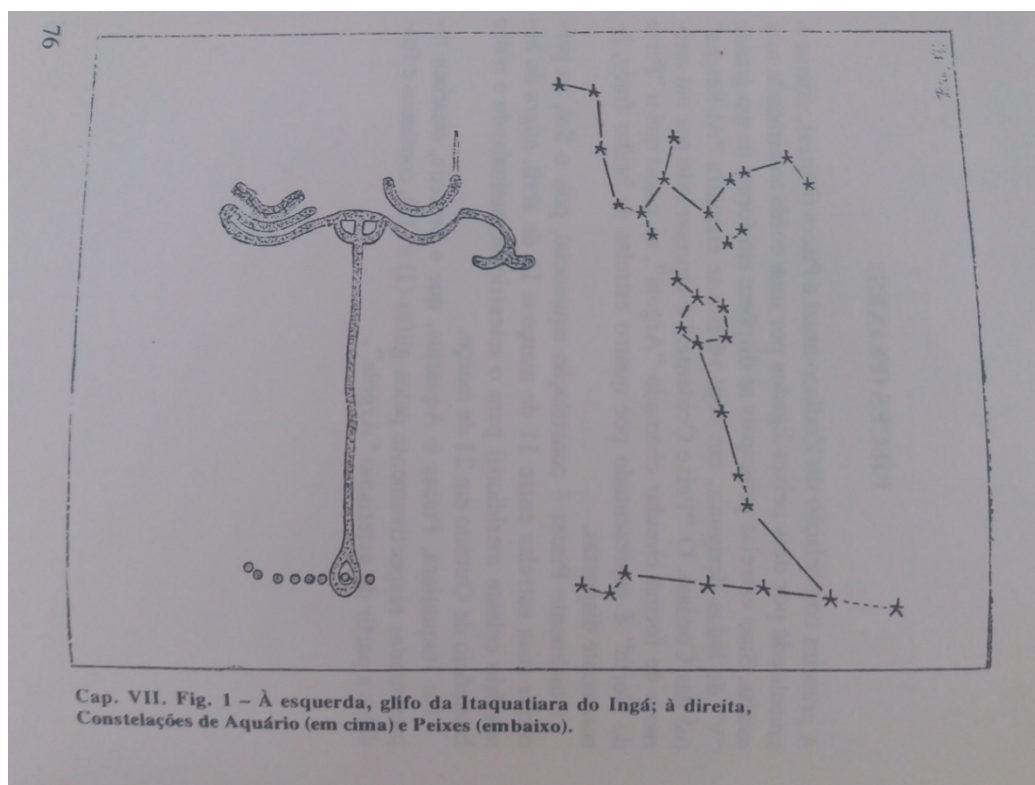
Algumas imagens e formas de representação da Pedra do Ingá, por diferentes olhares:



**Imagem 07** - Foto das inscrições da Pedra do Ingá. **Fonte:** Acervo Pessoal, 2010.



**Imagem 08** - Detalhes das gravações de Ingá. **Fonte:** Acervo Pessoal, 2010.



**Imagem 09** - Foto do livro de Faria (1987), sua interpretação da inscrição como uma representação de uma constelação. **Fonte:** Faria (1987, p. 76).

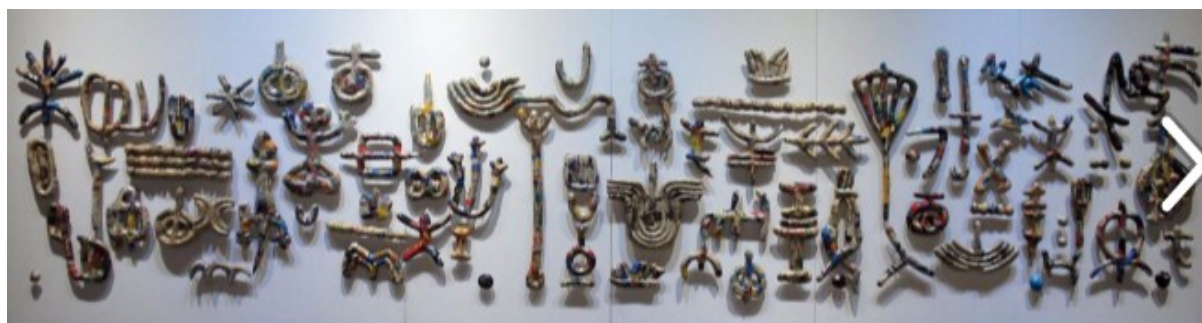
de	INGÁ	PASCOA	INGÁ	PASCOA
e s				
da				
plo				
all,				
rita				
ale				
de				
go				
no				
ert				
ira				
tre				
9,				
o				
do				
O	Quadro comparativo de Pereira Jr.			

**Imagem 10** - Foto do livro de Brito (2008), interpretação das inscrições de Ingá com as inscrições de Páscoa, por Pereira Jr. **Fonte:** Brito (2008, p.50).





**Figura 11** - Revista em Quadrinho Piteco – Ingá, do artista Shiko. **Fonte:** Site Raio X. Disponível em <<https://mutantexis.wordpress.com/2013/11/23/saido-do-forno-piteco-inga/>> Acesso em: abril de 2017



**Imagem 11** - Foto da Obra “Metalinguagem” de Luiz Barroso. **Fonte:** Portifólio Luiz Barroso. Disponível em: <[https://issuu.com/luizbarrosopedras/docs/luiz\\_barroso\\_portf\\_lho\\_web](https://issuu.com/luizbarrosopedras/docs/luiz_barroso_portf_lho_web)> Acesso em abril de 2017.

Com a educação patrimonial alcançando a significância em outras esferas para além das atividades locais aos patrimônios, como o ensino básico nacional, é possível hoje encontrar em livros didáticos nacionais, referências à Pedra do Ingá em produções artísticas – plásticas e musicais –, ampliando as potencialidades de reconhecimento e preservação desse sítio arqueológico. O que não necessariamente significa que todas as informações socializadas a respeito desse sítio tenham passado por um tratamento ou publicadas por profissionais da arqueologia. Há intensa massa informacional que envolve especulações, teorias extraterrestres e outras a respeito desse sítio, o que

demanda uma ação mais efetiva por parte dos arqueólogos em atuarem nesse contexto, para sanar dúvidas e lacunas informacionais.

O site da prefeitura de Ingá, apesar de afirmar em suas páginas virtuais o pouco apoio das instituições estaduais e federais, tem promovido ações de valorização do patrimônio arqueológico local, seja pelo símbolo (slogan) da própria prefeitura – nos ônibus e uniformes escolares, esculturas em praças, como também em atividades educativas para estudantes, não só alunos do município de Ingá, mas de outras regiões – no qual passou a chamar e divulgar o “Parque Arqueológico das Itacoatiaras de Ingá-PB”.

Apesar do processo de reconhecimento e incorporação do patrimônio cultural com a comunidade de seu entorno, esse não escapa dos investimentos de cunho mercadológico das instituições que a administram. Assim, o turismo se torna atividade inevitável e acarreta em benefícios econômicos para a cidade e seus moradores, possibilitando novos campos de trabalho e fonte de renda. Entre essas ações, a prefeitura de Ingá promoveu, em 2015, no período das festas juninas, o “Forró da Pedra”, na área externa do Parque, atraindo novos visitantes e inserindo a cidade no calendário festivo e turístico da região.

A participação da comunidade local e científica se coloca como um elemento importante para o funcionamento, manutenção e preservação desse monumento. Essas ações atraem a atenção da sociedade de forma ampla, bem como permite denúncias, descobertas, reconhecimento e manutenção, mesmo que mínima, de ações que colaborem no processo de conservação e preservação de patrimônio arqueológico.

Outro exemplo vem da Bahia, com o projeto Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada da Diamantina, do grupo Bahia Arqueológica<sup>72</sup>, por meio do convênio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia com a Universidade Federal da Bahia e o apoio das prefeituras Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras, Seabra e Wagner. Segundo as informações disponibilizadas no site:

Este projeto, pioneiro no estado da Bahia, toma os sítios de arte rupestre como foco de interesse de visitação, no sentido amplo, com a intenção de inseri-los em **redes sociais e econômicas locais** que tragam benefícios às comunidades que estão nas

---

<sup>72</sup> Site do Bahia Arqueológica, disponível em: <<http://www.bahiaarqueologica.ufba.br>>

proximidades, como fica expresso nas premissas que fundamentam a proposta de atuação:

1. *Não há possibilidade de preservação sem a atuação da comunidade que está próxima aos sítios de arte rupestre.*
2. *Não existe proteção sem conhecimento do que deve ser protegido e, para isso a pesquisa científica é fundamental e insubstituível.*
3. *A conservação do patrimônio não pode estar dissociada da esfera econômica e, por isto, deve ser pensado sempre em retornos financeiros ou de melhoras sociais para os grupos em contato com os sítios. Aqui, cabe deduzir que não há preservação do patrimônio sem que exista o aproveitamento correto por parte das comunidades.*

O projeto visa à efetivação de uma forma de programa de ações derivadas das pesquisas arqueológicas que se enquadram em uma linha de trabalho que denominamos **práticas sociais da Arqueologia**, que considera todo o processo de produção científica arqueológica como peça fundamental na geração de uma dinamização econômica de comunidades pouco favorecidas, jogando, ao mesmo tempo, um papel preponderante no fortalecimento do sentimento de toponímia e, conseqüentemente, na valorização das identidades territoriais (BAHIA ARQUEOLÓGICA, 2017, grifo do autor).

Nesse sentido, o grupo faz com que a comunidade participe das várias etapas da pesquisa, por meio de seus principais interlocutores ou informantes, e atuam nas tomadas de decisões ao que se refere aos caminhos dos materiais arqueológicos bem como, do próprio sítios arqueológicos. Há, segundo os pesquisadores, uma participação direta da comunidade, o que propicia uma continuidade nas ações, auxiliando tanto na descoberta de novos sítios, quanto no processo de visitação desses.

Em “CIRCUITOS ARQUEOLÓGICOS DA CHAPADA DIAMANTINA” (2011, p.05), Carlos Etchevarne trata da criação do circuito que, segundo ele, levou “[...] em consideração um tipo específico de vestígios, que são as pinturas e gravuras rupestres”. Nessa fala, ele aborda a problematização da patrimonialização exercida de modo vertical, atendo que:

A ideia central é que patrimônio não é apenas uma noção oficial, legislada e, portanto, com figura jurídica. Patrimônio tem também uma acepção não oficial e que tem a ver com a percepção que a sociedade de não especialistas tem acerca de determinada expressão cultural à qual se sente fortemente vinculada, seja histórica, religiosa, étnica ou de alguma outra forma. O reconhecimento dessa maneira de conceber o patrimônio é extremamente importante, quando observamos, hoje, emergir movimentos em prol da patrimonialização – que é

o reconhecimento oficial, com tombamento – de um determinado elemento considerado por um grupo como essencialmente significativo, seja um edifício, seja uma paisagem natural, seja um objeto.

[...]

Assim, organizamos esse programa levando em consideração o significado de patrimônio vinculado aos grupos sociais e não às instituições que normalmente são consideradas gestoras de determinado patrimônio oficial. Portanto, o patrimônio tem a ver com um significado outorgado pela sociedade, porque contém memórias sociais, memórias coletivas, memórias históricas. Mas quando falamos de patrimônio arqueológico nem sempre existe um vínculo direto entre o material arqueológico e os grupos sociais contemporâneos. Então, como fazer para que esse material arqueológico, referente a populações de caçadores/coletores que habitaram aqui no território da Bahia, se torne patrimônio para uma população contemporânea? No nosso caso, qual é a memória que existe hoje nos grupos contemporâneos das pinturas rupestres, encontradas em grutas e paredões? (CIRCUITOS ARQUEOLÓGICOS DA CHAPADA DIAMANTINA, 2011, p.11)

Percebe-se, assim, por meio de ações que se aproximam do que a ecologia do saber aborda, que também há uma busca pela fruição das pessoas que convivem com os patrimônios. Nesse contexto arqueológico, torna-se fator crucial para o desenvolvimento dos projetos de preservação, a ação educativa e, principalmente, a própria composição de significação e noção de pertencimento que a comunidade vai estabelecer com os bens culturais. Afasta-se, assim, dessa noção verticalizada, no qual o campo científico se habituou que advém das práticas epistemológicas do “Norte” e aproxima-se, por meio da co-responsabilidade na gestão e diálogo, desses patrimônios.

Nesse sentido, a Ciência da Informação, que atua em pesquisas no campo da memória e da representação da informação, não pode deixar passar despercebido a importância do uso desse tipo de informação, que demanda uma postura do cientista da informação e que se torne cada vez mais próxima de outras formas de representação e de tratamento alternativos que possibilitam a flexibilização terminológica.

Etchevarne (CIRCUITOS ARQUEOLÓGICOS DA CHAPADA DIAMANTINA, 2011, p. 05-06) continua sua análise:

Com isto quero dizer que o material arqueológico, seja ele um espaço físico ou o sítio arqueológico, seja ele um objeto ou peça arqueológica, não é automaticamente patrimônio em termos de comunidades. Ele o é automaticamente para os órgãos de proteção e preservação quando são cadastrados, mas não é



necessariamente patrimônio para a população contemporânea. Esta deverá construir uma memória afetiva, deverá sensibilizar-se, deverá refletir sobre esses materiais para introduzi-los nas suas referências existenciais contemporâneas, senão, nunca será patrimônio para uma comunidade. Esta é minha opinião, naturalmente.

Foi possível constatar essa análise durante a pesquisa de campo. Os informantes de Camalaú, durante conversas que tivemos nos sítios arqueológicos e diante das pinturas rupestres, afirmaram que, para eles, naquele momento, aquilo não fazia parte do que eles entendiam por patrimônio. Já celebrações religiosas e as festas locais tinham valor significativo em sua comunidade. Entretanto, pode-se dizer que se alcançou, a partir dessas conversas e visitas, uma primeira etapa no processo de sociabilidade da informação: a identificação, o conhecimento e as primeiras impressões sobre essas manifestações da cultura material.

A partir dessas impressões, imaginações e referências, provoca-se uma mudança no *status quo* na percepção dessas pessoas em relação a essas produções culturais. Próprias de uma ação semiótica, e através da construção desses novos signos, é possível caminhar para uma aproximação simbólica entre o passado e presente, construindo uma nova noção de pertencimento e agregando tais elementos como patrimônio dessas comunidades.

Em se tratando do projeto “Circuitos Arqueológicos”, é interessante perceber, nas imagens abaixo, a incorporação na descrição, de termos percebidos durante o processo de fruição entre os pesquisadores e a comunidade com as pinturas rupestres – mesmo que não tenha sido a intenção, como pôde-se notar nas falas do documento. Paralelamente, observar a descrição com o uso apenas de termos técnicos no processo de representação, essa pequena nuance, demonstra que a aproximação e o distanciamento que se pode causar entre o científico e o popular pode ser resolvido com um equilíbrio nas formas de representação. É importante destacar que quando se trata dessa questão, refere-se ao uso dessas representações por meio de termos descritivos no contato direto com as comunidades, e não há uma intenção em substituir os termos técnicos resultantes de pesquisas e estudos do campo arqueológico.

Pinturas em formato geométrico, à esquerda e acima. À esquerda e abaixo, pintura atribuída à imagem de um E.T. Na direita, pintura de um peixe.



**Imagem 12** - Incorporação na descrição do termo recorrente na percepção dos moradores. A legenda da imagem está descrita como “Pintura em formato geométrico à esquerda e acima. À esquerda e abaixo, pintura atribuída à imagem de um E.T. Na direita, pintura de um peixe”  
**Fonte:** CIRCUITOS ARQUEOLÓGICOS DA CHAPADA DIAMANTINA (2011, p.26).



Sistema gráfico denominado Tradição Nordeste, sítio arqueológico Toca da Figura no município de Morro do Chapéu - à esquerda. Pintura com motivos narrativos, à direita.

**Imagem 13** - Legenda da imagem com descrição técnica. “Sistema gráfico denominado Tradição Nordeste, sítio arqueológico Toca da Figura no município de Morro do Chapéu - à esquerda. Pintura com motivos narrativos, à direita. **Fonte:** CIRCUITOS ARQUEOLÓGICOS DA CHAPADA DIAMANTINA (2011, p. 13).

Essa questão, de usos terminológicos específicos que se está problematizando, não se restringe ao campo arqueológico. Porém, deve ser ampliada para outros campos, principalmente da Arte e Museologia<sup>73</sup>, e deve ser tratada tomando como referência as noções de uma ecologia do saber. Assim, pode-se, por meio da semiótica da cultura, que “tenta entender como

<sup>73</sup> Ver CATOIRA, T.; AZEVEDO NETTO, C.X. Ciência da Informação e Museus de Arte na Web: Memória e Representação das Informações de obras de arte nas nuvens. Conferência de Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM), Recife, 2013.

são os registros, as representações da cultura nos diferentes suportes que ela dispõe e em diferentes momentos histórico-sociais” (VELHO, 2009, p.250), encontrar nos diferentes eventos, inseridos em ações processuais, a identificação das fronteiras que permitem a ocorrência de diálogos heterogêneos ou homogêneos e que, potencialmente, podem passar por uma hibridização. Como é o caso do próprio termo “sítio arqueológico”, que vêm ganhando espaço conforme as relações de proximidade entre a comunidade camalauense e arqueólogos, somados às atividades educativas.

Nesse contexto, Velho (2009, p.254) apresenta tal processualidade que envolve os mecanismos da semiótica da cultura:

[...] os sistemas estão expostos a infinitos movimentos de organização que têm como função processar as informações, as demandas que surgem de fora, do ambiente e de outros sistemas. Essas informações que entram no espaço semiótico de determinado indivíduo ou grupo são armazenadas por ele e sofrem um processamento. A partir do repertório disponível na realidade de cada um, os dados são reelaborados, reconformando-se em signos, em textos que estejam em sintonia com sua experiência semiótica.

Pode-se dizer que, nesse processo de semiose, estar e ser no mundo provocam a contínua produção de linhas sensíveis que se emaranham. São tramas que vão sendo entrelaçadas, que se aproximam e criam novos sentidos, significados, novos desenhos, e oferecem uma gama variada de diferentes possibilidades de como se dará a fruição entre aquele que olha e aquilo que é percebido. Esse entrelaçar está em constante devir, pois, a cada momento percorrido, a cada nova experiência e vivência realizada, outros olhares, outras relações se desenharam.

A memória, como processo, aproxima-se e envolve-se, nessa trama, com os personagens. Também passa a ser narrada, em seu íntimo, com o mesmo cenário. Mas suas entonações e nuances possivelmente ganham novos sentidos e outras possíveis significações. Por meio da arqueologia experimental, pode ser possível desenvolver atividades no que tange ações educativas patrimoniais, para promover maior aproximação entre comunidade e sítio arqueológico, envolvendo novas memórias, vivências e experimentações. Isso acontece principalmente porque suas atividades acabam por demandar um trabalho interdisciplinar, como, por exemplo, com a arte, e vem sendo



valorizadas, que contribui para essencializar as identidades. (Peixoto, 2006, p. 73-74).

Nesse constante desenhar e alinhar, pode-se encontrar as informações em potencial. Essas vão sendo adquiridas e contextualizadas a cada momento, e refletem no aprofundamento, ou não, de como nós nos relacionamos com as coisas, com o mundo ao nosso redor e com nós mesmo. Essa busca em compreender as coisas, em criar um lugar para elas, resultantes dessa necessidade intrínseca a nós seres humanos de organizar, nem que seja mentalmente para estabelecer um sentido, um nexos, gera uma vasta gama de sentimentos nesse percurso.

O medo, por exemplo, cria impedimentos, dificulta a aproximação e a busca em conhecer a fundo, tanto o que desejamos, quanto àquilo que nos causa repulsa. Ele nos mantém na superfície para transmitir uma espécie de sensação de controle sobre uma experiência negativa ou traumática. A memória neste aspecto atua no exercício constante do esquecimento, como mecanismo de defesa, cria barreiras, manipula. Em contrapartida quando se trata de uma lembrança esplêndida, a repetição excessiva coloca-se como uma ação para evitar o esquecimento (HALBWACHS, 2006).

Ao mesmo tempo, o medo pode vir atrelado ao desejo de ser singular, único. Pensar nesse aspecto, no contexto do patrimônio, nos remete ao consumo excessivo da cultura. Temos essa tendência do controle, do desejo de congelar as coisas que apreciamos, de mantê-las em segurança, de repetir, o que nos gera uma sensação de poder e conforto.

A compulsão memorial exprime-se de diversas formas: devoções patrimoniais, comemorações, celebrações, aniversários, conflitos de memórias, paixão genealógica, retrospectiva generalizada, procuras múltiplas das origens ou das raízes, fascínio pelas biografias e histórias de vida, revivescência ou criação de numerosas tradições e outros modos ritualizados da reminiscência (CANDAU, 2005, p.08).

E isso não apenas se reflete no campo sentimental ou dos sentidos, intangível, mas principalmente no que tange o físico, o corpóreo, aquilo que pode ser palpável, concreto. O que me leva a tentar compreender: o que é considerado “ser” patrimônio e “estar” patrimônio, para cada pessoa ou grupo? “Ser” patrimônio, no sentido de algo construído e enraizado entre as pessoas que por ele são envolvidas e o envolvem como parte de si, e “estar” patrimônio,

como uma condição muito frágil, superficialmente aceita e momentânea, que passa a ser admitida sem ser refletida ou compreendida, sem poder dissociar as dimensões tangíveis, matéria e forma, das intangíveis, signos e significados.

Os processos de preservação cultural e arqueológico, de modo mais contundente, demandam uma série de questionamentos que implicam esclarecer quais patrimônios devem ser preservados, quem escolhe quais serão preservados e para quem é necessária essa preservação (MACHADO; et al, 2012, p.176).

Nesse sentido, quando as pessoas de um determinado campo social relacional incorporam na estrutura de seu sistema cultural e perceptivo, a partir das experiências entre elas e relações com artefatos e do próprio ambiente, os agenciamentos resultados dessas interações modulam os conceitos e as apropriações do que se vai determinar como patrimônio do grupo (INGOLD, 2002; SILVA, 2011). Essas experiências perceptivas ocorrem no que Ingold entende por campo social relacional<sup>75</sup>, configurando-se como o núcleo para que ocorra o engajamento entre as pessoas, coisas, ambiente.

É a partir dessas referências que adentramos ao próximo capítulo. Narramos o trabalho de campo e desnovelamos, a partir do processo de reminiscência, as informações que podem auxiliar e interessar ao campo arqueológico, como para a própria Ciência da Informação, nos estudos do patrimônio cultural e das memórias que modulam as identidades culturais.

---

<sup>75</sup> Segundo Silva (2011, p. 375), a noção de campo social relacional de Tim Ingold corresponderia à um lugar onde a pessoa “desenvolve suas próprias estruturas de consciência e padrões de respostas, emergindo, assim, como um agente autônomo com capacidade de iniciar outros relacionamentos. Transformadas no curso da ação social, essas relações são encapsuladas na consciência da pessoa, tornando-se a estrutura do ser”.

#### **CAPÍTULO 4: Memórias evocadas - imagens sentidas: *Curiando* o passado no município de Camalaú/PB**

Neste capítulo, construiu-se uma narrativa, a partir da descrição do diário de campo, seguindo, na medida do possível, uma ordem cronológica dos acontecimentos, mas tentando dar uma dinamicidade nas informações, pensando no leitor desta pesquisa. Como se trata de uma primeira experiência tanto com a pesquisa de campo, quanto com um texto descritivo, busquei ser objetiva. Porém, atentei para eventos que chamaram minha atenção e que considerei significativo em um contexto informacional para a compreensão da comunidade camalauense, dos interlocutores no qual conversei e nas fruições que surgiram a partir dessas conversas.

Apresento, também, quadros e gráficos sintetizando informações advindas do trabalho de campo – especificamente das conversas com os moradores de Camalaú<sup>76</sup> e dos arqueólogos que atuam nos sítios arqueológicos de Camalaú –, demonstrando as informações recolhidas por um viés quantitativo. Objetivei, assim, facilitar a visualização e sistematização das informações, buscando atender demandas mais tradicionais do campo da Ciência da Informação e colaborando para uma recuperação da informação mais rápida, mas não tão significativa diante de seu contexto geral. Toda a descrição foi elaborada juntamente com uma análise perceptiva, conforme as fruições se deram durante o trabalho de campo.

Para uma visão geral, traçou-se algumas informações que podem colaborar e dimensionar o perfil dos moradores de Camalaú que colaboram com a pesquisa, conforme Quadro 04 e Gráficos 01 e 02.

##### **Quadro 04 - Moradores/Informantes que colaboraram com a pesquisa.**

<b>Data do 1º Contato</b>	<b>Informante(s)</b>	<b>Atualmente Morador(a) da "Rua"</b>	<b>Atualmente Morador(a) do "Sítio"</b>	<b>Contato com Sítios Arqueológicos</b>	<b>Local que Reside</b>
25/05/2016	M.A.S.(45/F)	X		Não	Cidade
25/05/2016	M.S.(51/M)	X		Não	Cidade

<sup>76</sup> Considera-se significativa as informações, relatos, impressões e percepções por parte dos arqueólogos, mas optou-se em oferecer maior visibilidade aos moradores de Camalaú e suas memórias.

26/05/2016	M.S. (21/M)	X		Não	Cidade
26/05/2016	M.S. (15/M)	X		Sim	Cidade
26/05/2016	E.A. (40/F)	X		Não	Cidade
28/05/2016	M.M.O. (41/M) <sup>77</sup>	X		Sim	Cidade
28/05/2016	N.M.S. (30/F) <sup>78</sup>		X	Não	Assentamento Novo Mundo
30/05/2016	R.C.S. (34/M) <sup>79</sup>		X	Não	Assentamento Novo Mundo
30/05/2016	J.D.F.(71/M)	X		Sim	Cidade
31/05/2016	M.O.S.(88/F)	X		Sim	Cidade
31/05/2016	V.N.(55/F)	X		Sim	Cidade
31/05/2016	M.N.(59/F)		X	Sim	Assentamento Novo Mundo
01/06/2016	A.B.S.(32/F)	X		Não	Cidade
01/06/2016	E.(>20/M)	X		Sim	Cidade
08/06/2016	M.M.(>40/F)	X		Sim	Cidade
08/06/2016	H.R.(>30/M)	X		Sim	Cidade
15/06/2016	A.M.S. (63/M)	X		Sim	Cidade
15/06/2016	J.O. (28/F)		X	Sim	Assentamento Novo Mundo
15/06/2016	M.E.O. (06/F)		X	Não	Assentamento Novo mundo
15/06/2016	L.C. (56/F)		X	Não	Assentamento Novo Mundo
22/06/2016	R.F.O.(63/F)		X		Assentamento Novo Mundo
22/06/2016	B.E.S.(73/M)		X	Sim	Assentamento

<sup>77</sup> Acompanhou-me durante a visitação aos sítios arqueológicos e auxiliou no contato com outros interlocutores.

<sup>78</sup> Acompanhou-me durante a visitação aos sítios arqueológicos e auxiliou no contato com outros interlocutores.

<sup>79</sup> Acompanhou-me durante a visitação aos sítios arqueológicos e auxiliou no contato com outros interlocutores.



					Novo Mundo
22/06/2016	E.O.(67/F)		X	Não	Assentamento Novo Mundo
25/06/2016	F.P.(88/F)		X	Sim	Roça Nova
25/06/2016	F.F.N.(54/M)		X	Sim	Roça Nova
25/06/2016	M.R.S.(47/F)		X	Sim	Roça Nova
27/06/2016	M.B.M. (75/F)		X	Sim	Mateus
27/06/2016	E. (45/M) <sup>80</sup>		X	Sim	Mateus
07/07/2016	P.R.F. (48/M)	X		Sim	Cidade
09/07/2016	M.S.S.(68/M)		X	Sim	Beira Rio
09/07/2016	M.F.S.G.(67/F) <sub>81</sub>		X	Sim	Beira Rio
09/07/2016	M.V.S.(68/M)		X	Sim	Beira Rio
09/07/2016	M.V.(43/F)		X	Sim	Barra
09/07/2016	F.P.M. (27/F)		X	Sim	Barra
09/07/2016	J.E.S.(55/M) <sup>82</sup>		X	Sim	Barra
09/07/2016	I.J.P.S.(>40/F)		X	Sim	Barra
10/07/2016	M.N.P. (>40/F)		X	Não	São João do Rio do Tigre
10/07/2016	R.B.B. (45/F)		X	Não	Cangalha
10/07/2016	P. (>70/M)		X	Não	Cangalha
10/07/2016	R. (>70/F)		X	Sim	Cangalha
10/07/2016	A.E.F.(73/F)		X	Sim	Cangalha
10/07/2016	M.M (>60/F)		X	Sim	Rajada
10/07/2016	M.C.O.I. (77/F)		X	Sim	Rajada
10/07/2016	L.C.(>60/M)		X	Sim	Rajada
10/07/2016	M.L.(>40/F)		X	Sim	Rajada
11/07/2016	A.C.(58/M)		X	Sim	Roça Velha

<sup>80</sup> Acompanhou-me até o sítio arqueológico.

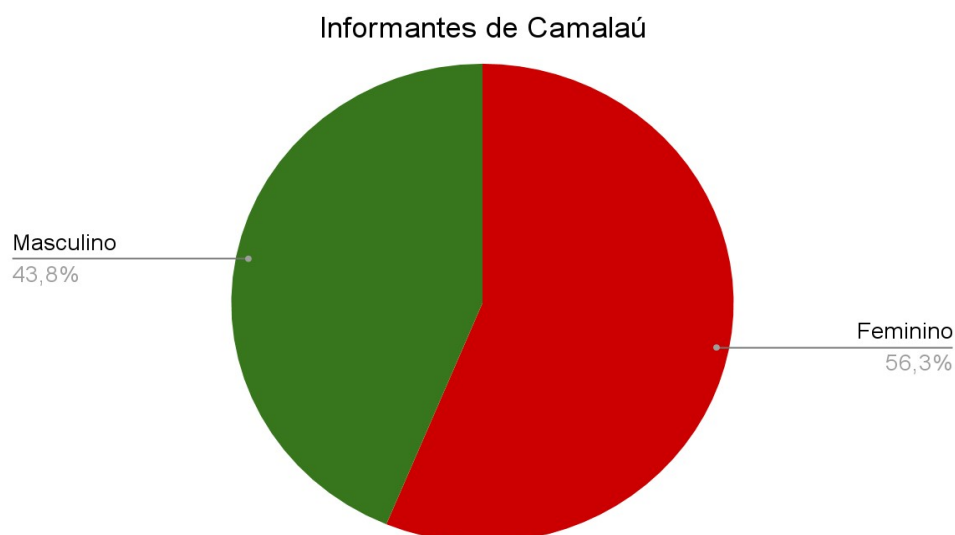
<sup>81</sup> Acompanhou-me até o sítio arqueológico.

<sup>82</sup> Acompanhou-me até o sítio arqueológico.

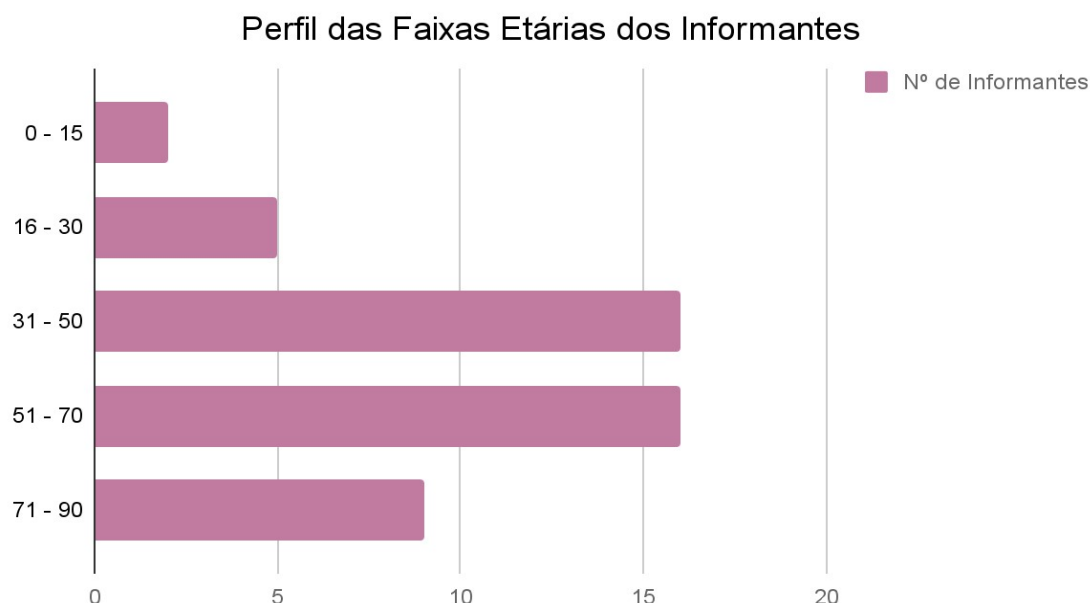
11/07/2016	J.A .(46/M)	X		Sim	Cidade
------------	-------------	---	--	-----	--------

Quadro 04 - Moradores/Informantes que colaboraram com a pesquisa.

Ainda em relação ao perfil dos informantes, as mulheres tiveram um papel fundamental. Além da receptividade, acabaram por colaborar e promover uma rede de contatos com outros moradores para que pudessem agregar mais informações à pesquisa.



**Gráfico 01** - Percentual de homens e mulheres de Camalaú que participaram como informantes da pesquisa. **Fonte:** Dados da Pesquisa.



**Gráfico 02** - Perfil Etário dos informantes Camalauenses. **Fonte:** Dados da Pesquisa.

Após essa apresentação inicial para facilitar a compreensão do perfil daqueles que colaboraram com a pesquisa, relato de modo analítico o diário de

campo. Deixei em destaque as multivocalidades dos moradores com os quais conversei<sup>83</sup>, e que podem ser encontrados elementos perceptivos, evocados na fruição com o patrimônio arqueológico local, suas memórias e lembranças.

Chegando em Camalaú, acabei por atrair alguns olhares e cochichos na vizinhança. Em uma rua de paralelepípedos com número relevante de estabelecimentos comerciais, mudei-me, com ajuda da minha irmã mais nova e meu marido, para um pequeno sobrado com pastilhas na fachada em tons de verde claro ao lado de um restaurante. Assim como descreveu Malinowski sobre a sensação de ver o barco se afastando, tive os mesmos sentimentos ao ver aqueles que conhecia irem se afastando e ao subir as escadas do sobrado. Sabia que ali se iniciava uma experiência extremamente nova em minha vida.

Nos primeiros dias, andei pela cidade, perdendo-me pelas ruas, a procura de um rosto conhecido, mas não encontrei. Imersa nos sons que a rua trazia<sup>84</sup>, coloquei-me sentada na calçada, na tentativa de “contaminar-me” através do hábito dos moradores locais (BRANDÃO, 2007). Pensei que, assim, poderia parecer menos “estrangeira” e quem sabe, poderia receber um convite para uma conversa, mas ganhei alguns acenos de cabeça e mais olhares curiosos.



<sup>83</sup> A transcrição das conversas recebeu uma fonte diferenciada “Cambria Match” e encontra-se em *itálico*, para se destacarem e diferenciarem do texto da pesquisadora.

<sup>84</sup> Sons da Rua - Áudio 1 - Cd em anexo.

**Imagem 15** - Fotos da Rua Principal de Camalaú (Rua Nominando Firmo), onde ficam localizados, a Igreja Matriz de São José, a Prefeitura, a Câmara Municipal, os Correios, e a Creche. **Fonte:** Acervo Pessoal (2016).



**Imagem 16** - Foto da casa que habitei durante a pesquisa de campo em Camalaú, localizada na Rua José Mariano de Farias. **Fonte:** Acervo Pessoal (2016).

Em meu terceiro dia em Camalaú, enquanto almoçava, abordei a proprietária do restaurante, na minha ânsia em ter respostas imediatas à minha pesquisa. Pela minha falta de experiência com pesquisa de campo, perguntei abruptamente se poderia conversar comigo, e ela, por sua vez, questionou-me, desconfiada, do que se tratava. Argumentei que estava recolhendo relatos sobre as pinturas rupestres da região e sobre o trabalho das equipes de arqueólogos que apareciam na cidade para pesquisar esses sítios. Provavelmente não foi meu melhor início de conversa, porque prontamente a resposta que recebi foi: “*vou pensar sobre isso*”.

Ficou bem claro para mim, naquele momento, que realizar trabalho de campo seria bem mais difícil do que imaginei, e que minha timidez seria um obstáculo complexo a ser vencido. Agradei o almoço e disse que quando ela quisesse conversar estaria à sua disposição. O dia dessa conversa com aquela senhora nunca chegou de fato, mas, apesar de saber que teria dificuldade no contato direto, observar sempre foi uma característica forte em minha

personalidade. Então, a convivência e o se permitir sentir já me auxiliaram na construção de percepções a respeito da realidade na qual eu estava me inserindo. Nesse sentido, uma coisa nessa situação foi marcante. A mesma senhora chegou até a porta de seu restaurante, olhou para o céu e exclamou: “*O céu está bonito hoje!*”.



**Imagem 17** - Foto do céu nublado em Camalaú, com uma fina garoa caindo. **Fonte:** Acervo Pessoal (2016).

Aquela cena afetou-me significativamente, pois, minhas referências para a frase “*o céu está bonito hoje*” foram construídas com outros tipos de imagens – em síntese geral, representada por um céu azul com poucas nuvens e o Sol em destaque. Naquele dia, recordo da imagem ainda viva em minha memória do céu nublado, tenso, com muito vento e carregado de nuvens cinzentas, indicando que talvez houvesse chuva; e, de fato, ao sair do restaurante, caiu uma garoa fina sobre a cidade de Camalaú, algo raro nos últimos anos. Essa relação com o sensível, que afere o status perceptivo de cada pessoa, ocorre segundo a ótica wittgensteiniana por meio de uma gramática do “ver-como”, no qual as expressões acabam por envolver experiências perceptivas;

[...] a percepção de aspectos se encontra num campo conceitual bastante elástico, que vai desde *vivências visuais* em que não utilizamos conceitos até interpretações, que envolvem pensamentos, hábitos e educação (SAES, 2010, p.35).

Esse olhar para o céu abriu novas esperanças e fez com que compreendesse que minha observação não deveria se fixar apenas nas palavras concretas e exatas às minhas perguntas, mas, principalmente aos

gestos, nas relações com o ambiente, nas relações entre as pessoas e entre suas memórias. Ou seja, a informação que eu buscava não estava apenas centrada num discurso amarrado a uma narrativa, mas nas diversas relações que o ser humano faz e se conecta, com/e/no espaço em que ele se socializa.

Apesar de achar inicialmente que minha primeira abordagem da pesquisa de campo havia sido um fracasso, refiz o foco das abordagens. Repensei nas possíveis relações internas e diretas que poderia vivenciar através do processo de convivência e isso me permitiu pensar em melhores maneiras de iniciar uma aproximação, que fosse mais natural possível e que os objetivos da pesquisa se colocassem em segundo plano.

Quando a garoa cessou, caminhei pela cidade. Conversei com a balconista do supermercado em frente ao shopping da cidade, perguntando sobre o horário que a Biblioteca Municipal funcionava. A moça gentilmente me respondeu que a Biblioteca não funcionava há anos, pois a responsável se mudou para um Sítio<sup>85</sup>. Nessa caminhada, observei os diversos espaços públicos do governo federal, estadual e municipal que oferecem serviços aos moradores, como Programa Saúde da Família (PSF), Clínica Odontológica do Sistema Único de Saúde (SUS), Casa da Família Camalauense – Centro de Referência de Assistência Social, Conselho Tutelar, Posto de Distribuição de Leite, Creche Municipal, Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II, Escola Estadual de Nível Médio, Centro de Distribuição de Caminhões Pipa etc.

Em busca de um rosto conhecido, optei por ir sozinha até o Assentamento Novo Mundo procurar as mulheres que trabalhavam na Casa Grande do assentamento, que servia como pousada, onde fiquei hospedada com a equipe de arqueólogos/pesquisadores no ano anterior. Entretanto, acabei me perdendo e tive que voltar para cidade. Sem conseguir contato com o informante inicial, caminhei e observei as pessoas da cidade, tentando estabelecer conversas. Porém, a maioria das pessoas estava bastante desconfiada e bem reservada.

Nesse quarto dia, passei a identificar certa regularidade na rotina da cidade. Por exemplo: entre o meio dia e às duas da tarde, todo o comércio fechava suas portas; ou também os sons das motos circulando pela cidade,

---

<sup>85</sup> Posteriormente, conversando com os funcionários da prefeitura, a Biblioteca, até aquele ano (2016), havia sido de fato desativada.

que já podiam ser ouvidos antes das seis da manhã. Estava desesperançosa, pois os dias se passavam e não conseguia conversar com nenhum morador.

Decidida a quebrar minha timidez, fui então a um comércio em frente à minha casa, comprar qualquer coisa e, quem sabe, criar algum diálogo. No caixa, M.A.S. (45/F) sorriu enquanto passava minhas compras, o que me deixou confortável para iniciar uma prosa. Comentei sobre o fechamento habitual do comércio no horário do almoço. Ela e seu marido M.S. (51/M), ambos os proprietários que administram seu próprio negócio, confirmaram que, nesse período, todos fecham suas lojas e comércios para irem para casa almoçar com suas famílias e descansar, fazer a sesta.

Primeiro contato feito. A conversa surgiu e assim fiquei conhecendo esse casal. Contaram-me sobre o tempo de casados, como se conheceram, sobre seus filhos<sup>86</sup>. Relataram que já tiveram seu sustento por meio da produção da renda renascença. Ambos bordavam e também gerenciavam outras rendeiras, vendendo suas rendas para intermediadores que exportavam. Segundo eles, era um trabalho muito exaustivo e que rendia poucos recursos. Assim, acabaram por deixar a renda e abriram um pequeno comércio, cerca de quinze anos atrás.

O comerciante contou que houve uma valorização do espaço urbano nos últimos anos e mencionou que hoje o valor do terreno, em comparação à quando comprou para construir seu mercadinho, chegaria a cem vezes mais. Conversamos sobre o crescimento da cidade, o aumento da população que, segundo o casal, nos últimos cinco anos a cidade se desenvolveu bastante. Realmente o crescimento da cidade é perceptível, pois, na minha primeira estadia em Camalaú, em 2013, não havia tantas obras e casas reformadas ou construídas. Essa informação também pode ser identificada conforme dados do IBGE (2017), que no ano de 2010 tinha um total de 5.749 habitantes passando em 2016 para o número de 5.996 habitantes.

---

<sup>86</sup> Tinham mais de vinte anos de casados, segundo relataram, e não finalizaram o ensino médio. Entretanto, contam com orgulho que os filhos, ambos em processo de escolarização, um já se encontra no ensino superior público em uma cidade próxima que possui um pólo da Universidade Estadual e o outro ainda cursa o ensino médio na escola pública da cidade.



Evolução Populacional			
Ano	Camalaú	Paraíba	Brasil
1991	5.549	3.201.114	146.825.475
1996	5.657	3.290.081	156.032.944
2000	5.516	3.443.825	169.799.170
2007	5.761	3.641.395	183.987.291
2010	5.749	3.766.528	190.755.799

**Figura 12** - Evolução Populacional de Camalaú. **Fonte:** IBGE 2017 - Censo Demográfico entre 1991 a 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=250390&search=paraiba|camalau|infogr%E1ficos:-evolu%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>>. Acesso em ago. 2017.

Outro aspecto ressaltado pelo casal foi a significativa extensão do acesso à internet na cidade. O *wifi* estava por todo lado. Em qualquer local que eu adentrava, as pessoas me perguntavam se eu queria a senha do *wifi*. E isso, em certo sentido, parecia demonstrar certo status entre os moradores<sup>87</sup>.

Na comunidade, pude perceber, através das redes de relações que me inseri, uma média de participação de moradores entre 14 a 40 anos conectados às redes sociais, como *Facebook* e *Whatsapp*, como meio de comunicação, divulgação de eventos e notícias e o uso significativo de publicações de fotos, à exemplo das *selfies*. Como mais uma alternativa de inserção no campo, fiz uso dessa tecnologia e desses canais de comunicação para me aproximar e criar um vínculo maior com meus interlocutores.

Ainda durante minha conversa nesse primeiro momento com o casal supracitado, questionei o que achavam da presença dos pesquisadores, ou que achavam que faziam durante sua estadia na cidade. M.S.(51/M) demonstrou bastante interesse e entusiasmo ao falar suas impressões. Na verdade, queria saber mais a respeito desses profissionais do que emitir sua opinião a respeito. Tinha, em suas expectativas, uma correlação da figura do

<sup>87</sup> Reportagem do G1, de Helton Simões Gomes, publicada em 06/04/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/internet-chega-pela-1-vez-mais-de-50-das-casas-no-brasil-mostra-ibge.html>> e Reportagem da Correio da Paraíba, disponibilizado no site Rede Cidade Digital sobre a inclusão digital no Estado Paraibano. Disponível em: <<http://redecidadedigital.com.br/noticias.php?id=1974&data=Na%20PB,%20inclus%C3%A3o%20digital%20ainda%20C3%A9%20um%20grande%20desafio;%20atualmente%201,7%20mi%20acessam%20a%20internet>> Acesso: jul. 2017.



arqueólogo como um personagem dos filmes hollywoodianos, no estilo *Indiana Jones*. Essa representação imagética do arqueólogo é identificada nos seus estudos Holtorf (2007), também compartilhada por diferentes sujeitos que conversei. Para esse morador, tais profissionais estariam em busca de pedras preciosas, ouro, botijas.

Durante essa descrição e troca de impressões que meu interlocutor promovia, passou a relatar uma espécie de “lenda”, que ao longo de minha estadia percebi que permeia fortemente o imaginário de toda a cidade. Chamo aqui de “lenda”, que tem em seu sentido a noção de “Narrativa ou tradição escrita ou oral de coisas ou fatos fantásticos, muito duvidosos ou inverossímeis”, conforme o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2013). Mas, ao mesmo tempo, por fazer parte da memória social da comunidade, não é encarada apenas como algo fictício ou imaginário, mas real.

Por isso, não posso desconsiderar essa memória, no qual cada morador apresenta detalhes e elementos que por vezes aproximam-se ou se distanciam. Em muitos casos, quando perguntava a respeito das pinturas rupestres, essa narrativa era evocada. No contexto local, representa algo significativo e atrelado, de algum modo, às pinturas e cemitérios indígenas que se concentram no entorno de Camalaú. Em sua essência, essa representação possui os mesmos personagens e roteiro. E foi contada por três diferentes moradores: M.S. (51/M), A.M.S. (63/M) e L.C. (56/F).

Trata-se da estória de um coronel que se apaixonou por sua escrava, com quem teve um filho bastardo, ambos assassinados pela família branca que não aceitava o relacionamento. O coronel, indignado e arrasado com o fim trágico de sua família abastada, resolve se vingar jogando toda sua fortuna em objetos e barras de ouro, numa fenda profunda, despejando todos aqueles objetos valiosos e amaldiçoou as futuras gerações de sua família branca.

A.M.S. (63/M) conta com detalhes e nomes. Diz que o coronel era chamado de Costa e o local hoje é conhecido como Picoito do Costa. No meio de nossa conversa, um rapaz interrompe e menciona que produziu um filme<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> Os filmes “O tesouro de Zé Picoito” podem ser encontrados no Youtube, e são comercializados em Camalaú e nas cidades próximas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pxM4uu-w5Qg>>. Acesso em: jan. 2018.

sobre essa estória e pede para que eu assista<sup>89</sup>, pois ficou muito famoso na cidade. A.M.S. (63/M) também recomendou o filme.

Ainda a respeito dessa representação local, M.S. (51/M) conta que muitas pessoas já tentaram de tudo para recuperar as moedas de ouro da fenda, conhecida como Pindurão, mas que ninguém até hoje conseguiu. Emenda sua fala, sorridente, com uma pergunta: se a equipe que vai até a cidade não teria nenhum equipamento que conseguisse rastrear ou puxar o ouro para fora da fenda. Em tom de brincadeira, conta que seu desejo é encontrar tal tesouro. E, como uma boa conversa de calçada, o interlocutor, naquele instante, segue contando estórias que rememora sobre botijas e pedras preciosas.

O trabalho dos arqueólogos trazia uma expectativa de descoberta de tesouros. Além de interesse, gerava desconfiança, pois há também a sensação de que aqueles forasteiros estariam em busca desses tesouros para levarem dali, roubando aquilo que poderia pertencer a alguém nascido ali. Como mencionado, essa percepção encontrei em outros momentos de conversas, com diferentes moradores. Como exemplo, conversei com duas moradoras que tiveram um contato mais próximo com os pesquisadores, por trabalharem na pousada onde a equipe havia se hospedado, bem como os próprios membros da equipe de Arqueologia da UFPB que atua em Camalaú. Elas, ao rememorem suas lembranças antes de atuarem na profissão, também tinham esses estereótipos sobre o arqueólogo.

Em relação às moradoras, ao conversarmos sobre o período que nos conhecemos, as primas N.M.S. (30/F) e J.O. (28/F) contam, achando de certo modo engraçado, que imaginavam que a equipe de arqueólogos passava o dia cavando e achando coisas e ossos. De certa maneira, não deixa de ser verdade, apesar de nem sempre ser possível encontrar algo significativo para as pesquisas. Lembraram ainda que foram alunas de A.M.S. (63/M). O professor havia explicado que as pinturas eram marcas dos índios que viveram na região e que uns eram muito altos e outros mais baixos na estatura. Naquela pequena sala, evocaram suas memórias do tempo de escola, contando como eram as aulas de História e falaram sobre o livro publicado por

---

<sup>89</sup> M.A.S.(45/F) disponibilizou-me o filme, e conta que muitos moradores participaram e atuaram no filme. E que este é muito famoso e visto pela comunidade.

A.M.S. (63/M) “Rio Camará”. Ainda lembravam-se das aulas ministradas pelo filho de A.M.S. (63/M) e pelo irmão, J.D.F.(71/M).

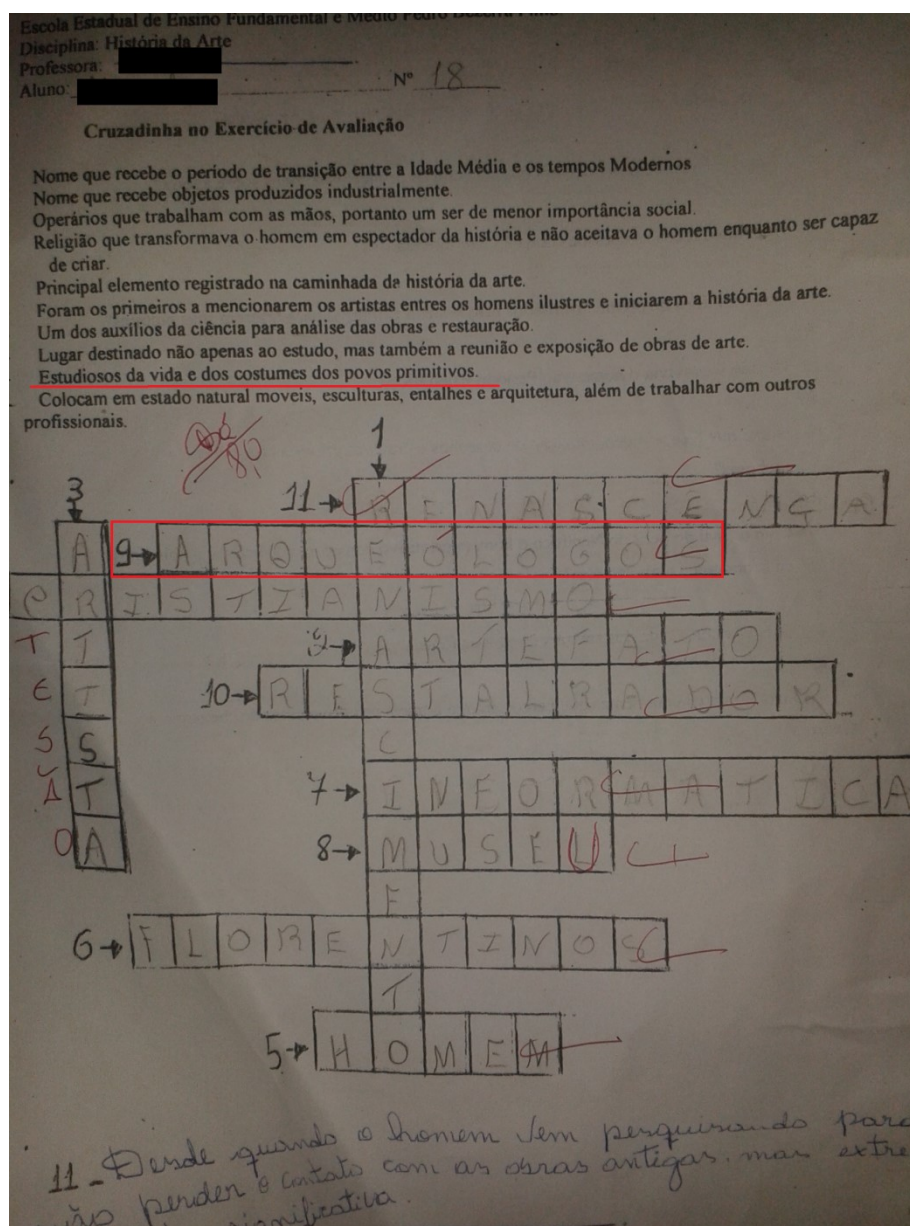
A filha de J.O. (28/F), M.E.O. (06/F), que tinha apenas seis anos naquele momento, interrompe a conversa e fala empolgada que quando crescer quer ser como os arqueólogos, usar botas e ter muita coragem. Essa representatividade construída pelo imaginário da menina – e que também perpassa por grande parte da sociedade em geral, da figura do arqueólogo como um aventureiro e descobridor –, é discutida e refletida por Holtorf (2007). Ele cita exemplos que acabam por estabelecer certa discrepância entre a realidade e ficção, construído através da literatura e do audiovisual, principalmente pelo cinema hollywoodiano, como personagens dos filmes “*Indiana Jones*”, “*Lara Croft*” ou até mesmo associado a grupos civis como os escoteiros.

Segundo Holtorf (2007), há uma construção romantizada da imagem dos arqueólogos, por vezes vistos como “*cowboys of science*”. Apesar de encontrar pequenos vestígios dessa construção representativa da imagem do arqueólogo, durante a pesquisa de campo, no caso de Camalaú, considero que não há uma idealização significativa deste esteriótipo *hollywoodiano*, mesmo que ele exista não há como afirmar que tal estética e imagem seja parte do imaginário local.

Na verdade, o que foi possível perceber é que os mais velhos veem e imaginam o arqueólogo dentro de um contexto da exploração. Isso é compreensível pela própria história contextual de formação local. A extração de recursos naturais, e da própria mão de obra humana, caracterizou e ainda se manifesta no passado e nos dias atuais, seja pelas famílias que concentram o poder na região, seja por pessoas de fora, como atualmente se dá a relação dos atravessadores e das costureiras locais. Os arqueólogos acabam sendo considerados como mais um desses exploradores, que chegam para escavar e levar possíveis riquezas da região.

Mas, essa construção, nas gerações mais novas, renova-se. Nas escolas, já há trabalhos educativos, mesmo que incipientes, sobre o que são sítios arqueológicos, o que fazem os arqueólogos. Esse é um primeiro passo para a ampliação de informações a respeito desses profissionais e a

importância de seu trabalho, desmistificando, assim, essa noção que gerações passadas construíram.



**Imagem 18** - Foto da Prova de História da Arte elaborada para alunos do Ensino Fundamental de Camalaú. **Fonte:** Arquivo Pessoal (2016).

Na Imagem 18, na prova de História da Arte da Escola Estadual, o aluno é solicitado a responder à cruzadinha “Estudiosos da vida e dos costumes dos povos primitivos”. Por meio das conversas que tive com professores e diretores das escolas locais, há alguns projetos que envolvem a paisagem local e os sítios arqueológicos, mas ainda são incipientes.

M.A.S. (45/F), sentada na cadeira de balanço na calçada de seu comércio, conta que um dos seus filhos chegou a visitar com a escola alguns sítios que tinham pinturas rupestres. Como nunca teve a oportunidade de

conhecer essas pinturas, pediu para que o filho, durante o passeio, filmasse tudo o que visse para ela poder assistir em casa depois. A mãe representa grande parte dos moradores da cidade de Camalaú, que ainda não conhecem pessoalmente as pinturas rupestres da região. Entretanto, há aqueles que se quer ouviram falar da existência das pinturas rupestres nos sítios próximos.

Durante minha estadia na cidade, busquei, junto às instituições locais, como Prefeitura e Escolas, mais informações a respeito dos sítios arqueológicos. Encontrei um número restrito de informações e funcionários das instituições que desconheciam a existência desses patrimônios. Tomo como exemplo um caso na Prefeitura, na época da pesquisa de campo, em que alguns funcionários não sabiam da existência desses patrimônios. Conforme conversava com diferentes pessoas, alguns funcionários, que por vezes haviam crescido e morado em sítios próximos da cidade, confirmavam a existência e descreviam a partir de suas memórias as imagens das pinturas, compartilhando com os demais suas experiências.

Para levantar mais informações a respeito dos sítios arqueológicos da cidade, fui até a prefeitura de Camalaú pesquisar se havia documentos, reportagens ou qualquer tipo de informação sobre esses lugares. Fui recebida por A.B.S. (32/F), então funcionária da prefeitura municipal. No entanto, a mesma desconhecia a existência desses lugares, não sabia que havia pinturas rupestres na região. Em paralelo a nossa conversa, seu colega de sala, E. (>20/M), entrou na conversa e confirmou saber dos sítios arqueológicos e suas pinturas. O rapaz contou que quando estava no colégio teve aula de campo e visitou algumas pinturas. Relatou também que acompanhou a equipe da empresa CMT engenharia<sup>90</sup> no levantamento de informações para o projeto de transposição do Rio São Francisco, que envolveu aspectos econômicos, sociais, culturais, geográficos, do ecossistema etc.

A.B.S. (32/F), muito simpática e acessível, entrou em contato com outro colega, do setor do Arquivo e Biblioteca, em busca de mais documentos sobre os sítios arqueológicos da cidade. Ligou também para um amigo chamado “Pedro”, que disse ter um livro que poderia me ajudar a ter mais informações. No mesmo momento, A.B.S. (32/F) pede para um rapaz ir de bicicleta

---

<sup>90</sup> Informações sobre a CMT. Disponíveis em:  
<<http://cmtengenharia.com.br/externo/empresa.jsp>> Acesso em: junho de 2016.

encontrar “Pedro” para me emprestar o livro. Aquele gesto demonstra toda receptividade, atenção e empenho em me ajudar na pesquisa. Assim, comecei a notar que sempre ao falar que estava morando na cidade, as pessoas se tornaram mais receptivas e comentavam com as outras: “*olha, ela está morando aqui pra fazer a pesquisa*”. Isso foi um facilitador de aproximação. Depois de algum tempo, chega o livro “Aspectos históricos do catolicismo no Sul do Cariri Paraibano”, do padre João Jorge Rietveld, publicado em 2015.

Ao conversar com alguns moradores camalauenses que moram na “rua”, ou seja, na cidade, percebi um distanciamento e até o desconhecimento da existência dos sítios arqueológicos em seu entorno. Essa relação de ausência de pertencimento e reconhecimento dos sítios como parte de seu patrimônio cultural pode estar vinculada a ausência de informações a respeito das pinturas rupestres e cemitérios indígenas (socialização da informação), bem como a substituição das conversas de calçadas entre “os mais novos” e “os mais velhos”, quebrando, de certa maneira, a tradição oral que comunidades interioranas tendem a ter (sociabilidade da informação).

Talvez a proximidade desses sítios arqueológicos com a comunidade local prescinda um trabalho efetivo de sociabilidade e socialização da informação, no sentido colocado por Loureiro (2002). Os sítios de Camalaú ainda não receberam instâncias oficiais, mas, aos poucos, através das pesquisas, começam a ganhar visibilidade. Como exemplo disso, teve uma reportagem<sup>91</sup> realizada em 2003, pelo canal Cabo Branco, filiada à Rede Globo, em que a equipe de arqueólogos da Universidade Federal da Paraíba apresenta o sítio Roça Nova e suas pinturas, no qual identificam uma cena com representações de relações sexuais.

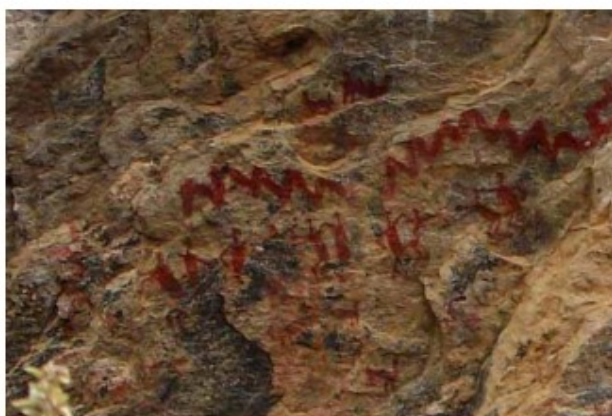
Essa informação sobre a representatividade e significado da cena causou, segundo conversas com A.M.S. (63/M), um alvoroço na cidade. Até então, a mesma cena vinha sendo interpretada por outros curiosos locais, como o padre Rietveld (2015), como uma dança. Essa mesma percepção em relação à imagem da cena do sítio Roça Nova foi aferida por M.A.S. (45/F), no qual ela descreveu como uma dança “*olha as mãozinhas no ombro dos outros, parece uma quadrilha*”.

---

<sup>91</sup> Reportagem disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ITtUkAbpuE4>>. Acesso em: 08 de jul. 2016

Para buscar essas outras representações sobre as pinturas e criar uma proximidade maior com meus vizinhos, peguei meu computador e mostrei alguns vídeos e imagens do trabalho dos arqueólogos em Camalaú. Ao mostrar a cena do Roça Nova com a cena do rito sexual, M.S. (51/M) foi mais desconfiado e preferiu não opinar. A fruição é resultante daquilo que se percebe, de seus repertórios e referenciais culturais e sociais.

Além das diferentes formas de olhar, perceber e representar as pinturas rupestres e os sítios arqueológicos de modo geral, também se notou, durante as conversas com o informante M.M.O. (41/M), sua satisfação em fazer parte das descobertas e de representar os camalauenses na reportagem supracitada. Pode-se dizer que o patrimônio arqueológico de Camalaú está dando seus primeiros passos no processo de reconhecimento, pertencimento e construção da memória social, bem como em sua institucionalização. Ou seja, os sítios arqueológicos de Camalaú estão em vias de sua patrimonialização.



**Foto 10** – Detalhe das cenas do painel principal. Grafismos naturalistas, isto é, representação de cenas eróticas e a ocorrência de dois quadrúpedes (ROSA, 2008).



**Figura 29** – Reprodução do detalhe das cenas. (Ilustração nossa)

**Imagem 19** - Análise de Duarte (2010) sobre o Grafismo das Pinturas Rupestres do Sítio Roça Nova, com a reprodução com base em sua interpretação. **Fonte:** Duarte (2010, p.108).

Em trabalhos de pesquisa que abordam questões arqueológicas, segue-se uma descrição técnica, pautada na terminologia da área. É o caso das representações elaboradas por Duarte (2010), em sua dissertação no Mestrado de Ciências das Religiões, na Universidade Federal da Paraíba.

Segui tendo certa dificuldade para abordar os moradores. Então, no Feriado de Corpus Christi, no final da tarde, houve uma procissão<sup>92</sup>, que passou em frente à minha residência. Considerei uma boa oportunidade de aproximação aos moradores. Assim, desci e acabei avistando M.A.S. (45/F). Começamos a conversar sobre como estava bonita a procissão e ela mencionou o quanto gostava daquilo. Ao chegar à Igreja, M.A.S. (45/F) me convida para andar pela cidade, puxa meu braço e o entrelaça com o seu, um gesto típico de amizade entre as mulheres, que faz com que relembre minha adolescência e minhas amigas de colégio. Na caminhada, mostrou casas de seus parentes e conhecidos, a casa da mãe do prefeito, evidenciando o quanto a casa era bonita, mostrou também a lanchonete que seu filho mais novo frequentava.

Quando a caminhada estava chegando ao final, próximo ao apartamento, ofereci-me a acompanhá-la até sua casa, pois estava de noite. Ela aceitou e me convidou para conhecer sua casa. Aceitei. Assim, construí minha primeira relação próxima na comunidade, o que me possibilitou novos contatos e conversas. Durante o café, o filho mais velho do casal aparece, M.S. (21/M). Ele pergunta sobre o que estou pesquisando. Ao explicar sinteticamente o que estava buscando, ele comenta que, em um trabalho da faculdade, utilizou o artigo de Patriota (2014), que analisava o sítio Tapuio lá de Camalaú. Confirmei que o conhecia – Patriota foi aluno bolsista PIBIC e participou dos trabalhos de campo em Camalaú, em 2013.

M.S. (51/M) contou que não teve oportunidade de estudar muito, pois precisou trabalhar muito cedo. Muito orgulhoso, ele me falava da inteligência do filho e que não conseguia compreender como resolver aquelas enormes equações que o garoto resolvia nas atividades de seu curso. M.A.S. (45/F) relata que estudou apenas até a quarta série do ensino fundamental e esboçou o quanto queria continuar os estudos, mas que seu pai não permitiu na época

---

<sup>92</sup> Vídeo da Procissão disponível no Cd em anexo. (Vídeo 1 - Procissão Corpus Christi Camalaú)



de sua infância. Mas, há pouco tempo, o governo havia oferecido alguns cursos profissionalizantes – de artesanato, costura – e ela fez alguns, e me mostrou com muito carinho cada objeto que fez nas aulas de artesanato.

Às vésperas do mês de junho, já se iniciam os ensaios das quadrilhas. O cheiro de pólvora já é sentido nas ruas com as crianças soltando suas bombas e morteiros. Ainda não havia conseguido encontrar pessoalmente meu informante, o M.M.O. (41/M), o que me deixava um pouco aflita. Na rua, o fluxo de pessoas é constante. Sexta-feira, dia de montar a feira – as pessoas não esperam o sábado, preferem ir à noite mesmo para pegar os legumes, verduras e frutas frescas.

Em conversa com M.A.S. (45/F) e M.S. (15/M) sobre o passeio que ele fez com a escola para ver as pinturas rupestres, o garoto conta que a turma foi conhecer o sítio Pedra Pintada, em meados de 2013. Ao descrever as pinturas, lembrou das mãos pintadas, de linhas formando um “M”. Ele disse que a professora de geografia acompanhou a turma e explicou que os povos antigos – “índios” – marcavam as pedras em suas passagens para outros “índios” encontrarem. Disse que achou “*muito interessante*”, ainda tímido, ao se balançar na cadeira de balanço, na porta do mercadinho de seu pai. Questionei se esse passeio promovido pela escola era uma atividade anual, mas M.S. (15/M) conta que não, que sua teve a sorte de ir: “*minha turma foi privilegiada*”.

Falou ainda que quase ninguém na cidade fala sobre isso. Então, perguntei quais os locais ele levaria uma pessoa de fora, turista, para conhecer sua cidade. Balançando na cadeira ele respondeu: o Balneário no Carnaval, as ruas da cidade, as quadrilhas no São João, ir para o Sítio para acender fogueira e soltar rojão – provavelmente sua memória evocou essa cena no qual remete à suas idas ao sítio de sua família – e mostrar as rendas Renascença. Então, mencionou que sua tia foi quem fez parte da renda do vestido usado por Ivete Sangalo no encerramento da Copa do Mundo de 2014 – vestido assinado por Martha Medeiros<sup>93</sup> que tem uma parceria e convênio com as rendeiras da região.

---

<sup>93</sup> Quando estava realizando o trabalho de campo, presenciei a equipe do projeto “Olhar do Sertão”, liderada por Martha Medeiros, em parceria com a empresa Artefacto e a Fundação Oftalmológica Dr. Rubem Cunha. Informações disponíveis em: <<http://www.marthamedeiros.com.br>> Acesso em: jan. 2018.

Dia de feira, logo cedo, as pessoas já estão na rua para fazerem suas compras. Uma banda de pife<sup>94</sup> vai passando de comércio em comércio para conseguir algum dinheiro. Caminho observando essa dinâmica e chego à feira. Lá, além das frutas, verduras, grãos e legumes, encontro baldes, panelas, roupas, tigelas, potes de cerâmicas, couro etc. Encontro com M.M.O. (41/M) e seguimos até o Assentamento Novo Mundo para conversar com N.M.S. (30/F). Ela estava em frente à casa de sua mãe, com sua avó e um senhor. Após combinar outro encontro com ela, eles me convidam para participar de uma cavalgada que iria acontecer dia 05 de junho em homenagem a uma jovem moça que faleceu e tinha muito apreço pelos cavalos.

No retorno à cidade, converso um pouco mais com M.M.O. (41/M). Peço que ele me conta como foi que se aproximou e passou a gostar dos sítios arqueológicos. Ele conta que cresceu em um sítio que possuía pinturas rupestres, mas nunca havia se importado com a presença delas, não achava que era algo importante, como todos que ali habitavam diziam “*era coisa de índio*”. Até que uma equipe de Campina Grande veio à cidade, muitos anos atrás, em busca das pinturas. Como ele conhecia alguns locais que tinha, levou a equipe para conhecer. Segundo M.M.O. (41/M), a equipe era liderada por Vanderlei de Brito e Thomas Bruno, da Universidade Estadual da Paraíba. Eles construíram um grupo de conscientização arqueológica, chamado PROCA (Programa de Conscientização Arqueológico), da Universidade Estadual da Paraíba.

Nesse período, ofertaram algumas palestras na cidade. Foi nesse momento que M.M.O. (41/M) percebeu e entendeu o que era um sítio arqueológico e que aquilo era importante. Mas relata que queria ter mais conhecimento e, infelizmente, a equipe da UEPB não retornou mais à cidade. Algum tempo depois, uma equipe da Universidade Federal da Paraíba, liderados pelo Professor Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, também passou a desenvolver pesquisas em Camalaú, retornando todo ano desde então, o que possibilitou que ele pudesse ter um pouco mais de contato.

Assim, como seu horário de trabalho era apenas a noite, durante o dia aproveitava para procurar novos locais com pinturas rupestres. Por esse

---

<sup>94</sup> Banda de pífanos - Áudio 2 em Cd anexo.

contato com os moradores dos sítios que possuem material pré-histórico, pergunto o que esses moradores achavam ou comentavam dessas inscrições. Ele responde que a vida nos sítios é muito trabalhosa, que tem horários para pegar alimentação dos animais, limpar, tratar, cuidar de diferentes coisas, e não sobra muito tempo para pensar nisso.

Sobre o passeio da escola ao sítio da Pedra Pintada, ele conta que fez apenas um acompanhamento, que foi uma comemoração ao dia do Índio, e que as escolas nunca mais o procuraram para fazer esse tipo de excursão. Então começamos a falar sobre o trabalho dos arqueólogos nos sítios. Perguntei se ele sabia exatamente o que eles faziam, já que os acompanhava há alguns anos. E, para minha surpresa, a resposta foi que não sabia dizer, mas que tinha muita vontade de aprender mais, não que signifique entender exatamente o significado das pinturas, *“mas saber pro que foi”*, ou seja, entender sua utilidade.

Durante o percurso, comento o quanto a cidade cresceu desde a primeira vez que havia conhecido. Então ele conta que muitas pessoas têm migrado de outras cidades e dos sítios (zona rural) para a cidade devido à falta d'água. Apesar de a seca estar muito séria, quase seis anos sem chuvas significativas na região, levando o açude da cidade a estar entrando uma situação complicada, M.M.O. (41/M) fala com orgulho *“Aqui nós temos muita água, graças a Deus”*.

M.S. (15/M) bate em minha porta com um livro sobre a história de Camalaú, o que me ajudou muito a compreender os contextos históricos e os personagens da cidade. Graças a ele e M.S. (21/M), tive acesso ao livro “Rio Camará”, de Mariano Sobrinho (1996).

Encontro-me com N.M.S. (30/F), casada com R.C.S. (34/M) – que aqui os chamarei de Casal Novo Mundo, pois se tornaram os principais informantes no processo da pesquisa de campo, acompanhando-me em várias visitas aos sítios da redondeza. Em sua casa, onde haviam preparado um café da manhã para mim, com refrigerante, bolo, ovos, queijo, pão, café, biscoitos, enquanto tomávamos café, conversamos sobre a casa grande do assentamento, a necessidade de reformas e que ninguém mais havia se hospedado depois de nossa visita em 2015. Pergunto o que ela e sua prima achavam do trabalho da equipe que lá estive e ela relembra que já conhecia o professor Carlos há

muito tempo, pois trabalhava na padaria e sempre o via por lá. Ela abria a padaria às cinco da manhã e ele, e sua equipe, eram sempre os primeiros a chegar.

Conversando sobre o que eles faziam em campo, N.M.S. (30/F) diz que achava que era pesquisa com a Caatinga e que as pessoas comentavam que era alguma coisa com as pedras, porque viam às vezes eles perto das pedras. Da última vez que a equipe esteve em Camalaú, ela trabalhou preparando nosso café da manhã, na casa do Assentamento. N.M.S. (30/F) conta que as pessoas perguntavam curiosas o que a equipe encontrava. Ela respondia o que escutava e via pedaços de cerâmica, *“osso que era de gente, índio.”* E as pessoas sempre duvidavam, dizendo que *“não era osso de gente, era de animal”*.

N.M.S. (30/F) sempre viveu na região de Camalaú e nunca chegou a ver uma pintura rupestre. Conta que poucas pessoas que moram ali conhecem, *“só quem mora no sítio que tem contato, e alguns jovens porque tem um professor que leva por conta própria, é o filho de J.D.F. (71/M), porque a família dele se interessa muito por isso, mas também são quase os únicos”*.

Durante a conversa, eu menciono que o material ósseo coletado foi mandado para análise, assim pode-se ter maiores informações. N.M.S. (30/F) comenta que se confirmado que são ossos humanos, algumas pessoas vão achar que se trata dos antigos funcionários que trabalhavam na fazenda, hoje o Assentamento Novo Mundo, ou também conhecido por Floresta. Segundo a informante, um dos antigos donos (coronéis) mandava matar os funcionários que pediam aumento ou tinham algum desentendimento com o patrão. Atualmente, o Assentamento Novo Mundo reúne quase 90 famílias<sup>95</sup>, e foi a partir dessa distribuição que a família de N.M.S. (30/F) recebeu um novo local para morar (sua mãe, irmã, prima).

R.C.S. (34/M) me pergunta como as pinturas duraram tanto. Explico que o material usado, aliado à proteção da própria formação rochosa contra chuvas, sol, ventos e animais, contribuíram para a preservação, mas que algumas imagens haviam sido danificadas por esses mesmos elementos, e que

---

<sup>95</sup> Foram identificadas 87 famílias. Fonte: Incra (2017) Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-universaliza-assistencia-tecnica-em-assentamentos-paraibanos>.

com a ajuda de equipamentos e programas tecnológicos ainda era possível recuperar parte dessas pinturas danificadas ou visualmente não mais vistas.

N.M.S. (30/F) comenta que também perguntaram a ela, se a equipe havia encontrado ouro, mas que ela não sabia, mas achava que não. Questiono se ela ouviu algo relacionado ao sobrenatural, nos locais que possuem as pinturas ou cemitérios. Ela diz que os moradores ali próximos comentam que na estrada, próxima ao sítio Parque das Pedras, às vezes aparece um homem vestido de padre de bicicleta, e outra aparição seria um cavalo sem cabeça, mas que ela mesma nunca viu e nem quer ver. Ela olha para cima e fala que escuta a noite um som como se fosse alguém correndo no telhado, o cachorro late muito quando os barulhos surgem, mas que quando sai pra olhar não tem nada. Nessa conversa dos mal-assombros, o casal me conta sobre comadre florzinha e as tranças nas crinas dos cavalos, das botijas escondidas e das aparições em sonhos.

Sentados na cozinha, em meios a goles de café, R.C.S. (34/M) conta que as pessoas estão abandonando os sítios e vendendo tudo o que tem, porque já não conseguem mais sobreviver de suas plantações e criações. Estão, então, migrando para a cidade. Vivem, ou da aposentadoria, ou tentando um emprego na cidade. E isso, segundo ele, é algo raro, o mais comum é conseguir ajuda do governo. O casal Novo Mundo ainda não decidiu se querem ter filhos. Juntaram dinheiro para reformar a casa, entretanto, optaram em usar o dinheiro da reforma para investir em estudos. Ambos fizeram curso técnico de enfermagem em Campina Grande, para terem uma melhor oportunidade de trabalho na cidade, mas até o momento não conseguiram nenhuma vaga e alegam ser por questões de apadrinhamento político. Enquanto isso, N.M.S. (34/F) continua a fazer renda renascença. Além de faxinas na cidade para aumentar a renda do casal, R.C.S. (34/M) tem uma pequena criação de bodes, faz bicos como pedreiro e, voluntariamente, ajuda na administração do Assentamento Novo Mundo. O casal também recebe R\$77,00 do Programa Bolsa Família<sup>96</sup> do governo Federal.

---

<sup>96</sup> O auxílio do Bolsa Família dessa moradora enquadra-se dentro do decreto 8.232 de 30 de abril de 2014, art. 19º, “I - benefício básico, no valor mensal de R\$ 77,00 (setenta e sete reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza”.

Peço para que N.M.S. (34/F) me mostrasse uma peça de renda renascença que ela estava fazendo. Vamos para sala e ela vai me apresentando os pontos, os moldes e todos os detalhes de como se faz o bordado. Ela conta que muitas pessoas faziam a renda na cidade, mas os atravessadores pagavam muito pouco, ficando com maior parte do lucro. Muitas pessoas migraram para as costuras de roupas, que são vendidas em Santa Cruz do Capibaribe-PE, o valor recebido por peça varia de R\$ 0,10 e no máximo R\$ 1,50. As mulheres que migraram para esse novo ramo costuram a noite inteira, segundo a colaboradora, *“é quase um trabalho escravo”*.



**Imagem 20** - Molde e linhas para a produção da Renda Renascença. **Fonte:** Acervo Pessoal, (2016).

Recentemente, eles adquiriram internet. É uma internet franquiada e por rádio, o que torna a conexão instável e lenta, mas oferece uma nova forma de comunicação e acesso à informação. O que percebi, durante a conversa sobre a internet, é que o casal não dominava o uso para a navegação online, nem os mecanismos e ferramentas do próprio equipamento, o que limita significativamente o uso dessa tecnologia. Ensinei algumas opções de busca e pesquisa online e algumas possibilidades de comunicação em redes sociais.

A conversa continua fluindo bem e começamos a conversar sobre patrimônio cultural, elementos e práticas que são representativos para a comunidade camalauense, e a renda aparece como elemento significativo na conversa. Então, pergunto: *“Se as pessoas tivessem mais informação,*

*conhecessem as pinturas rupestres, vocês acham que a maioria se interessaria?*”. R.C.S. (34/M) prontamente me responde: *“Claro! Tem que ter uma conscientização e aí, pode ser usado como ponto turístico e trazer mais renda pra cidade”*. Interfiro com outro questionamento: *“O que falta é informação?”*. Ambos respondem que sim.

A conversa se alonga por toda uma manhã. Então, voltamos a conversar sobre a equipe de arqueólogos. Relembro a nossa estadia e a bagunça na sala com os materiais. Para tentar apreender mais o que N.M.S. (30/F) sentia, e sobre o que achou daquilo, pergunto sobre como seria o trabalho da equipe em campo. Ela responde da seguinte maneira: *“Eu acho que vocês saem fazendo os buracos, cavando até achar alguma coisa”*. Vou lembrando e descrevendo a eles como eram os procedimentos que a equipe usou na escavação, as técnicas, os cuidados e o armazenamento do material. O casal, atento, parece ficar cada vez mais interessado, e, ao final, N.M.S. (30/F) faz *“nossa, é bem detalhado né!”*.

No meio da conversa, algumas crianças que moram na vizinhança entram na cozinha. R.C.M. (34/M) explica que muitas crianças estão deixando as escolas próximas dos sítios para estudarem na cidade, por vários motivos, entre eles, as escolas da zona rural colocam na mesma sala, turmas de níveis diferentes, o que torna o trabalho dos professores mais complexo. Ao mesmo tempo, a prefeitura local prefere fazer a locomoção – via ônibus da prefeitura – das crianças dos sítios para cidade, para minimizar os gastos com os professores, segundo R.C.S. (34/M).

No meio da conversa, um senhor adentra a sala e chama uma das crianças, dizendo que ela deveria estar na escola, porque se não o governo poderia cortar o recurso da família. Então R.C.S. (34/M) comenta: *“Tá vendo, a preocupação não é a criança não estar na escola aprendendo, é ela faltar e perder a bolsa que ajuda a família”*. Ele explica que considera a bolsa fundamental para o sustento das famílias, principalmente devido a esses anos de seca que tem agravado muito as condições da comunidade, mas acredita que não se pode vincular a necessidade de estudo com o sustento da família, porque tira o foco da criança, como se ela fosse responsável pelo sustento.

Sobre a seca, falamos acerca da transposição do Rio São Francisco<sup>97</sup>. R.C.S. (34/M) se posiciona contra a transposição, porque acredita que só os fazendeiros ricos terão acesso a água. Para ele, os pobres dos sítios pequenos estão abandonando suas terras porque não chega água, o que leva essas pessoas a se tornarem funcionários desses fazendeiros, criando uma dependência econômica, com salários degradantes. “*Os ricos não querem que a gente tenha nada*”, finaliza R.C.S. (34/M). Despeço-me do casal, agradeço o café e a boa conversa, marcando outros encontros.

Na calçada, em frente ao mercadinho, pergunto aos vizinhos se no período junino há muitas fogueiras pela cidade. Eles respondem que atualmente já se perdeu bastante esse hábito, apenas nos sítios que as pessoas continuam fazendo. Segundo os moradores, tradicionalmente, se coloca junto à fogueira um balde com água, uma espécie de crendice: caso a pessoa consiga ver seu reflexo na água, significa que vai viver aquele ano, mas se não conseguir enxergar, significa que daquele ano não passa.

Enquanto essa prosa se desenrolava, um senhor que se sentou também na calçada, ouviu a conversa e respondeu: “*é verdade isso aí! Soube de uma família, mãe e filha, a mãe quando olhou pra bacia não viu o reflexo, e disse que ia morrer... Num deu seis meses e morreu. No ano seguinte, a filha com medo não queria nem olhar, mas acabou olhando e também não viu... No final daquele ano, morreu também.*” E, assim, outras referências a isso surgiram.

Encontro com M.O.S. (88/F). Estava sentada no sofá da sala, sorridente. Sento em sua frente e N.M.S. (30/F), que passou a assumir o papel de interlocutora, pede que a avó contasse sobre o que se lembrava “*das pinturas das pedras, da época dos índios*”. M.O.S. (88/F) fez silêncio, mexeu com as mãos, levou-as ao rosto e disse que já não se lembrava. N.M.S. (30/F) insistiu “*os caboclos bravos, que tinham por aqui...*”

Então M.O.S. (88/F) inicia sua fala contando sobre os cangaceiros, caboclos, fez referência aos coronéis que mandavam matar os funcionários e jogavam nas pedras. Relembrou de alguns casos de mal-assombros que, segundo a moradora, ocorriam com mais frequência antigamente, mas que

---

<sup>97</sup> Segundo reportagem publicada no G1, a água da transposição do Rio São Francisco chegou no dia oito de março de 2017. Informação disponível em :<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/agua-da-transposicao-do-rio-sao-francisco-chega-paraiba-diz-mpf.html>> Acesso em: jan. 2018.



hoje já não mais existiam, porque ninguém mais acreditava. Falou que os sonhos seriam avisos, sinais de mal-assombro, e, através deles, relatou algumas histórias de botijas, caixões de ouro, descreveu um homem negro com olhos de fogo, cantorias e recitou alguns versos que eram das aventuras dos cangaceiros.

Transcrevo, assim, algumas passagens da conversa com M.O.S. (88/F):

*Chamava Serra do Letreiro, tinha umas pedra grande, minha filha, tinha uma furna, quem chegasse dali, a gente via os morcegos “vrumvrum”, batendo dentro, aí dava até pra morar gente, mas quem havia de morar lá, naquela serra? Aí tinha umas letra dentro, nas pedra assim, ninguém nunca conheceu, nem julgou pra saber o que era, já no tempo dos caboclos brabo - acho que era - no tempo do caboclo brabo, dos índios, o tal dos índio, não sei se chama “haha”, moravam lá, aí pronto, aí já tinha nome a serra do letreiro, do finado João Mendes. João Mendes filho de major [inaudível], aí enquanto os caçadores iam caçar, faziam morada lá, mas só não fazia dormir, mói de bicho. Diz que nesse tempo tinha inté onça. Mas quem era que ia entrar dentro duma furna assim, vendo a hora de uma onça entrar e comer todo mundo. Num era, [risos], pois é... Tinha fogão de pedra, no tempo dos caboclo. Até fogão tinha dentro dessa furna, Serra do Letreiro. Teve um ano, veio gente de João Pessoa, e de... [pausa] Aonde meu Deus... no Juazeiro, veio pra lá, pra repara isso lá... Nunca divulgaram pra saber...*

Nesse momento, V.N. (55/F), filha de M.O.S. (88/F), também iniciou participação na conversa: *“Os estudantes que vieram de João Pessoa e Campina foi. Eu trabalhava na casa sede, quando eles vieram, pra cozinhar. E eles saíam, tomavam café bem cedo, saíam e iam simhora. Quando chegava, trouxeram ossos, trouxeram esteirinhas, trouxeram tudo o que eles cavaram lá e trouxeram. Foi quando eu tava lá na casa sede”*. Indaguei se a vinda dessa equipe fazia muito tempo, e V.N. (55/F) respondeu: *“Faz não. Faz tempo não. Tu te lembra, Tina, quando vieram aqueles estudantes de João Pessoa e Campina?”*.

N.M.S. (30/F) também evocou de sua memória onde estava naquele momento: *“Eu trabalhava na Padaria nesse tempo, eu sei que de 2009 pra 2010, quando eles começaram a vir”*. V.N. (55/F) replicou: *“Foi o professor vinha com eles. Quando era de manhã entravam, e iam simhora, só chegava meio dia, quando chegava, minha filha, trouxeram tudo, aí foram mostrar pra nós. E nós fomos olhar*

*os ossinhos, as esteirinhas dos índios, eles cavaram lá e trouxeram tudo! Eu digo - Vixe Maria, vocês já trouxeram os ossos! Os ossinhos das perninhas, dos braços, o professor dizendo tudinho pra nós!''.*

Perguntei o que elas pensavam sobre a retirada dos materiais encontrados. V.N. (55/F): *“Eu não sei não. Agora pia mermo, eu não teria coragem de tirar essas coisas de lá. Até as esteirinhas eles tiraram. E se eles não tiraram tudo, ainda deve ter coisa lá, visse!”*. M.O.S. (88/F): *“Vamo cavar lá?”*. Todas começam a rir na sala. M.O.S. (88/F): *“Ave Maria, São Sebastião”*.

M.O.S. (88/F) fala o que pensava sobre o significado das pinturas rupestres, que, para ela seriam letras. *“Disseram que esses letreiros, essas letras, foi dinheiro que os caboclos bravo enterraram, os índios de outro tempo, diz que foi dinheiro que eles enterravam lá. Por isso que o povo não morava lá. Eu acho até que é quase uma casa de morar, dá pra morar gente mesmo, mas quem mora é os morcego. Ai, mas disseram que na frente das pedras, nos mato assim, tinha uns negócio uns quadrado assim, cercado de pedra. Diz que é coisa que eles enterravam os índio de outro tempo, agora ninguém sabe o que é né, ninguém cavou!”* Sobre ir até a Serra do Letreiro, indaguei se alguém teria coragem de subir a tal serra para cavar e ver se encontra alguma coisa: *“Eu penso que não. Eu mesma não tenho. Sei lá.. Vai que tenha alguma visagem de outro tempo”*.

V.N. (55/F) entra novamente na conversa e fala sobre quem tem coragem de subir e cavar: *“Sabe quem vai lá, minha filha? É esse povo de João Pessoa, Campina Grande, Rio Grande do Norte. Vinha ali pra Floresta, pro assentamento e eles ficavam lá na casa sede e o trabalho dele era andar pelos mato, eles andavam pelos mato. Saíam de manhã cedinho e chegava meio dia, almoçava, descansava um pouquinho e quando era de tarde, entrava de novo. Aí quem vem sempre visitar é esses estudantes”*.

Questionei se elas acham que os pesquisadores sentiam medo de ir até os locais onde se encontram as pinturas ou cemitérios. V.N. (55/F) responde: *“Não tem medo não. Trouxeram uns ossinhos, trouxeram as esteiras, trouxeram tudo. Óia, era um monte de caixa e levaram, mas num sei pra que era. O professor levou tudo e uns alunos”*.

Conversamos sobre os materiais que foram encontrados nos sítios e V.N. (55/F) dá sua opinião: *“Eu não sei pra que não. Diz que é pra fazer não sei o*

*quê. E que dali eles ia pesquisar. Sei não. Só sei que levaram muita coisa. Desse letreiro daqui da Barra. As caixas de troços, os ossinhos*". Na conversa, pergunto a opinião dos outros moradores, o que se comenta na cidade, V.N. (55/F), M.O.S. (88/F) e N.M.S. (30/F) dizem sobre os moradores: *"Não, sabe assim, o povo aqui sabe que foi no tempo dos índio, no tempo dos índio, os cangaceiros essas coisas. A gente, todo mundo, a maioria do povo, professor Antonio Mariano, sabe também, ele sabe explicar direitinho, que foi no tempo dos índio né, que vivia aqui"*.

M.O.S. (88/F) diz que fizeram até uma cantiga sobre os cangaceiros<sup>98</sup>:

*Meu cumpadre Antonio Severino  
Tão feliz se fazia  
o que era dele era meu  
o que era meu ele sabia*

*Meu cumpadre Antonio Severino  
Sentado na sua rede  
Botou os olhos pro pátio  
avistou um batalhão de soldado  
vinha vinte e um derradeiro  
todos vinte disparou  
seu corpo tinha buraco  
que cabia cinco dedo*

*Fazia cara de riso  
Porque tinha natureza  
Me ajunte o povo todo  
e mande lá pro Poção  
E dizera à Miquilina  
que acabou-se o valentão.*

Enquanto M.O.S. (88/F) recitava a canção, outros familiares chegam na casa e, naturalmente, surgem outras conversas que acabam por interromper nosso diálogo. Mas ela conta que o lugar, a estrada onde Antonio Severino foi morto, sempre que se passava por lá ouvia-se as vozes cantando essa canção, e que antigamente tinha muito mal-assombro. Mas que *"Hoje em dia não tem não. Hoje em dia não tem mal-assombro. Mal-assombrado é nós mesmo. [Risos]"*. Só nos outros tempos o mal-assombro era perigoso. Pergunto a M.O.S. (88/F) se ela acredita haver mais pinturas em outros lugares da região, e sua resposta

<sup>98</sup> O trecho cantado pro M.O.S. (88/F) está disponível, Áudio 3, no Cd anexo.

demonstra sua percepção sobre esses espaços: *“Se ainda tem pintura? Tem, ainda tem casa mal-assombrada ainda”*.

M.O.S. (88/F) então pede que eu vá conhecer suas bonecas e suas costuras. Ela faz colchas de retalhos, bonecas com retalhos e tem tudo bem organizado e arrumado em seu quarto. Após a conversa, M.O.S. (88/F) pede para que eu tire algumas fotos em seu quarto de suas colchas e bonecas. Sempre sorrindo e muito animada com a conversa e a visita. Conversei um pouco também com a mãe de N.M.S. (30/F), M.N. (59/F), que não se recordava sobre estórias das pinturas nas pedras, mas que tinha o hábito de caçar nas serras da região. Em certo local, ela, o marido e outra pessoa estavam caçando próxima a Serra do Letreiro quando ouviram tambores e uma luz se ascendeu perto de uma árvore e um caixão apareceu balançando. Todos saíram correndo e nunca mais caçaram ali, porque era mal-assombrado.



**Imagem 21** - À esquerda, M.O.S. (88/F) mostrando-me seus retalhos. À direita, sentada em sua sala com seu cajado. **Fonte:** Acervo pessoal, (2016).

Em visita à prefeitura, conversei com E. (>20/M). Perguntei se ele poderia me acompanhar um dia até a pedra em que ele foi com a equipe da CMT. Apesar dele concordar naquele momento, esse encontro não chegou a acontecer. Como não consegui novas informações na prefeitura, fui até a creche da cidade conversar com a diretora M.M. (>40/F), que também é

professora (de artes e português) na escola Estadual da cidade e no contexto do fundamental e médio.

Pergunto à M.M. (>40/F) se ela conheceu pessoalmente algum sítio arqueológico. Ela diz que sim, mas não tem muitas recordações dessa visita, e comenta que a escola municipal chegou a desenvolver alguns projetos que envolviam os sítios. A diretora contou que o foco das atividades centrava no conteúdo do ENEM. Além de me mostrar as instalações da creche, conversamos sobre os sítios arqueológicos da região e se os professores que ali trabalhavam tinham conhecimento da existência desses. Segundo a diretora, os professores sabem da existência das pinturas e cemitérios, entretanto, na creche e na escola estadual, não há nenhum trabalho educativo voltado para estas questões. A creche atende crianças de 2 a 5 anos de idade, e tem uma estrutura muito bem organizada. No período em que estive lá para as conversas, observei os preparativos para as festas de Santo Antônio e São João, com ensaios da quadrilha e decoração da escola.

Para verificar melhor essas informações, fui até a escola municipal e falei com o coordenador H.R. (>30/M). Ele faz parte dos professores recém ingressos do último concurso promovido no município. Ele relata que atualmente não há nenhum projeto na escola que atue diretamente com os sítios arqueológicos locais. Fala ainda que, em 2013, foi quando ocorreu o último projeto dentro desse tema, e que contava com visitas e participação dos alunos. O coordenador diz conhecer alguns sítios, mas pontuou na conversa que os moradores desses locais, por vezes, desconhecem a existência. Fala ainda que a maioria dos professores tem, sim, interesse em saber mais sobre esses locais (interesse também demonstrado pela diretora da creche), para trabalhar com mais profundidade e conteúdo em sala de aula, e reclama das poucas informações sobre isso.

H.R. (>30/M) afirma ter conhecimento das equipes que vão à Camalaú pesquisar as pinturas e cemitérios. O coordenador, que também é o secretário da cultura do Município, diz que a prefeitura, através da secretaria de turismo, também tem interesse em saber mais sobre os sítios arqueológicos, para dar mais visibilidade e viabilizar projetos que tornem esses sítios em potenciais de turismo cultural. H.R. (>30/M) diz que é preciso “*olhar esses sítios pela mercantilização do turismo*”.

Essa fala de H.R. (>30/M) e do lugar que ele ocupa – tanto no âmbito educacional, quanto político –, deve ser algo a se refletir, principalmente pela equipe de arqueólogos que atua na cidade. Para, assim, ao desenvolver seus planejamentos que envolvem ações de educação patrimonial, auxiliarem a comunidade na compreensão das diferentes e possíveis formas por meio de economias sustentáveis e turismo cultural que priorize uma valorização da cultura e da própria subsistência local.

Observando as falas nesses primeiros dias em campo, percebi que apesar de alguns não conhecerem pessoalmente os sítios, há uma clara evidência, que se reafirma em nossas conversas, que esses moradores têm curiosidade a respeito das pinturas e dos sítios arqueológicos de modo geral, por considerarem importante e significativo por fazer parte da história da cidade. Essa noção de cidadania e do próprio empoderamento de ser um cidadão camalauense, demonstra-se não apenas nessa vontade de conhecer sobre esse patrimônio, ainda pouco explorado, mas podem ser identificados em outros elementos da comunidade<sup>99</sup>, como o orgulho ao falar do artista Paulo Debétio<sup>100</sup>, ou o próprio A.M.S. (63/M), e ainda, em suas manifestações culturais, como as festas juninas, vaquejadas, pegadas de boi, festas de forró nos sítios e celebrações religiosas.

Para a festa de Santo Antônio, ensaios das quadrilhas, desde as crianças na creche até o grupo da terceira idade, preparando-se para suas apresentações durante a semana que se aproximava. O movimento na feira e os sons ganharam novos ritmos e expressões. Da janela, conseguia observar homens e mulheres dançando e cantando, a maioria homens. Banda de pífanos já ecoava suas melodias pelas ruas da cidade, na sequência de sons, ritmos e harmonias. A banda filarmônica desfilava, com jovens bem vestidos, marchando pelas ruas. E, assim, iniciou a alvorada festiva, com fogos, músicas e danças.

Na missa, que abriu os preparativos para a 41ª festa de Santo Antônio, a maioria presente na celebração era composta por mulheres. Antes do início, as

---

<sup>99</sup> Na internet é possível encontrar vídeos que trate da Emancipação do Município. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=FCkk03yFtOs>> Acesso em: jul. 2016.

<sup>100</sup> Cantor e Compositor Camalauense <https://www.youtube.com/watch?v=VJYoA2ySM00>

bandas, de pífano e filarmônica, direcionaram-se até a entrada da igreja. As pessoas iam chegando e se acomodando.



**Imagem 22** - Cenas da Procissão de Santo Antônio em Camalaú. Fonte: Acervo Pessoal, (2016).

A.M.S. (63/M), durante sua fala na Igreja, narra a história da cidade, relembra sua origem com a fazenda “Boa Vista” e todas as mudanças que ocorreram até Camalaú se constituir enquanto município. Ao término da missa, forma-se uma procissão, acompanhada das bandas já mencionadas. Essa segue pelas ruas de Camalaú, onde alguns moradores esperam na frente de suas casas com fogueiras acesas e outros acompanham a caminhada até chegar ao mirante, onde encontra-se a imagem de Santo Antônio. Lá, o padre faz uma benção e os moradores rezam, fazem seus pedidos e desejos e agradecem à suas graças alcançadas. Observo que alguns levam as chaves de suas casas, automóveis e motos e as levantam na direção em que o padre joga a água benta durante o culto religioso, para que todos que ali habitam ou frequentam /usam sejam abençoados e protegidos também.

Após o término da procissão, caminho pelas ruas observando o parque de diversão, as barracas de comida, crianças, jovens, homens e mulheres; todos parecem sair às ruas para participar do evento. No CEAGRO, fundado por A.M.S. (63/M), algumas pessoas o procuram para conversar, perguntar sobre sua saúde. Eu observo de longe aquela figura que se destaca na festa, sempre rodeado por pessoas e atento aos detalhes da festa, com aquela preocupação de que tudo sai conforme o planejado. Algumas horas depois começam as apresentações: grupos de dança, tanto de jovens camalaúenses com quadrilhas, como de moradores da região com outras representações folclóricas, como o Reizado de Zabelê e a quadrilha de Gurjão. As vestimentas dos dançarinos são impecáveis, cheias de detalhes e cores, as coreografias e músicas animam a plateia. Ao término das apresentações, quase onze horas da noite, as pessoas se direcionam para o pátio principal onde ocorre a apresentação das bandas de forró, seguindo madrugada adentro.

Enquanto observava as pessoas e seus hábitos durante meus dias em Camalaú, pude perceber que entre as relações de laços, sejam familiares ou de amizade, há um forte costume no “apadrinhamento”. Muitas das crianças que pude conhecer através de suas histórias são criadas por avós, tias e até vizinhas, por motivos diversos pais ausentes, mães que não se adaptaram com seus filhos ou que mudaram por terem casado com outro homem, que não o pai da criança, e algumas até porque essas outras mulheres “pegavam pra criar”.

Ao relatarem essas histórias, não consegui sentir um teor de julgamento nessas ações, o que me deixou bastante curiosa. Por conta desses “apadrinhamentos”, é corriqueiro ver as crianças e jovens passarem nas ruas e pedirem a benção à adultos, alguns por vezes beijam suas mãos e é nítido como essas relações se tornam a base da construção dos laços afetivos e da própria noção de comunidade.

Conversando com E.A. (40/F), que trabalha no restaurante onde a equipe de arqueólogos almoçava, disse que nunca teve interesse em perguntar o porquê a equipe chegava tão tarde para almoçar ou o que faziam durante a estadia. Aos poucos, conforme a conversa vai se demonstrando cada vez mais informal, ela vai soltando algumas impressões. E.A. (40/F) conta que sabia que eles iam até a cidade para fazer pesquisa e que eles trabalhavam no meio do



mato, mas não sabia dizer ao certo o que eles faziam e nem porque voltavam tão sujeitos: “*devem tá procurando alguma coisa, né*”, comentou dando risadas.

Na loja de bolos de J.D.F. (71/M), que estava sentado em uma cadeira de balanço, logo puxou dois banquinhos para que nós pudéssemos sentar e começar uma prosa. Lembro a J.D.F. (71/M) do último encontro com a equipe em sua casa. Conto que li seu livro e gostei muito de suas memórias e, então, conversamos sobre seu primeiro contato com um sítio arqueológico. J.D.F. (71/M) fala que a primeira vez que viu os “*sinais*” e “*desenhos*” – ao mencionar as inscrições rupestres fazia gestos no ar, como se desenhasse aquelas imagens remissivas – foi na Roncadeira, em São João do Tigre, e no Pinheiro. Ele conta que nesse primeiro local encontrou vários círculos de pedra pela caatinga e, ao cavá-los, encontrou apenas carvão. Para ele, aquilo eram sepulturas, onde os índios deviam queimar os corpos, e que não devia sobrar nada, porque ele apenas encontrou carvão.

Conforme a conversa foi exigindo mais de sua memória, J.D.F. (71/M) relembra de outras equipes que estiveram em Camalaú e que haviam encontrado vários sítios com pinturas e cemitérios, inclusive com vestígios na Serra do Caruá. Segundo histórias contadas pela cidade, haviam muitos “*índios tradição*” na Pesqueira. Durante sua fala, conta o quão ficou curioso com tudo aquilo e que não foi único, citou o padre Jorge Rietveld que acabou participando enquanto membro da equipe de arqueólogos de Campina Grande, e que o mesmo padre acabou por encontrar machadinhas e três crânios – o que me remeteu à memória a um fato narrado por M.M.O. (41/M), em que na descoberta de tais crânios, até a polícia da cidade foi envolvida, causando certo alvoroço na comunidade, crânios esses que hoje parecem estar desaparecidos.

Continuamos a conversa sobre os sítios arqueológicos de Camalaú e pergunto como J.D.F. (71/M) acabou encontrando um em sua propriedade. Balançando na cadeira, ele cruza os braços e sorri. Conta que estava como qualquer outro dia, limpando o terreno junto com seu funcionário Roberto, removendo algumas plantas que podem ser venenosas para a criação de cabras. Sentaram-se à sombra de uma pedra (que forma um abrigo), quando teve uma intuição. Sentiu que acharia alguma coisa naquele lugar e disse ao funcionário: “*cava aqui nos pés, que a gente vai achar uma botija ou ossos*

*humanos*". Eis que Roberto cavou e encontrou um dente. Surpresos, começaram a cavar e encontrar partes de ossos. J.D.F. (71/M) conta que sabia que não deveria mexer muito porque poderia danificar os ossos, pegou aquilo que encontrou e levou para casa. *"Acho que até nem tem mais"*, diz J.D.F. (71/M), porque sua esposa não queria ficar com *"aquilo"* em casa. Avisou, assim, ao professor Carlos Xavier, pois sabia que as pesquisas do professor em Camalaú poderiam ajudar a saber mais sobre aqueles *"ossos"*.

J.D.F. (71/M) pensou em vender seu sítio, mas seu filho, que é professor na cidade, achou melhor não vender, para poder proteger aquilo que descobriram. *"Sabe, eu tenho vontade de mandar esculpir duas estátuas de índios para colocar na entrada do sítio, porque um dia poderia servir para fazer trilhas, e desenvolver algo turístico"*, e continua *"Eu queria saber mais, quem eram, o que faziam, mas acho que só tem ossos, se tivesse objetos poderia ser mais fácil, porque através do objeto se descobre muita coisa"*.

Nossa conversa segue e J.D.F. (71/M) diz que os jovens não se interessam muito pelas pinturas nas pedras e que acha importante o desenvolvimento de projetos nesse sentido. Acredita que há uma perda de identidade local, como nas músicas de carnaval, forró pé de serra e pífano. Mas que isso vêm sendo trabalhado por alguns professores locais, com oficinas sobre a cultura local, e menciona a oficina de instrumentos musicais, a formação da banda mirim de sanfona e bacamarteiros que integram o início da festa de Santo Antônio da cidade. Já os mais antigos – expressão muito usada pelos moradores para se referenciar aos moradores mais velhos – consideram as pinturas e cemitérios como *"coisa de caboclo bravo"* e menciona a existência de lendas que ouvira quando criança, nos tempos que morava ainda no sítio.

*"Já ouviu falar em Cumadi Florzinha, dizem que ela dá nó nas crinas dos cavalos, eu nunca vi, mas toda vez de manhã tinha nó nas crinas dos cavalos, dava um trabalho danado pra tirar, minha filha"*. J.D.F. (71/M) relata que sempre acontecia durante a noite e, para evitar assombros, muita gente oferecia fumo para entrar no mato.

Entre outras histórias, J.D.F. (71/M) conta que muitos se referem aos cangaceiros. Recordou que, por volta dos anos 30, houve um surto de bexiga

preta (varíola) e lepra na cidade, em que muitas pessoas eram abandonadas ou jogadas no meio do mato. “*As pessoas eram desprezadas. Jogavam comida de longe com medo*”. Essa lembrança de J.D.F. (71/M) vem como uma maneira ou tentativa de criar explicações possíveis para algumas ossadas encontradas na região, o que não invalida sua tese.

Ao se reportar aos anos 1930, deve-se salientar que J.D.F. (71/M) ainda não era nascido, mas como deve ter ouvido tais histórias, o compartilhamento de memórias faz com que tomemos aquilo que não vivemos como parte integrante de nossas memórias. Assim, torna aquilo que não foi vivido em uma experiência tão próxima que nossa memória reconstrói uma narrativa e imagens representativas de uma lembrança alheia. Entretanto,

A imaginação depende de nossa vontade, de uma maneira que os juízos não podem depender. Pois podemos imaginar o que bem quisermos, e em nossa imaginação as imagens se formam livremente, sem que sua verdade ou falsidade esteja em questão (SAES, 2010, p.40).

Memória e imaginário podem se misturar. Quem nunca teve dúvidas sobre suas próprias lembranças? A diferença está na referência à realidade anterior, ao acontecimento, enquanto “as coisas imaginadas não tem o compromisso de representar, correta e incorretamente, a realidade” (SAES, 2010, p.41). Paul Ricoeur também promoveu reflexões sobre o tema:

Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é nosso único recurso para significar o caráter do passado daquilo de que declaramos nos lembrar. Ninguém pensaria em dirigir semelhante censura à imaginação, na medida em que esta tem como paradigma o irreal, o fictício, o possível e outros traços que podemos chamar de não posicionais.” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Como J.D.F. (71/M) estava em seu ambiente de trabalho, por vezes nossa conversa era interrompida por outras pessoas que passavam na rua ou quando pessoas que queriam apenas uma prosa rotineira. Nossa conversa acabou em uma dessas prosas. Deixei J.D.F. (71/M) continuar seu trabalho e segui para casa de seu irmão, A.M.S. (63/M).

Recém operado, A.M.S. (63/M) convidou-me a entrar em sua casa. Sentado no sofá, ao seu lado, um rapaz observava minha chegada. Sentei em uma poltrona ao lado da porta e antes mesmo de começar minha apresentação, pessoas chegavam à sua procura, para agradecer algum tipo de

ajuda ou apenas para saber como estava sua saúde. A cada morador que aparece na porta, percebo o quanto aquele homem é respeitado e admirado na cidade, e por esse motivo sempre é citado pelos demais moradores.

Explico do que se trata minha pesquisa, de onde vinha e se ele teria algo a me contar sobre os sítios arqueológicos da cidade. Transcrevo aqui a conversa com A.M.S. (63/M), por ser considerado, pelos moradores de Camalaú, como um homem memória e profundo conhecedor sobre os acontecimentos sobre a cidade.

*“Tapera, Carrapateira, Porteiras, Cangalha -, ah lá foi o primeiro lugar que vi pinturas em preto e branco, porque normalmente são vermelhas, - Roça Nova, - quando falaram que os desenhos eram cenas de relações sexuais causou um impacto na sociedade, foi uma confusão, o pessoal não tá acostumado né, - Pedra do Caboclo, Mateus e Pedra Pintada. Os arqueólogos explicaram em suas análises que na Pedra do Caboclo era um local de alimentação e na Pedra Pintada era um lugar de adoração”.* A.M.S. (63/M) continua a relatar todas as informações que havia obtido e construído no decorrer dos anos, conforme suas relações e experiências, e continua; *“segundo os pesquisadores a presença desses índios remonta cerca de mais de 5 a 8 mil anos atrás, quem fez, fez com o objetivo de preservar”*

Perguntei à A.M.S. (63/M) o que vem à sua memória quando me refiro aos sítios: *“Meu pai falava que era coisa dos flamengos”.* Flamengos eram os holandeses, explica A.M.S. (63/M), com a postura de ex-professor de história – ministrou aulas de história na escola municipal da cidade – e menciona seus estudos e pesquisas sobre o tema, inclusive livros que publicou.

Explicou toda formação histórica da cidade, desde os índios cariris, que, em sua perspectiva, seriam descendentes e remanescentes da *“Atlântida”* vindos do Caribe, e que as *“letras”* nas pedras corresponderiam aos fenícios. Ao relatar esses aspectos, que imediatamente trouxe à minha memória a obra de Farias (1987), A.M.S. (63/M) confirma isso, ao mencionar esse autor, cuja produção refere-se à Pedra do Ingá. Em nossa conversa sobre a relação dos moradores dos sítios que possuem pinturas ou cemitérios, A.M.S. (63/M) acredita que para esses moradores a presença desses elementos é irrelevante, e que antigamente havia muitas superstições em torno disso.

Um rapaz, que estava na sala desde o início de nossa conversa, observava e escutava atento às explicações e às minhas perguntas. Em um momento, ele passa a interagir e relata que a alguns anos atrás também surgiu outra teoria a respeito das pinturas, que haviam sido feitas por extraterrestres, mas pontuou: *“essa ideia é de fora, não é das pessoas daqui, foi um ufólogo que veio pra cá e disse que aqui em Camalaú tem pontos de comunicação e portais, e que as pinturas seriam sinais”*. A.M.S. (63/M) sorri e diz: *“cada um encontra aquilo que vem procurar”* e retoma sua fala a respeito da relação dos mais antigos com os sítios arqueológicos. Ele diz que para esses moradores, esses locais eram lugares de mal-assombros.

Como toda conversa, assuntos surgem e desaparecem, de forma dinâmica. A.M.S. (63/M) passou, então, a apresentar toda sua produção literária. Astrologia, esoterismo, espiritismo (contou que trabalha com regressão) e que escreveu um livro sobre a genealogia da cidade, *“A genealogia dos meus filhos”*. A partir desse momento, A.M.S. (63/M) centrou nossa conversa em seus feitos e sua história, rememorando sua vida e como moldou sua figura política na comunidade camalauense.

O casal Novo Mundo tornou-se os principais informantes e interlocutores durante meu processo de inserção no campo. Em nossas conversas, contavam-me suas impressões sobre política, necessidades da comunidade, evidenciando um senso crítico apurado e engajado nas questões sociais da comunidade. Apresentaram outros moradores, o que colaborou para ampliação da coleta de dados. Conheci, então, R.F.O. (63/F) e seu marido B.E.S. (73/M), também moradores do Assentamento Novo Mundo.

Mesmo mencionando as pinturas rupestres, a primeira lembrança que vem a mente de R.F.O. (63/F) é uma história que vivenciou em outro local que morava. Contou que, ao fechar a casa e sair com os filhos, retornou e encontrou a porta da casa arrombada e que havia velas acesas na entrada de sua casa. Ela pensa, inicialmente, que usaram sua casa para algum ritual ou apenas para iluminar, já que energia elétrica ainda não existia na localidade. Mas, ao entrar, deparou-se com um buraco enorme e profundo, *“bem feitinho”*, no formato de um caixão, descreve a mulher. No buraco, ainda tinham garfos caídos e, segundo, sua interpretação, acredita que foram deixados para disfarçar que haviam encontrado algo valioso e, assim, não iriam atrás.

Em meio a risadas, conta que o mais intrigante foi quando ela mandou o filho buscar uma enxada para fechar o buraco da sala. Quando colocaram toda terra de volta, havia terra demais, sobrando. *“Como pode, minha filha, se tinha um troço lá dentro? Era pra falta terra, mas ‘tampemo’ o buraco todo e ainda sobrou terra.”*. B.E.S. (73/M), que estava na sala assistindo ao jogo, entrou na cozinha, interrompendo a conversa. Dando risadas, ele diz: *“Passei anos dormindo em cima do ouro sem saber”*. Assim como essa lembrança de uma botija surgiu, outras sobre mal-assombros vivenciadas por R.F.O. (63/F) foram contadas. Todas elas tinham, em sua paisagem contextual, o espaço referencial de memória. Elas eram, em sua maioria, em locais próximos aos sítios que tinham pinturas rupestres ou cemitérios. Em uma das histórias de mal-assombro, ela se refere à um cemitério. Sabia que era cemitério antigo porque haviam pedras no chão e alguns até tinham cruzes, mas que, conforme sua rememoração, descreve como tão antigos que não dava para ler os nomes. A moradora, como quase todos os camalauenses com quem conversei, foram muito gentis, convidando para que eu voltasse outro dia, e que mataria especialmente uma galinha de capoeira. Sigo com R.C.S. (34/M) ao encontro de outra pessoa.

Outra pessoa que tive a oportunidade de conversar foi E.O. (67/F). Ela cresceu nas proximidades do sítio Roça Velha e nossa conversa se deu durante uma carona que ofereci para ajudá-la a levar alimento e alguns suprimentos para sua mãe, M.J.A. (89/F), que ainda reside naquela localidade do Roça Velha. Enquanto dirigia, minha interlocutora conduz a conversa. Antes mesmo que eu fizesse qualquer pergunta, conta sobre história de vida, evoca momentos desde sua infância e relembra detalhes que para ela foram significativos, dolorosos, de muito sofrimento e luta. Ressalta um momento em que foi trabalhar, aos 9 anos, como babá do filho de um fazendeiro da região.

Enquanto conduzo o carro pela estrada de terra, a mulher, com traços fortes no rosto, suas mãos cruzadas sobre as pernas e olhando pela janela do carro, descreve suas experiências. Através das palavras, verbaliza sua memória, contando o quanto se sentiu feliz ao receber um par de chinelos *“Tão bonito era, minha filha”*. Continuei em silêncio, sem interromper minha passageira. Ela, então, continua a descrever todos os detalhes de cada

lembrança de sua vida que vinha à sua memória. Depois de confidenciar várias lembranças pessoais, mudou de assunto, contando um sonho que teve.

Chegando em Roça Velha, apresentou-me para alguns moradores, que se encontravam nas calçadas das casas. Com propriedade, ela mesma queria explicar o que eu estava pesquisando na região. Alguns moradores responderam em conjunto “*Aqui num tem esses letreiros nas pedras. / -Tem só na Pintada*”. Entre eles, comentavam que nunca haviam visto e nem sabiam de nada.

Uma das mulheres, que estava entre eles, se identificou como agente de saúde. Ela orientou que eu procurasse A.M.S. (63/M), pois, ali naquele sítio, antigamente, era um Quilombo, e o professor saberia dar informações. O mesmo havia escrito sobre um escravo, que, segundo a mulher, era seu parente, mas que ela nada sabia sobre ele. A.M.S. (63/M), no anexo do livro “Rio Camará”, traça uma árvore genealógica que é muito buscada pelos moradores da região, na busca de seus parentescos. Assim, em certo sentido, pude perceber que essa relação promove certa proximidade e reconhecimento parental entre os moradores.

Logo após, apresentou-me seu irmão, um senhor também idoso. Ele, ao saber o que eu estava pesquisando, conta o que acha sobre as pinturas. Considera que foram feitas pelos índios e diz que encontrou pedras polidas bem redondas. Também fala sobre as pinturas que viu na Pedra Pintada e sobre o que viu na Pedra Rajada. Numa casa de apenas um cômodo, o homem, sentado numa rede, descreve as cores e se autoquestiona como será que faziam a tinta para pintarem nas pedras. Não interrompo seu processo de fruição. Ele continua, gesticulando as formas dos desenhos e dimensionando a altura que foram feitos: “*eles deviam ser altos pra fazer aquilo*”, falou o homem rindo.

No encontro com M.M.O. (41/M), percorrendo as estradas de terra até o sítio Roça Nova, percebo que ele estava um tanto angustiado durante o trajeto. Ele relata que estavam acontecendo muitos assaltos na região e agora sentia muito medo em transitar pelas estradas mais afastadas da cidade. Por esse motivo, deixou de procurar pelas pinturas ali da região. Segundo ele, a busca e descoberta dos sítios arqueológicos se tornou um *hobby*.

Sentado no banco do passageiro, apontava para uma serra ao fundo da paisagem, mostrando que aquele local foi onde certo sanfoneiro foi assassinado. Ali, uma vez por ano, se escuta pela serra um forró pé de serra, em suas palavras: “*bem carregado*”. M.M.O. (41/M) me mostra o caminho. Aos meus olhos, são estradas iguais; para ele, cada local tem seus referenciais, fáceis de serem percebidos. Abrimos a cerca, um grande terreno com uma grande árvore no centro apresentava ao fundo uma casa com janelas em sua fachada e uma varanda com flores e plantas dando boas vindas. Meu informante, como conhecia os moradores, batia palmas e chamava por seus nomes. Em um terreno lateral à casa, escutava-se os animais alvoroçados e a voz baixinha de uma senhora, que se segurava em uma bengala enquanto os alimentava.

Chegamos a residência de F.P. (88/F). F.F.N. (54/M) apareceu na varanda, nos convidando para entrar. Nessa aproximação, fui apresentada aos moradores e M.M.O. (41/M) explicou com suas palavras sobre minha pesquisa. Na sala da casa, ele se sentou em uma cadeira de balanço, enquanto sentei em um sofá, posicionada de frente para os demais moradores. A conversa tornou-se um momento de compartilhamento de memórias, em que cada pessoa ali presente contava fragmentos de suas experiências e lembranças. Não era uma conversa privada, nos moldes de uma entrevista, era como uma roda de amigos conversando na sala em uma tarde ensolarada.

F.F.N. (54/M) contou que as pinturas estão localizadas no sítio ao lado, do seu tio, que estava com 92 anos de idade, e que nunca demonstrou interesse nem considerou importantes aquelas formas que se encontravam nas paredes das pedras de seu sítio: “*você acredita que ele nunca viu*”, relata o sobrinho. Ao falar sobre isso, gesticula com as mãos intensamente, quase que desenhando no ar. Por ser um professor aposentado por problemas na visão, sabia que naquilo tinha algo importante. Ele relembra: “*Teve um padre, João Jorge, que uma vez - a muito tempo atrás - veio aqui e disse: vocês têm uma mina de ouro nas mãos; mas fazer o que? A gente não tem informação para aproveitar*”.

Sua irmã, M.R.S. (47/F), sentada ao lado de seu irmão, também professora, emenda a fala dele, contando que realmente sabiam que era algo importante e que o padre, na época, havia dito para eles limparem as pinturas, porque as urinas dos mocós estavam danificando. “*A gente deu até uma limpeza,*



*mas usar produto tira os desenhos, aí num tem o que fazer né*. Andando pela sala, diz que ainda tem o hábito de levar as crianças da escola para ver os desenhos, mas que não sabe muito que dizer, porque não tem conhecimento. E ao perguntar sobre a reação das crianças, ela explica que não sabe se elas gostam pela curiosidade ou se gostam porque a aula não é em sala.

F.F.N. (54/M) também começa a falar sobre o que acredita ser o significado das pinturas. Para ele, foram feitas como pontos de encontro porque pela localidade – gesticulando muito, vai fazendo uma linha no ar para me explicar seu raciocínio – parece formar um alinhamento. M.R.S. (47/F) complementa: *“ah, eu acho que era uma passagem ou ponto de parada”*, e também desenha no ar as imagens dos desenhos que vêm a sua memória, *“tem vermelho e amarelo, um lagarto e uns círculos”*, e associa, assim como M.A.S. (45/F), que lembra brincadeira de roda.

Perguntei sobre o que os demais moradores do entorno comentavam ou pensavam sobre as pinturas. Todos na sala concordaram entre si que, no dia a dia, ninguém se lembrava delas. M.R.S. (47/F) comenta: *“as pinturas não faz diferença, não valoriza não”*. Acha que não havia uma preocupação sobre isso e que, mesmo tendo uma Associação de Moradores, poucos participam. M.R.S. (47/F) complementa que uma solução poderia ser *“colocar um cruzeiro pra chamar mais as pessoas”*. Esse aspecto já havia chamado minha atenção, da relação de apropriação das celebrações e monumentos religiosos espalhados na paisagem rural, como os cruzeiros. Então, pergunto à professora propositalmente qual seria o mais significativo para a comunidade, as pinturas ou as celebrações: *“As celebrações, sem dúvida”*, e todos na sala confirmam tal posicionamento.



**Imagem 23-** Um dos muitos cruzeiros encontrados nas estradas de Camalaú. **Fonte:** Acervo Pessoal, (2016).

Os moradores do Roça Nova relembram também sobre as equipes de pesquisadores que passaram por ali, mas que chegam e perguntam apenas como fazem para encontrarem o local. Eles, por sua vez, mostram e pronto. *“Não falam mais nada, não explicam e vão embora. E nunca voltam pra dizer o que significa e nem nada”*, reclama a moradora. A mesma ainda faz uma observação: *“agora com a internet acho que a gente pode achar alguma coisa, né?”*. Tento extrair mais impressões a respeito dessa relação entre pesquisadores e

moradores, e a professora responde: *“vem pega o que quer e vai embora. Podia dizer qualquer coisa, né?”*.

M.M.O. (41/M) também participou da conversa, principalmente porque ele é o principal guia das equipes de arqueólogos que frequenta a região. Ele expressou um posicionamento parecido, dizendo que os leva até os locais, mas diz não saber bem o que pensam ou sabem sobre aquilo que vão em busca e acaba não perguntando por ter vergonha. E quando é questionado por outros moradores sobre o que os pesquisadores fizeram ou o que falaram, não sabe responder.

De modo geral, fica evidente a vontade de ter mais informações a respeito desse patrimônio. Eles chegam a criar correlações com o que vem sendo desenvolvido em Cabaceiras. Ainda destacam que a trilha que fazem nessa região nem tem pinturas e é muito divulgado com propagandas e turistas. *“Aqui, que tem tudo isso importante, ninguém se interessa, é falta de informação também”*, destaca M.M.O. (41/M).

M.M.O. (41/M) rememorou sua infância, dizendo que habitava o Riachão. Lá, haviam pinturas, mas nunca as percebeu porque não sabia o que era: *“Só sabia que era pintura depois que aprendi o que era, hoje eu sei reconhecer uma cerâmica, um osso, mas antes nem ia ver”*. Essa mesma percepção, de que só passaram a reconhecer tais imagens como pinturas apenas após terem conhecimento a respeito, é reafirmada pelos demais moradores ali presentes. Correspondendo ao processo semiótico, a transformação sónica e as novas fruições que se dão a partir dessas percepções.

Como toda conversa de sala informal, assuntos vêm e vão. De repente, surge o assunto de lendas locais e os interlocutores contaram sobre o hábito da caça, que ainda é constante entre alguns moradores. Nessa atividade, levam cachorros para acompanharem na ação. Por vezes, durante a caçada, aparecem – em aspecto invisível – as caiporas, que batem ou, nas palavras deles, *“dão lapadas”* nos cachorros, que correm e grunhem assustados. Contam também que, pela manhã, as crinas dos cavalos aparecem trançadas, e que seria obra da Comadre Florzinha. Em meio a risadas e muitas estórias, tiramos algumas fotos e combinamos novos reencontros.

Retornei com M.M.O. (41/M) para a cidade. Durante o caminho, ele continuou lembrando mais histórias de mal-assombros que conhecia ou

vivenciou pela região em suas andanças na busca de novos sítios arqueológicos. Algo em nossa conversa chamou minha atenção, que foi quando esse informante expressou grande vontade em abrir um museu. Um pouco chateado, conta que, se soubesse da importância desses sítios arqueológicos e dos materiais que lá se encontravam, não teria deixado outras equipes levarem as coisas.

Diz ele: *“Se eu soubesse o que era, e como era importante, não tinha deixado eles levarem porque era pra ficar na cidade, pra todo mundo conhecer, agora cadê!? Sumiu tudo! Tinha muita coisa, machadinha, corisco”*. Continuou sua fala, agora em tom de orgulho, do fato de ter participado de uma entrevista para uma equipe de TV e o quanto se sentiu importante. Principalmente porque outras pessoas na cidade o reconheceram, e M.M.O. (41/M), sorrindo, complementa: *“Foi muito bom, teve um menino que até gravou e me deu um cd”*. Mencionei que assisti a entrevista que ele deu. Muito animado ao saber disso, relatou ter ficado muito feliz: *“porque eu representei minha cidade!”*, destaca.

Mais um dia em busca de novas representações, com o casal Novo Mundo, sigo até o Sítio Pinheiro, mas especificamente até o sítio do Mateus ou sítio de João Bosco, ou ainda chamado popularmente como Serra do Letreiro. Nesse sítio, tive a oportunidade de conhecê-lo em minha última expedição com a equipe da UFPB, em que fizemos uma pequena sondagem para verificar possível existência de um cemitério. Foi encontrado alguns fragmentos ósseos, que foram enviados para análise.

Chegamos, assim, a uma casa, na beira da estrada, próxima ao sítio supracitado, pertencente a M.B.M. (75/F). Ela, uma senhora sorridente, estava sentada em um banquinho na varanda de sua casa. Nos convida para entrar, reconhece meus interlocutores fazendo referências a seus parentes mais antigos e sou apresentada por eles.

Animada, M.B.M (75/F) falou o quanto gosta de subir a serra e ficar lá sentada olhando as pinturas, e que acha muito bonito. Entretanto, diz que os demais moradores da redondeza não vão muito lá e que não se importam com as pinturas. Comentou que o sítio pertence à um senhor que reside em Pernambuco e pouco vai lá. Mas que esse proprietário não gosta que entrem em suas terras, segundo a interlocutora, seria porque ele sabe que aquilo é muito importante e valioso. Esse sítio teria passado por muitos proprietários e

que antes a cerca que dividia os sítios passava por cima da serra, e “*as pinturas ficavam do lado de lá*” – se referindo a outro sítio. Explicou-me, então, que, ao mudar de dono, refizeram a cerca ao redor da serra, deixando as pinturas que antes ficavam no sítio do Mateus, agora ficam do lado do sítio João Bosco.

Pergunto à senhora o que ela acharia se tivesse, dentro de suas terras, pinturas como aquelas que ela costuma visitar. Acenando de forma positiva com a cabeça, ela responde: “*Penso que seja uma coisa boa né, porque deve ter algum valor. Se não, num vinha tanta gente de fora pra querer ver, né?*”. Falamos sobre as formas e cores das pinturas e seus possíveis significados. Com muitas risadas, ela fala: “*minha filha, se nem o povo que vem de fora sabe, num sou eu que vou saber, né?*”. Com uma aparência muito frágil, M.B.M. (75/F) fala que ainda quer subir a serra antes de morrer, e que, quando vai até lá, suas filhas a seguram cada uma de um lado para ajudar na subida.

Para a senhora, essas pinturas são coisas de caboclo bravo, como diziam os mais velhos, relembra. E que também podem ser dos cangaceiros. Com os braços cruzados e uma das mãos no rosto, descreve suas lembranças: “*No tempo de meu pai, lá por 1912, falava que tinha muitos cartuchos de bala por aquela furna*”. Conto que conheci a serra com uma equipe de pesquisadores de João Pessoa e a moradora emenda um comentário: “*Ah, eu queria que quando eles fossem, me levassem junto, pra ver o que eles fazem e dizem, né?*”.

Como em quase todas as conversas, o assunto do mal-assombro sempre aparece. E, nesse caso, não foi diferente. Os informantes – o casal Novo Mundo – surgem com o assunto, interessados no que M.B.M. (75/F) tem a dizer. Assim, conta que ela mesma soube de uma botija ali por perto. Ela descreve que os mais antigos tinham o hábito de enterrar dinheiro e ouro com medo dos cangaceiros, e que, quando se enterra uma botija, não se acerta mais para encontrar. Por esse motivo, as almas apareceriam para mostrar para outras pessoas onde achar e cria uma relação disso com as pinturas: “*Eu acho que aparece fazendo essas pinturas*”.

A moradora fica muito contente com minha visita. Diz que é muito importante alguém registrar essas histórias dos mais velhos, porque os mais jovens da comunidade não se interessam mais por isso. Ela diz: “*á se tem num*

*livro, né, um dia pode lembrar*” e traça um paralelo com as pinturas: “*não se sabe mais porque deve ter acontecido isso né, se perdeu no tempo*”.

Chegamos, assim, na casa de E. (45/M)<sup>101</sup>, funcionário do sítio João Bosco. Ele mora com a família em uma pequena casa. Na propriedade, trabalhou para o pai e agora trabalha para o filho, que herdou as terras. O morador estava cortando palmas quando nos aproximamos. Sua esposa estava na sala cuidando das crianças, pois não havia tido aula naquele dia. Enquanto E. (45/M) termina seu afazer, sua esposa nos recebe na sala de sua casa. O casal faz minha apresentação novamente, e, graças a eles, sou recebida e aceita muito bem pelos moradores. A mulher, sentada no canto da sala junto as crianças que pintam sentadas no chão, conta que nunca subiu a serra para ver as pinturas. Na verdade, nunca se interessou em ir, mas que, às vezes, os professores das escolas locais levam as crianças até lá para conhecer. Como já havia nos informado M.B.M. (75/F), essa moradora também reafirma que os demais moradores não se interessam, nem consideram importantes as pinturas. Por esse motivo, não há o costume de ir até lá.

Muito tímida, pouco falava. Mas comentou que algumas pessoas de fora costumam aparecer e ir até lá sem autorização. Aguardamos, então, E. (45/M). Ao terminar seu serviço, vem ao nosso encontro para conversar. Ele, muito receptivo, perguntou se gostaríamos de ver as pinturas, prontamente R.C.S. (34/M) fica animado e diz que sim. O homem manda seu filho selar o jumento, porque ele tinha dificuldades para andar.

Então, seguimos em direção a Serra do Letreiro, a pés, eu, o casal e, a frente, E. (45/M) em um jumento. Uma longa caminhada até o local das pinturas. Durante o caminho, ele conta sobre as competições de motocross que acontecem ali, explicando o trajeto que as motos fazem. Encontramos, durante o caminho, restos das bandeiras que traçam o percurso. Ao chegarmos à fumaça onde se encontram as pinturas, o casal observou atentamente a cada detalhe. R.C.S. (34/M) indaga para mim: “*eles gostavam de fazer círculos né?*”, e N.M.S. (30/F) acrescenta: “*E de sóis também!*”.

---

<sup>101</sup> Infelizmente acabei não anotando o nome completo do informante, usarei apenas o apelido ou E. (45/M).





**Imagem 24** - Subida para o Sítio Arqueológico “Mateus”. No jumento, E.(45/M), de boné azul R.C.S. (34/M) e de camiseta rosa N.M.S. (30/F). Fonte: Acervo Pessoal, (2016).

Enquanto eles iam descobrindo cada linha, cor e imagem, observei, de longe, as reações e a curiosidade. É a primeira vez que o casal via de perto as pinturas que tanto vínhamos conversando durante as semanas. No processo de fruição, como é muito comum a todos os seres humanos, a pareidolia – fenômeno psicológico que trata de estímulos aleatórios de reconhecer imagens ou formas na natureza, ou não, como, por exemplo, ver formatos em nuvens ou figuras nas borras do café ou em rachaduras das paredes etc. – R.C.S. (34/M) chama minha atenção: “*Aqui tem um rosto!*”.

Enquanto observo, os três moradores, dois deles tendo o primeiro contato e o outro já habituado com as inscrições, trocam alguns comentários. E. (45/M) diz não saber porque fizeram aquilo, e continua: “*acho que deviam ficar aqui muito tempo*”. Explorando a fuma, R.C.S. (34/M): “*Acho que aqui era a fogueira*”. O morador E. (45/M) responde: “*Não. Dizem que o forno era aqui dentro*”, e caminha para dentro do abrigo com o casal para mostrar.

Cheios de perguntas, voltam-se a mim, perguntando do que era feito a tinta que foi usada nas paredes das pedras. Respondo aquilo que me recordo

das aulas de história da arte e dos comentários da equipe: carvão, sangue e outros pigmentos minerais e vegetais, mas percebo que minha resposta não é tão satisfatória. Acho que, nesse aspecto, atividades como a arqueologia experimental, já citada aqui no trabalho, poderia suprir essa necessidade de conhecimento e aproximar mais os moradores do patrimônio, assim como com as equipes que atuam nesses espaços.



**Imagem 25** - R.C.S (34/M) de boné azul e E.(45/M) boné branco, conversam sobre o que acham de cada pintura e seus possíveis significados. **Fonte:** Acervo Pessoal, (2016).

E. (45/M) conta que ali foi um local de esconderijo dos cangaceiros e, por isso, muitas pessoas foram até lá cavar para ver se encontravam alguma botija ou coisas de valor, mas que nunca encontraram nada. Ficamos, então, por mais um tempo, olhando para aquele paredão de pedra, repleto de formas e linhas. E. (45/M) comenta: *“Não tem quem não venha aqui e num fique assim, parado, olhando, pensando o que pode ser, quem foi que fez, né?”*.

Ao retornar para a cidade, já me sentia mais confortável com meus vizinhos. Assim, durante a noite, para minimizar o calor, sentei na calçada para prostrar. Conheço, então, S.S. (>45/M) e seu irmão, M.S. (51/M). Ao saber o que eu estava fazendo na cidade, ele olha para mim e diz: *“Você tem muita coragem, né? Porque chegar lá é difícil”*, se referindo aos locais onde existem as pinturas, que, para ele, têm mal-assombro. Damos risadas. Logo ele começou a contar que costuma ainda caçar e que já encontrou muitos locais nas pedras



com pinturas dos caboclos brabos. Diz que, enquanto espera a caça, fica “*curiando*” as pedras, às vezes acha as pinturas e se refere ao “sítio do meio”. Então, passa a descrever esse local para mim, que seria uma grande pedra com muitas toneladas sob pequenas pedras que “*parecem colocadas*” e uma “*faixa de letreiro vermelho*”. Ele me pergunta: “*é uma escrita, né?*”.

Empolgado para me contar suas aventuras e descobertas, diz que certa vez estava caçando perto de Poção ou Pujuca, não sabe bem onde, e lá o povo da região falava sobre “*as casas dos caboclo brabo*”. Segundo ele, seriam casas feitas de pedra e telhados de palha, mas que as palhas não existem mais. Fala também que perto do sítio de Luiz Calumbi, à noite, se vê tochas dançando no céu. “*São, como é que se fala? Extra...extraterrestre, tenho certeza. Desce até o chão, depois sobe, porque não é coisa desse mundo. Tenho certeza. Elas se batem e sai o fogo, ficam brilhando, né?*”.

Ao retornar na residência de R.F.O. (63/F) e B.E.O. (73/M), eles estavam preparando uma festa para recepcionar o filho. Sentados na cozinha, enquanto a dona da casa preparava as comidas da festa, conversávamos sobre a chegada de seu filho. Ela me pergunta como anda a pesquisa e conto os locais em que já fui e as pessoas que conheci.

R.F.O. (63/F) conta que os mais velhos da Rajada, ou também chamado de Salão, não gostavam de comentar sobre as pinturas porque “*tinham medo de escavucar as terras*”. Ela fala isso em relação a pessoas de fora e, por isso, acha que muitos não comentam nada sobre isso. Mas ela considera isso bobagem, porque poderia ser importante divulgar as pinturas para ter mais possibilidade econômica para os mais jovens. Segundo ela, assim que terminam o ensino médio, têm que deixar a cidade em busca de emprego e cita seus filhos como exemplo. R.F.O. (63/F) acha ainda que os mais velhos deixaram de contar as “*histórias de trancoso*” para os mais jovens, e tudo caiu num “*isolamento, a memória ficou isolada*”, “*aí esquece, e nada tem mais importância*”.

Na prefeitura da cidade, conheci P.R.F. (48/M), que sempre morou na “rua”. Ele contou que fez e ainda faz trabalho terceirizado para a prefeitura, durante muitos anos, e isso o proporcionou conhecer bem a região. Menciona

um projeto em que trabalhou chamado “Eletricidade - Luz para todos”<sup>102</sup> e, para isso, percorreu quase todos os sítios da região. Então, bem humorado, senta em minha frente e pergunta: “*Vamos lá, o que você quer saber?*”

Peço que ele conte o que sabe sobre as pinturas nas pedras – tentei usar um linguajar mais popular, porque não fui bem-sucedida nas minhas abordagens mais formais. Então, ele olha bem para mim e responde: “*Pinturas rupestres, né?*”. Eu confirmo com a cabeça e deixo que ele fale, sem interromper. Ele organiza sua fala e diz que vai começar pela Pedra Pintada. Conta que foi até este sítio com a equipe do CMT, em que estavam fazendo um levantamento topográfico e geográfico de toda região de Camalaú.

Para P.R.F. (48/M), as pinturas significam um “*local de paradas*”, porque ficam em direção ao “*caminho das águas*”. Segundo ele, próximo da pedra, havia um “*olho d’água*”, e isso também era dito pelos mais velhos. Ele relata a sequência de donos do sítio Pedra Pintada, explica que os “*desenhos de índios*” foram feitos com urucum e que lá havia muito Pau-Brasil<sup>103</sup>. “*Assim que eles faziam a tinta*”, me explica detalhadamente.

Pergunto sobre o que os moradores próximos a esses sítios comentavam acerca das pinturas. Ele prontamente me responde: “*eles acham que faziam porque estavam brincando, não tinha nada o que fazer, aí pintava, né?*”. P.R.F. (48/M), além de A.M.S. (63/M), foi um dos interlocutores que mais expressou certezas a respeito de suas impressões dos sítios arqueológicos. E, nesse sentido, relata que seu interesse está em mostrar esses desenhos para “*os outros e não pra gente*”, porque “*é um assunto que interessa mais as pessoas de fora*”.

Segundo ele, esse não é um assunto que os moradores locais levam para suas conversas cotidianas, nas calçadas, por exemplo. Uma senhora, que estava na porta mas que não se identificou, apenas disse que morou no sítio Arara, concordou com o interlocutor naquele momento e acrescentou que as pessoas ainda saem muito para caçar e que vêem muita coisa, mas que não ligam porque não tem importância e que ninguém fala sobre isso.

<sup>102</sup> Refere-se ao Projeto Luz para Todos do Governo Federal. Informações disponíveis em: <<http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/luz-para-todos>>. Acesso: jan.2018.

<sup>103</sup> Deve-se levar em consideração que nem toda informação advinda dos informantes são necessariamente corretas ou tecnicamente exatas. Observa-se que o Pau-Brasil é uma árvore típica de Mata Atlântica e, em Camalaú, o tipo de vegetação que se apresenta é a caatinga.

P.R.F. (48/M) conta que só passou a se interessar sobre as pinturas depois que leu o livro do padre João Jorge, *“porque aí entendi o contexto, a gente sabe que existiu”*. Ele menciona as hipóteses apresentadas no livro referido, *“mas pra maioria não tem curiosidade porque não sabe o que foi pra que foi”*. Considera que, por sempre ter morado na rua, não teve a oportunidade de ouvir as histórias contadas pelos mais velhos, e diz que esse costume é mais forte para quem mora nos sítios.

Segue, então, sua descrição para o sítio Barra. Menciona que encontraram ossadas e *“teve até um colega que trouxe uma cabeça, deu uma confusão com a polícia, que teve que devolver”*. Faz uma pausa e continua: *“Ouderam sumiço e falaram pra não mexer mais lá”*.

P.R.F. (48/M) considera a presença dos arqueólogos ótima porque ajuda a entender, mostrar o que é, e continua falando sobre os moradores. Para ele, alguns moradores de sítios não gostam de ter esse tipo de coisa em suas terras porque acham que pode trazer mal-assombro ou porque vai trazer gente de fora para mexer, *“e aí pode encontrar alguma coisa de valor, né?”*. Só que, para ele, os mais novos acham melhor a presença dos pesquisadores, porque pensam que podem usar comercialmente, e mescla a conversa, contando que em um sítio encontraram uma botija.

Ele ainda menciona outros sítios, como Cacimba das Bestas, mas prefere contar sobre as tribos diferentes que habitavam Camalaú (tem como referência o livro de Rietveld, 2015). Em sua interpretação do livro, mescla com outras informações que tem a respeito da temática e menciona as casas dos caboclos brabos em Poção que, segundo ele, seria no sítio Quati. Esse tipo de informação, quando surge por diferentes fontes, podem servir de ponto de partida para a busca e identificação de novos sítios arqueológicos para os pesquisadores.

O interlocutor, apesar de tomar como base referências do livro que leu de possíveis significados para as pinturas, não deixa de expressar sua opinião a respeito. Para ele, as pinturas também podem ser sinais de botija, porque, *“para se ter botija, tem que deixar algum sinal pra poder achar”*, ele pega meu celular em cima da mesa e diz *“se eu achar alguma botija eu não vou lhe contar não”*, e começa a rir.

Como todos os sábados, a feira estava acontecendo no pátio próximo ao estádio de futebol. Marquei mais um encontro com o casal Novo Mundo, e tínhamos como destino o sítio Beira Rio. Durante o deslocamento para esse sítio, o casal me conta que o sítio Beira Rio já havia sido uma fazenda e que acabou sendo ocupada por algumas famílias, tornando-se, assim, mais um Assentamento na região, onde moram 32 famílias.

Chegando lá, M.S.S. (68/M) estava saindo com sua moto, com destino à cidade. Mas, ao nos encontrar, decidiu nos convidar a ir até sua casa para uma prosa. Muito simpático, nos convida a entrar. Assim, sou apresentada pelo casal a ele. Os moradores conversam entre si, relembando alguns conhecidos entre eles. Permaneci sentada, observando e acompanhando a conversa entre eles.

R.C.S. (34/M) conta que, há alguns dias, tínhamos ido até o sítio do Mateus. Ele, empolgado, descreve as pinturas que acabara de conhecer pela primeira vez. Então, o anfitrião começa uma apresentação de si, dizendo que nasceu no sítio do Mateus. *“Era terra de minha avó”*, relata o homem. Aproveita a descrição de R.C.S. (34/M) das pinturas e faz sua própria interpretação das figuras, dizendo que parecem uma *“Rabeca, um Sol, uma Lua... e que tem época que não tem nada, e tem época que aparece um monte”*.

O morador do sítio Beira Rio reconhece o sítio do Mateus por Serra do Letreiro. Ele conta que seu pai e seu avô já falavam sobre aquele lugar, mas que ninguém sabia quem havia feito. Poucas pessoas o conhecem e *“as novas gerações nunca foram lá”*. Sentado em uma poltrona perto da porta de entrada da sala, de modo a acompanhar o movimento que acontecia também do lado de fora da casa, ele conta algumas de suas lembranças daquele lugar. Logo, surgem as histórias de mal-assombro. Conta, então, que certa vez estava deitado, perto do meio dia, vendo o tempo passar, até que a figura de um burrego (filhote de caprino e/ou ovelha) surgiu em sua frente e falava para ele *“é aqui, é aqui”*, M.S.S. (68/M) conta que cavou onde o animal indicou, mas não encontrou nada.

A relação da paisagem, dos animais e das pinturas servem de cenário para a construção das lendas e, principalmente, das experiências de mal-assombros que alguns moradores vivenciaram. Não posso dizer que isso perpassa apenas o imaginário local, ou individual, no sentido de algo não real,

porque essas experiências e contos fazem parte das memórias sociais. Porém, quando são compartilhadas, elas não se dão apenas num aspecto de narrativa literária ou folclórica, mas são encaradas por esses moradores como fatos vivenciados e que passam a fazer parte do repertório tanto imaginário, quanto sensorial que afeta as memórias envolvidas.

Quando uma dessas experiências de mal-assombros são evocadas por um morador, em uma roda de conversa, os demais também compartilham suas próprias vivências ou aquilo que já ouviram os outros falarem. Obviamente, há a invenção, a imaginação na construção dessas falas. Mas, como definir o que é inventado do que é real? Afinal, a própria memória se molda a partir de uma construção de lembranças, contextualizada conforme cargas emotivas de um dado momento, e de tempos em tempos, podem adquirir novos sentidos, ao passo que mudamos constantemente. Nesse sentido, enquanto pesquisadora, não poderia desqualificar qualquer lembrança relatada pelos meus interlocutores, apenas ponderar na forma de apresentar essas memórias.

M.S.S. (68/M) diz ter muita curiosidade pela tinta das pinturas e expressa sua própria forma de interpretação: *“eu acho que é do tempo do descobrimento do Brasil, pediram um prazo pequeno para esconder o ouro, e os flamengos enterraram o ouro e deixaram as marcas nas paredes das pedra, pra achar depois”*. Durante nossa conversa, pergunto se ele conhece outros lugares como o *“cemitério da cachoeira”*. Ele diz que ouvia coisas sobre os “caboclo bravo” nesse lugar, mas que, segundo soube, um fazendeiro teria mandado destruir tudo. Segundo o interlocutor, acredita que ainda deva ter ossadas lá.

Quando menciona esse lugar, R.C.S. (34/M) comenta que é o mesmo cemitério que R.F.S. (63/F) havia descrito em suas lembranças de infância. O morador do Beira Rio ainda cita a Pedra do Caboclo, também conhecido como sítio Barra. Ele ainda diz que sua avó era índia e, quando pequena, *“foi pega a dente de cachorro”* – essa expressão também foi muito usada por M.M.O. (41/M), ao se referir aos caboclos bravos e os sítios arqueológicos.

Pergunto se no assentamento Beira Rio os moradores têm o hábito de conversar nas calçadas e se surge o assunto das pinturas alguma vez. Ele então me diz que as pessoas ainda sentam nas calçadas, mas que a tradição dos “mais velhos” em contar histórias se perdeu. *“Depois que chegou a televisão e*

*o tal do zap zap, tá acabando com o resto do mundo*". Como M.S.S. (68/M) precisava ir até a feira na cidade, sigo para conversar com outros moradores do assentamento.

Uma senhora estava na janela de casa. O casal que me acompanhava não a conhecia muito bem, mas eles a perguntaram se ela sabia algo sobre as pinturas. Percebi que a cada local que nós íamos, eles se sentiam parte da pesquisa e faziam perguntas por eles mesmos a respeito dos sítios arqueológicos, sempre empolgadas com as histórias que os demais moradores poderiam compartilhar. Essa senhora da janela, que não sei o nome, disse apenas a seguinte frase a respeito das pinturas nas paredes das pedras: *"eu tentava ler, mas nunca conseguia ler, sou analfabeta, né"*. Essa forma de olhar aquelas imagens, as tratar por letras e não as identificar por não ser alfabetizada, também identifiquei nas falas de outros moradores, a exemplo de M.O.S. (88/F).

Como não conseguimos encontrar mais moradores nesse assentamento, principalmente porque era sábado de manhã e quase todos estavam na cidade para feira, seguimos para a casa de M.F.S.G. (67/F) e seu marido M.V.S. (68/M), que moram bem próximo das pinturas rupestres localizadas no sítio Beira Rio. Parei o carro perto da estrada e seguimos a pé, entrando na propriedade do casal.

M.F.S.G. (67/F) nos recebe na porta de sua pequena casa e nos convida a sentar na sala. Assim que me vê, diz: *"Você é a Thais, né, bem que o Benê disse que você vinha nos visitar"*. Aquilo me impressionou bastante e, por curiosidade, perguntei quem era Benê. Ela explica que é seu filho e, ao descrevê-lo, lembrei, de fato, de um rapaz que sempre passava na rua onde morava na cidade. Enquanto estava sentada na calçada, ele sempre me observava curioso, apesar de nunca termos conversado. Ele era conhecido na cidade por andar grandes distâncias e tinha, segundo os residentes e confirmado pelos pais, alguns problemas cognitivos.

Entretanto, esse fator criou uma atmosfera muito receptiva entre esse casal que ali habitava e a mim. Conversamos, assim, sobre as pinturas que ficavam próxima da casa deles e M.V.S. (68/M) desenha com o dedo na parede de sua casa as imagens das figuras que vêm a sua memória. Descreve as emas que viu pintadas nas pedras e diz: *"umas coisas bem interessante. Acho*

*que é uma coisa feita no começo do mundo*". E relata que morou e caçou por ali a vida toda, mas que só entendeu que aquilo era desenhos/pinturas quando uma equipe de fora foi até lá tirar fotos, e mostraram e explicaram para ele o que eram aquelas formas. Até então, acreditava que aquilo era parte da natureza. Lembra que a primeira vez que as viu de verdade, pensou na hora: "*pia que coisa bem feitinha*". M.F.S.G. (67/F) complementa a fala do companheiro: "*deve ser coisa da natureza*".

Observa-se, aqui e em outros discursos de alguns moradores, uma desvinculação das pinturas rupestre como uma produção humana, mas em algo da própria natureza, inerente à paisagem<sup>104</sup> daquele local. Ao mesmo tempo, outros moradores já apresentam, em suas descrições das imagens, uma referência à produção humana, conferindo àquela paisagem a existência da interferência humana.

Sob essa ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, sejam como realidade natural ou cultural, transformados a todo instante de maneira contínua, ao longo dos tempos, manifestas em testemunhos de uma objetividade que emerge da própria subjetividade. (GUIMARÃES, 2003, p. 49 *apud* AZEVEDO NETTO, 2011, p.117).

M.V.S. (68/M) perguntou se gostaríamos de ir até lá ver as pinturas. Como também não conhecia, e o casal que me acompanhava estava sempre disposto e curioso para conhecer tudo, aceitamos o convite. O senhor nos levou até a pedra, que fica virada para o açude, em uma subida complicada e bem íngreme. Mostrou-me cada imagem descrevendo o quanto achava lindas aquelas figuras. O casal, por sua vez, também reconheceu os desenhos, e comentavam entre si que deveriam haver muitos animais selvagens no tempo que aquelas pinturas foram feitas. Depois de quase despencar da pedra, deixo aquele casal do Beira Rio com boas lembranças e sigo com meus interlocutores para outro sítio, o sítio Barra.

<sup>104</sup> Admite-se para este plano de pesquisa a noção de paisagem como um lugar ou espaço "[...] permeado de signos da identidade, e introduz, a partir do poder de classificação, uma descontinuidade sócio-cultural em uma continuidade dada como natural" (AZEVEDO NETTO, 2011, p. 109). Assim, a paisagem, como espaço simbólico, pode assumir uma vertente voltada ao natural (vinculado com a natureza, porém correlacionada com significados e representações próprias da cultura local) e cultural (relacionado ao caráter institucional, e afirmado a partir dos contratos sociais); ambas intrínsecas uma a outra.

No caminho para o sítio Barra, paramos na casa de M.V. (43/F). Ela conta que conheceu a Pedra do Caboclo quando criança, pois, naquela época, as crianças tinham curiosidade, mas também medo, então pediam às vezes para os pais irem juntos. Segundo a mulher, ainda hoje algumas crianças vão até lá brincar, mas que muitos não se arriscam a ir por medo dos mal-assombros. Reconstroi o cenário vivido em sua infância daquela “furna”, dizendo: *“brinquemo lá por cima”*. Diz também que havia esteiras e o quanto achou bonito tudo aquilo. Comenta ainda: *“se fosse num outro lugar podia ser um ponto turístico, aqui não”*. Pergunto por que não seria e ela me responde que a prefeitura não demonstra nenhum interesse.

Sigo para outra casa que havia no caminho. Tentamos encontrar o maior número de pessoas dispostas a falar sobre os sítios arqueológicos da região, mas muitos são tímidos e desconfiados e não queriam conversar. Mas encontro F.P.M. (27/F). Essa moradora tem um perfil um pouco diferente dos demais moradores dos sítios que vinha conversando. Estudante de graduação, conta que teve a oportunidade de conhecer a Pedra do Caboclo com uma professora da escola municipal: *“tinha ossos, tem uns buraquinhos nas pedras...”* descreve a jovem. Ela acrescenta sorrindo: *“agora que eu percebi que não sei nenhuma informação, a gente nunca fala sobre aquilo”*. Pergunto a F.P.M. (27/F) o que ela acha da presença das equipes de pesquisadores de fora que vão até a cidade desenvolver trabalhos nesses sítios, ela responde: *“acho interessante ele virem pesquisar, mas deveriam voltar para explicar de quem era”*. Ela ainda reafirma durante a conversa: *“nunca vi uma conversa sobre essa pedra”*, e me aconselhou que quem deveria saber sobre isso era A.M.S. (63/M) em seu livro, (Mariano Sobrinho, 1996).

Chegamos finalmente no sítio Barra, na propriedade onde se situa a Pedra do Caboclo. Lá conversei com J.E.S. (55/M) e I.J.P.S. (>40/F). O casal Novo Mundo me apresentou aos moradores e sentamos todos na varanda da casa. J.E.S. (55/M) apenas observa, desconfiado, sem falar absolutamente nada. Já I.J.P.S. (>40/F), que foi professora local, se mostra mais receptiva e nos convida para almoçar. Aceitamos.

Seguimos, então, para dentro da casa, onde percebi que deveria ter uma abordagem mais lenta. Então, nossa conversa iniciou por contar da minha



estadia na cidade, os locais que visitei, sobre minha família e de onde eu vinha. Enfim, passei a falar da minha vida de modo informal e bem próxima, o que levou a J.E.S. (55/M) e I.J.P.S. (>40/F) a falarem sobre seus filhos, o que faziam e onde estavam, criando uma atmosfera descontraída enquanto almoçávamos.

J.E.S. (55/M) contou que eu seria a primeira pessoa de fora a ir até sua casa para conversar, mas que antes, alguns anos atrás, um pessoal de Recife, segundo lembra, teriam passado por lá e não eram de nenhuma universidade, apenas curiosos. Ele relembra com um tom de incômodo que, em 2009, estava andando perto da Pedra quando viu uma lona preta no chão da “furna” e ficou desconfiado. Descreve que acordou cedinho e ficou na espreita. Então, viu seis pessoas por lá. Segundo relembra, chegou a reclamar que eles haviam entrado na propriedade sem autorização e que achava errado aquilo. Ele exclama rindo: *“acho que ficaram com medo e foram embora”*<sup>105</sup>.

A partir dessa aproximação, consegui tirar algumas informações e impressões a respeito da Pedra do Caboclo. Os moradores do sítio contam que os antigos proprietários sabiam da existência desse cemitério, pois, segundo eles, tinham muitos ossos, esteiras, cabelos, só não sabem a quem pertencia tudo isso. *“Acho que é coisa de caboclo bravo”*, diz I.J.P.S. (>40/F) enquanto se balançava na cadeira. J.E.S. (55/M) descreve o lugar da seguinte forma: *“Parece uma casa e eu acho que faz parte da Pedra do Letreiro”* e ainda acrescenta: *“é um cemitério indígena e era tudo organizado os túmulos, tinha resto de fogueira”*.

Para J.E.S. (55/M): *“falta de interesse seria menor se tivesse mais informação, o pessoal se interessaria mais”*. Ele acredita ainda que muitos sentem medo do lugar, mas não se inclui entre essas pessoas – apesar do seu filho interromper a conversa nesse momento e dizer que o pai já teria visto mal-assombro, por isso não gosta de ir até lá: *“ele tem cada história daqui, de arrepiar os cabelos”*. O garoto continua: *“ele tem o corpo fechado por isso não acha nada”*. J.E.S. (55/M) desconversa. Quando R.C.S. (34/M) perguntou o que ele viu, o morador muda de assunto, dá um sorriso tímido e desconfiado.

<sup>105</sup> Sobre esse fato, perguntei a equipe do professor Carlos Xavier de Azevedo Netto se eles haviam passado por esta situação, quando trabalharam na Pedra do Caboclo, e todos os membros responderam que não. Nesse sentido, outra equipe pode ter passado pela cidade e efetuado algum trabalho que a equipe da UFPB desconhece.

Aproveito para perguntar também se já havia entrado nas fendas que tem na “furna” e ele me responde que sim. Pergunto em tom de brincadeira para descontrair se foi atrás de botijas, e J.E.S. (55/M) apenas ri e não me responde. Apesar de certa resistência em falar sobre a Pedra do Caboclo, ele aceita nos levar até lá para conversarmos mais um pouco e, claro, mostrar aos meus acompanhantes de pesquisa que nunca haviam conhecido o local.

Assim que chegamos, o casal Novo Mundo identifica a descrição da moradora F.P.M. (27/F) dos buraquinhos na pedra. Por terem uma formação na área da enfermagem, ao mexerem no solo, dentro da “furna”, reconhecem alguns ossos e de que áreas do corpo seriam, causando certo entusiasmo e confirmando suas possíveis dúvidas a respeito da existência do cemitério. J.E.S. (55/M) reclamou, ainda, que levaram muita coisa dali e que quase não sobrou nada.



**Imagem 26** - Foto à esquerda dos buracos nas paredes da “furna”, à direita, R.C.S. (34/M) identificando fragmentos ósseos. **Fonte:** Acervo Pessoal, (2016).

Com auxílio do casal Novo Mundo, realizei conversas nos sítios Cangalha e Rajada. Iniciamos pelo Cangalha, onde conversei com R.B.B. (45/F), também professora local. Assim que explico sobre minha pesquisa, a moradora já se refere ao livro de A.M.S. (63/M) – (MARIANO SOBRINHO, 1996). Ela diz que lá tem tudo muito bem explicado. Relata alguns projetos desenvolvidos na escola estadual, um deles chamado “Projeto Sertão Vivo”<sup>106</sup>. A professora relata que muitos professores sentem vontade de levar suas turmas para conhecer as pinturas nos sítios da região, mas que poucos de fato

<sup>106</sup> Sobre esse projeto, é possível encontrar alguns vídeos e reportagens disponibilizados na web. Como exemplo, tem-se o vídeo publicado pelo professor Ezequiel Sóstenes (Coordenador do projeto), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JpwzxPbtGdM>>. Sobre o projeto, é possível encontrar maiores informações no “Blog do Didi”, disponível em: <<http://www.blogdodidi.com.br/cariri/camalau-realiza-1o-sertao-vivo-no-proximo-dia-03/>>.

conhecem esses sítios. Ela usou-se como exemplo: *“Nunca fui ver, a gente deixa de conhecer a nossa região pra conhecer a região dos outros”*. Ela considerou as pinturas elementos importantes para o patrimônio local e, ao se referir aos pesquisadores de fora que iam até a região estudá-las, entende que esses ajudam a *“resgatar uma coisa que aconteceu e seria muito importante trabalhar um projeto pra todo mundo conhecer”*.

Seguimos para a residência do morador mais antigo do sítio Cangalha, P. (>70/M). Desconfiado com a nossa presença, não quis conversar muito. Comentou que ouviu falar das pinturas, mas que nunca viu nada. Denomina-as como letreiro e diz: *“era o que os índios escrevia nas pedras”*. Em todas as minhas conversas, não as forçava, esperava que acontecessem naturalmente, e nem sempre aqueles com que iniciava uma prosa queriam de fato conversar comigo. Essa situação aconteceu com certa frequência em alguns locais, no sítio Cangalha foi um deles.

Mais a frente, avistamos uma senhora sentada em frente a sua casa, em uma cadeira de balanço, era R. (>70/F). Ela também foi professora local e diz que chegou a ir certa vez com os alunos da escola: *“Aqui no sítio os índios faziam letra nas pedras, levamos os alunos pra ver essas letras [...] Eu acho interessante e não desaparece porque é coisa da natureza”*.

A dificuldade em encontrar moradores disponíveis para conversar foi grande nesse sítio. Mas seguimos procurando, até encontrar A.E.F. (73/F). A senhora nos convida para entrar e sentar na sala de sua pequena casa. Ela mora sozinha e por vezes seu irmão vai até lá para conversarem. Ao explicar sobre o que estava pesquisando e mencionar as pinturas nas pedras, a moradora lembrou que A.M.S. (63/M), muitos anos atrás, havia passado por lá em busca das pinturas, e que ela foi até as pedras com letras quando era mais nova. *“Tem umas letras, do tempo antigo, mas como não sei ler, não sei o que é”*.

A.E.F. (73/F) mora quase que em frente a serra onde se encontram as pinturas. Da sala, com a porta aberta, ela apontava para fora, dizendo que muitos que moram por ali que ainda têm o hábito de caçar escutam às vezes gemidos, e que muitos acreditam que é porque ali deve ter botijas enterradas. Então, pergunto se, por curiosidade, os moradores do sítio costumam ir até as

pinturas olhar. Ela, muito risonha, me respondeu: “*Não tem o que ver, porque não entende nada, né!*”. Agradeço toda atenção e sigo para o sítio da Rajada.

Uma das primeiras casas que chego na Rajada é de M.M. (>60/F). Ela me convida para entrar em sua casa e sentamos na sala. O casal Novo Mundo me apresenta e conversamos um pouco sobre assuntos mais triviais. Então, a moradora conta que morou em São João do Tigre. Lá, no terreno de sua mãe, L. (91/F), tem letras dos índios nas pedras. Mas que, ali na Rajada, alguns moradores comentam que a Serra tem um pé de planta (laranjeira) que dá para ver de longe e que abaixo dessa árvore tem um tesouro. Entretanto, quando se tenta chegar até o pé de laranjeira, ele parece estar mais longe. Assim, nunca se chega até ele.

Como pode-se perceber, na maioria das vezes que a conversa se inicia sobre as pinturas nas pedras, surgem “lendas”, que envolvem o mal-assombro e o imaginário dos moradores. E a moradora relata a mesma descrição do irmão de S.S. (>45/M), que em cima da serra aparecem tochas, no meio das árvores. R.C.S. (34/M) também reafirma, dizendo que da Floresta – como também é chamado o Assentamento Novo Mundo – já conseguiu ver as tochas no alto da serra e se questiona sobre o que será que são. Segundo a moradora M.M. (>60/F), alguns acreditam que é nave espacial, extraterrestre, mas outros acham que ainda são os índios. “*Quase todo mundo vê, mas ninguém quer subir pra ver com medo*”. A moradora afirma que essas aparições têm horário para acontecer: “*as tochas se movem muito, e é só a noite, tem horário, entre as oito, nove, dez da noite, e depois desaparece [...] Quando os cachorros começam a latir muito, a gente já sabe, que elas tão lá*”. Como afirma também ter visto as tochas, M.C.O.I. (77/F) expõe sua impressão: “*dizem que é caçador, ou é coisa dos índio vadiando*”.

Seguimos assim para a próxima residência do sítio Rajada. Encontramos M.C.O.I. (77/F), moradora da Rajada a 68 anos. Ela relata que sempre vê na pedra a pintura de um pavão “*e tem mais um pé de macambira que forma a cauda do pavão, e um bodé*”, e que ali todos chamam de Pedra do Salão – essa nomenclatura encontrei nos documentos da CMT, quando catalogou os sítios que teriam pinturas rupestres. O interessante é que, quando a moradora descreve essa pintura, ela comenta que nem todos conseguem ver a imagem,

e que a pintura só aparece quando quer. M.C.O.I. (77/F) conta o porquê do nome Rajada: *“chama Rajada, não tinha curral aí o coronel, eles arrebanhavam e diziam onde a gente vai se encontrar? Aí diziam, alí, na pedra da rajada”*.

A moradora continua com outras histórias de mal-assombro que acontecem ali nas proximidades da Serra, que por vezes tem uns assobios: *“dizem ser os índios, um lugar onde enterravam os índios. O povo dizia que eles enterravam, colocavam pedras e depois queimavam. Pode ver que as pedra são preta [...] cova dos índio, é assim que chamam, seu Antônio Mariano pode informar mais”*.

Seguimos, assim, para as últimas casas da Rajada, que ficam bem em frente da Serra. Conheço, então, L.C. (>60/M). Conversador e muito receptivo, nos convida a entrar em sua casa e prontamente começa a falar sem cerimônia: *“Aqui era a residência dos índio, e o Boqueirão é a cova do pagão, porque tem muitas pedra e o chão é queimado. Têm também buracos com as madeiras e as pedras por cima, acho que enterravam e queimava né; ou podia ser bem um forno, porque dá, viu?”*. Descreve como imagina que poderia ter sido, se fosse um forno: *“Tulha de pedra em cima da tulha de madeira para esquentar a pedra e assar a carne”*.

*“E no Boqueirão têm, ninguém nunca escavucou não. Várias tulhas de pedra. Eu acho que se ainda existe resto mortais deles, já num tem mais não né. (Risadas), Isso era no tempo da antiguidade”*. Ele explica que se chama Cova do Pagão porque os índios não eram batizados. Também descreve a imagem do pavão e do bode, dizendo que ficam bem na ponta da Pedra da Rajada, também conhecida como Pedra do Salão. Ele mesmo faz a indagação: *“Por que salão?”*. E, na sequência, responde: *“Porque fazia parte do Caruá, e salão significa terra que dá água, porque tinha umas cisternas, natural sabe.”*, retorna assim para a imagem do pavão e do bode, *“muita gente vê, mas muita gente não vê. E nessa pedra pode ter um reinado escondido, porque tem chiado no chão, e entre meio dia e uma da tarde tem o som, de um negócio arrastando, quando isso acontece chove muito, agora faz tempo que não acontece, por isso não chove”*.

M.L. (>40/F), esposa de L.C. (>60/M), também comenta: *“Pelejei pra ver esse pavão”*. N.M.S.(30/F) respondeu: *“Então não é pra todo mundo ver”*. M.L. (>40/F) acrescentou: *“A mulher de M. vinha no carro e dizendo que tava vendo*

*uma pedra com um negócio, a cabeça de um pavão, o rabo de uma pavão, e ela dizendo que tava vendo. Eu acho que não, porque eu mesma não vejo”.*

Com propriedade, detalhou alguns acontecimentos que se deram ali nas proximidades: *“Gente do Rio Grande do Sul já veio até a gente, da França veio uma época que veio vinte professores, ficaram na casa sede do assentamento. Ela era estudante em Sumé, e eu fui lá com eles. Eles foram pro cruzeiro, filmaram tudo. Aí depois de um tempo uma das moças voltou e pediu pra levar de novo, aí ela viu tudo e disse - Oh Seu L. aquilo que você falou aqui que foi a entrevista que eles falou com você, que filmavam tudo. tá passando nos filmes lá na França e tá sendo o maior sucesso. - Aí na hora eu respondi, - é assim mesmo, vocês faturam tanto dinheiro com as minha coisa aqui e eu precisando com tanta necessidade. (Risadas). Num é assim?”.*

Sobre os *“desenhos dos índios”*, L.C. (>60/M) contou que não conhece a Pedra Pintada nem a Pedra do Letreiro. *“Nunca vi pedra escrevida”*. Mas M.L. (>40/F) diz ter visto na Raposa, que fica em São João do Tigre: *“Tinha umas pedras bem feita era um J bem feito, era um V W, mas acho que o dono arrancou, mas aquilo não foi feito com mão de gente, porque é bem feito demais, é coisa da natureza”*.

Conheci A.C. (58/M), que foi proprietário por dezoito anos do sítio Pedra Pintada. Muito simpático, foi até os fundos de sua casa e começou a cortar melancias para servir. Ele fez questão de mostrar sua casa e o quanto estava organizado, destacando em sua apresentação que mesmo sem ter uma esposa em casa, sabia manter a casa organizada. Com orgulho, mostrou sua plantação e, principalmente, por ter água em sua propriedade.

E.O. (67/F), que me acompanhava, explicou o que estava procurando, com suas próprias palavras: *“a menina tá atrás de saber coisas sobre os letreiros”*. O homem então, saudoso, lembrou o quanto sua falecida mulher gostava do sítio da Pintada, que era ela que organizava muitos piqueniques e que iam muitos turistas: *“gente da Alemanha, Holanda”*, contou com empolgação. Passando as mãos sobre a cabeça, disse ter ficado decepcionado quando sua filha vendeu o sítio, principalmente porque o atual proprietário optou por desmatar todo o sítio para vender a lenha e que agora a paisagem está bem diferente de antes.

Segundo A.C. (58/M), devido ao grande período de seca, a barragem que era próxima as pinturas secou e quase ninguém vai até lá. O homem saiu da sala por um instante e retornou com um álbum de fotografias, para mostrar como era o sítio no período que morou. Mostrou-me cada fotografia, relembando cada momento, pessoas e o quanto aquele sítio e as pinturas tinham uma conexão afetiva em sua vida, devido à lembrança de sua esposa.

Descreveu como se lembrava das imagens do sítio da Pintada: *“tem umas aves, acho que avestruz... uma cobra, umas mãos, e é bem alto... Não sei como faziam, acho que eles trepavam um nas costas do outro, porque naquela época num devia ter escada”*. E continuou: *“O povo que ia lá pesquisar dizia ter mais de dez mil anos, então é muito antigo né... tem até as pedras que eles usavam pra fazer as tintas, os pesquisadores que me mostraram”*.

A.C. (58/M) evocava o máximo de lembrança que tinha daquele lugar. Eu percebia sua empolgação ao falar do sítio devido aos detalhes que descrevia. *“Lá também tem uma pedra que parece uma panela de pressão, você bate assim - (o interlocutor pegou uma panela e bateu para demonstrar o que estava descrevendo) -, e faz um som igualzinho esse som, é um mistério que tem dentro, né!”*.

Contou, ainda, que na época em que viveu lá, abriu algumas trilhas para facilitar o deslocamento de turistas e moradores para chegarem às pinturas. Pensava que poderia ser um bom ponto turístico. Relata que colocou até cordas pelo caminho para sinalizar. Adorava ter aquelas pinturas em suas terras, mas que não sabia o valor. Também diz que o povo da região não dava muita importância: *“ninguém falava ou conversava sobre as pinturas, iam mais mesmo pra nada e beber cachaça na barragem”*.

Em uma das fotos, ele me mostrou a quantidade de pessoas que frequentavam o lugar para se refrescarem nas águas e fazer churrascos e piqueniques. Sobre a atuação dos pesquisadores, A.C.(58/M) diz: *“eles iam fazer a história daquilo ali, eles conversavam e pediam pra não fazer fogueira perto, deram até remédio pra matar os marimbondos, eu coloquei, era pra preservar né.”* Relembrou, ainda, que algumas vezes as escolas levaram os alunos e que hoje em dia acredita que isso não acontece, porque não mora

mais ninguém no sítio: “*Tem muitas pegadas – gesticula referenciando as mãos como pegadas –, mas só que sabe sou eu*”.

De volta a cidade, M.A.S. (45/F) apresentou-me à J.A. (46/M), que cresceu no sítio Cacimba das Bestas. Enquanto ele trabalhava sovando o pão, descreveu suas memórias do tempo em que viveu no sítio. Contou que lembrava dos desenhos, de uma cena de caça, de um animal com o filhote e muitas letras. Afirmou que sempre que retorna ao sítio gosta de ir até as pinturas ficar olhando e pensando quem as teriam feito, quando teriam sido feitas e que acha tudo muito interessante. As pinturas ficam perto da casa de sua mãe e os desenhos ficam no “*pé da serra e mais pra cima também*”. Ele também diz que à noite, por vezes, se ouve uns assobios: “*dizem que é coisa de caboclo brabo, ou das caiporas*”.

J.A. (46/M) contou que as pessoas não dão muita importância e que os desenhos fazem parte da paisagem. Segundo ele, a maioria dos moradores pensa sobre os pesquisadores que vão até os sítios para tirar foto dos desenhos da seguinte forma: “*aquilo são um bando de doido*”, comentou dando risada. Também contou que quando essas pessoas de fora vão até lá, conversam e “*dizem até que aqueles desenhos tem mais de mil anos, mas eu num acredito, ter mais de mil anos, acho que deve ser do tempo antes do descobrimento, mas num existia nada antes do tempo de Cristo, né?*”.

A partir das conversas, foi possível selecionar, de modo pontual, alguns termos que mostram-se difundidos no repertório imaginário e referencial dos informantes quando abordavam em suas conversas, as pinturas rupestres e os cemitérios indígenas.

**Quadro 05** - Representações e Impressões a partir das conversas e fruições com os informantes:

Sítio(s) Referencia do(s)	Sítio Arqueológico	Informante(s)	Local da Conversa	Termo(s) Associado(s)	Observações
		V.N. (55/F)	Sala da Casa/ Cidade	Esteirinha	Lembra das visitas ao local em sua infância.
		N.M.S. (30/F)	Sala da Casa/ Cidade	Ossinhos	Seu contato com o material arqueológico se deu através da equipe.



<b>Barra</b>	IDEA	M.M.O. (41/M)	Carro/ Cidade	Machadinha; Corisco	É Informante e relata querer participar de modo mais ativo no processo de sondagem e prospecção.
		P.R.F. (48/M)	Prefeitura de Camalaú	Cabeça; Ossada	Menciona o caso dos crânios encontrados e o envolvimento da polícia local.
		M.V. (43/F)	Sala da Casa/ Próximo ao Sítio Barra	Pedra do Caboclo; Mal-assombro	Brincava no local com demais crianças da região.
		F.P.M. (27/F)	Sala da Casa/ Próximo ao Sítio Barra	Ossos; Buraquinhos nas Pedras	Descreve o que lembra. Observa que ao ser perguntada sobre o local, não tem tantas informações a respeito. Acredita que a presença dos arqueólogos é de grande importância, mas que deveriam voltar para dar mais informações.
		J.E.S. (55/M)	Varanda e Cozinha/Sítio Barra	Pedra do Caboclo; Faz parte da Serra do letreiro; Esteira; Cabelos	Descreve o que lembra ter encontrado no local e suas impressões. Teve “visagens” no local, mas não quis falar sobre isso.
		I.J.P.S. (>40/F)	Varanda e Cozinha/Sítio Barra	Coisa de Caboclo Bravo; Furna	—
<b>Beira Rio</b>	IDEA	M.F.S.G. (67/F)	Sala da Casa/Sítio Beira Rio	Coisa da Natureza	
		M.V.S. (68/M)		Emas; Coisa bem feitinha	Descreve as pinturas e as desenha no ar para explicá-las. Define como coisa feita no começo do mundo.
<b>Cacimba das Bestas</b>	IDEA	J.A. (46/M)		Cena de Caça; Desenho de um animal com filhote; letras; Coisa de caboclo brabo;	Descreve suas lembranças enquanto sovava o pão em sua padaria. Considera que os desenhos fazem

				Caiporas	parte da paisagem.
<b>Cangalha</b>	IDEA	P. (>70/M)	Calçada de sua casa/Cangalha	Letreiro; Escrita de Índio	Não quis conversar muito.
		R. (>70/F)	Calçada de sua casa/Cangalha	Letra nas Pedras; Coisa da Natureza	Foi professora e chegou a levar seus alunos nos sítios arqueológicos.
		A.E.F. (73/F)	Sala da Casa/Cangalha	Letras; Botijas; Mal-assombros; Assobios	Atribui culpa ao seu analfabetismo por não conseguir ler as letras nas pedras.
<b>Mateus</b>	IDEA	M.O.S. (88/F)	Sala da Casa/Cidade	Serra do Letreiro; Caboclo Bravo; Fogão de Pedra; Mal-assombro	Associa as pinturas como indicações para localizar dinheiro enterrado.
		M.B.M. (75/F)	Varanda da Casa/Sítio	Botija; Cangaceiro	Tinha o hábito de ficar na fumaça onde ficam as pinturas para pensar.
		R.C.S. (34/M)	Sítio Mateus	Rosto; Fogueira	Suas impressões e fruições eram compartilhadas com os demais no local.
		E. (45/M)	Sítio Mateus	Círculos; Sóis; Forno	Autoriza corridas de motocross cujo trajeto passa próximo ao sítio arqueológico.
		M.S.S. (68/M)	Sala da Casa/ Assentamento Beira Rio	Figura de um burrego; Rabeca; Sol; Lua	Descreve de suas lembranças as pinturas. E diz que as pinturas somem e aparecem dependendo da época. Teve “visagem” no local.
<b>Parque das Pedras</b>	IDEA	J.D.F. (71/M)	Loja de Bolos/ Cidade	Índios tradição	Teve uma intuição para achar os ossos.
<b>Pedra Pintada</b>	IDEA	M.S. (15/M)	Calçada do Mercado	Mãos Pintadas e Linhas formando a letra “M”	Sinais para outros índios. Sentiu-se privilegiado em conhecer.
		A.C. (58/M)	Sala da Casa/ Roça Velha	Avestruz; Cobra; Mãos; Pegadas	Descreve suas lembranças afetivas e seu contato com equipes de arqueólogos.

		P.R.F. (48/M)	Prefeitura de Camalaú	Pintura Rupestre; Local de Paradas; Caminho das águas; Desenho de índios; Botija	Descreve o material usado nas pinturas: urucum. Considera a presença dos arqueólogos muito importante. Pinturas seriam um sinal de onde as botijas seriam enterradas.
<b>Pindurão</b>	NIDEA	M.S. (51/M)	Calçada do Mercado	Tesouro; Maldição; Botija	Lenda local que desperta curiosidade.
		L.C. (56/F)	Quarto de Costura/ Assentamento Novo mundo	Picoito	Descreve a lenda.
<b>Poção</b>	NIDEA	S.S. (>45/M)	Calçada do Mercado	Casas dos Caboclos Brabos	Segundo ele, as casas são feitas de pedra e telhados eram palha.
		P.R.F. (48/M)	Prefeitura de Camalaú	Casas dos Caboclos Brabo	Segundo o informante, essas casas seriam no Sítio Quati.
<b>Rajada / Pedra do Salão</b>	NIDEA	S.S. (>45/M)	Calçada do Mercado	Extraterrestres; Tochas	Relata que já viu tochas dançando no ar.
		M.M (>60/F)	Sala da Casa/ Rajada	Pé de Planta (laranjeira); Tesouro; Mal-assombros; Tochas	Cria referências com lendas ao mencionar possíveis pinturas.
		M.C.O.I. (77/F)	Sala da Casa/ Rajada	Pavão; Bode; Pé de Macambira; Pedra do Salão; Cova de índio	Refere-se a possíveis cemitérios indígenas com pedras queimadas.
		L.C. (>60/M)	Sala da Casa/ Rajada	Residência de Índio; Cova do Pavão; Mal-assombro; Reinado	Descreve os locais que considera cemitério indígena. E conta sobre as estórias de botijas e mal-assombros.
<b>Roça Nova</b>	IDEA	M.A.S. (45/F)	Calçada do Mercado	Pessoas dançando Quadrilha	Representação sobre as pinturas do Roça Nova.
		F.F.N. (54/M)		Ponto de Parada; Lagarto;	Refere-se aos possíveis

				Círculos	significados que acredita.
		M.R.S. (47/F)		Brincadeira de Roda	Certa equipe realizou uma limpeza nas pinturas na tentativa de minimizar a danificação causada pela urina de mocó.
<b>Sítio do Meio</b>	NIDEA	S.S. (>45/M)	Calçada do Mercado	Faixa de Letreiro Vermelho	Relata que conhece vários locais com pinturas/letreros por ter o hábito de caçar.
<b>Serra da Areia</b>	NIDEA	E.O. (67/F)	Carro/ Estrada Roça Velha	Letreiros; Assobios; Fogueiras	Diz que os filhos têm o hábito de caçar e que tal local fica no mesmo cinturão da Serra da Pintada.

**Quadro 05** - Representações e Impressões a partir das conversas e fruições com os informantes. (Legenda: IDEA - Identificado pela Equipe Arqueológica / NIDEA - Não Identificado pela Equipe Arqueológica). **Fonte:** Dados da Pesquisa.

Início agora as transcrições das conversas com parte da equipe de arqueólogos da UFPB e outras duas pesquisadoras que atuaram nos sítios de Camalaú, com as devidas análises e correlações com as demais teorias, dados e informações entrelaçadas neste trabalho.

Observa-se, antes, uma questão em relação ao Arqueólogo. Segundo Sousa (2018), o Projeto de Lei n. 1119/2015, que regulamenta a profissão de arqueóloga/o no Brasil, está em vias de finalização no Congresso, aguardando apenas a sanção Presidencial. Neste projeto, considera-se profissionais da Arqueologia:

[...] àqueles que possuem graduação em Arqueologia. Também são considerados arqueólogos aqueles que possuem mestrado ou doutorado (pós-graduação *strictu sensu*) em Arqueologia, desde que também possuam mais 2 anos de exercício de atividades **comprovadas** relacionadas ao campo profissional da arqueologia. Também é necessário que os cursos de graduação ou pós-graduação sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação (SOUSA, 2018, s/p).

Feita essa observação, pois alguns dos pesquisadores que atuam em Camalaú enquadram-se nesta definição, são Arqueólogos por possuírem pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia. Retomo a descrição das conversas.

No Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), encontrei-me com parte da atual equipe que vem desenvolvendo atividades de pesquisa nos sítios arqueológicos de Camalaú:

professor Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto (M/56), Silvana Moreira da Silva (F/28), Francisco de Assis Soares de Matos (M/31) e Thiago Fonseca de Souza (M/33).

Apesar do encontro ter ocorrido para a conversa da pesquisa, não foi possível fugir de certa objetividade do tema central: os sítios arqueológicos. Mas, ao mesmo tempo, busquei de meus informantes um esforço maior no campo de suas memórias e impressões iniciais, para evocar suas lembranças para antes de todo sua capacitação técnica e teórica. Como todos os informantes aqui estão habituados com técnicas metodológicas de pesquisa, o uso do gravador não foi um elemento constrangedor, mas algo inerente ao que eles já estavam esperando de minha parte.

Pedi, assim, que todos se identificassem e, conforme os assuntos fossem surgindo, a conversa se tornaria mais fluida. Entretanto, acredito que o lugar de disposição das pessoas na sala, tudo isso influenciou significativamente na dinâmica da conversa, que, ao meu ver, se assemelhou a uma entrevista. Apesar da descontração entre todos, em certo sentido organizou-se de modo diferente das conversas que tive com os moradores de Camalaú, que ocorriam nas salas das casas, calçadas, ruas etc., essas alcançaram o objetivo de uma fruição entre suas memórias. Ainda assim, as informações levantadas nessa “entrevista” com os arqueólogos pôde nos apresentar elementos relevantes. Atento que continuarei a utilizar apenas as iniciais, sexo e idade para identificar meus interlocutores aqui, por uma questão de coerência e padronização da tese.

S.M.S (F/28) é a primeira a relatar como se deu seu contato com a área da arqueologia: *“Na verdade, foi mais como uma oportunidade financeira”*. E foi assim que surgiu sua relação com o campo da Arqueologia, como muitos estudantes de graduação. As bolsas de extensão e pesquisa auxiliam significativamente nas despesas dos discentes, como no caso de S.M.S (F/28), que veio de outro Estado, Bahia, para estudar Antropologia em Rio Tinto/PB, bem como proporcionam novos aprendizados e abrir outras possibilidades profissionais. Ao perguntarem se ela gostava do campo arqueológico, respondeu que adorava, mas, ao mesmo tempo, que não tinha ideia do que se trata, tinha como imagem apenas a *“escavação de osso”*. Então, passou a pesquisar previamente e teve conhecimento sobre o que era arte rupestre e

sobre informações na região onde a pesquisa ocorreria. S.M.S (F/28) conta que antes de fazer Antropologia, queria estudar Agronomia, porque adora lidar com a terra e com o mato. Então, ela, a partir do contato com a pesquisa arqueológica, passou a se identificar, principalmente pelas roupas e o trabalho em si.

*“Aí fui feliz, porque no primeiro contato já houve de fato uma escavação né, onde foi encontrado material, já pude ter tido com relação a o que fazer em campo, Thiago e Chico me ajudaram bastante, em relação a isso, e aí eu fui meio que assim, ficando em dúvida entre Arqueologia e Antropologia, porque eu já comecei a me identificar também para o lado da Arqueologia. Então a imagem que eu tinha era, não era nada comparado ao que eu tenho hoje, sabe, eu não tinha noção, mudou totalmente”.*

F.A.S.M. (M/31) conta que sua primeira formação foi em História, desde o ensino médio esse era o curso que almejava. No segundo período do curso de História, viu a oportunidade de uma disciplina optativa, “Arqueologia Brasileira” com o Professor Carlos Xavier. Então, teve contato com o campo arqueológico e passou a se interessar muito pela prática e pela área. Entrou, assim, no grupo de pesquisa e permanece até hoje.

*“Eu acho que a Arqueologia, eu tinha o entendimento de Arqueologia voltado com o que o pessoal hoje entende por Paleontologia, questão de mexer com ossos de animais. Mas depois que eu entrei em contato, que eu vi que era uma coisa totalmente diferente, trabalhava cultura material, trazia a cultura material de sociedades passadas à tona da história das sociedades. E eu acho que eu já meio já tinha esse direcionamento que eu gostava muito de cavar, e de procurar. Vou cavucar aqui pra ver se acho alguma coisa aqui em baixo, eu já tinha essa percepção. Mas assim, não conhecia o campo da Arqueologia como era mesmo, de trabalhar a cultura material, as técnicas”.*

F.A.S.M. (M/31), assim como algumas pessoas que conheci e que cresceram no interior paraibano, como os moradores de Camalaú e outras regiões, relatou esse hábito de “cavucar” o chão para ver se encontrava algo. Esse ato parece acompanhar as gerações sertanejas, no qual as estórias de botijas ainda ecoam fortemente no imaginário popular. Como foi o caso relatado de J.D.F. (71/M) que, devido a esse hábito, encontrou um cemitério

indígena em seu Sítio. F.A.S.M. (M/31), através dos trabalhos que ia aprendendo o trabalho de campo, a questão de cavar, de prospecção, foram os elementos que auxiliaram na construção da imagem do profissional do Arqueólogo e foi gostando cada vez mais da profissão.

T. F. S. (M/33) tem sua formação também em História e identificou sua aproximação com a Arqueologia como semelhante ao que foi narrado por S.M.S (F/28). Pesquisava Período Colonial e saiu desse grupo de pesquisa. Mas, por gostar muito da área de pesquisa, buscou outro grupo para fazer parte. Em um desses grupos, encontrou com F.A.S.M. (M/31), que indicou o grupo que atuava com pesquisa arqueológica. Como era voluntário, pensou que se não gostasse poderia sair a qualquer momento. *“Assim, em princípio, eu tinha aquela ideia geral sobre Arqueologia, escavação, mas era muito mais, uma coisa, eu acho que eu não tinha uma visão de uma Arqueologia do Nordeste ou da Paraíba, era muito mais, uma coisa do Egito Antigo, essa coisa assim. É claro que eu sabia que existia, algo, neste sentido, mas eu não conseguia enxergar essa pesquisa arqueológica aqui no Brasil, principalmente no Nordeste. Então foi o meu primeiro contato, e quando eu vi, logo após que eu cheguei no grupo, eu lembro que foi próximo ao fim do ano, aí logo no início do outro ano a gente foi a campo, aí foi exatamente quando eu me identifiquei muito, assim com a área. A primeira vez que eu fui a campo, fiquei, caramba, é isso aqui é o que eu quero fazer, eu me identifiquei, achei magnífico mesmo, de lidar, de ir à campo, fazer campanha, registrar os sítios, fazer coisas em áreas que normalmente as pessoas não vão, então isso me identificou muito, eu me identifiquei muito com isso, com essa área da Arqueologia, achei bacana. Então assim, aí a partir disso fui me especializando mais”.*

Pergunto a todos da equipe sobre o tipo de imagem do arqueólogo, em relação a construção imagética encontradas na mídia, principalmente no cinema, se esse tipo de representação passou pela imaginação deles antes do contato direto com a área. E todos responderam que sim, que esse tipo de representação fez parte do imaginário, a figura do profissional da arqueologia enquanto um aventureiro, desbravador, descrito como o personagem Indiana Jones.

Peço, então, que cada um relatasse suas lembranças do primeiro contato com os sítios de Camalaú, quais as impressões que tiveram ao ver as pinturas rupestres e como eles descreveriam as mudanças interpretativas em relação às pinturas rupestres desde o primeiro contato até hoje, conforme iam aprofundando os estudos e pesquisas no campo arqueológico.

F.A.S.M. (M/31): *“Bem, eu acho que minha primeira viagem para Camalaú, não lembro o ano direito, não sei se foi 2009, acho que foi 2009, eu não tinha ideia do que era arqueologia, foi uma equipe grande, até o pessoal da Geografia, muita gente mesmo, e eu acho esse primeiro campo a gente foi fazer uma sondagem no Sítio Barra de enterramento, coleta de sedimento, neste campo a gente encontrou sepulturas, [C.X.A.Z. (M/56) de topografia também], foi fazer topografia, [...] a gente fez acho que umas 3 a 4 sondagens, fez a topografia e recolheu os sedimentos. Aí foi na hora que eu comecei a me ligar mesmo, arqueologia trabalha com a cultura material produzido pelo outro, então comecei a ver cerâmica no sítio, comecei a ver trançado, comecei a ver ossos humanos nos sítios, aí falei, não, é por aqui mesmo, que o caminho é este. Aí com relação ao meu contato com o círculo de pintura, quando eu olhei eu pensei o pessoal tava desenhando, num tava fazendo nada, pegou uma tinta aqui e começou a riscar. Principalmente porque acho que o sítio que a gente visitou de pintura, foi o Sítio Picoito, [...] foi até com uma turma da disciplina, e lá só tem grafismo puro, foi neste sentido, o pessoal tava sem fazer nada aqui, pegavam a tinta e iam pintar e tal. Mas com o decorrer do tempo, foi mudando essa visão, aqui tem um sentido, o pessoal pintou aqui num certo local, que tava demarcando um território, pintou aqui uma representação humana, uma representação de animal, porque tinha um sentido pra eles, no caso tava representando o animal naquele dia ou, tava representando o seu dia a dia, a sua história, os seus rituais”.*

C.X.A.N. (M/56): *“Minha primeira ida à Camalaú... Foi com a equipe de Geografia também, Núcleo de Pesquisa de Geografia Aplicada da UFPB com o professor Paulo Rosa, em 2005 ou 2006. Mas quando chegamos lá, tínhamos um projeto que vinculava Arqueologia com a questão ambiental. Na época tinha um relativo apoio da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, e muito apoio aqui da Universidade. Já conheci o M.M.O. (M/51), que foi apresentado com o primeiro informante, ele conhecia totalmente a região ali, e a gente começou nisso, já*



*tínhamos ido a outras áreas do Cariri, depois de Monteiro, tem nome de passarinho [...] Zabelê. Em Zabelê a gente só encontrou três sítios com pintura, que já eram de conhecimento da população local, eles fizeram até uma trilha demarcada, e em função dessa demarcação destruíram o sítio, mas foi por acidente e falta de informação. A área passou a ser centralizada em Camalaú pelo potencial informativo que a gente tinha lá. Além de sítios de arte rupestre, começou a identificar sítios de sepultamentos, sítios históricos. E começou essa relação com a prefeitura e com o M.M.O. (M/51) basicamente. Como era uma equipe muito grande, não tinha nem como fazer um relacionamento mais próximo com a comunidade, em primeiro lugar a gente não ficava hospedado no centro da cidade, ficava no assentamento. E em segundo, todo mundo chegava do campo, naquele esquema de só uma refeição por dia, chegava do campo, tomava um banho, ia pra cidade comer alguma coisa, ali no assentamento davam um almoço pra gente, e a noite, a gente ia pra cidade fazer um lanche e voltar. Como a equipe era muito grande, não tinha como fazer uma interação com o pessoal da comunidade. E a gente, nunca teve alguém especializado para isto”.*

Pergunto se alguns dos termos que ele utilizou a pouco para explicar sobre as pinturas e práxis arqueológica ele sempre conheceu ou foram adquiridos posteriormente: *“Não, não, não conhecia. Tipo, quando eu via a representação de um animal ou de uma figura humana, eu pensava o mesmo, esse pessoal não tava fazendo nada e chegou lá e disse vou pintar, pura prática e lazer”.*

T. F. S. (M/33): *“Bom, como eu falei, quando eu comecei no grupo, logo depois eu fui à campo, o primeiro campo que eu fui, foi exatamente Camalaú, é... meu primeiro contato com Camalaú, cidade pequena né, como eu sou da capital, e normalmente como é muito difícil eu ir pro interior, então assim, eu acho que foi uma das primeiras vezes que eu fui pro interior mesmo, para áreas assim, do Cariri, mais do interior da Paraíba. Então assim, cidade pequena, pacata, tranquila, sem muita movimentação, moto com força, meu primeiro contato foi esse com a cidade, mas super agradável e acolhedora. É, em relação ao sítio de pintura, foi nessa primeira campanha já, eu não tô lembrado qual o sítio foi, eu sei que foi um sítio com pintura, e pra mim, o primeiro impacto assim, foi o de observar muita coisa, o que se chama de grafismos puros né, de formas geométricas, pra mim naquela época não tinha significado, mas é eu não conseguia observar muita coisa,*

*pra mim era muita coisa misturado que não tinha significado, que não tinha [...] teria um sentido, mas eu num sabia dizer, pra mim não conseguia chegar a um certo sentido, e as vezes até observar algo que você não consegue identificar, o que é aquilo, assim, sei lá, um exemplo, uma representação zoomórfica, você olha olha, e não consegue observar, um exemplo, um cervídeo, você não consegue observar que é um cervídeo, então, aí a partir dos anos, que você, seu olho vai treinando, campos e campos e mais campos, você já começa a ter esse olhar, é de separar as coisas, de saber, ah, isso aqui é uma representação zoomórfica, isso aqui tem esses elementos aqui e aqui, o seu olhar fica mais treinado, querendo ou não querendo, e aí você começa a observar mais coisas do que você observava antes, e ao mesmo tempo você consegue, dentro da arqueologia sempre tem a questão de separar as coisas, segregar, organizar as coisas, então quando a gente chega no sítio, querendo ou não a gente já começa a fazer isso, já começa a separar as coisas, mas claro isso dentro de um olhar primeiro, naquilo que posteriormente vai ser trabalhado, enfim, de outras maneiras, mas em princípio, hoje em dia, com essa carga, de alguns anos trabalhando na área, eu acho que você já começa a identificar certas questões além do que F.A.S.M. (M/31) comentou, sobre questão cultural, essa noção do registro [...]”.*

F.A.S.M. (M/31) acrescenta a fala de T. F. S. (M/33): *“só uma adendo, com relação ao contato com Camalaú, eu não estranhei muito, porque eu vim de cidade pequena, [...] eu estranhei a cidade porque até o momento eu nunca tinha chegado a uma cidade que é cercada por serras, e o clima totalmente diferente neste sentido, e lá, e longe também, porque não tinha acesso a estrada asfaltada, hoje tem. E era muito longe para chegar, vai chegar mais não, (descontraído)”.*

S.M.S (F/28): *“A primeira vez que vi, achei massa, essa questão do lugar, do sítio, de início eu falei que gostava e tal, mas meio que fiquei assustada, depois porque como eu não entendia nada, e aí veio as leituras, que o professor passou, e aí eu comecei a ter uma ideia do meu papel, do que eu faria né, com a arte rupestre e tal. Mas o primeiro sítio que eu fui, foi onde houve a escavação, e aí, eu lembro bem o processo de peneirar, os negócios e tal, eu ficava com medo de deixar passar algum material, super importante, por não ter experiência com aquilo alí, mas com a ajuda dos meninos deu certo. O primeiro sítio de pintura foi o Tapuío, não tinha muita coisa e tinha, muita coisa junto, que eu não de primeira vez não conseguia*

*identificar muita coisa, basicamente nada. Cheguei em casa e tal, fui analisar, fui ler novamente algumas coisas, com o tempo, massa, fui esclarecendo algumas coisas. Hoje não, a última ida a campo, já foi totalmente diferente, é não houve escavação mas já consegui encontrar material sozinha, tipo lítico, que até então passaria despercebido, é... já saber meu papel em ver as medidas pra fazer aqui no laboratório, e já sabia olhar e identificar, da primeira vez que eu fui, no Tapuio não, mas no Mateus as pinturas que são bem mais visíveis, já deu pra dar uma olhada, e assim, impactante, porque a primeira vez que me deparei com pinturas daquele jeito ali né. Até então na minha cidade tinha, eu não sabia (risos), vim saber depois, porque não é uma coisa que me enchia os olhos e tal. E com relação à cidade, foi que eu percebi com um olhar mais antropológico, as pessoas em si, elas são muito espertas com relação ao nosso trabalho, com o que a gente faz lá, elas mantêm um interesse em saber o que a gente faz o por quê faz, e eu achei muito interessante essa questão”.*

Estive no mesmo campo com S.M.S (F/28), e, pela influência do seu curso de Antropologia, sua aproximação com os moradores se destacava dos demais da equipe. Pode-se dizer que as abordagens adotadas pelo campo antropológico colaboram para esse trato do pesquisador com as pessoas, sejam objetos de estudo ou não, como foi esse caso. Ela ainda destaca que, graças à essas conversas com os moradores de Camalaú, chegou a usar uma das falas em um de seus trabalhos da graduação.

Sigo certo roteiro para não me perder na conversa e direciono algumas perguntas aos demais colegas na sala. Menciono o tempo em que eles atuam no município, desde 2009, e durante esse período como se deu e se dá a relação da equipe com os moradores da cidade, como é a interação entre eles, se há uma aproximação. Como já participei de algumas idas à campo com a equipe, sei do tempo limitado que eles possuem para realizar o levantamento de dados e materiais, e menciono esses fatores. Assim, F.A.S.M. (M/31) explica: *“Eu acho que é nesse sentido, porque quando a gente vai, monta um cronograma para poder visitar os sítios específicos ali, como a gente trabalha com registro, a mão de obra é grande, passar um dia ou dois no sítio para poder documentar o sítio todo. Com relação ao contato, eu até sinto falta disso, o contato que eu tenho com o pessoal de lá, seria com o pessoal do posto, com M.M.O.(41/M),*

*com o rapaz que o apelido é Xila, que levou a gente num sítio lá. E com relação a conversar sobre o patrimônio arqueológico com o pessoal, só com o M.M.O.(41/M) mesmo e com Xila, esse contato assim, eu sinto falta. A gente tem que começar a conversar com o pessoal”.*

T. F. S. (M/33): *“Em relação a questão da pesquisa em si, tem todo esse elemento da programação, querendo ou não querendo, quando a gente faz uma expedição arqueológica, tem que levar em conta a questão do recurso humano e recurso financeiro, e tudo isso, enfim, se instalar lá é um gasto e tal, às vezes você tem que programar o campo de uma forma que dê pra fazer tudo aquilo que em princípio você tinha pensado em fazer, visitar os sítios, fazer sondagem, fazer escavação, enfim, N possibilidades. Agora nesta questão do contato com a comunidade, é... realmente, acho que fica faltando um contato maior, mas eu acho que, trazendo para o debate mais acadêmico, eu acho que é... que a gente pode dar um retorno pra comunidade neste sentido, com diálogo mesmo, em relação a questão das informações. Eu acho que, essas informações, esses dias que a gente vai lá e coleta as informações e mais informações, eu acho que a gente deveria ter esse papel de retornar de uma maneira, enfim, com diálogo com uma escola, enfim, N possibilidades de abrir esse debate com a comunidade. Eu acho que, para o arqueólogo seria mais fácil neste sentido. [...] Você entrar em comunicação com a comunidade, você não sabe como ela vai lhe enxergar, com aquilo que você tá fazendo, as vezes você pode até em certas circunstâncias você pode mexer até com a ideia tem do sítio, querendo ou não querendo, isso causa um impacto na comunidade. Mas eu acho que você tem que tentar equilibrar isso, e aos pouquinhos conversando com comunidade, e mostrando os resultados, acho que é nesse caminho, mostrar aquilo que você conseguiu coletar, durante esse tempo que você tem, que normalmente é muito curto”.*

Pergunto sobre a terminologia arqueológica, se seria interessante agregar as representações que são construídas pela comunidade – as terminologias locais, ao repertório técnico da Arqueologia como forma de estabelecer um elo e uma aproximação entre o saber científico e o saber popular. F.A.S.M. (M/31): *“Com certeza, porque eu acho que é por aí que se dá e deve se dar o contato. Entrar em contato com o pessoal e perguntar, o que é que você tá vendo aqui, o que você entende por isso. E a partir daí se tiver de acordo ou*

*não com a visão da gente, a gente vai construindo, falando - Isso é patrimônio arqueológico tal, isso faz parte da sua constituição, da constituição da cidade enquanto história e tal - conversar nesse sentido, acho essencial essa conversa, essa interlocução deve se dar tomando como base o conhecimento que esse pessoal tem e pensa com relação aquilo”.*

T. F. S. (M/33): *“É, eu acho que é por aí que, o F.A.S.M. (M/31) levantou a questão, e eu acho que outra ideia é que, eu penso que, o indivíduo só vai, vamos dizer assim, tomar aquilo para si, identidade e tal, a partir do momento que ele reconhece, sabe - é meu, pertence a mim, à comunidade. Então, eu acho que assim, como você tava falando, a gente tem essas informações e essas informações tem que ser entregues à comunidade, e a comunidade enfim, ela vai ter sua maneira de digerir essas informações”.*

Questiono se, para o arqueólogo, seria uma sobrecarga, além de atuar no campo prático, também ter que realizar essa mediação com a comunidade. F.A.S.M. (M/31) concorda, mas explica que é possível realizar ambas atividades, por meio de simples ações. E dá como exemplo uma situação que presenciou em campos de outras regiões: *“O pessoal da comunidade chega e fala isso é uma pintura de caboclo brabo e tal, e o pessoal responde, não, isso é pintura de tal período, e isso já vai cortando a relação e o contato”.* Ele também explica que a linguagem se torna uma barreira no estabelecimento de uma aproximação com os moradores locais.

Para finalizar, pergunto à C.X.A.N. (M/56) se em algum momento a comunidade camalauense teve acesso ao material coletado nas escavações realizadas até o momento. *“Todo material não está aqui, o material do Parque das Pedras e do Barra estão em Sergipe. Houveram visitas durante os trabalhos no Barra e no Parque das Pedras, o Parque das Pedras ainda é mais fácil porque fica próximo do centro da cidade, e tinha alguém para conversar com o pessoal. Fora isso, a comunidade tinha informação porque ia lá ver a gente, e principalmente pelo M.M.O. (M/56)”.*

Transcrevo agora a conversa “via online” que tive com J.A.S. (F/34), arqueóloga que realizou parte de sua pesquisa de doutorado em um sítio arqueológico de Camalaú, no qual estive presente durante seu trabalho de campo. Devido a distância geográfica, nossa conversa se deu no plano virtual,

mas já havíamos trocado algumas informações durante o período que estivemos em Camalaú, em 2015. Nesse período, pude observar as formas de relação da pesquisadora com seu objeto de estudo, sua empolgação, gestos e como descrevia todo o processo de seu trabalho<sup>107</sup>.

Como a conversa se deu através de uma rede social, acabou seguindo uma linha mais direcionada e objetiva, diferente de uma conversa pessoal, em que as respostas são mais instintivas e dão espaços a outros assuntos. Assim, pergunto se a arqueóloga teve contato antes de sua formação acadêmica com sítios arqueológicos. Ela responde: *“Não. O primeiro contato com um sítio arqueológico estava no primeiro período do curso, o que não deixou de ser algo totalmente novo e fascinante. Como o contato já ocorreu dentro do curso, já houve um conhecimento sobre seus significados”*.

Questiono como ela percebia a profissão do arqueólogo antes de iniciar sua carreira e o que passou a ser desconstruído ao se tornar uma. J.A.S. (F/34) diz: *“Acredito que todo mundo que ouve a palavra Arqueologia é direcionado a um pensamento que remete aventura. O trabalho efetivamente de campo exige um conhecimento técnico e conhecimento de diversas áreas correlatas, como por exemplo, gestão. Coisas que dificilmente pensamos, inclusive dificilmente estudamos”*.

Pergunto o porquê da escolha do sítio arqueológico de Camalaú e qual foi sua pesquisa naquele cemitério indígena. Ela diz: *“O convite surgiu dentro do projeto já existente. Minha atividade foi direcionada aos remanescentes ósseos identificados em um dos sítios”*. Questiono, ainda, se ela considera importante o diálogo com as comunidades locais, por parte da equipe de arqueólogos, e, em sua opinião, como esses diálogos deveriam ser construídos. A pesquisadora responde: *“Com toda certeza. Nós enquanto arqueólogos trabalhamos para resgatar um fragmento do passado e isso só tem sentido se representar algo para o presente, para o homem atual. A maior forma de ter a comunidade local ou geral como aliadas na preservação do patrimônio e levando até ela o conhecimento. Se um menino entende que o paredão com pinturas representa algo, a chance dele usar uma tinta para cobrir uma figura é menor, ao menos é assim que eu vejo e que conduzo meus trabalhos”*.

---

<sup>107</sup> No CD em anexo, constará os vídeos realizados durante o trabalho de campo conduzidos por C.X.A.N.(M/56) e J.A.S.(F/34).

Nessa relação com a comunidade, indago se ela considera que a terminologia empregada na arqueologia poderia ser uma barreira na comunicação e se seria possível um diálogo mais próximo, que vise a construção da preservação, em que os arqueólogos e demais profissionais que atuam nesse segmento pudessem considerar no processo de educação patrimonial os termos locais que a comunidade se refere aos sítios arqueológicos, seja com pinturas, vestígios ósseos, seja artefatos. Ela diz: *“Acho que a forma de comunicação tem que ser adaptada não só no discurso do arqueólogo, mas de todos os profissionais. Uma vez que se conhece o público e há um interesse que a mensagem seja compreendida e, propagada, a linguagem, os gestos e até os tipos de abordagens precisam serem adaptadas. Uma opinião, a pessoa diante do que eu vejo em campo. Trabalhei este mês em uma atividade de Educação Patrimonial e o que vejo muita resistência nos arqueólogos em desenvolver essa atividade está ligada mesmo a falta de interesse ou preparo para atividades em geral de educação. Somos formados como bacharéis, não estudamos nada de didática. Acho que algumas questões ocorrem realmente como reflexo do processo de formação”*.

Continuamos nossa conversa e tento fugir um pouco do tom de interrogatório, pedindo que ela fale sobre suas memórias durante o campo em Camalaú, sobre aquilo que chamou sua atenção e marcou durante sua estadia no local. J.A.S.(F/34) descreve: *“Eu particularmente gosto muito de cidade de interior. Camalaú seguramente é um dos lugares que eu voltaria. O complexo de sítios de pinturas me trouxe um conhecimento muito mais amplo sobre paredes, eu estava acostumada aos sítios daqui da região. Escavar um abrigo como o parque das pedras, tão pequeno e com uma representatividade de material ósseo de forma tão "desorganizada" realmente foi o ponto principal do meu interesse. Infelizmente como a escavação não foi concluída, não consegui trabalhar com este sítio na tese, mas realmente tive muito orgulho de co-orientar e participar da banca de uma aluna de graduação que fez toda gestão e interpretação do material do sítio. Há muito a ser pesquisado na região, sítios-cemitério mas sem pinturas mas com ossos pintados. Realmente me encantei com o projeto, e, inclusive com o seu trabalho. É interessante olhar os caminhos que a Arqueologia pode se envolver e observar essa interdisciplinaridade é fantástico”*.

Apesar da notícia que o sítio Parque das Pedras de Camalaú acabou não fazendo parte da tese de doutorado de J.A.S.(F/34), através da coleta dos materiais durante seu trabalho de campo, foi possível gerar informações e dados em um trabalho de conclusão do curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Sergipe, pela bacharel Gabriela Araújo dos Santos, com o trabalho **“Bioarqueologia Aplicada ao Estudo dos Remanescentes Humanos do Sítio Parque das Pedras-PB: Uma contribuição para a Arqueologia no Nordeste do Brasil”**, sob orientação da professora Doutora Olivia Alexandre de Carvalho. Essa produção de conhecimento colabora de forma significativa nas formas de preservação desses bens patrimoniais, oferecendo para comunidade camalauense, de alguma forma, um retorno das ações praticadas em seus sítios arqueológicos.

Outra arqueóloga que atua em Camalaú desde as primeiras visitas, em 2005, é A.M.P.O. (F/47). Sua pesquisa de doutoramento também tem como objeto de estudo sítios de Camalaú, com foco nas pinturas rupestres. Seguindo a mesma sequência de perguntas que realizei com J.A.S. (F/34), indaguei que contasse sobre seu primeiro contato com a arqueologia. Então, A.M.P.O.(F/47) relata: *“Meu contato com sítios arqueológicos se deu quando eu estava na graduação de história. Fui a primeira bolsista CNPq no projeto de pesquisa do Professor Carlos Xavier, sendo ele o meu primeiro contato com um arqueólogo. Em relação às inscrições e artefatos, eu só os via pela televisão. Ficava encantada, mas não tinha consciência que poderia tê-los em locais tão próximos”*.

Peço, assim, que descreva um pouco como ela imaginava o profissional arqueólogo e como foi a desconstrução ao entrar em contato durante sua graduação. *“A profissão do arqueólogo está muito ligada ao imaginário em torno da figura de Indiana Jones. Existe uma ideia romântica desta profissão. São vistos como caçadores de tesouros por alguns. Quando nos deparamos com a realidade, com os trabalhos de campo, percebemos que o dia a dia do profissional não é fácil. O trabalho é meticuloso e complexo. Uma vez uma arqueóloga me falou que o sítio arqueológico é um grande livro que lemos apenas uma vez, quando fazemos uma escavação. Cada camada levantada é uma página que se vira e conta a história do local. Por esta afirmativa precisamos ter um critério rígido no momento que*



*estamos fazendo um trabalho arqueológico, pois não é possível mais reconstituir o ambiente”.*

A arqueóloga relata ainda sobre sua pesquisa em Camalaú: *“A pesquisa em Camalaú se deu devido ao projeto de arqueologia apresentado ao CNPq. Este município apresenta sítios de pinturas rupestres interessantes e com características locais. Importante também observar que só encontramos sítios de pintura, não evidenciando sítios de gravura, como em outros locais da Paraíba”.*

Questiono sobre a interação entre arqueólogos e comunidade local. Ela pontua: *“A arqueologia tem que dialogar com as pessoas das comunidades, pois os sítios se encontram nelas e é através das conversas com a comunidade local que obtemos informações importantes para a pesquisa e relacionadas aos povos que viveram nestes locais. Uma boa opção é conversar com os caçadores locais. Em suas caçadas eles conseguem caminhar por grandes áreas e se deparam, muitas vezes, com vestígios desta natureza. Quando trabalhamos com educação patrimonial temos que ter cuidado com os termos que vamos usar. Até mesmo quando conversamos com a população local. Não podemos perguntar se eles sabem onde tem sítios arqueológicos, mas se existem pedras pintadas na região, ou outros objetos que foram deixados pelos índios que viveram nesta área. A comunicação tem que fluir e não ser um obstáculo na troca de conhecimento”.*

A pesquisadora continua expondo suas percepções e experiências em campo: *“É interessante observar que as pessoas que moram nas cidades não tem muita ideia do que sejam esses vestígios deixados pelos antepassados locais, diferentemente dos que moram na zona rural. Outro fato que deve ser apontado é a relação dos vestígios arqueológicos com o imaginário local. Pedras encantadas, locais com ouro, pedra de corisco, etc, são alguns exemplos de denominações que vamos encontrando quando buscamos informações sobre estes vestígios”.*

Percebe-se, nesse sentido, que há uma preocupação no uso terminológico por parte dos arqueólogos que atuam em Camalaú, no ato de aproximação e busca de informações com a comunidade local. Mas chamo a atenção para que o uso de termos técnicos não impede a compreensão de alguns camalauenses, que, por vezes, me corrigiam quando perguntava pelas “pedras pintadas”, acrescentando o termo “pinturas rupestres”, demonstrando claramente que tinham conhecimento sobre o assunto, remetendo a

importância para nós pesquisadores sobre a construção da ecologia do saber em nossos estudos.

Assim, as informações aqui encontradas, ora vislumbram memórias que se aproximam das representações mais populares, ao mesmo tempo que já se colocam entrelaçadas à novas memórias advindas dos conhecimentos técnicos que o trabalho científico promove. Percebe-se também que há o interesse por parte da equipe e de pesquisadoras que atuam no local em desenvolver ações que promovam maior interação entre eles e a comunidade. A representação dessas novas memórias, que cada membro da equipe foi elaborando ao longo do tempo, podem ser percebidas ao serem materializadas nos termos técnicos por eles utilizados e na própria construção de suas narrativas para descrever as lembranças. Apresento, assim, o Quadro 06, para sintetizar algumas informações coletadas nas conversas acima:

**Quadro 06** - Formas de Conceituação e Percepção dos pesquisadores, antes e depois de suas formações.

Identificação	Cidade de Origem	Contato presencial com sítios arqueológicos antes da formação acadêmica	Formas de Representação e Significação Iniciais	Formação Acadêmica	Formas de Representação e Significação pós-formação acadêmica	Tempo de Atuação nos Sítios em Camalaú/Pb
C.X.A.N. (M/56)	Rio de Janeiro/RJ	Não	Restos de comportamentos pretéritos, formas religiosas e rituais	Graduação em Arqueologia; Mestrado em Artes Visuais; Doutorado em Ciência da Informação	Pinturas e gravações como práticas simbólicas; Sítios de Sepultamentos; Sítios Históricos	13 anos
F.A.S.M. (M/31)	Cajazeiras/PB	Sim	Paleontologia; Mexer com Ossos de Animais; Cavucar; Botijas; Arqueólogo “Aventureiro”; Desenhos aleatórios/riscos	Graduação em História; Mestrado em Arqueologia; Doutorado em andamento em Arqueologia	Coleta de Sedimentos; Topografia; Sondagens; Cerâmica; Trançado; Grafismo Puro; Representação Humana; Representação Animal	9 anos
T.F.S.(M/33)	João Pessoa/PB	Não	Escavação; Egito Antigo; Arqueólogo “Aventureiro”; Não conseguia identificar muita	Graduação em Licenciatura Plena em História; Mestrado em Arqueologia;	Fazer campanha; Registrar os sítios; Grafismos puros; Representação Zoomórfica;	9 anos

			coisa	Doutorado em andamento em Arqueologia	Olhar treinado	
S.M.S.(F/28)	Senhor do Bonfim/BA	Sim	Escavação de Osso; Arqueólogo “Aventureiro”	Graduação em andamento em Antropologia	Escavação; Material lítico	3 anos
J.A.S.(F/34)	Aracaju/SE	Não	Arqueologia como Aventura	Graduação em Arqueologia; Mestrado em Arqueologia; Doutorado em Arqueologia	Remanescentes Ósseos	3 anos
A.M.P.O. (F/47)	João Pessoa/PB	Não	Indiana Jones; Ideia Romantizada da Profissão; Caçadores de Tesouros	Graduação em História; Mestrado em História; e Doutoranda em Arqueologia	Pintura Rupestre; Gravações	13 anos

**Quadro 06** - Formas de Conceituação e Percepção dos pesquisadores, antes e depois de suas formações. **Fonte:** Dados da Pesquisa.

Por meio das conversas, é possível notar o percurso das mudanças perceptivas e representativas de cada pessoa. Isso decorre do processo de fruição, que promove esse movimento, das conexões e ressignificações das diferentes memórias, conforme os conhecimentos, as experiências e vivências vão sendo adquiridas durante a vida de cada um. Esse movimento que foi esquematizado na Figura 09 (pág. 107) e demonstra o quanto a fruição se torna um mecanismo interessante para se observar as diferentes formas de representação, bem como uma alternativa para criar estratégias de aproximação para ações no campo da educação patrimonial.

Outro aspecto interessante é a formação interdisciplinar dos pesquisadores que atuam em Camalaú. Apesar de afirmarem que ainda não desenvolvem ações sistemáticas no âmbito da educação patrimonial, demonstram o interesse e a preocupação em estabelecer uma aproximação mais efetiva com a comunidade, direcionando a trabalhos que tendem a noção da ecologia dos saberes, discutido nesse trabalho, atendendo, nesse sentido, diretrizes propostas pelo Projeto de Interação do Centro Nacional de Referência Cultural, no que se refere a linha programática número três.

Nele, objetiva-se:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A

participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293).

Assim, os arqueólogos que atuam em Camalaú estão produzindo, através de suas pesquisas, informações significativas para o campo da Arqueologia, e, por meio desse trabalho com pesquisadores de outras áreas do conhecimento, podem gerar novas informações a respeito dessas sociedades pretéritas que habitam a região do cariri paraibano. As terminologias utilizadas na Arqueologia para representar as pinturas rupestres constituem-se como uma linguagem técnica desse campo do conhecimento. Dessa maneira, cada área do conhecimento irá organizar diferentes conceitos, pois “as imagens que compõem nosso mundo são símbolos, signos, mensagens e alegorias” (CAPELATO, 2005, p. 254). Dessa forma, é possível construir diálogos produtivos, entre palavra e imagem a depender da perspectiva em que ela será inserida e discutida.

Faz-se, assim, uma analogia das pinturas rupestres enquanto obras de arte:

A imagem de uma obra de arte existe entre percepções: entre o que o pintor imaginou e o que pôs na tela; entre o que podemos nomear e o que os contemporâneos do pintor podiam nomear; entre o que recordamos e o que aprendemos, ou seja, as interpretações são múltiplas. Cada obra de arte se desenvolve atravessando incontáveis camadas de leituras e cada leitor tem que retirar essas camadas para chegar à obra a partir de suas próprias conclusões (CAPELATO, 2005, p.254).

Considera-se, nessa conjuntura, que os trabalhos de observação e registro realizados nos sítios arqueológicos de Camalaú, apesar das dificuldades com recursos e equipamentos e conforme as informações apresentadas nessa pesquisa, estão sendo divulgados no meio acadêmico e ganhando visibilidade. Assim, já se torna possível o acesso por moradores da comunidade, como foi identificado durante uma conversa, mas é preciso expandir esse contato e essas informações.

Principalmente, deve-se levar em conta aqueles que foram a esses sítios arqueológicos, que conhecem sua importância enquanto patrimônio arqueológico e histórico. No que tange valores e sentidos à essas paisagens,

deve-se promover, a partir desses aspectos, o compartilhamento dos saberes (científico e popular) e de suas memórias, para, assim, aprofundar uma relação de apropriação e noção de pertencimento, que são essenciais para que não apenas essa comunidade possa ter autonomia e autogerir formas de preservação e conservação de seus bens patrimoniais, mas também para a própria sociedade brasileira reconheça tal patrimônio e história de seus antepassados.

## **CONSIDERAÇÕES EM DEVIR**

Considerando uma noção ocidental de tempo – em que as distâncias culturais e temporais, postas entre os grupos sociais que produziram tais artefatos, e aqueles que atualmente observam convivem e ressignificam esses patrimônios materiais –, acaba-se evidenciando certo hiato de significação e compreensão entre esses grupos. E, considerando que os modos de como se percebe o mundo está em constante transformação e pode-se dizer que, a maneira que nossos pensamentos se orientam hoje, organiza-se em uma noção ocidental de tempo, espaço e categorização, que envolve uma relação entre forma e conteúdo, e que, não necessariamente, correspondem aos moldes comportamentais e cognitivos dos homens pré-históricos.

Para o arqueólogo que estuda os grafismos rupestres e os artefatos deixados por esses grupos que habitaram um tempo pretérito, seus objetivos não são chegar aos significados originais das figuras, posto que é impossível. O que procuram é entender a sua forma de confecção, organização, distribuição no espaço e como constroem as paisagens. Nesse sentido, as interpretações que fazemos hoje de suas representações provavelmente estão distantes em seus sentidos e razões. O que foi está dado. Não há como afirmar seus significados. O presente propõe assim, significações que satisfaçam nossas questões, sejam no âmbito científico, das artes e do imaginário, atendendo aos desejos e indagações, como tentativa de aliviar e reduzir esse vácuo com o passado.

O patrimônio arqueológico de Camalaú caracteriza-se, para alguns de seus moradores, como um marco de memória daquela paisagem. Esses lugares com inscrições, artefatos da cultura material ou cemitérios tornaram-se

pontos de referência, destacando-se na paisagem e trazendo para si um passado, que permeia as histórias, lembranças e memórias daqueles que ali habitaram e ainda habitam. Os caçadores, as visagens, os mal-assombros são elementos que envolvem as crenças, o imaginário; e que adentra a própria realidade dos moradores camalauenses. Tornam-se elementos essenciais no que tange a preservação desses lugares. Elementos esses que são repassados entre as gerações através do hábito local dos diálogos com os mais velhos e nas conversas das calçadas, configurando uma tradição oral que prevalece e colabora com a preservação desses patrimônios.

A representação da informação – que não deixa de ser uma apropriação de conceitos e sentidos para se dar atribuição a algo, e uma forma de organização que facilite o acesso e a recuperação da mesma – não pode prescindir, segundo Bezerra (2013), dos modos de fruições que se manifestam durante seu processo. Ou seja, na relação entre patrimônio arqueológico, os aspectos imaginários/simbólicos e o conhecimento compartilhado entre as diferentes pessoas que atuam com esses elementos da cultura material reside a fruição, que, por sua vez, influencia nas representações e construção das informações.

Os profissionais aqui analisados, o Arqueólogo e o Cientista da Informação, por terem essa possibilidade múltipla em sua formação, podem agir e incorporar a ecologia do saber em seu processo de atuação. Vislumbram, assim, tanto uma aproximação do conhecimento científico com a sociedade, quanto fazer uso das informações que surgem das diferentes pessoas que se relacionam com seus objetos de estudo.

Pode-se dizer que tanto no campo da Ciência da Informação (CI), quanto da Arqueologia, que trabalham diretamente com a cultura material, bem como aqueles que habitam e convivem com tais elementos, deparam-se constantemente com esse processo de fruição que carregam diferentes fontes informacionais e memoriais a depender da perspectiva que se está analisando. Mas nem sempre há uma preocupação por parte dos profissionais que atuam com esses patrimônios em construir estudos que tenham como fio condutor essa noção de uma ecologia do saber. Deixa-se de lado, por vezes, as

representações das pessoas que convivem, produzem ou que colaboram na manutenção e conservação desses bens culturais.

Ao estudar as informações, e levando em consideração aquilo que lhe afeta de alguma forma com o intuito de obter novas informações e conhecimentos, cria-se um movimento processual na composição das memórias e nas relações de olhar e perceber aquilo que se está buscando compreender. Essa forma de compreender e olhar deve ser conduzida a partir das concepções da semiótica da cultura, que entende a cultura, enquanto informação organizada, linguagens (que ligam os diferentes domínios). Enfim, como um “sistema de armazenamento, processamento e transferência da informação” (VELHO, 2009, p.253).

A informação a ser representada a partir dos contextos socioculturais e dos diferentes tipos de registros provoca um processo de mediação que afeta o cientista da informação. Leva-o a realizar, no ato da representação da informação, as considerações particularidades própria da *coisa* analisada, e principalmente questões voltadas para a sociabilidade e socialização da informação, que poderiam colaborar de forma significativa para o campo da Ciência da Informação, e suas relações com os campos da Memória (LOUREIRO, 2002).

As reflexões da teoria de Santos (2007) sobre as Epistemologias do Sul e Ecologia do Saber colaboram de modo significativo nesse sentido. Promovem a apreensão e análise das informações, colocando-as em equilíbrio na sua valoração. Assim, correlacionam tal perspectiva ao uso da fruição no processo de representação. Dessa maneira, foi possível agregar percepções, memórias e conhecimentos, sejam dos colaboradores de Camalaú, seja da equipe de arqueólogos da UFPB – ou ainda em outros momentos, como com os alunos de graduação do curso de Artes Visuais, no qual tive a oportunidade de compartilhar uma visita à Pedra do Ingá com o processo de criação artístico do desenho –, os arqueólogos da equipe da Professora Dra. Maria da Conceição Lopes da Universidade de Coimbra (UC) e os colegas de diferentes áreas do conhecimento que participaram das aulas de Boaventura Santos, em Coimbra, e também apresentaram suas pesquisas em seminários no Centro de Estudos Sociais da UC. Assim foi possível trocar ideias e experiências.

Por influência das construções epistêmicas da ciência moderna, é possível perceber que, ainda hoje, algumas informações advindas do senso comum, principalmente no que envolve elementos culturais – como o imaginário –, são tratadas no contexto de folclore. E quando refiro-me à esse sentido de folclore, estou fazendo referência a um sentido pejorativo do fantasioso, e não a ideia de folclore no sentido de crença<sup>108</sup> (SANTOS, 2006), enquanto elemento da cultura popular que carrega elementos significativos que compõem as identidades de uma sociedade. Esse modo de tratar as informações que vêm de fora da academia cria cada vez mais um abismo entre essa realidade. É preciso romper ou criar novas formas de articulação com esse pragmatismo positivista e se permitir dialogar com diferentes perspectivas interculturais que reconheçam essas informações como sistemas de saberes plurais (SANTOS, 2006).

Através dessa “experiência etnográfica”, mesmo que incipiente, foi possível evocar “uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude de percepção” (CLIFFORD, 2008, p.36). Com essa busca em ter uma proximidade com as realidades locais das comunidades de pesquisa, viu-se que algumas estruturas permitem a construção de significados, colaborando na compreensão do papel daqueles patrimônios, observando ainda aquilo que é produzido, percebido, informado e interpretado pelo grupo.

A descrição densa, e principalmente o processo de reminiscência, auxiliou na significação dos fluxos das conversas e na própria fruição entre as coisas e as pessoas, incluindo-me nesse processo. Foi preciso, assim, olhar de perto e de dentro, identificando os sinais e signos, descrevendo situações, falas e fatos, para, então, ao sair do campo e adentrar ao gabinete, iniciar o processo de rememoração, reflexão, ressignificação e interpretação. Assim, resultou-se dos sentimentos vividos, das percepções e inferências e das fruições para a construção das informações que remetem à ação da patrimonialização de um bem cultural, para seu status de patrimônio cultural institucionalizado.

---

<sup>108</sup> Para Santos (2006, p.144), o sentido de crença é entendido enquanto “parte integrante da nossa identidade e subjetividade”, pois este modo de percepção surge a partir da ausência das ideias. O autor considera as ideias como algo que nos é exterior e que “nascem da dúvida e permanecem nela”.



Mesmo buscando respeitar essas vozes, no momento em que ocorre a transcrição das falas das pessoas, não se consegue levar ao leitor todas as outras afecções que ocorreram nessas conversas, os sons, as cores, as expressões. E, por isso, essa face documentada, escrita, não é neutra; e que, de certo modo, assemelha-se a um sepultamento (RICOEUR, 2007, p.506). “Essa sepultura escriturária prolonga no plano da história o trabalho de memória e o trabalho de luto”.

Ou seja, o documento torna-se uma instituição. Mas, ao mesmo tempo, provoca a partir do ato de reminiscência possíveis re-interpretações e reconstruções, reforçando a ideia de processualidade de Bergson (2011). Pautado ainda nas concepções de Paul Ricoeur (2007), Clifford (2008, p.38) salienta que é necessária a relação entre o texto e o mundo. Desse modo, “um mundo não pode ser apreendido diretamente; ele é sempre inferido a partir de suas partes, e as partes devem ser separadas conceitual e perceptualmente do fluxo da experiência”.

A produção desses referenciais gerou uma tensão entre excesso da memória sob um viés e insuficiência da memória sob outro. Um jogo entre instituído e instituinte, em que coabitam a memória hábito (costumes, comportamentos, condutas) e a memória arquivo (regras, informações), alcançando uma memória declarativa, do testemunho, institucionalizada pelos agentes sociais que possuem a confiabilidade e que, de certa forma, autorizam e validam como provas documentais (BERGSON, 2010; RICOEUR, 2007; THIESEN, 2013).

Essa forma de se pensar a representação da informação é um passo experimental para a análise e também para a ampliação das sensações perceptivas e dos diferentes referenciais de memória que podem coexistir sem a necessidade de se sobrepor enquanto uma memória institucionalizada, que tanto busca alguns profissionais do patrimônio. E, por meio da fruição, que não deixa de ser um evento intersubjetivo que acomete a todo ser humano, acredito que este trabalho possa abrir novas discussões em torno dos procedimentos e mecanismos de representação da informação. Também pode colaborar com diferentes áreas do conhecimento, pensando numa ecologia do saber através da elaboração de ações de educação patrimonial sistemática e de longo prazo,

e, principalmente, registrar as memórias e as multivocalidades encontradas a respeito dos sítios arqueológicos.

Assim, como já vem ocorrendo um movimento de valorização da cultura local do Cariri e de sua paisagem, a exemplo do projeto Rota Cultural do Cariri, faz-se necessário o envolvimento das instituições oficiais de preservação e aos moradores realizarem a apropriação desse patrimônio. Dessa forma, buscando não só um aproveitamento econômico sustentável dessas paisagens e patrimônios, mas incluir diferentes informações e conhecimentos para estabelecer uma aproximação para além do significado e da representatividade científica existente que a arqueologia oferece. E também, essencialmente, enaltecer um vínculo de memória entre aquele que observa a paisagem e partilha da construção dessas narrativas vivenciadas pelos habitantes locais.

Mesmo não pretendendo chegar a modelos ou métodos definitivos, no contexto teórico, arriscou-se discutir, no processo da memória e da reminiscência, a fruição como elemento que atua diretamente nessa estrutura, proporcionando uma ligação em via circular nas relações afetivas que as pessoas e as coisas se dão. De modo geral, a pesquisa colocou-se como uma provocação para que novas questões e reflexões possam surgir, e até colocar em questão, mas que permita pensar a informação patrimonial e as memórias por um viés que considere as diferentes afecções, sentidos e sensações, que perpassam o sensível, o imaginário e o científico.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.T.S.C.R. **A pedra do Ingá: A reprodução do mito, a reprodução da fé.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

ALMEIDA, M.A. Mediações tecnosociais e mudanças culturais na Sociedade da Informação. In: CASTRO, A.L. (org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Web semântica: uma análise focada no uso de metadados.** 180 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005

ANAZ, S.; AGUIAR, G.; LEMOS, L.; FREIRE, N.; COSTA, E. Noções do Imaginário: Perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. In: **Revista NEXI** - PUC/SP. São Paulo: n.3, 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/nexi/article/view/16760>> Acesso em: jan. 2016.

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. In: **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.1, p.86-108, 2009.

ARAÚJO, A.F.; TEIXEIRA, M.C.S. Gilbert Durand e a pedagogia do imaginário. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre: v. 44, n. 4, p. 7-13, 2009.

ARISTÓTELES. **Parva Naturalia.** São Paulo: EDIPRO, 2012.

AZEVEDO NETTO, C.X. **Arte Rupestre no Brasil: questões de transferência e representação da informação como caminho para a interpretação.** 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). ECO/UFRJ-DEP/IBICT, Rio de Janeiro/UFRJ, 2001a.

\_\_\_\_\_. Pensando um conceito de paisagem: Por um outro olhar sobre o espaço e sua interface com a informação. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. **Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade**, João Pessoa, Editora da UFPB, 2011b, p 105-112

\_\_\_\_\_. Signo, Sinal, Informação: as relações de construção e transferência de significados. In: **Informação e Sociedade**. João Pessoa: v.12, n.2, 2002.

\_\_\_\_\_. Informação e memória – as relações na pesquisa. In: **Revista História em Reflexão**, UFGD, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20. 2007. Disponível em: <[http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/julho\\_dez\\_2007/arquivos/informacao-e-memoria-2013-as-relacoes-na-pesquisa](http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/julho_dez_2007/arquivos/informacao-e-memoria-2013-as-relacoes-na-pesquisa)>. Acesso em: out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Informação e patrimônio arqueológico**: formações de memórias e construções de identidades. São Paulo – Anais do IX ENANCIB, GT 2, 2008a.

\_\_\_\_\_. Abordagem do conceito como estrutura semiótica.

**TRANSINFORMAÇÃO** v. 20, p. 47-58, 2008b.

AZEVEDO NETTO, C.X.; DUARTE, P.; OLIVEIRA, A.M.P. A presença da tradição nordeste na região do Cariri Ocidental: questões classificatórias. In: **Congresso Internacional da IFRAO**. Piauí, 2009.

AZEVEDO NETTO, C.X.; MATOS, F.A.S. Tratamento da informação rupestre: uma ação interdisciplinar. In: **Biblionline**. João Pessoa: v.8, n.esp. p. 35-54, 2012.

AZEVEDO NETTO, C.X.; OLIVEIRA, A.M.P. Os documentos arqueológicos e históricos: a relação da cultura material e do ambiente nos Sítios Arqueológicos do Cariri Paraibano. In: **Revista História Unicap**. v. 2, n. 3, 2015.

AZEVEDO NETTO, C.X.; ROSA, C.R.; MIRANDA, P.G. Semiótica dos Sítios cerâmicos da região do Cariri Ocidental, PB. In: **Revista Clio Arqueologia** - UFPE, Recife, Pe: v. 26, n. 2, 2011.

BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BARROS, L.A. Patrimônio Cultural: novos enfoques e paradigmas. In: **Patrimônio, Território e Sociedade**. Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio. Cascais. Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais, vol. 2, 2004.

BARROS, C. M.; CAFÉ, L. M. A. Estudos da semiótica na Ciência da Informação: relatos de interdisciplinaridades. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.17, n.3, p.18-33, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n3/a03v17n3.pdf>>

BARROS, J.A.. “História da Cultura Material: notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares” **Revista Eletrônica Patrimoniuss**, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/27946429/Historia-da-Cultura-Material-notas-sobre-um-campo-historico-em-suas-relacoes-intradisciplinares-e-interdisciplinares-Revista-Marica-USS>>

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAPTISTA, D.M.; ARAÚJO JR., R.H.; CARLAN, E. Atributos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). In: Jaime Robredo e Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Capítulo 3, p. 61-80. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC).

BECKER, H.S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3ª Edição. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S.E. *Information Science and the Phenomena of Information*. In: **Journal of the American Society of Information Science**, v.27, n.4, p.197-204, July/August, 1976.

BERGSON, H. **As duas fontes da moral e da religião**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Coimbra: Almedina, 2005

\_\_\_\_\_. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4ªed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. O que Aristóteles pensou sobre o lugar. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

BEZERRA, M. "Sempre Quando Passa alguma Coisa, Deixa Rastro": Um Breve Ensaio sobre Patrimônio Arqueológico e Povos Indígenas. In: **Revista de Arqueologia** (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v.24, p.74 - 85, 2012.

\_\_\_\_\_. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. In: **Revista de Arqueologia Pública**. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, n. 7, 2013.

\_\_\_\_\_. **Teto e Afeto**: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GK Noronha, 2017.

BOLETIM INFORMATIVO DA SOCIEDADE PARAIBANA DE ARQUEOLOGIA, ano VIII, nº. 83, p. 82-83. Campina Grande, 2013.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.) **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Cap. 2, p.122-155.

BRANDÃO, C.R. **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996, p. 293-294

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. In: **Sociedade e Cultura**, v.10, n.01, p.11-27, 2007.

BRAGA, V.M. Viagens ao Passado: Os Intelectuais e a Sacralização de Ouro Preto. In: **Revista Mosaico**. Rio de Janeiro, edição 3, ano II, 2010.

BRANDÃO, C.R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. In: **Sociedade e Cultura**, v.10, n.01, p.11-27, 2007.

BRASIL. Constituição de 1988.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

BRASIL. Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000

BRITO, V. A Pedra do Ingá: Itacoatiaras na Paraíba. 2ed. João Pessoa: RC Ed., 2008.

BRITO, V. A Pedra do Ingá sob uma perspectiva amerindiológica. In: **Revista Tarairiú**, Campina Grande, Ano I – v.1, n. 01, 2010.

BUCAILLE, R.; PESEZ, J.M. Cultura Material. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa, v..16, p.11-47, 1989. Disponível em: <  
[http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/Cultura.Material\\_Einaudi.pdf](http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/Cultura.Material_Einaudi.pdf)> Acesso em jan. 2016.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAMPOS, E.S. Bauman e a questão da Cultura. In: **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 152-155, 2014.

CANDAU, J. **Antropologia da memória**. Paris: Instituto Piaget, 2005.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CAPELATO, M.H.R. Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura. **Revista de História** (USP), 4(153), 251-282, 2005.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: \_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo, Ed. da UNESP, 1998.

CARNEIRO, F.F.; KREFTA, N.M.; FOLGADO, C.A.R. A Práxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Souza Santos. *Tempus*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 331-338, 2014.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. PENSAMENTO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS EM FOCO: A REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS Seminário “Diálogos Jurídicos – Pós-Graduação em Direito Universidade Federal do Ceará – UFC 18 de Agosto de 2009 Local: Faculdade de Direito

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**: uma introdução a uma filosofia da Cultura Humana. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.

CASTRO, E.V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: **Mana [online]**, v.2, n.2, p. 115-144, 1996.

CASTRO, N.N.D. A cultura do corpo na sociedade do selfie. In: **Alegrear**. Campinas, Sp: n.16, 2015.

CATOIRA, T; AZEVEDO NETTO, C. X. Ciência da Informação e Museus de Arte na web: memória e representação Das informações de obras de arte nas nuvens. In: Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: Estratégias para a preservação e acesso à informação. 2013. Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/9c.CIMAWEB.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2014.

CÉZAR, T.H.S. **Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá**: reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e a documentação como um instrumento para esta prática. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

CHAUI, M.. Cultura e democracia. In: Crítica y emancipación - **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, n. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CLAUDINO, C.A. O conceito de patrimônio e patrimonialização da cultura: considerações sobre educação patrimonial no âmbito dos museus. In: **Revista RETC** (Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura), edição 13ª, 2013.

CLEMENTE, João Paulo. **Para além do código**: prazer e fruição em *Pas de deux*, de Norman McLaren. Belo Horizonte, 2011. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Universidade Federal de Minas Gerais).

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2008.

CIRCUITOS ARQUEOLÓGICOS DA CHAPADA DIAMANTINA. Conversando sobre Patrimônio, 2011. Disponível em: <<http://www.bahiaarqueologica.ufba.br/>>. Acesso em: jul. 2017.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáfora dos “objetos deflagados”, anos 70**: as fronteiras da memória e da identidade na Arte Conceitual brasileira. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

CONSELHO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS – CNSA. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>> Acesso em: 03 mai. 2016.

CORIOLOANO, L.N.M.T. A exclusão e a Inclusão Social e o turismo. In: **Pasos - Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Espanha, v.3, n.2, p.295-304, 2005.

CORREIA, M.C.B. A observação participante enquanto técnica de investigação. In: **Pensar Enferm**, v.13, n. 02, 2009.

COSTA, C. **Representações Rupestres no Piemonte da Chapada Diamantina**. Doutorado em História. Tese apresentada na Faculdade de Letras da UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Coimbra, 2012.

CRUZ, R.C.A. "Patrimonialização do patrimônio": Ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo: n. 31, p. 95-104, 2012.

DA MATTA, R.. O ofício de etnólogo, ou como ter "Anthropological blues". IN: NUNES, E.O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **Relativizando**: uma introdução a antropologia social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1981.

DELEUZE, G. O ato de criação. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Capitalism et Schizophrénie** - Mille Plateaux. Paris, Editions de Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. **O que é um conceito?** In: O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIAS, J.B. A vocação comparativa da antropologia: caminhos para novas investigações. In: **36º Encontro Anual da Anpocs / MR20 – Perspectivas comparativas nos estudos africanos**. Águas de Lindóia, 2012.

DODEBEI, V.L.D. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. Tese (Doutorado) – UFRJ/Escola de Comunicação: Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Tesouro**: Linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

\_\_\_\_\_. Memória e informação – interações no campo da pesquisa. In: MURGUIA, E. I. (Org.) **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

DUARTE, P. **O ritual e os símbolos**: A realização dos grafismos rupestres na região do município de Camalaú-PB. 2010. Programa de Pós-Graduação em Ciência das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4172/1/arquivototal.pdf>

DULLEY, I. Roy Wagner e a fractalidade: considerações sobre o gesto êmico. Campos 15(1):11-36, 2014. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/nusom/sites/default/files/Roy\\_Wagner\\_e\\_a\\_fractalidade\\_consideracao.pdf](http://www2.eca.usp.br/nusom/sites/default/files/Roy_Wagner_e_a_fractalidade_consideracao.pdf)

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ECO, U. **Tratado geral da semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.



\_\_\_\_\_. **Os limites da interpretação.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

**ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL.** Gestalt, 2016. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo9443/gestalt>>

FALKEMBACH, E.M.F. Diário de campo : um instrumento de reflexão. In: **Contexto e educação.** Ijuí, RS Vol. 2, n. 7, 1987.

FARIA, F.C.P. **Os astrônomos pré-históricos do Ingá.** São Paulo: IBRASA, 1987.

FARIAS, J.D. **Um jovem aos 70 anos** (esboço de uma autobiografia). 2015.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. In: **Cadernos de Campo.** São Paulo, USP, n.13, p.155-161, 2005.

FIGUEIREDO, V.S.; SILVA, G.S.C. **A importância da aula de campo na prática em Geografia.** Porto Alegre, 2009. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia.

FREIRE, G. H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. In: **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v.11, n.1, p.6-19, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/442>>. Acesso em maio 2015.

FONSECA, M.C.L. **Referências Culturais:** Base para novas políticas de patrimônio. In: Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

\_\_\_\_\_. Para além da perda e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FUNARI, P.P.; PELEGRINI, S.C.A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

GAMA, G. O.; GAMA, C. O.; PINHO, L. C. A noção de disciplina nas análises genealógicas de Michel Foucault. In: **Revista digital.** Buenos Aires, v. 14, n.139, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd139/a-nocao-de-disciplina-de-michel-foucault.htm>> Acesso em: nov. 2015.

GEERTZ, C. Uma descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas.** Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar: 1978.

\_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, H. F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. In: **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 4, 2001. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/ago01/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/ago01/F_I_art.htm)>. Acesso em: dez. 2015.

GONÇALVES, J.R.S. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.11, n.23, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, N. M. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.1, n.6, dez, 2000. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez00/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm)>. Acesso em: dez. 2015..

\_\_\_\_\_. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.6,n.1, p.5-18, 2001. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>> . Acesso em: jan. 2016

GÖTTEMS, C. **Obras de arte propositivas e sensoriais**: investigando a fruição e a experiência artístico-estética em situações de ensino-aprendizagem. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Visuais) Curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

GUESSER, A.H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política** da UFSC Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168.

GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975.

GUIMARÃES, R. R. **Conhecimento e Justificação na Epistemologia da Memória**. Porto Alegre, 2009. 85f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Filosofia. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3444/1/000417435-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: out.2015.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, Nouvelle édition, 1952.

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 7ª edição. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.

HENRIQUES, J.C.. **Significação ontológica da experiência estética**: a contribuição de Mikel Dufrenne. 2008. Dissertação (Mestrado) Programa de

Pós Graduação em Estética e Filosofia da Arte da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2008.

HOLTORF, C. **Archaeology is a Brand! Walnut Creek**, CA: Left Coast Press, 2007.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ARQUEOLOGIA – IAB**. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/page/arqueologia>>. Acesso em: jan 2016.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**. Cidades - Paraíba. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=25&search=paraiba>> Acesso em: jan. 2016.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**. Cidades - Paraíba. 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=250390&search=paraiba|camalau|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>> Acesso em: jan. 2017.

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano18,n.37,p.25-44, 2012.

**INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>> Acesso em: fev. 2016.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1934.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARMAN, N. *Material of culture, fabric of identity*. In: MILLER, D. (ed.). **Material Cultures: Why some things matter**. London: UCL Press Limited – Taylor & Francis Group, 2001.

JEHA, J. A semiose da fantasia literária. In: **Revista Signótica**, n. 13, p. 117-136, 2001.

JEUDY, H. **Memórias do social**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

KLEE, P. **Notebooks, volume 2: the nature of nature**. Trans. H. Norden. Ed. J. Spiller. London: Lund Humphries, 1973.

KROPF, S. P. e LIMA, N. T.: Os valores e a prática institucional da ciência: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, V(3): 565-81, nov. 1998-fev. 1999.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Baurú: EDUSC, 2002.

LARAIA, R.B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos – Ensaio de Antropologia Simétrica**, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP.: EDUSC, 2001.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. **Memória e História**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LIMA, T.S. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna. In: **Rev. Bras. Ci. Soc.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, p. 43-52, 1999.

LINARES COLUMBIÉ, R. *Epistemología y ciencia de la información: repensando um diálogo incluso*. In: **Acimed**, Havana. v.21, n.2, 2010.

Disponível em

<<http://www.acimed.sld.cu/index.php/acimed/article/viewArticle/52/18>> Acesso em: nov. 2015

LOPES, M.C. A CIDADE ROMANA DE BEJA: Percursos e debates em torno de Pax Iulia. Coimbra, 2000. (Tese de Doutorado, FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA), 2000.

LOUREIRO, J. M. M. Educação ambiental e memória cultural: a busca da construção de sentidos. In: MATA, S. F. (Org.). **Educação ambiental: projetivas do século**. Rio de Janeiro: MZ Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. A socialização da informação: nadando contra a corrente. In: **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v.12, n.2, 2002.

MACHADO, L.S.; AZEVEDO NETTO, C.X.; COSTA, T.K.L.; MORAES, R.M.; ROSA, P.R.; LARANJEIRA, P.C.P.; MEDEIROS, D.P.S.; FALCÃO, E.L.; BELO, A.P.; NETTO, H.R.R. Informação arqueológica de Ingá: preservação, acesso e uso a partir de um ambiente virtual. In: **Informação & Sociedade**. João Pessoa: v.22, p.175-888, número especial, 2012.

MAI, J.E. *Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process*. In: **Journal of Documentation**. Londres, v. 57, n. 5, p. 591–622, 2001.

MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando as máscaras sociais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

MANIGLIER, P. Bergson estruturalista? Para além da oposição foucaultiana entre vida e conceito. In: MORATO, D. & MARQUES, S. T. (Ed.). **Bergson: crítica do negativo e pensamento em duração**. São Paulo: Alameda Editorial, 2009. p. 75-109.

MARIANO SOBRINHO, A. **Rio Camará: A epopéia de (mais) um século**. 1ªed. Camalaú, PB. Academia de Cultura Princesa do Cariri, 1996.

MARIANO SOBRINHO, A.; BERTO, C.G.O.I.; FARIAS, M.C.B.; MARIANO, Q.P. Camalaú. In: LIMA, A. G.; et al. (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri Paraibano**. João Pessoa, 2012. p. 37-46.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 272.

MARTINELLI, M.A. A institucionalização Mertoniana da Ciência. Disponível em: <[http://www.academia.edu/12223845/A\\_INSTITUCIONALIZA%C3%87%C3%83O\\_MERTONIANA\\_DA\\_CI%C3%80NCIA](http://www.academia.edu/12223845/A_INSTITUCIONALIZA%C3%87%C3%83O_MERTONIANA_DA_CI%C3%80NCIA)> Acesso em jun.2017

MARTINS, J.S. **Itacoatiara do Ingá**: prospecção de seu potencial turístico. Instituto de Educação de Ensino Superior – IESP (Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Turismo) João Pessoa, PB: [s.n.], 2003.

MARTINS, J.C.O. Tempos sociais acelerados, patrimônio cultural em risco. In: BRASILEIRO, MDS, MEDINA, JCC, and, CORIOLANO, LN., orgs. Turismo, cultura e desenvolvimento [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7y7r5/09>> Acesso em jul. 2016.

MARQUES, M.A.; COSTA, T.K.L.; MACHADO, L.S.; AZEVEDO NETTO, C.X. Representação do Sítio Arqueológico da Pedra de Ingá com Realidade Virtual. In: **Anais do Workshop de Realidade Virtual e Aumentada**, Santos, Brasil. CDROM, 2009.

MASCARENHAS, J.C.; BELTRÃO, B.A.; SOUZA JUNIOR, L.C.; MORAIS, F.; MENDES, V.A.; MIRANDA, J.L.F. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea** - Diagnóstico do município de Camalaú, estado da Paraíba. Recife, PE: CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Recife, 2005.

MATOS, F.A.S. **Os antropomorfos no registro rupestre do semiárido paraibano**: caracterização das representações na Microrregião do Cariri Ocidental. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

MATOS, F.A.S.; SOUZA, T. Arte Rupestre e Paisagem: o Registro Rupestre como Fonte de Estudo das Relações entre Populações Pré-históricas e o Meio Ambiente no Cariri Ocidental Paraibano. In: **II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura**, 2011, Campina Grande - PB. Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica. Campina Grande - PB: Editora da UFCG, 2011. v. 01.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 1993.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes. 2004.

MERLEAU-PONTY, M. **O olho e o espírito**: Maurice Merleau-Ponty. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. In: **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez08/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm)>. Acesso em: nov. 2015.

MORIN, E. \_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO. 2003. p. 118.

MOURA, M.A. Ciência da Informação e Semiótica: conexão de saberes. In: **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, 2º número esp., 2º sem. 2006.

NEVES, C.M. **Um olhar para o Município de Camalaú**: Potencialidades Turísticas no Cariri Paraibano. 2010. Monografia (Curso de Graduação de Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB), João Pessoa, 2010.

ODDONE, N. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, A. F. M.; BAZI, R. E. R. Sociedade da informação, transformação e inclusão social: a questão da produção de conteúdo. In: **Revista digital de Biblioteconomia**, Campinas, v. 5, n. 2, p.115-131, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/385/261>>. Acesso em: jan. 2016.

OLIVEIRA, A.M.P. **Entre a pré-história e a história**: em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, E.B.; RODRIGUES, G.M. As concepções da memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. In: **Anais IX ENANCIB**, São Paulo – 2008.

\_\_\_\_\_. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. In: **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, mar. 2011, Rio de Janeiro, p. 311 – 328. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: nov. 2015.

OLIVEIRA, M.; MENEZES, W.L.A. Os ensinamentos de Sumé e a Tradição Itacoatiara no contexto da Pedra do Ingá: Pontes de contato com a narrativa bíblica do dilúvio. In: **Revista Hermenêutica**. Bahia: v. 11, n. 2, p.93-111, 2011.

OLIVEIRA, T.B. **Pré-História II**: estudos para a arqueologia da Paraíba. João Pessoa: JRC Editora, 2011.

PACHECO, L.S. Informação enquanto artefato. In: **INFORMARE** - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1995.

PATRIOTA, T.B. Arqueologia no Cariri Paraibano: um resgate arqueológico e patrimonial no município de Camalaú-PB. In: **Revista Tarairiú**. Campina Grande, PB: ano V, v.1, n.07, 2014.

PAULILO, M.A.S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.2, n. 1, 1999.

PAVEU, M. Reencontrar a Memória: Percurso Epistemológico e Histórico. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MarieAnnePaveau.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

PEIXOTO, F.C. A metrópole e a patrimonialização do território: a análise dos bairros de Santa Teresa (Rio de Janeiro) e Alfama (Lisboa). In: **Revista Tamoios**, ano VI, n.1, 2010. (III Seminário Nacional Metrópole: Governo, Sociedade e Território)

PEIXOTO, P. O património mata a identidade. In: PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (org.), **Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas**, Oeiras, Celta, 2006

PEREIRA, R. C. C. Imagens visual e escrita: Algumas reflexões sobre a utilização do termo tapuio na cidade de Belém no final do século XIX e início do século XX. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

PEREIRA, L.C.; FERREIRA, M.V. **Sequência de Fibonacci**: história, propriedades e relações com a razão áurea. Disc. Scientia. Série: Ciências Naturais e Tecnológicas, S. Maria, v. 9, n. 1, p. 67-81, 2008.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: \_\_\_\_\_; (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p. 155 – 182.

\_\_\_\_\_. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. In: **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/51/1521>>. Acesso em: maio 2015.

PIRES, F. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. In: **Cadernos de Campo**. São Paulo, n.20, 2011.

PINTO, D.C.M.; MARQUES, S.T.(Orgs.) **Henri Bergson**: crítica do negativo e pensamento em duração. Editora Alameda, 2009.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE. Porto, 2003. **Anais...** Porto, 2003. p. 1-29. Disponível em: <[http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia\\_interdisciplinaridade.pdf](http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia_interdisciplinaridade.pdf)>. Acesso em: maio 2015.

RABELO, R. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.2-36, 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1107/1012>>. Acesso em: maio 2015.

RANKE, Maria da Conceição de Jesus. **O lugar da fruição em aulas de literatura em um Centro de Ensino Médio de Araguaína**. Araguaia: [s.n], 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura – Universidade Federal do Tocantins), Araguaína: [s.n], 2012.

REIS, D. M. Semiose Ilimitada: contribuições para pensar na indexação de assunto. In: **Revista EDICIC**. Caribe: v.1, n.4, p.311-326, 2011.

REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbo). ISBN 978-85-7334-279-6.

RIBEIRO, E.S. Bergson e a Intuição como método na filosofia. **Kínesis** - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, v. 5, n.09, p. 94-108, Julho 2013. Disponível em: <http://www2.marília.unesp.br/revistas/index.php/kinesis/article/view/4501/3311>

RIBEIRO, L. **Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos rupestres**: um estudo regional das gravuras e pinturas do alto-médio rio São Francisco. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIETVELD, J. J. **Aspectos históricos do catolicismo no sul do Cariri Paraibano**. Campina Grande: Erik M.F. Brito Editor, 2015.

RIHAN, B.; SALDANHA, G. A Ciência da Informação entre os feitiços dos centros de ciência e os antídotos dos “Laboratórios da vida”. Salvador, Bahia. XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2016.

RODRIGUES, B.C.; CRIPPA, G. A Ciência da Informação e suas relações com a arte e com o museu de arte. In: **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, 2009.

SAES, S.F.A. Percepção e Imaginação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar - dirigido por Marílina Chauí e Juvenal Savian Filho).



SALAINI, C.J.; GRAEFF, L. A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.17, n.36, 2011.

SALAMUNES, N. L.C. Resenha de “A pré-história da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência” de Mithen S. In: **Educar em Revista**, n. 24, 2004, p.283-288. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1550/155017717017.pdf>> Acesso em: 10 dez 2015.

SANSONE, L. *Challenges to digital patrimonialization: Heritage*. In: **Vibrant**. Digital Museum of African and Afro-Brazilian Memory, v.10 n.1, 2013.

SANTAELLA, L. **A percepção** – uma teoria semiótica. 2ª ed. São Paulo: Experimento, 1998.

\_\_\_\_\_. **A assinatura das coisas**: Peirce e a literatura. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTANA A.; SANTANA A.L.V. **Folksonomia**: uma análise de sua operacionalidade e sua possível aplicabilidade na ciência da informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: SNBU, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da Sociologia da Ciência à Política Científica. Revista **Crítica de Ciências Sociais**, junho 1978.

SANTOS, B.S. **A gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. [Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática], vol.4. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos** - CEBRAP, (79), 71-94. 2007 Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>> Acesso em: maio de 2017

SANTOS, B.S. Boaventura: para uma Sociologia das Ausências. In: **Outras Palavras**, São Paulo, publicado em 2017.

SANTOS, J.S. **Estudos da Tradição Itacoatiara na Paraíba**: Subtradição Ingá? Campina Grande, Pb, Cópias & Papéis, 2014.

SANTOS, M. S. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15 jan. 2015

SANTOS JÚNIOR, V. A dispersão espacial da tradição Nordeste na região agreste do Rio Grande do Norte. In: FUMDHAMentos IX – Atas do Congresso Internacional de Arte Rupestre da IFRAO 2009 – Piauí / BRASIL. São Raimundo Notato: Fumdhham, p. 33-41, 2009.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v.1, n.1, p.41-62, 1996.

SETTON, M.G.J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP. São Paulo: v.17, n2, p. 335-350, 2005.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Urban, Illinois: University of Illinois, 1949.

SILVA, E.G.M. **O papel da imaginação na filosofia de Bergson**. In: V Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar - PPGFIL. São Carlos, Sp., 2009.

SILVA, J. P.. **Epistemologia do Sul como Teoria Crítica?** Nota crítica sobre a teoria da emancipação de Boaventura de Sousa Santos. 2017 (No prelo), Versão Preliminar publicada no 40º. Encontro Anual da ANPOCS, ST 33: teoria social: quais agentes?, em outubro de 2016.

SILVA, L. E. F.; OLIVEIRA, B. J. F. **Mnemosyne Infor-Comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação**. In: **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v.24, n.1, p. 135-143, 2014.

SILVA, S.S. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. In: **Aurora**. Marília, Sp.: ano V, n. 7, 2011.

SILVEIRA, F.L.A.; LIMA FILHO, M.F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: ano 11, n.23, p.37-50, 2005.

SILVEIRA, L.B.; BUENDÍA, M.P. Da invenção da tradição (ou de como os Patrimônios nos inventam). Notas sobre a patrimonialização do Pastoreio na Espanha. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 145-169, 2011.

SILVEIRA, M. A. A; CAREGNATO, S. E.; BUFREM, L. S. Práticas de Citação e Memória Coletiva: Aproximações possíveis na Ciência da Informação? **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 3, p. 242 - 257, set./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/17394/pdf\\_39](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/17394/pdf_39)> . Acesso em: jan. 2016.

SMIRAGLIA, RICHARD P. **The elements of knowledge organization**. New York. Springer, 2014.

SMITH, L. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2008.

SONTAG, Susan. **Contra a Interpretação**. Porto Alegre. L&PM, 1996.

SOUSA, J.C.M. Como se tornar arqueólogo(a) no Brasil: Lista de cursos. Site Arqueologia e Pré História, 2018. Disponível em:

<<https://arqueologiaeprehistoria.com/como-se-tornar-um-arqueologo-no-brasil/>>  
Acesso em: 28/03/2018

SOUSA, R.P.M.; OLIVEIRA, B.M.J.F.; AZEVEDO NETTO, C.X. Informação e patrimônio cultural: uma definição jurídica de informação patrimonial. **Perspect. ciênc. inf.** vol.20 no.3 Belo Horizonte July/Sept. 2015

SOUZA, E. D. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação:** dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, W.E.R.; CRIPPA, G. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

TAMASO, I. Notas sobre ética a partir de experiências em campo patrimonial. In: SILVA, T. C. (Orgs). **Ciclo de Estudos e Debates: Procedimentos Éticos e a Pesquisa em Antropologia** Goiânia: FUNAPE/UFG, ABA, 2014.

TORRICO, J.A. Patrimônios e discursos identitários. In: PERALTA, E.; ANICO, M. (Orgs). **Patrimônios e Identidades: Ficções contemporâneas**. Oeiras. Celta Editora, 2006.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VAN DEN HEUVEL, C.; RAYWARD, W.B. *Facing Interfaces: Paul Otlet's Visualizations of Data Integration*. In: **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, 62(12):2313–2326, 2011.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. (coord.) **Metodologia e Pré-História da África, História Geral da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

VELHO, A.P.M. A semiótica da cultura: apontamentos para uma metodologia de análise da comunicação. In: **Rev. Estud. Comun.** Curitiba: v.10, n.23, p. 249-257, 2009.

VELHO, O. Trabalho de Campo, antinomias e estradas de ferro. In: **Interseções**, v. 8, n.1, 2006.

\_\_\_\_\_. **O cativoiro da Besta Fera**. Mais realistas do que o rei. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

VIANA, L.D.G. O patrimônio cultural ou os consumos da nostalgia: cultura material e imaterial nos passeios turísticos pela identidade. In: PERALTA, E.; ANICO, M. (Orgs). **Patrimônios e Identidades: Ficções contemporâneas**. Oeiras. Celta Editora, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “Metafísicas Canibais - Elementos para uma antropologia pós-estrutural”. Cosac Naify, 2009.

WAGNER, R. *The Fractal Person*. In: STRATHERN, M.; GODELIER, M. (org.). ***Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia***. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

## ANEXOS

**Anexo 1.** Orientações para Preenchimento da Ficha de Inventário Participativo do IPHAN.

## >>> FICHA DOS LUGARES

Orientação de preenchimento

### IDENTIFICAÇÃO

#### NOME

Escrevam o nome mais comum do lugar que o grupo escolheu inventariar e os outros nomes pelos quais é conhecido.

No caso de haver mais de um, informem todos os nomes que surgirem durante a pesquisa.

#### IMAGEM

No quadro de imagem, insiram fotos ou façam um desenho do lugar. Lembrem-se de que há um espaço na Ficha do Relatório de Imagens para reunir todas as imagens coletadas para esta. Para a primeira página, selecionem a que o grupo considerar a mais significativa.

#### O QUE É

Contem de forma resumida o que é o lugar.

Procurem resumir em uma frase o que é o lugar: "o lugar é uma casa em que funciona a associação de moradores"; "é um morro perto do bairro onde acontece a festa junina"; "é um rio que os antepassados acreditavam ter sido o início do mundo, onde pescavam muito, ou que usavam como meio de transporte"; "é uma construção do século passado" etc.

#### ONDE ESTÁ

Procurem descrever o lugar a partir das referências mais conhecidas.

Informem se o lugar está em zona rural ou urbana, se tem acesso fácil ou não, se possui algum ponto de referência, se está em uma vila, praça, município, cidade.



> FICHA DAS CATEGORIAS >> LUGARES

**Por exemplo:** “a casa está no centro, próxima ao comércio e à igreja; é a área mais movimentada da cidade”; “o morro está no limite entre um bairro e outro e não possui vegetação, porque foi capinado para a montagem de barracas da festa”; “o rio fica a poucos metros da escola, tem pouca profundidade e largura de x metros; sua água é limpa e não recebe poluição de esgotos, adubos químicos” etc.

### PERÍODOS IMPORTANTES

Descubram os momentos ou datas importantes associadas ao lugar.

Informem o dia e o mês em que se realiza alguma celebração; descubram os períodos do ano que marcam a dinâmica do lugar. **Por exemplo:** “o mês de junho, nas festas juninas que acontecem na comunidade”; “o fim de semana, quando as pessoas jogam bola no gramado da praça”; “o início do período das chuvas, quando as pessoas celebram o plantio na roça” etc.

### HISTÓRIA

Contem as diferentes versões sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo.

Reúnam informações do passado e do presente sobre o lugar: “a casa foi construída pelo primeiro padre da região, que, em meados do século XIX, queria fazer a sede da paróquia no local mais alto. Ela foi reformada na década de 1920”; “o rio era usado para pesca, banho e lazer pelos índios que habitaram essa região, antes de os colonizadores chegarem; era limpo e muito cheio de vida, mas agora é sujo...”.

### SIGNIFICADOS

Descubram que significados e funções o lugar tem para a comunidade.

Nesse campo podem ser descritos os vínculos do lugar com algum fato da história; se tem importância especial para a comunidade; se possui elo com algum outro lugar.



Por exemplo: “o lugar é ponto de encontro dos moradores para decidir assuntos importantes para a cidade”; “uma parte da comunidade usa o rio para lavar roupa”.

### DESCRIÇÃO

#### PESSOAS ENVOLVIDAS

Informem as principais pessoas envolvidas com o lugar.

O construtor, o proprietário, o responsável pela manutenção, as pessoas que usufruem do espaço, entre outros.

#### ELEMENTOS NATURAIS

Informem quais são os elementos presentes no ambiente natural.

Árvores, vegetação nativa, campo para pasto, rochedos, riachos, trepadeiras, descampado etc.

#### ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

Informem se há elementos construídos no lugar e quais são suas características.

Por exemplo: “uma casa no fundo do terreno”; “postes de luz na beira da estrada”; “cerca em volta do campo de futebol”; “muro que represa um trecho do rio”; “estátua do fundador da cidade”; “açude no pé da serra” etc.

#### VESTÍGIOS

Pesquisem se o local possui vestígios de ocupações anteriores.

Procurem saber se no lugar são encontrados pedaços de cerâmicas, pedras lascadas, pedaços de metais, restos de uma antiga roça, ruínas de outras construções, pinturas ou gravuras rupestres, espaços de trabalho como, por exemplo, uma antiga senzala, forno de produção de açúcar, uma fábrica desativada etc. Lembrem-se de ter especial cuidado caso o lugar faça parte





> FICHA DAS CATEGORIAS >> LUGARES

de sítio arqueológico, respeitando as orientações quanto ao acesso, ou se vocês encontrarem evidências que possam sugerir a necessidade de contatar órgãos competentes de preservação para a avaliação do local.

### MATERIAIS

Informem os principais materiais que constituem os elementos do lugar.

Esse campo requer uma observação e indicação dos materiais presentes no lugar. Lá pode haver uma combinação de materiais como a madeira, o ferro, a pedra, o barro.

Por exemplo: casa de madeira, poste de ferro, muro de pedra, tijolo de barro.

### TÉCNICAS OU MODOS DE FAZER

Pesquise sobre as técnicas utilizadas para a construção do lugar.

Procurem descobrir se, para que o lugar se formasse, foram aplicadas técnicas e saberes específicos, tais como: construções de taipa, adobe, alvenaria, pau a pique, entre outros; técnicas agrícolas como coivara, curva de nível, agrofloresta e outras.

PROCUREM O AUXÍLIO DE PESSOAS QUE SAIBAM FALAR SOBRE AS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO. SÃO ELAS: PEDREIROS, CARPINTEIROS, MARCENEIROS, ENGENHEIROS, ARQUITETOS, A PRÓPRIA PESSOA QUE CONSTRUIU A EDIFICAÇÃO ETC.

### MEDIDAS

Informem quais as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área.

Essas dimensões podem ser obtidas com instrumentos técnicos de medição (como fitas métricas, trenas, réguas) ou com estimativas a partir de outras referências criadas pelos participantes (palmos, passos, pés, altura de uma pessoa adulta, comprimento do braço).

**Por exemplo:** “a igreja tem dez metros de altura, quinze metros de comprimento”; “a praça possui quarenta passos de comprimento e trinta passos de largura”; “a fazenda possui o tamanho de cinco campos de futebol”; “o mastro da bandeira possui a altura de três pessoas em pé”. É interessante, também, solicitar o auxílio de um professor de Matemática sobre o sistema de unidades de medida que melhor atenda às demandas.

### ATIVIDADES QUE ACONTECEM NO LUGAR

**Informem as principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos.**

O lugar pode estar relacionado a cultos, celebrações, produção agrícola, produção industrial, atividades escolares, entre outras.

**Por exemplo:** “é nessa praça que acontece a cavalhada”; “nessa cachoeira são realizados ritos em homenagem aos mortos”; “essa caverna é o maior ponto turístico da cidade”.

### MANUTENÇÃO

**Identifiquem os responsáveis e os cuidados necessários para a manutenção do lugar.**

**Por exemplo:** “a manutenção é realizada pela prefeitura, que todos os anos providencia a pintura da fachada da edificação”; “a manutenção é responsabilidade do poder público, que, periodicamente, corta a grama e limpa o jardim”; “o galpão é mantido pela associação de moradores”; “a roça é mantida pelas mulheres da aldeia”.

### CONSERVAÇÃO

**Informem se o lugar está bem ou mal cuidado.**

Procurem saber se as pessoas relacionadas ao lugar consideram que o espaço está bem cuidado. Observem aspectos como limpeza, partes quebradas, partes que faltam, reformas já feitas.



> FICHA DAS CATEGORIAS >> LUGARES

**Por exemplo:** “o edifício apresenta infiltração no teto e nas paredes e algumas janelas estão quebradas”; “o jardim está bem cuidado”; “a gruta possui pichações por cima das pinturas rupestres”; “a mata está preservada”.

INFORMEM SE AO LUGAR ESTÃO ASSOCIADAS OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS, COMO CELEBRAÇÕES, SABERES ETC. SE JULGAREM QUE ALGUMA DELAS MERECE UMA ATENÇÃO ESPECIAL, LEMBREM-SE DE QUE OUTRA FICHA PODE SER UTILIZADA PARA APROFUNDAR E AMPLIAR A PESQUISA.

### AVALIAÇÃO

Indiquem os principais pontos positivos para que o lugar continue como uma referência cultural e os pontos que podem determinar o seu desaparecimento.

Façam um exercício de reflexão em grupo a respeito das informações levantadas nos campos anteriores: as pessoas dão importância ao lugar? Elas se organizam para cuidar do lugar? Como? Ou o lugar está perdendo o significado que justifica a sua preservação?

### RECOMENDAÇÕES

Deem sugestões para a preservação do lugar, após fazer sua avaliação.

Aqui, a equipe pode propor possíveis usos sociais e culturais para o lugar, no sentido de valorizá-lo ou requalificá-lo.

Lembrem-se de anexar a Ficha das Fontes Pesquisadas! Listem os livros, documentos, *sítes* da internet e tudo mais que for consultado durante a pesquisa. Listem também as pessoas que forneceram informações por meio de conversas informais.